SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

# DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AMUPE

Pernambuco , 09 de Março de 2021 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco • ANO XII | Nº 2788

**Expediente:**
**Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE**

**Diretoria Executiva**

**Presidente:**
**José Coimbra Patriota Filho - Afogados da Ingazeira**

**Vice Presidente:**
**Ana Célia Cabral Farias - Surubim**

**1º Secretário: José Bezerra Tenório Filho – Itapissuma**
**2º Secretário: Mário Ricardo Santos de Lima - Igarassu**
**1º Tesoureiro: João Batista Rodrigues dos Santos - Triunfo**
**2º Tesoureiro: João Tenório Vaz Cavalcanti Junior - São Joaquim do Monte**
**Secretária da Mulher: Débora Luzinete de Almeida Severo - São Bento do Una**
**Suplente da Secretária da Mulher: Judite Maria Botafogo Santana da Silva – Lagoa do Carro**

**Conselho Fiscal**
**Titulares:**
**1º - Edilson Tavares de Lima - Toritama**
**2º - Luiz Aroldo Rezende de Lima - Águas Belas**
**3º - Joamy Alves de Oliveira - Araçoiaba**

**Suplentes:**
**1º - Maviael Francisco de Morais Cavalcanti - Macaparana**
**2º - Renya Carla Medeiros da Silva - Passira**
**3º - Lupércio Carlos do Nascimento - Olinda**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL - COMAGSUL

### COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
### CONTRATO Nº 032 /2021

**CONTRATO Nº 032 /2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Que entre si celebram:**

I – O **CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COMAGSUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.753.868/0001-01, Associação Pública de natureza jurídica sob a forma de Autarquia Interfederativa, instituída consoante disposições da Lei Federal n.º 11.107 de 06 de abril de 2005, com regulamentação conferida pelo Decreto Federal n.º 6.107 de 17 de janeiro de 2007, sediada na Rua 11 de Setembro, 120, BR-104 – Km 87, Agrestina, Estado de Pernambuco, CEP 55.495-000, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **ORLANDO JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, casado, funcionário Público, Prefeito do Município de Altinho - PE, portador da Cédula de Identidade n. º 5.928.306 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 775.210.134-68, residente na Rua José Aureliano de Barros Correia, n.º 22, Bairro Centro, Altinho - PE, CEP 55.490-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e

II – **RODRIGO ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA 06523027422 - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.169.289/0001-51, com sede na Rua 15 de Novembro, 90, Centro, Catende – PE, CEP 55.400-000, neste ato por seu representante legal, o Sr. **RODRIGO ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA**, titular da Cédula de Identidade – RG nº 7.432.151 SDS – PE, CPF nº 065.230.274-22, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 90, Centro, Catende – PE, CEP 55.400-000, doravante denominada **CONTRATADA**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO**
O presente CONTRATO subordina-se às regras de Direito Público, em especial as contidas no art. 17, Parágrafo Único da Lei Federal 11.107/05 c/c o art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, aplicando-se lhe ainda, supletivamente, os Princípios Jurídicos da Teoria Geral dos Contratos, **dispensada a licitação em RAZÃO DO VALOR**, por estar abaixo do limite máximo previsto para Consórcios Públicos.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**
A fiscalização do presente Contrato compete ao Coordenador Administrativo do Grupo Gestor do COMAGSUL.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**
Constitui objeto do presente contrato a manutenção e atualização do Sítio Eletrônico do COMAGSUL, qual seja: http://www.comagsul.pe.gov.br/page/.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE**
A presente contratação tem por finalidade manter atualizado e em perfeito funcionamento o *website* do Consórcio, por conseguinte fazer cumprir o princípio da publicidade no âmbito administrativo.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**
Este Contrato terá duração vigerá no período de **01 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro 2021,** podendo ser o presente contrato prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**
O preço global da locação acima mencionado será de **R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)**, dividido em parcelas mensais de **R$ 700,00 (setecentos reais)** durante o período de **11 meses**.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**
Os pagamentos serão efetuados pela Coordenação Financeira do Grupo Gestor do COMAGSUL, no máximo, até trinta dias após o serviço prestado, com a apresentação da nota fiscal, devidamente atestado pela autoridade competente, mediante deposito/transferência, na conta de titularidade da Empresa Contratada.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA REAPRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL INCORRETA**
No caso da nota fiscal apresentar incorreções, será devolvida à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de apresentação válida.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DAS INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**
Correrão por conta da Contratada todos os impostos, taxas, seguros entre outras, que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA – DO NÃO REAJUSTE**
Fica estabelecido que não haverá reajuste durante a vigência do contrato, sendo possível o reajuste com base no IGP-M da FGV, no caso de renovação do presente pacto, mediante Termo Aditivo ao presente Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I – A CONTRATADA obriga-se a atender com eficiência e presteza as solicitações que lhe forem encaminhadas pela CONTRATANTE, inserindo as informações, documentos, imagens no Portal da Transparência em tempo real, conforme preconiza a legislação vigente;

II – A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato;

III – A CONTRATADA obriga-se a prestar satisfatoriamente os serviços ora contratados se responsabilizando em fornecer suporte quanto à utilização do sistema para atualização do Web Site bem como por correções que sejam necessárias para as tarefas de atualizações;

IV – A CONTRATADA assegurar ao CONTRATANTE, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar, desfazer ou refazer os serviços; e

V – A CONTRATADA responsabiliza-se por todo o pessoal que utilizar, a qualquer título, para prestação de serviço, pessoal este que será diretamente subordinado e vinculado à CONTRATADA, não tendo com a CONTRATANTE relação jurídica de qualquer natureza; e

VI – A CONTRATADA obriga-se a cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no presente instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO CONTRATANTE**

I – O COMAGSUL obriga-se a efetuar os pagamentos devidos conforme pactuado no presente instrumento sem atraso, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

II – Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

III – Permitir acesso da CONTRATADA às suas dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação para alimentação do Portal da Transparência;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do presente CONTRATO, através de sua Coordenadoria Administrativa e do Controle Interno do Órgão; e

V – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no presente instrumento.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do COMAGSUL no exercício de 2021, consoante a seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE/MATA SUL-PE - COMAGSUL
02 - PODER EXECUTIVO
0201 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE -
020101 - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL/PE -
04 - Administração
04122 - Administração Geral
04.122.0401 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - COMAGSUL
04.122.0401.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO COMAGSUL
027 - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
0.13.03 - 910.002 - RECURSOS PRÓPRIOS

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA RESOLUÇÃO**

Este CONTRATO poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da CONTRATANTE e/ou poderá ser resilido, mediante vontade de ambas as partes através de comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante justa motivação, aplicando-se as normas constantes dos arts. 77, 78 e 79 da Lei federal n.º 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA FACULDADE DE RESCINDIR**

O exercício da faculdade de rescindir e de resilir o contrato por parte da CONTRATANTE não ensejará qualquer direito de indenização para a CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS ALTERAÇÕES**

O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante a celebração de TERMO ADITIVO, sendo lícita à inclusão de novas cláusulas e condições desde que não seja modificado o objeto do presente instrumento, e observada à limitação legal;

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DO APOSTILAMENTO**

Ocorrendo à celebração de TERMO ADITIVO, o mesmo passará a fazer parte do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLÁUSULA PENAL**

A inexecução parcial ou total do objeto do contrato, garantida a defesa prévia e fundamentada, acarretará a imposição das seguintes penalidades:

I – advertência por escrito;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observando-se o disposto no § 3º do artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

**SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – INEXECUÇÃO**

Considerar-se-á inexecução do contrato passível de punição, o descumprimento das obrigações, o atendimento intempestivo das recomendações e/ou determinações emanadas pela CONTRATANTE e, ainda, outras situações apuradas mediante procedimento próprio, e poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo de cumulação com as penalidades previstas à reincidência.

**SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – DA FACULDADE DE RESOLUÇÃO ANTECIPADA**

A Resolução antecipada, independentemente de Notificação, será facultativa na hipótese de reiteração no descumprimento parcial do contrato e obrigatória nos casos de inexecução total do objeto, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de indenização por eventuais prejuízos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica convencionado o foro da Comarca de Agrestina – PE, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste contrato, em razão de ser Agrestina a sede da Autarquia.

E por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente contrato, perante as duas testemunhas em três vias de igual teor e forma.

**Sede do COMAGSUL em Agrestina – PE. Em, 01 de fevereiro de 2021.**

Grupo Gestor do COMAGSUL:

***BEL. JOSENILDO ANSELMO DA SILVA***
Coordenador Financeiro

***MARCELO ANTONIO DA SILVA***
Coordenador de Projetos e Programas

***BEL. HILDEBERTO R. DA SILVA***
Coordenador Administrativo

***BEL. BARTOLOMEU P. DE MENDONÇA***
Coord. de Articulação Política e Institucional

***BELA. THAÍS DOMINIQUE B. BESERRA***
Procuradora Autárquica

Visto e Aprovação Jurídica

Partes:

***RODRIGO ADRIANO N DA SILVA 06523027422 - ME***
Contratada

***ORLANDO JOSÉ DA SILVA***
Presidente do COMAGSUL
Contratante

**Publicado por:**
Hildeberto Rodrigues Da
**Código Identificador:**C5E15ABE

---

**COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA**
**CONTRATO Nº 033/2021**

**CONTRATO Nº 033/2021**

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DO AGRESTE E DA MATA SUL DO ESTADO DE PE. – COMAGSUL E A EMPRESA HP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E MÉDICOS HOSPITALAR LTDA.

.

Contrato de fornecimento que firmam, como **CONTRATANTE**, o **CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DO AGRESTE E DA MATA SUL DO ESTADO DE PE. – COMAGSUL**, com sede na Rua 11 de Setembro, 120 – BR 104 – Km 87 – AGRESTINA – PE, CEP: 55.495-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.753.868/0001-01, neste ato representado pelo Presidente, o Sr.º. **Orlando José da Silva**, brasileiro, casado, capaz, residente na cidade de Altinho/PE, portador do RG nº. 5.928.306 SSP/PE, inscrito no CPF sob o n.º 775.201.134-68, e como **CONTRATADA**, a empresa **FACIMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.161.670/0001-67, com sede na Rua Deimos, nº 62, Nossa Senhora da Conceição, Paulista - PE, neste ato, legalmente representada pela Sra. **Symone Ferreira Campos,** brasileira, solteira, arquiteta, portadora do CPF nº 045.378.294-94, RG nº 3.169.006 SSP/PB, residente e domiciliada na cidade de Paulista/PE, nos termos da **DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGÊNCIAL,** realizado sob a forma da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 14.065, de 30 de setembro de 2020 e respectivas alterações, além das demais normas legais pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO**
O fornecimento do objeto do presente contrato, rege-se pela Lei 8.666, de 21.06.93, e Lei Federal nº 14.065, de 30 de setembro de 2020, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**
Constitui objeto deste contrato a aquisição de 1.100 caixas de luvas de procedimentos para distribuição aos municípios consorciados ao COMAGSUL, como uma medida de auxílio ao combate da pandemia do novo coronavirus - COVID-19.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**
O presente contrato tem por termo inicial a data da sua assinatura e por termo final o dia 30 de março de 2021, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

§ 1º **-** O prazo para entrega do objeto deste contrato será de até 02 (dois) dias contado da solicitação pela contratante, através da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

**CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
Quando da entrega do objeto deste contrato, o mesmo deverá ser recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, para a verificação das especificações e da conformidade dos produtos entregues, de acordo com a proposta apresentada.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor de **R$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais)**.

**§ 1º -** O pagamento será efetuado a vista, no ato do recebimento dos produtos.

**CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA**
Os produtos deverão ter a garantia mínima do fabricante de acordo com as normas do IMETRO, contada a partir do recebimento definitivo dos mesmos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**
Os recursos alocados para a realização do objeto do presente contrato são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

1 - Consórcio de Municípios do Agreste/Mata Sul-PE - COMAGSUL
02 - Poder Executivo
02 01 – Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul/PE
02 01 01 - Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul/PE
10 - Saúde
10 122 – Administração Geral
10 122 1002 – Programa Intermunicipal de Saúde Pública Complementar - PSCOM
10 301 1002 2004 0000 – Manutenção das Atividades do Programa Intermunicipal de Saúde Pública Complementar - PSCOM
3.3.90.30.00 Material de Consumo

**CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**
As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este contrato para todos os fins legais.

**CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**
O regime jurídico que rege este acordo confere ao COMAGSUL as prerrogativas constantes dos arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à **Contratada:**
I **-** A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93
II **-** Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a **Contratada** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**§ 1º -** Obriga-se a **Contratada** a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação exigidas na ocasião da contratação
**§ 2º** - É expressamente vedada à **Contratada** a subcontratação do objeto do presente acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**
O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.
I - Pelo **Contratante**: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, I, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. **Não sendo permitida esta a Contratada**, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.
II - Por ambas as partes: a) Na ocorrência de **c aso fortuito** ou **f orça maior**, regularmente comprovado, tornando **absolutamente** inviável a execução do Contrato.
**§ 1º -** Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos produtos fornecido e aceito comprovadamente.
**§ 2º -** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**
Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
I – Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do bem não entregue ou do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
II – Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
III – Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste instrumento e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada ordem de fornecimento.
**§ 1º -** As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
**§ 2º -** Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos ao Contratado as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do consórcio, ou por qualquer outra forma prevista em lei.
**§ 3º -** A autoridade competente, em caso de inadimplemento do contratado, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.
**§ 4º -** O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria do consórcio no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.
**§ 5º -** Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.
**§ 6º -** Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:
a) advertência por escrito;
b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Consórcio dos Municípios do Agreste e da Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
c) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, Inc. IV da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**
Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo à conta do Consórcio dos Municípios do Agreste e da Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL a respectiva despesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
Nos termos do § 3º do Art. 55 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

A Contratada reconhece o direito do COMAGSUL de paralisar a qualquer tempo ou suspender o fornecimento, mediante o pagamento único e exclusivo dos produtos já entregues.

A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao COMAGSUL ou a terceiros, quando da execução do Contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o COMAGSUL e todas e quaisquer reclamações pertinentes.

A contratada deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada no ato da contratação.

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto contratado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**
Sob o pálio do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Agrestina - PE, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.

Agrestina/PE, 22 de fevereiro de 2021.

Consórcio Dos Municípios do Agreste e da Mata Sul do Estado De PE –COMAGSUL
Presidente
***ORLANDO JOSÉ DA SILVA***
Contratante

Facimed Comercio e Representações EIRELI ME
***SYMONE FERREIRA CAMPOS***
Contratada

**Publicado por:**
Hildeberto Rodrigues Da
**Código Identificador:**CF43D3DA

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 01/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021**

Ementa: Dispõe sobre a Situação de Calamidade Pública anormal no âmbito do Município em função da emergência de Saúde Pública em decorrência do Coronavírus, o constante desabastecimento de água, a deficiência da iluminação pública e limpeza urbana e dá outras providências.

**O Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo nº55, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal nº 781/93,**

CONSIDERANDO que não houve a devida transição da gestão anterior para o atual Governo;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica mundial, brasileira e a declaração Mundial de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS e a precariedade dos serviços prestados com relação a essa Pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços essenciais de saúde do Município pelo caráter imprescindível de tal prestação à população;

CONSIDERANDO a constante deficiência no abastecimento de água e outros serviços;

CONSIDERANDO a deficiente iluminação pública com a falta de lâmpadas nos posteamento, causando verdadeiros transtornos à população;

CONSIDERANDO o grande acúmulo de lixo urbano e domiciliar em toda área da Ilha gerando um verdadeiro proliferando de doenças endêmicas.

**DECRETA:**

**ART. 1º** - Fica DECRETADO situação anormal de "ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA" em virtude da emergência de se tratar de condição da saúde dos Munícipes face o combate ao Coronavírus e outras doenças virais.

**Parágrafo único** – A decretação a que se refere o caput terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

**ART. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura e sua vigência cessará em 04 de julho de 2021.

**ART. 3º** - Revoguem-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá, em 04 de janeiro de 2021.

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito Municipal da Ilha de Itamaracá

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**1EC4F1E4

## GABINETE DO PREFEITO
## DECRETO MUNICIPAL Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município da Ilha de Itamaracá,

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 01 de 2021, de 04 de janeiro de 2021, declarou o ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA no município, em função do período pandêmico - CORONAVIRUS (COVID-19), exercendo assim, seu poder discricionário, bem como o Decreto 41 de 2020;

CONSIDERANDO que a Administração Pública pode e deve rever seus atos, quando motivados ou eivados de vícios, porque deles não se originam direitos, ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos a apreciação judicial;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em decisão de lavra do Conselheiro Ranilson Ramos, nos autos do Processo TCE-PE nº 1855156-7, julgou ilegal o Processo Seletivo, datado do 02.03.2020;

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO do Ministério Publico do Estado de Pernambuco, da senhora Promotora de Justiça, com atribuições legais na Comarca da Ilha de Itamaracá, a qual após várias "considerações', recomendou invocando a Lei Complementar nº 101de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 173 de 2000, notadamente sobre nulidade de pleno direito do ato que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato, bem como atos que resultem em aumento da despesa pessoal com parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato, além de ser nulo de pleno direito o ato de aprovação, de edição ou de sanção elencadas na mencionada Recomendação Ministerial;

CONSIDERANDO, a DECISÃO do dr. Juiz de Direito desta Comarca, nos autos do Processo nº 0000096-34.2020.8.17.2760, em tramitação na Vara Única da Comarca de Itamaracá, que DETERMINA A SUSPENSÃO de toda e qualquer contratação temporária realizada com base no resultado da seleção Pública Simplificada, nº 001 de 2020 da Prefeitura da Ilha de Itamaracá, fixando, inclusive multa pecuniária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), em caso de descumprimento por parte do representante legal, à época, sr. Mosar de Melo Barbosa Filho, isto em data de 1de julho de 2020;

CONSIDERANDO, finalmente, que as contratações efetuadas pela gestão anterior, de 03 (três) pessoas para a Secretaria de Educação municipal, 27 (vinte e sete) pessoas para a Secretaria de Políticas Sociais municipal, e 97 (noventa e sete) pessoas para a Secretaria de Saúde, não obedeceram os ditames legais, sendo pois, nulas de pleno direito,

***RESOLVE:***

1º - Declarar nulo de pleno direito o Processo Seletivo Simplificado realizado em 20 de março de 2020 e via de consequência dispensar aqueles servidores no quantitativo total de 127 (cento e vinte), que foram contratados por aquela seleção, posto que afronta os ditames legais e considerações acima expostas;

2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura;

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito da Ilha de Itamaracá, 04 de janeiro de 2021

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**69049736

## GABINETE DO PREFEITO
## DECRETO Nº 003-2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

EMENTA: Normatiza as regras relativas às medidas temporárias para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavirus (COVID-19), nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e Decreto nº 006-2020, de 17 de março de 2020, do município da Ilha de Itamaracá-PE.

***O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ***, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Artigo 55, da Lei Orgânica Municipal da Ilha de Itamaracá,

***CONSIDERANDO***, que nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação;

***CONSIDERANDO,*** que o Decreto nº 006-2020, de 17 de março de 2020, do Município da Ilha de Itamaracá, estabelece normas de ações em caráter temporário, para o enfrentamento do novo ***coronavirus (COVID-19)***,

***DECRETA***:

***Art. 1º*** - Fica prorrogado o Decreto Municipal da Ilha de Itamaracá, editado sob o nº 006 de 17 de março de 2020, em todos os seus termos;

***Art. 2º*** - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos enquanto perdurar o estado de emergência, assim definido, pelas autoridades do Ministério da Saúde do Governo Federal e pela Secretaria da Saúde do Governo do Estado.

Prefeitura da Ilha de Itamaracá, 07 de janeiro de 2021

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito Municipal da Ilha de Itamaracá

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**62FFDA28

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 04, DE 01 DE JANEIRO DE 2021**

Mantém a declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Município da Ilha de Itamaracá, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** a declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, prevista noDecreto nº 48.833, de 20 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** as vedações impostas nos arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, quando extrapolados os limites prudencial e total de despesas de pessoal, a impedindo as contratações necessárias ao reforço de equipes que atuam no enfrentamento da pandemia;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 65 da LRF, suspendendo a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas em seus arts. 23, 31 e 70, bem como dispensando o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, na ocorrência de calamidade pública reconhecida, no caso dos Estados e Municípios, pelas Assembleias Legislativas, enquanto perdurar a situação;

**CONSIDERANDO** a inexistência de um cronograma definido de início e de conclusão do processo de imunização da população brasileira contra o Coronavírus;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de manutenção das medidas sanitárias e administrativas voltadas ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo Coronavírus,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica mantida a decretação de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, desastre de natureza biológica, causado por epidemia de doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0), de que trata oDecreto nº 48.833, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. A decretação a que se refere o caput terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal continuarão a adotar todas as medidas necessárias ao enfrentamento do "Estado de Calamidade Pública".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e vigerá até 30 de junho de 2021, ficando sua eficácia condicionada à convalidação do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública pela Assembleia Legislativa do Estado, na forma do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ilha de Itamaracá, 04 de janeiro de 2021.

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**C846ABF9

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 005/2021**

Ementa: Dispõe sobre o lançamento e arrecadação de tributos municipais no exercício 2021 e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ, conjuntamente com o secretário Municipal de Finanças, no uso das atribuições que lhe são dadas pelas Constituições da República e do Estado, bem como pela Lei Orgânica Municipal e pelo Código Tributário Municipal, Lei nº 972/2002.

Considerando que dispõe do código tributário instituído pela Lei Municipal nº 972/2002, com as modificações procedidas pela Lei Municipal nº 1012/2005;

Considerando a competência do chefe em poder executivo Municipal para disciplinar o lançamento da arrecadação dos tributos municipais.

DECRETA:

Art. 1º- Os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU do município da Ilha de Itamaracá que encontram-se com seus imóveis em dias com a situação fiscal e que efetuarem o pagamento do IPTU 2021 em parcela única até o dia 28 de fevereiro de 2021, terão desconto de 20% (vinte por cento) sobre o imposto.

Art. 2º- Os contribuintes em atraso do IPTU referente a exercícios anteriores poderão efetuar o recolhimento dos mesmos com desconto de 100% (cem por cento) sobre juros e multa durante o período do ano corrente de exercício.

Art. 3º- A Taxa de licença de Funcionamento e localização prevista no Art. 136 da tabela 01 do anexo II do Código Tributário Nacional, cujo vencimento esteja previsto para dia 31 de janeiro de 2021, será devidamente corrigido aplicando-se o índice de preço ao consumidor Amplo-IPCA.

Art. 4º- Para lançamento e arrecadação dos tributos municipais, serão adotadas as regras da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Parágrafo Único- Para a classificação de atividades de baixo risco, serão adotadas as disposições da Resolução CGSIM nº 51 de 11 de junho de 2019.

Art. 5º- Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições contrarias.

Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá, em 01 de janeiro de 2021.

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito Municipal da Ilha de Itamaracá

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**68CA967B

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 06 /2021**

Dispõe sobre o cronograma de execução de desembolso para o exercício de 2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá-PE, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o que determina os artigos 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como Programação Financeira, o cronograma de execução de mensal de desembolso e bimestral de receitas e despesas para o exercício de 2021, na forma dos anexos a este Decreto.

Parágrafo Único – O cronograma de que trata este Decreto orienta a execução do orçamento fiscal do Município para o exercício de 2021.

Art. 2º O presente cronograma será avaliado a cada 02 (dois) meses pelo sistema de controle interno do Município e, se necessário, adequado ao comportamento da arrecadação municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá, em 25 de janeiro de 2021.

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**DC4ACC10

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 07/2021, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a sistematização das medidas emergenciais adotadas para enfrentamento Situação de Calamidade Pública anormal no âmbito deste Município em consonância com o Decreto nº 49.055, de 31 de maio de 2020, do Governo do Estado de Pernambuco e suas alterações posteriores e dá outras providências.

**O Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo Artigo nº 55, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal nº 781/93,**

CONSIDERANDO a necessidade de adaptação às medidas adotadas pelo Governo do Estado de Pernambuco através do Decreto nº 49.055 de 31 de maio de 2020 e suas alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suspenso o feriado nas repartições e serviços públicos que terão expediente regular nos dias **15, 16 e 17 de fevereiro.**

Art. 2º Restringir o acesso de grupos de pessoas e veículos do tipo furgões, vans, ônibus destinados aos transportes de turistas, kombis com placas de outros municípios e assemelhados.

Art. 3º Restringir a utilização de Carros de Som, do tipo Paredão, Trios Elétricos e assemelhados que possam causar aglomeração.

Art. 4º ficam mantidas todas as demais disposições legais editadas pelo Poder Executivo Municipal destinadas à regularização das medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Ilha de Itamaracá, 04 de fevereiro de 2021.

***PAULO BATISTA ANDRADE***
Prefeito

**Publicado por:**
Nyedja de Souza Silva
**Código Identificador:**008487B8

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO–CPL**

**SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**
**(KIT DE ALIMENTAÇÃO)**

A Comissão Permanente de licitação – CPL solicita as empresas interessadas, propostas de preços a título de cotação para fornecimento dos **kits de alimentação**, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Abreu e Lima. As empresas do ramo poderão obter a planilha de especificações para elaboração da sua proposta através do e-mail E-mail: **cpl@abreuelima.pe.gov.br**.

***GUSTAVO C. SAMUEL***
Presidente da CPL

Abreu e Lima, 09 de março de 2021.

**Publicado por:**
Yuri Aurélio Moreira
**Código Identificador:**3A451FEE

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES / CPL**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 - RECURSO ADMINISTRATIVO / RESPOSTA**

A Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, **TORNA PÚBLICO** que o **RECURSO** impetrado pela empresa **J A DA SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI - CNPJ: 27.014.788/0001-41** relativo ao **RESULTADO DA HABILITAÇÃO** da **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021** foi **INDEFERIDO**, mantendo-se a recorrente na condição de **INABILITADA.** Expirado o prazo recursal, informamos que os envelopes de **PROPOSTA DE PREÇOS** serão abertos através de **VIDEOCONFERÊNCIA** pela plataforma **Zoom** com acesso livre, sem custos para licitantes e demais interessados pelo link: **https://us02web.zoom.us/j/85803701229 - ID da Reunião: 858 0370 1229 - Senha: 058068** no dia **10 de Março de 2021 às 08 horas**.

Afogados da Ingazeira – PE, 08 de Março de 2021.

***ÊNIO AMORIM VIANA***
Presidente da CPL/ Pregoeiro

**Publicado por:**
Enio Amorim Viana
**Código Identificador:**5FB667F3

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES / CPL**
**PRESTAÇÃO DE CONTAS / LEI ALDIR BLANC**

O município de Afogados da Ingazeira-PE, recebeu da Lei Aldir Blanc o valor de R$ 284.724,79 (duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte quatro reais e setenta e nove centavos). Que após ser apresentado o plano de ação emergencial ao Governo Federal e regulamentada no âmbito municipal de acordo com o decreto 28/2020, foi destinado para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.

Os beneficiários dos recursos contemplados foram afogadenses natos bem como pessoas físicas naturais de outros municípios e pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, desde que, para estes últimos, comprovem residência ou sede em Afogados da Ingazeira nos últimos 02 (dois) anos.

A ferramenta utilizada para distribuição do recurso foram os seguintes editais: chamada pública, prêmios e subsídio mensal conforme as especificações abaixo:

- O Edital de Chamada Pública, teve como objeto atender a 110 (cento e dez) propostas no valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) cada e 01 (uma) no valor de R$ 724,79 (setecentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos), que foram divididas de acordo com os segmentos artísticos e destinados aos artistas e fazedores da cultura que constam de inscrição homologada no Cadastro Municipal Artístico e Cultural e que comprovem atuação dos últimos dois anos na sua área cultural indicada.

**Flávio Braz da Silva/Artes Cênicas**
**José Inácio Ribeiro Neto /Artes Cênicas**
**Lucas Ricardo Batista da Silva/Artes Cênicas**
**Cláudia Millena da Silva Lopes/Artes Cênicas**
**Ítalo Patrick Marques de Lima/Artes Cênicas**
**Márcio Greick Fernandes de Oliveira/Artes Cênicas**
**Micaele Alves Fernandes/ Artes Cênicas**
**Márcia Kelly Alves Fernandes / Artes Cênicas**
**Matheus Henrique Alves Fernandes/ Artes Cênicas**
**Wanderson de Farias Silva/ Artes Cênicas**
**Emerson Gustavo Monteiro Ferreira/Artes Cênicas**
**Joyce do Vale Bezerra/ Artes Cênicas**
**Rose Danielle Levino Gomes / Artes Cênicas**
**Matheus Maciel Gomes Pereira/ Artes Cênicas**

**Cláudio Kennedy da Silva Queiroz/Artes Plásticas e Visuais**
**Luiz Carlos Galdino Barbosa/Artes Plásticas e Visuais**
**Edierck José da Silva /Artes Plásticas e Visuais**
**Gilda Maria da Silva Vasconcelos /Artes Plásticas e Visuais**
**Luciano José de Lima Pires /Artes Plásticas e Visuais**
**Maria de Lourdes de Matos Raimundo/Artes Plásticas e Visuais**
**Gustavo Pereira de Sousa /Artes Plásticas e Visuais**
**Ed-ek da Silva Brito/Artes Plásticas e Visuais**
**Ricardo Marques Pereira Araújo /Artes Plásticas e Visuais**
**Lucineide Vicente Ferreira /Artes Plásticas e Visuais**
**Vitória Adriely Mendes de Siqueira/Artes e Visuais Plásticas**
**Bruna Verlene de Lima Gomes /Artes Plásticas e Visuais**
**Israel de Lima Nascimento /Artes Plásticas e Visuais**
**Edierque Silva de Santana /Artes Plásticas e Visuais**
**José Natanael Pereira /Artes Plásticas e Visuais**
**Maria Ana de Siqueira /Artes Plásticas e Visuais**
**Ivan Aparecido Defaveri /Artes Plásticas e Visuais**
**Josivaldo Vicente Ferreira/Artes Plásticas e Visuais**
**Maria Aparecida Vicente Ferreira/Artes Plásticas e Visuais**
**Lidiane Vicente Ferreira/Artes Plásticas e Visuais**
**Maria Josenilda Matias de Oliveira/Artes Plásticas e Visuais**
**Geovani Silva Domingos/Artes Plásticas e Visuais**
**Luciano Kleber Souza Campos/Artes Plásticas e Visuais**
**Cláudio Gomes dos Santos/Artes Plásticas e Visuais**
**Albertino Bezerra Lima/Artes Plásticas e Visuais**
**Fabiana Alves da Silva Santos/Artes Plásticas e Visuais**
**Edileuza Francisca Ramos/Artes Plásticas e Visuais**
**Rosimery Corcino da Silva /Artes Plásticas e Visuais**
**Gleidson dos Santos Lima/Artes Plásticas e Visuais**
**Marenice de Oliveira Lima Pacheco/Artes Plásticas e Visuais**
**Almir Barbosa de Souza/ Artes Plásticas e Visuais**

**Rafaela de Albuquerque Alves/Audiovisual**
**Eliane Lima Leite/ Audiovisual**
**Evandro José de Lira/ Audiovisual**
**Nayane Nayse Silva Carlos/ Audiovisual**
**Maria Aparecida Ferreira de Lima/ Audiovisual**
**Richard Soares de Melo/ Audiovisual**
**Rafaela de Albuquerque Alves/ Audiovisual**
**Eliane Lima Leite/ Audiovisual**
**Evandro José de Lira/ Audiovisual**
**Nayane Nayse Silva Carlos/ Audiovisual**
**Maria Aparecida Ferreira de Lima/ Audiovisual**
**Richard Soares de Melo/ Audiovisual**

**Alexandre José Lira de Morais/Literatura**
**Celso José Jacinto/Literatura**
**Manoel Gomes de Souza Neto/Literatura**
**Diomedes Laurindo Lima/Literatura**
**Antônio José Pereira de Sousa /Literatura**
***Sandra Maria Santos de Carvalho/Literatura**

**José Moreno da Silva/Musica**
**Antônio Ferreira Filho /Musica**
**Liranice da Silva Santos /Musica**
**Paulo Márcio Corceno da Silva /Musica**
**Claudemir Moreno da Silva /Musica**
**Adelânia Márcia Pereira/Musica**
**José Kleiton Mota da Silva /Musica**
**Flávio Henrique Silva Domingos/Musica**
**Pedro Ferreira/Musica**
**Thiago Giovanni Rodrigues dos Santos/Musica**
**Cecília de Oliveira/Musica**
**Cecília Myrelli Alves Genésio de Oliveira/Musica**
**Antônio Alves Filho/Musica**
**José Marcos Moreno da Silva/Musica**
**Fábio Luiz dos Santos/Musica**
**Edierck de Oliveira Silva/Musica**
**João Bosco Campos Ramos Júnior/Musica**
**Renan Flávio da Silva Gadelha/Musica**
**Denílson de Sena Azevedo/Musica**
**Luana Pimentel de Souza Mota/Musica**
**Luciano Pereira de Lima/Musica**
**Adelmo Veras de Almeida/Musica**
**Luiz Cláudio Jacinto/Musica**
**Lindojonson Alves de Souza /Musica**
**Lindomar de Sousa /Musica**
**Adelino de Queiroz Silva/Musica**
**Wagner Luiz do Nascimento Silva/Musica**
**Ismael Galdino da Silva Júnior/Musica**
**Ítalo Maranhão dos Santos/Musica**
**José Leandro Cavalcanti de Oliveira Santos/Musica**
**Adailton da Silva Leite/Musica**
**Gustavo Alves Pinheiro/Musica**
**Jaci Martins da Silva Júnior/Musica**
**Irivan Pereira da Silva/Musica**
**Elias Faustino da Silva/Musica**
**Júlio César de Carvalho Oliveira/Musica**
**Adriano José da Silva/Musica**
**Francisco das Chagas Graciano Albuquerque /Musica**
**Valdemir Pereira da Silva/Musica**
**Mirosmar Almeida da Silva/Musica**
**João Domingos da Silva Filho/Musica**
**Josimar Alves do Nascimento/Musica**
**Carla Patrícia Alves Gomes/Musica**
**Nei Gomes Siqueira /Musica**
**Jardel Braga da Silva/Musica**
**Pedro Henrique Gomes Cordeiro/Musica**

**Aluísio Cícero da Silva Júnior/ Produtores e Técnicos**
**Marcos Erikleyton Salvador Alves Lira / Produtores e Técnicos**
**Lucinaldo Nogueira Santana / Produtores e Técnicos**
**Luciano de Moura Santana Júnior/ Produtores e Técnicos**

**Adriano Pereira de Souza/Cultura Popular e Tradicional**
**Alberto Henrique Xavier Guimarães / Cultura Popular e Tradicional**
**Cristiano de Lima Silva/ Cultura Popular e Tradicional**
**Geneziano Pereira do Nascimento /Cultura Popular e Tradicional**

- O Edital de Prêmios, teve como objeto 26 (vinte e seis) prêmios no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) cada um, que foram divididos de acordo com os Grupos e Espaços Culturais que constam de inscrição

homologada no Cadastro Municipal Artístico e Cultural e que comprovem atuação e sede no Município, nos últimos dois anos.

**Festival Sertão Alternativo/ Prêmio**
**Grupo de Coco Negros e Negras do Leitão da Carapuça/ Prêmio**
**Quadrilha Junina Sanfonar / Prêmio**
**Quadrilha Junina Arrasta Chinela/ Prêmio**
**Grupo Força Jovem/ Prêmio**
**Quadrilha Junina Candeeiro/ Prêmio**
**Batucada Feminista/ Prêmio**
**Xerém Cultural / Prêmio**
**Grupo de Capoeira Cordão de Ouro/ Prêmio**
**Espaço Semear/ Prêmio**
**Grupo de Capoeira Negro Fujão/ Prêmio**
**Wagner Perone de Almeida / Prêmio**
**Associação de Bacamarteiros/ Prêmio**
**Sound Solutions / Prêmio**
**José Pereira da Luz / Prêmio**
**HM Eventos e Shows / Prêmio**
**R.L Shows e Eventos LTDA-ME/ Prêmio**
**Erikácio Kleyton Salvador da Silva/ Prêmio**
**Janailson Nogueira da Silva/ Prêmio**
**Grandigita Brasil / Prêmio**
**Imperial Recepções / Prêmio**
**Buteco do Machu Picchu / Prêmio**
**3M Studio/ Prêmio**
**Wally Filmes / Prêmio**
**Cícero Souza / Prêmio**
**Multi Opções / Prêmio**

-O Edital Subsídio Mensal teve como objeto 02 (dois) subsídio no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada um, que forão divididos de acordo com Espaços Culturais que constam de inscrição homologada no Cadastro Municipal Artístico e Cultural e que comprovem atuação e sede no Município, nos últimos dois anos.

**Fundação Cultural Sr. Bom Jesus dos Remédios (Rádio Pajeú FM) / Subsídio mensal**
**Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira (Afogados FM) / Subsídio mensal**

**Publicado por:**
Enio Amorim Viana
**Código Identificador:**654149D7

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES / CPL
## EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2021 - AEDAI

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2021**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA EDUCACIONAL COM SUPORTE TECNOLÓGICO A SER UTILIZADO PELA CONTRATANTE, COM O INTUITO DE DISPONIBILIZAR UMA PLATAFORMA QUE PROPORCIONE AULAS COLABORATIVAS E INOVADORAS PARA OS CURSOS OFERECIDOS PELA FACULDADE DO SERTÃO DO PAJEÚ – IES MANTIDA PELA AEDAI. TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EFETUADOS DE ACORDO COM O PRESENTE CONTRATO, BEM ASSIM COM A PROPOSTA APRESENTADA, PELA CONTRATADA, PARTE INTEGRANTE DO REFERIDO CONTRATO. CONTRATANTE: **AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA –** CNPJ: 11.479.037/0001-6 - CONTRATADA: **ENSINAR TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA –** CNPJ: 09.557.435/0001-06, – CONTRATO Nº 03/2021 - Vigência: 8 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Valor global do contrato R$ 13.750,00 (treze mil duzentos setecentos e cinquenta reais), divido em 11 (onze) parcelas, no valor de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) cada. sendo, o pagamento da efetuado até o último dia útil de cada mês. **Dotação:** 12.364.0022.2081 – 339039) FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações - Data: 8 de fevereiro de 2021.

*Afogados da Ingazeira, 8 de março de 2021.*

***MARIA DO SOCORRO DIAS MARQUES PESSOA***
Diretora-Presidente da AEDAI

**Publicado por:**
Enio Amorim Viana
**Código Identificador:**3C179735

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES / CPL
## EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2021 - AEDAI

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2021**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA EDUCACIONAL COM SUPORTE TECNOLÓGICO, DENOMINADO SISTEMA FACULDADE, A SER UTILIZADO PELA AEDAI/FASP, ESPECIFICAMENTE, NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FASP, COM O OBJETIVO DE APERFEIÇOAR AS ATIVIDADES ACADÊMICAS E POTENCIALIZAR OS RESULTADOS EDUCACIONAIS - CONTRATANTE: **AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – CNPJ: 11.479.037/0001-6** - CONTRATADA: **SISTEMA FACULDADE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ACADÊMICO LTDA** – CNPJ: 30.620.805/0001-07– CONTRATO Nº 04/2021 - Vigência: 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Valor Total R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), dividido em 11 parcelas iguais, no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais)) – Forma de Pagamento: mensalmente, até o dia 30 de cada mês - Dotação: 12.364.0022.2081 – 339039 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações - Data: 11 de fevereiro de 2021

Afogados da Ingazeira, 8 de março de 2021.

***MARIA DO SOCORRO DIAS MARQUES PESSOA***
Diretora-Presidente da AEDAI

**Publicado por:**
Enio Amorim Viana
**Código Identificador:**65C95207

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES / CPL
## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

A Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, através da Comissão Permanente de Licitações, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade acima mencionada no dia **19 de Março de 2021 às 10 horas,** na sede da PMAI localizada a Praça Arruda Câmara nº 20, centro, sala da CPL no térreo, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, COM VISTAS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PARAMETRIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIRETOS, ACESSÓRIOS E DE APOIO ÀS ATIVIDADE FINALÍSTICAS A CARGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA. O valor estimado do objeto referente ao certame em tela é de **R$ 7.624.422,48** (sete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), para o período de 12 (doze) meses. O certame será realizado pela plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e os interessados terão acesso ao edital e seus anexos pelo site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, outras informações pelo telefone: (87) 3838 1235 nos dias úteis das 08 às 13 horas.

Afogados da Ingazeira - PE, 08 de Março de 2021.

***ÊNIO AMORIM VIANA***
Presidente da CPL / Pregoeiro

**Publicado por:**
Enio Amorim Viana
**Código Identificador:**DAFDF094

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE AFRÂNIO

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
**PREGÃO PRESENCIAL 001/2020 - EXTRATO DE CONTRATO 009/2020**

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, **CNPJ:** 06.111.889/0001-60. **CONTRATADA:** GIVEL – GIVALDO VEICULOS LTDA, **CNPJ:** 08.571.437/0001-97. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01(um)veículo novo para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, junto a gestão das políticas públicas para as mulheres no Município de Afrânio - PE, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Processo Licitatório:** 001/2020. **Modalidade:** Pregão Presencial 001/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93. **Valor:** R$ 55.000,00. **Ordenador:** Ana Luiza Diniz Carvalho C. Cavalcanti - **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social/**Zisina Andrada Araújo **– Givel Givaldo Veículos Ltda.**

**Publicado por:**
Vandelmar Nogueira da Silva
**Código Identificador:**5D7B64D8

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
**PREGÃO PRESENCIAL SRP: 036/2019 - EXTRATO DE CONTRATO 090/2020**

**Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CNPJ: 06.111.889/0001-60; **Contratada:** ANA LUCIA DE MACEDO COELHO E CIA LTDA - ME, CNPJ: 18341.516/0001-65. **Objeto:** Prestação de serviços de translado de pacientes que vierem a óbito fora do seu domicílio munícipes de Afrânio e pacientes residentes em outros municípios que vierem a óbito em Afrânio, incluindo o fornecimento de urnas funerárias, vestimentas e serviços necessários, bem como a tanatopraxia, destinados às famílias que não dispõem de condições de arcar com os devidos custos, conforme solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Afrânio. **Processo Licitatório:** 055/2019, **Pregão Presencial SRP:** 036/2019. **Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93. **Valor:** R$ 33.491,00. **Data de Assinatura:** 21/08/2020. **Ordenador: Ana Luiza Diniz Carvalho C. Cavalcanti** – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social/**Ana Lúcia de Macedo Coelho** – Ana Lúcia de Macedo Coelho e Cia Ltda - ME.

**Publicado por:**
Vandelmar Nogueira da Silva
**Código Identificador:**7907588C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 011/2021**

**Objeto:** Selecionar propostas para **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO,** para o fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar. **Abert:** 22.03.21 às 09h30min. **EDITAL:** afranio.pe.gov.br/ http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

**Afrânio, 08/03/21.**

***VANDELMAR NOGUEIRA DA SILVA***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Vandelmar Nogueira da Silva
**Código Identificador:**A1FE1EE6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**DISPENSA EMERGENCIAL 021/2020 - EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO 115/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADA:** SILVANA DA SILVA RODRIGUES, **CPF:** 064.476.364-78. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 10.958,50. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Silvania da Silva Rodrigues.

EXTRATO DE CONTRATO 116/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADO:** TARCIO RUFINO BARBOSA, **CPF:** 064.775.084-86. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 10.780,00. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Tarcio Rufino Barbosa.

EXTRATO DE CONTRATO 117/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADO:** JOSE NILTON ARAUJO DA SILVA JUNIOR, **CPF:** 102.297.024-06. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 19.800,00. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**José Nilton Araújo da Silva Junior.

EXTRATO DE CONTRATO 118/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADO:** GUSTAVI DE SOUSA ALENCAR, **CPF:** 149.140.354-21. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 14.894,00. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Gustavo de Sousa Alencar.

EXTRATO DE CONTRATO 119/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADO:** VITALINO GERALDO RODRIGUES, **CPF:** 301.632.504-72. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 19.800,00. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Vitalino Geraldo Rodrigues.

EXTRATO DE CONTRATO 120/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADA:** IVANEIDE DA

SILVA RODRIGUES, **CPF:** 080.464.534-55. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 11.939,75. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Ivaneide da Silva Rodrigues.

EXTRATO DE CONTRATO 121/2020

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **CNPJ: 29.945.539/0001-03**. **CONTRATADO:** CICERO RUMAO RODRIGUES, **CPF:** 102.744.664-73. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Afrânio/PE, em virtude a pandemia do Coronavírus 2019. **Modalidade:** Dispensa Emergencial 021/2020**. Fundamento Legal:** Lei nº 13.979/2020. **Valor:** R$ 12.632,50. **Prazo Contratual:** 02 meses. **Data de Assinatura:** 05/11/2020. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Cicero Rumão Rodrigues.

**Publicado por:**
Vandelmar Nogueira da Silva
**Código Identificador:**64A4C82A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PREGÃO PRESENCIAL SRP: 059/2019 - EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO 001/2021

**Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 29.945.539/0001-03. **Contratada:** SUPRIVALE SUPRIMENTOS DO VALE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 23.678.770/0001-93. **Objeto:** Aquisição de materiais de expediente, didático e pedagógico, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Afrânio – PE, conforme solicitação expressa da mesma. Processo Licitatório: 090/2019, **Pregão Presencial SRP:** 059/2019. **Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93. **Valor:** R$ 101.548,00. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Iraneide Ribeiro Ferreira – **Suprivale – Suprimentos do Vale Comercio e Serviços Ltda - ME.**

EXTRATO DE CONTRATO 002/2021

**Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 29.945.539/0001-03. **Contratada:** CLECIANO GOMES DAMASCENO (CGD PROD. E SERVIÇOS), CNPJ: 24.427.796/0001-21. **Objeto:** Aquisição de materiais de expediente, didático e pedagógico, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Afrânio – PE, conforme solicitação expressa da mesma. Processo Licitatório: 090/2019, **Pregão Presencial SRP:** 059/2019. **Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93. **Valor:** R$ 84.590,89. **Ordenador:** Maria do Socorro Rodrigues Ramos de Barros **– Secretária Municipal de Educação e do Ensino Básico/**Cleciano Gomes Damasceno – **Cleciano Gomes Damasceno (CGD Produtos e Serviços)**.

**Publicado por:**
Vandelmar Nogueira da Silva
**Código Identificador:**56B1BE5E

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE AGRESTINA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FMS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 04/2021 E PREGÃO ELETRONICO RP 04/2021**

N°. 04/2021. CPL. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2021. o Registro de preços para futura Contratação de empresa para aquisição de formulas alimentícias adulto e infantil para suprir as necessidades da secretaria de saúde deste município. Valor: R$ 116.191,33 . Início do acolhimento das propostas: a partir do dia 09 de março de 2021, Limite para acolhimento das propostas: 08:25 h. do dia 19 de março de 2021, Abertura das Propostas: ás 08:40 h. do dia 19 de março de 2021, Início da Sessão de disputa: às 09:00 horas, do dia 19 de março de 2021. Informações: pelo e-mail: licitacaosaude21@gmail.com por telefone (81) 3744-1256 ou na sala da CPL, no endereço sito à Rua: Sebastião Francisco Tavares, 120, Centro, Agrestina-PE (CEP: 55495-000). Material disponível em: www.bnc.org.br local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Agrestina, 08 de março de 2021.

***WILDERLAN RIBEIRO DA SILVA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Wilderlan Ribeiro da Silva
**Código Identificador:**F446DB2C

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCESSO N.º 007/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2021**

Reconheço e ratifico a dispensa de licitação 002/2021 para a **LOCAÇÃO DE DIVERSOS IMOVEIS PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**, em favor de HILDEBRANDO DE ALBUQUERQUE LIMA – CPF: 077.548.344-53 e OUTROS. Fundamentado no art. Art. 24 Inciso X da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores e atualizadas pelas Leis 9.648/98 e 9.854/99.

Águas Belas – PE, 18 de fevereiro de 2021.

***ALICE ALEXANDRE RODRIGUES CAVALCANTE***
Secretaria de Assistencia Social

**Publicado por:**
Antonio Rufino Pereira Junior
**Código Identificador:**0607EBDE

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCESSO N.º 008/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2021**

Reconheço e ratifico a dispensa de licitação 003/2021 para a **LOCAÇÃO DE DIVERSOS IMOVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, em favor de ALESSANDRO LINS JORDÃO – RG: 3.999.675 SDS/PE – CPF: 717.987.224-53 e OUTROS. Fundamentado no art. Art. 24 Inciso X da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores e atualizadas pelas Leis 9.648/98 e 9.854/99.

Águas Belas – PE, 18 de fevereiro de 2021.

***DANIELE DELGADO SANTOS***
Secretária de Educação

**Publicado por:**
Antonio Rufino Pereira Junior
**Código Identificador:**7935CFD3

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCESSO N.º 009/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2021**

Reconheço e ratifico a dispensa de licitação 004/2021 para a **LOCAÇÃO DE DIVERSOS IMOVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE**, em favor de PEDRO VENANCIO TENÓRIO DE ARAUJO – CPF: 117.292.934-33 – RG 10.658948 SDS/PE e OUTROS. Fundamentado no art. Art. 24 Inciso X da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores e atualizadas pelas Leis 9.648/98 e 9.854/99.

Águas Belas – PE, 19 de fevereiro de 2021.

***BRUNO RAFAEL ARAUJO DE ANDRADE***
Secretário de Saude

**Publicado por:**
Antonio Rufino Pereira Junior
**Código Identificador:**B81AC1FE

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCESSO N.º 010/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2021**

Reconheço e ratifico a dispensa de licitação 005/2021 para a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ÁGUAS BELAS - IPREAB**, em favor de MARIA ELENILDA XAVIER DE SANTANA – RG: 4.871.622 SDS/PE – CPF:971.590.424-68. Fundamentado no art. Art. 24 Inciso X da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores e atualizadas pelas Leis 9.648/98 e 9.854/99.

Águas Belas – PE, 19 de fevereiro de 2021.

***RONILSON CORDEIRO VILA NOVA***
Secretário Executivo Previdenciário

**Publicado por:**
Antonio Rufino Pereira Junior
**Código Identificador:**EB526898

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE ALIANÇA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
Modalidade: **Dispensa Nº 001/2021.**
Processo: **001/2021.**
Objeto: **A contratação de 01 (uma) assinatura de 12 (doze) meses de acesso e utilização de Banco de Dados, via internet, através de empresa especializada na prestação de serviços para pesquisas e comparação de preços no sistema on-line do "BANCO DE PREÇOS'' com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados".**

**CONTRATO Nº 009/2020.**
Contratado**: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95.

Valor global**: R$ 9.875,00 (Nove mil oitocentos e setenta e cinco reais).**

Período: **12 meses**

Identificação da Despesa:
ü **10.302.0002.2119.000 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde**
ü **3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiro Pessoa Jurídico**

DATA: 12/01/2021

***GLEISY TAVARES DE ARAÚJO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Publicado por:**
Evandro Severino Barbosa
**Código Identificador:**C73F44C4

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE ARARIPINA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPINA**
**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2021**

*Dispõe sobre os procedimentos para Licenciamento Ambiental da atividade de Aeródromos e dá outras providências.*

O Diretor Presidente da AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – AMMA do Município de Araripina/PE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo da Portaria 015/2021 os artigos 7º, parágrafo 2º e 3º da Lei Municipal nº 2.875 de 26 de Outubro de 2017, e
**Considerando** que a instalação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras dependem de estudos técnicos de viabilidade e prévio licenciamento ambiental;
**Considerando** as diretrizes da Resolução 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e regulamentação correlata decorrente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, acerca do licenciamento ambiental;
**Considerando** que a Resolução CONSEMA nº 01/2018 dispôs sobre as tipologias consideradas de impacto local para fins de licenciamento ambiental municipal, conforme previsto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" da Lei Complementar nº 140, de 08 de Dezembro de 2011;
**Considerando** ainda que a Resolução acima determina que aeródromos são atividades competentes de licenciamento ambiental municipal;
**Considerando** a necessidade de definir a classificação, segundo o porte e potencial poluidor ou degradador dos empreendimentos e atividades de infraestrutura, especialmente os aeródromos, para fins de enquadramento dos processos de licenciamento ambiental municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. Estabelecer que o licenciamento ambiental de aeródromos localizados no Município será por intermédio das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, assim como a regularização e autorização ambiental, serão emitidas pela Agência Municipal de Meio Ambiente.
Art. 2º. O enquadramento para licenciamento ambiental dessa tipologia considerará a tabela abaixo:

**Tabela 15.7 – Aeródromos**

| Comprimento da pista em metros | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Até 400 | Acima de 400 a 600 | Acima de 600 a 800 | Acima de 800 a 1000 | Acima de 1000 |
| H | I | J | L | M |

Parágrafo Único – O enquadramento 15.7 fará parte do anexo I da Lei nº 2.875 de 26 de Outubro de 2017 que institui o licenciamento ambiental no âmbito do Município de Araripina.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

***BELMIRO HUMBERTO DOS SANTOS FILHO***
Diretor Presidente da Agência Municipal do Meio Ambiente

**Publicado por:**
Paula Suany Alencar Gonçalves
**Código Identificador:**CB40043E

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE ARCOVERDE

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0093/2021**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE, ESTADO DE PERNAMBUCO (GESTÃO 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art.1º - **EXONERAR**, EDER BARBOSA BEZERRA, CPF 069.757.324-93, no cargo comissionado de Assistente de Recursos Humanos, Símbolo CC-2.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação;

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**20A7EAB0

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0094/2021**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE, ESTADO DE PERNAMBUCO (GESTÃO 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art.1º - **EXONERAR**, ALLYSSON PADILHA MATIAS, CPF 000.285.864-92, para ATIVIDADE DE GABINETE PARLAMENTAR, no cargo comissionado de Assessor Legislativo, Símbolo CC-4.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação;

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**D06E187F

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0095/2021**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde, Estado de Pernambuco (Gestão 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art.1º - **NOMEAR**, VICTORIA APARECIDA PEREIRA PEDROSA, CPF 110.480.884-64, para Atividade de Funcionamento do Legislativo, no cargo comissionado de Assistente Financeiro, Símbolo CC-4.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**7EE4BF2F

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0096/2021**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde, Estado de Pernambuco (Gestão 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art.1º - **NOMEAR**, CARLOS EDUARDO PADILHA DOS SANTOS, CPF 074.699.364-16, para Atividade de Gabinete Parlamentar, no cargo comissionado de Assessor Legislativo, Símbolo CC-4.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**3F268C88

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA 0097/2021**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde, Estado de Pernambuco (Gestão 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art.1º - **NOMEAR**, MARIA JOSÉ DA SILVA, CPF 126.628.594-66, no cargo comissionado de Assistente de Recursos Humanos, Símbolo CC-2.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação;

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**78766AF3

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA N° 0098/2021**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE, ESTADO DE PERNAMBUCO (GESTÃO 2021/2022)**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**RESOLVE:**

Art.1º **- EXONERAR**, JOSÉ JAMERSON PEREIRA NETO, CPF 009.209.955-60, para o GABINETE DA PRESIDÊNCIA no cargo comissionado de Chefe de Gabinete, Símbolo CC-1.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação;

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**919CEA70

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0099/2021**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE, ESTADO DE PERNAMBUCO (GESTÃO 2021/2022)**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**RESOLVE:**

Art.1º - **EXONERAR**, VICENCIA PEREIRA DA COSTA, CPF 124.495.984-72, para ATIVIDADE DE GABINETE PARLAMENTAR, no cargo comissionado de Assessor Legislativo, Símbolo CC-4.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação;

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**489C76CC

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0100/2021**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde, Estado de Pernambuco (Gestão 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**RESOLVE:**

Art.1º - **NOMEAR**, VICENCIA PEREIRA DA COSTA, CPF 124.495.984-72, para o Gabinete da Presidência no cargo comissionado de Chefe de Gabinete, Símbolo CC-1.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação;

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**62D80579

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE**
**PORTARIA Nº 0101/2021**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde, Estado de Pernambuco (Gestão 2021/2022), no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**RESOLVE:**

Art.1º - **NOMEAR**, MARCOS TIMÓTEO BARBOSA, CPF 010.419.014-02, para Atividade de Gabinete Parlamentar, no cargo comissionado de Assessor Legislativo, Símbolo CC-4.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. - Revogam- se as disposições em contrário.

Arcoverde, 01 de Março de 2021.

***LUIZA MARGARIDA DE JESUS***
Presidente da Câmara de Vereadores de Arcoverde

**Publicado por:**
Naiany Feitosa de Oliveira Barbosa
**Código Identificador:**45C6A9A8

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃOTOMADA DE PREÇOS PMA Nº 001/2021, PROCESSO LICITATÓRIO PMA N º 007/2021**

*ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃOTOMADA DE PREÇOS PMA Nº 001/2021, PROCESSO LICITATÓRIO PMA N º 007/2021*

*OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para executar serviços de Reformas do Cinema Rio Branco no Município de Arcoverde.*
*Onde se Lê: Valor estimado global R$ 220.650,77 (Duzentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos).*
*Leia-se: Valor estimado global R$ 250.985,04 (Duzentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos).*
.
*Arcoverde, 08 de Março de 2021*

***ACEONE ALVES DA SILVA***
Presidente da CPL

**Publicado por:**
Aceone Alves da Silva
**Código Identificador:**6EDF04B2

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**RATIFICAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Barra de Guabiraba, no uso de suas atribuições, **RECONHEÇO** e **RATIFICO** a **Processo Administrativo nº 008/2021, Dispensa de Licitação nº 002/2021**, com fulcro no art. 24, inciso IV, combinado com o art. 26 da lei federal nº. 8.666/93 que tem como Objeto: Contratação Emergencial de Empresa para Fornecimento de Medicamentos Básicos, Medicamentos para Saúde Mental, Medicamentos Injetáveis e Material Médico Hospitalar para atender a necessidade das UBS e Hospital. Empresa: Drogamix Distribuidora de Medicamentos Eireli, CNPJ nº 31.368.706/0001-34, Rod. Br 423, nº 32, Heliopolis, Garanhuns, PE. Valor de R$ 514.783,77. Jorge Eduardo Ribeiro Soares Eireli (Via Hospitalar), CNPJ nº 29.101.445/0001-40, Av Agamenon Magalhaes, nº 711, Santo Antonio, Garanhuns, PE. R$ 108.056,67.

Barra de Guabiraba, 05 de março de 2021.

***MARIA AUNILIA DE JESUS***
Secretária de Saúde.

**Publicado por:**
Juliana Oliveira de Moura Lima
**Código Identificador:**4CB9315E

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº008/2021**

**DECRETO MUNICIPAL n. 008, DE 8 DE MARÇO DE 2021**

*Dispõe sobre a revisão e consolidação dasmedidas temporárias de enfrentamento daCOVID-19.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o aumento brusco nos casos de COVID -19 em nosso município e em todo Estado de Pernambuco, acolhendo o Decreto Estadual nº50.346 de 01 de março de 2021, tendo a necessidade de outras regulamentações;

**D E C R E T A:**

**Objeto**

**Art. 1º** Este Decreto trata da revisão e consolidação das medidas temporárias de enfrentamento da covid-19.

**Art. 2º É livre** o horário de funcionamento de qualquer atividade, econômica ou não, respeitadas as restrições e exceções estabelecidas neste Decreto.

**Art. 3º** São medidas de caráter **obrigatório:**

I - a todos os indivíduos, o uso de máscara de proteção individual durante qualquer atividade fora do ambiente residencial/domiciliar, em qualquer espaço público ou privado de acesso ao público, aberto ou fechado, inclusive nas vias e logradouros públicos, tais como ruas, calçadas, parques, praças e outros;
II – nos estabelecimentos públicos ou privados, **a disponibilização de álcool 70%,** líquido ou gel, para higienização de todas as pessoas que transitam pelo local;
III – nos estabelecimentos públicos ou privados, onde houver local para a lavagem das mãos**, disponibilizar sabão e toalhas de papel para uso dos colaboradores e clientes;**
IV – nos estabelecimentos públicos ou privados, **a intensificação da higienização das superfícies e outros locais**.

**§ 1º** Os estabelecimentos públicos e privados de acesso ao público devem coibir a entrada e permanência no local de pessoas que não estiverem usando máscara de proteção individual, sejam elas usuários, clientes, empregados, colaboradores ou outros, sendo facultado ao estabelecimento fornecer máscaras na entrada do local, a título gratuito ou não.

**§ 2º** As máscaras a que se referem o inciso I do caput deste artigo podem ser artesanais ou industriais e devem manter boca e nariz cobertos, conforme orientações constantes no Protocolo de Enfrentamento ao COVID, expedida pelo Ministério da Saúde, e as orientações gerais de uso de máscaras faciais não profissionais, publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 3 de abril de 2020.

**§ 3º** A obrigação do uso de máscara prevista no inciso I do caput deste artigo será dispensada nos seguintes casos:

I - de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção individual;
II - de crianças menores de 4 (quatro) anos de idade;
III – para a prática de atividades físicas e desportivas a céu aberto, sendo obrigatório o uso em academias; e
IV – dentro de veículos automotores, sendo recomendado o uso quando houver mais de uma pessoa no veículo.

**§ 4º** Em áreas de alimentação, como restaurantes, lanchonetes, bares, cafés e praças de alimentação, a utilização de máscaras não será exigida apenas durante o consumo de alimentos e bebidas.

**§ 5º** O disposto neste artigo aplica-se inclusive às igrejas e outros templos de qualquer culto, dispensadas quaisquer outras medidas anteriormente exigidas para essas atividades

**Art. 4º** Estará proibido qualquer atividade esportiva coletiva, festas de aniversários, casamentos e demais reuniões, com número de pessoas acima de 10 (dez) participantes.

**Art. 5º** É proibida a realização de qualquer evento aberto ao público, com ou sem a cobrança de ingresso ou algo do tipo, que acarrete a reunião de público superior a 10 (dez) pessoas, incluindo nesse limite todas as pessoas presentes no local (organizadores, colaboradores e público).

**Parágrafo único.** Para fins de compreensão, **consideram-se eventos proibidos** os shows, festas, comemorações, apresentações artísticas e/ou culturais e outras reuniões de pessoas que sejam abertas ao público, mesmo que a público específico ou restrito.

**Art. 6º** É proibida qualquer espécie de reunião familiar em que haja a aglomeração de mais de 10 (dez) pessoas no mesmo local.

**§ 1º** Considera-se reunião familiar qualquer aglomeração de pessoas em local privado, não aberto ao público, seja qual for a finalidade da reunião, em ambiente residencial ou não, mesmo que entre elas não haja vínculo parental, consanguíneo ou familiar.

**§ 2º** Excetua-se da proibição prevista neste artigo a hipótese de, no mesmo imóvel, comprovadamente residirem mais que 10 (dez pessoas), situação em que não será permitida a permanência de outras pessoas (não residentes) em reuniões familiares realizadas naquele local.

**§ 3º** Em reuniões familiares, recomenda-se que seja evitada a utilização de equipamento de som em volume alto, especialmente quando o local for frequentado por pessoas não residentes no local.

**Art. 7º** São proibidos, em todo o território municipal, o uso compartilhado bem como a formação das tradicionais rodas de conversa, para jogos e similares.

**Art. 8º** É proibida, nos veículos estacionados em vias e logradouros públicos, inclusive em pátios e estacionamentos privados com acesso aberto ao público (a exemplo de pátios e outros espaços de postos de combustível e conveniências), a utilização de equipamentos que produzam som audível do lado externo do veículo, em volume e frequência que atraiam a atenção e aglomeração de pessoas.

**§ 1º** A proibição estabelecia no caput tem por objeto evitar a aglomeração de pessoas no entorno dos veículos, com o único fim de prevenir a disseminação da covid-19.

**§ 2º** A proibição prevista no caput se estende, ainda, ao uso de equipamentos de som que não estejam diretamente instalados nos veículos, ou que sejam utilizadas mesmo sem a necessidade de um veículo, a exemplo de caixas portáteis de som e similares.

**Art. 9º É permitida** a realização de velórios **somente em locais abertos onde haja circulação natural do ar**, com duração máxima de até 2 (duas) horas, exceto quando a causa do óbito tenha suspeita ou confirmação de infecção por covid-19, situação em que será observado o estabelecido na Resolução CMPEC n. 11, de 2020, ou ato que vier a substituí-la.
**Art. 10.** A infração ao disposto nos arts. 5º e 6º acarreta a aplicação de multa ao sujeito responsável pela infração.

**§ 1º** A autuação e aplicação de multa por infração aos arts. 5º e 6º adotará procedimento simplificado, conforme disposto neste artigo.

**§ 2º** Verificada a infração, o agente público competente notificará por escrito o sujeito responsável, dando-lhe o prazo máximo de 1 (uma) hora para que atenda a determinação legal.

**§ 3º** Expirado o prazo fixado no § 2º, o agente público competente fará nova verificação no local, e, constatando que não houve cumprimento da medida determinada, lavrará auto de infração e aplicará multa correspondente à infração.

**§ 4º** A multa de que trata este artigo corresponderá ao valor de R$ 100,00 (cem reais), multiplicado pelo número de pessoas presentes no local, e será aplicada ao sujeito de direito responsável pela infração, observados os seguintes termos:

I – em se tratando de infração ao disposto no art. 5º, considera-se sujeito de direito responsável pela infração o proprietário ou responsável pelo estabelecimento; e
II – em se tratando de infração ao disposto no art. 6º, considera-se sujeito de direito responsável pela infração o responsável pelo imóvel, seja ele proprietário, inquilino ou possuidor do imóvel a qualquer título.

**§ 5º** A multa será lançada com base no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do sujeito de direito responsável pela infração.

**§ 6º** A multa aplicada poderá ser convertida em cestas básicas, que serão doadas a entidades sem fins lucrativos cadastradas pelo Município, podendo o infrator indicar a qual entidade quer direcionar a doação, no prazo de até 7 (sete) dias.

**§ 7º** As autoridades competentes comunicarão ao Ministério Público Estadual as infrações autuadas na forma deste Decreto, para que sejam tomadas providências penais cabíveis.

**Art. 11.** Na hipótese de infração ao disposto nos arts. 7º e 8º, o infrator será advertido verbalmente, e, se ainda assim persistir com o ato de infração, o agente público competente poderá apreender o (s) dispositivo (s) utilizado (s) para o cometimento da infração.

**§ 1º** Na hipótese de infração ao disposto no art. 7º, os dispositivos apreendidos serão mantidos sob guarda e devolvidos somente após o infrator, ou responsável, se o infrator for menor de idade, firmar declaração própria se comprometendo ao cumprimento do disposto neste Decreto.

**§ 2º** Na hipótese de infração ao disposto no art. 8º, se apreendidos os dispositivos, aplicar-se-á o disposto no § 1º, salvo se aplicável pena mais rigorosa prevista na legislação federal.

**Art. 12.** As medidas previstas neste Decreto constituem-se medidas sanitárias preventivas, inclusive para os fins do art. 268 do Código Penal.

**Parágrafo único.** A aplicação das sanções previstas neste Decreto não impede e nem prejudica as demais sanções administrativas e penais previstas na legislação, em especial o que prevê os arts. 131 e 268 do Código Penal.

**Art. 14.** Este Decreto **entra em vigor a partir de 8 de março de 2021**.

*Barra de Guabiraba-PE, 8 de março de 2021.*

***DIOGO CARLOS DE LIMA SILVA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Anamarina Vasconcelos Coutinho
**Código Identificador:**DCA3155B

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE BELO JARDIM**

**BELO JARDIM PREV**
**PORTARIA Nº 026.2021 CONCEDER PENSÃO POR MORTE A ZENI MARIA DE SANTANA OLIVEIRA**

**PORTARIA Nº 026/2021**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim (BELO JARDIM PREV), no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 029/2006,

**RESOLVE:**

**Conceder** pensão por morte a **ZENI MARIA DE SANTANA OLIVEIRA**, pelo falecimento do servidor inativo MANOEL NUNES DE OLIVEIRA, mat. 1.6000188.1, portadora do CPF nº 171.250.494-00, que ocupou o cargo de Soldador, Nível 4 da Prefeitura Municipal de Belo Jardim, falecido em 06/02/2021, nos termos do art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/2003, combinado com os arts. 10, inciso I e 57 e 58, inciso II, 59, inciso I da Lei Municipal nº 1.601/2004 (alteração da Lei municipal nº 3.327/2021).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/03/2021.

Gabinete do Diretor Presidente do Belo Jardim Prev, em 09 de março de 2021.

***ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO***
Diretor Presidente

**Publicado por:**
Valdirene de Souza Cavalcante
**Código Identificador:**FBE954E4

**CAMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**
**LEI Nº 3.314, DE 08 DE MARÇO DE 2021.**

*Altera a Lei nº 3.176, de 9 de maio de 2017, que dispõe sobre a proibição da prática de nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, revoga as Leis Municipais nº 1.765/2009 e nº 2.101/2013, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 35, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, considerando a omissão do Chefe do Poder Executivo no sentido de proceder à tempestiva promulgação da matéria, na forma do § 4º do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 3.176, de 9 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art.2º.....
.....
III – Autoridade nomeante: Prefeito e Presidente da Câmara Municipal; (NR)
IV – Autoridade administrativa: Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, Diretores Gerais ou titulares de cargos de direção a qualquer nível no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta; e (NR)
V - Órgão ou entidade: órgão é a unidade de atuação integrante de uma mesma pessoa jurídica da estrutura da Administração Pública ou por esta mantida de alguma forma, compreendida por todos os órgãos municipais onde as autoridades administrativas elencadas no inciso IV exerçam suas atividades. (AC)"
"Art.3º.....
.....
I - familiar de autoridade nomeante:
a) no âmbito de todo o Poder Executivo, no caso do Prefeito;
b) no âmbito de todo o Poder Legislativo, no caso do Presidente da Câmara Municipal; e (NR)
II – autoridade administrativa, no âmbito do mesmo órgão ou entidade sobre o qual exerça poder de subordinação administrativa. (NR)
....."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 08 de março de 2021.

***JOSÉ LOPES SILVEIRA***
Presidente

**Publicado por:**
Juliano Julielson da Silva
**Código Identificador:**AA08164A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE BEZERROS

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
### PROCESSO N.º 018/2021 - DISPENSA N.º 010/2021

A prefeita do Município de Bezerros, nos termos do art. 24 inc. IV da lei 8.666/93 torna público que ratifica e homologa a Dispensa de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviço técnico especializado em manutenção da rede de iluminação pública do Município de Bezerros com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e veículos especializados, empreendendo os serviços de manutenção preventiva e corretiva para o sistema de iluminação pública, em favor da empresa **HIDRO-ELETRO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA, CNPJ: 00.779.608/0001-66**, no Valor Global de **R$ 232.639,55**.

***MARIA LUCIELLE SILVA LAURENTINO***
Prefeita

**Publicado por:**
Ewerton Danillo Santos de Paula
**Código Identificador:**A4544F80

### GABINETE DA PREFEITA
### DECRETO Nº 2.414, DE 08 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO E DECLARAÇÃO DE IGREJAS E TEMPLOS RELIGIOSOS COMO ATIVIDADES ESSENCIAIS E AUTORIZA OS SEUS FUNCIONAMENTOS DE FORMA PARCIAL E PRESENCIAL ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BEZERROS,** ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município dos Bezerros.
**CONSIDERANDO** o teor da Lei nº 13.979, de 06.02.2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus pelo surto de 2019;
**CONSIDERANDO** o teor do artigo 3º, § 9º, da Lei nº 13.979, de 06.02.2020, que autoriza a autoridade local adotar, no âmbito de suas competências, a adoção das medidas para resguardar, dentre outras coisas, o exercício e o funcionamento de serviços públicos e de atividades consideradas essenciais, assim definidos em decreto da respectiva autoridade federativa;
**CONSIDERANDO** o teor do Decreto nº 10.282, de 20.03.2020, que, em seu artigo 3º, § 1º, inciso XXXIX, considerou atividades religiosas de qualquer natureza como essenciais;
**CONSIDERANDO** que o Governo do Estado de Pernambuco anunciou no dia 1º.03.2021 novas medidas restritivas proibindo qualquer atividade não essencial das 20h à 5h de segunda a sexta-feira e nos finais de semana o funcionamento apenas de atividades consideradas essenciais;
**CONSIDERANDO** que nesses tempos de fechamento de atividades e de isolamento social há sérias e graves consequências para o estado mental das pessoas, tais como transtorno de ansiedade, depressão, doenças psiquiátricas e muitas outras que, inclusive, podem levar e muitas vezes levam ao suicídio;
**CONSIDERANDO** que a fé e o culto religioso, bem como as igrejas e os templos religiosos, minimizam sobremaneira as consequências psicológicas causadas pelo isolamento social, tanto que foram considerados em decreto federal como atividades essenciais,
**DECRETA:**
**Art. 1º.** Ficam reconhecidas e declaradas, no âmbito deste Município dos Bezerros, Estado de Pernambuco, as atividades religiosas, os cultos, as igrejas e os templos religiosos como atividades essenciais.
**Art. 2º.** Ficam as Igrejas e os Templos religiosos autorizados a funcionar regularmente durante esse período de pandemia do coronavírus (COVID-19), tanto de forma presencial quanto "*on line*", respeitando-se naquela hipótese aos seguintes requisitos:
I – Limitação de público, em até 30% (trinta por cento) de sua capacidade, nos cultos e Templos;
II – Distanciamento social de 1,5 metro entre as pessoas;
III – Disponibilização de álcool 70%, líquido ou em gel;
IV – Uso obrigatório de máscaras.
**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação e poderá ser revogado ou alterado a qualquer momento se assim se fizer necessário.

Gabinete da Prefeita do Município de Bezerros, em 08 de março de 2021.

***MARIA LUCIELLE SILVA LAURENTINO***
Prefeita

**Publicado por:**
David Antony Neves Salvador
**Código Identificador:**678390C5

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

### PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
### ERRATA

Na publicação do extrato do contrato do dia 08/03/2021 **ONDE SE LÊ –** *Convite nº 002/2021*, **LEIA-SE –** *Convite n° 001/2021* fica mantido o restante do texto anteriormente publicado. B

Bom Jardim, 08 de março de 2021.

***JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO***
Prefeito do Município

**Publicado por:**
Emanuelle Vanessa de Melo Barbosa
**Código Identificador:**47390CD2

### PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
### AVISO DE DISPENSA

**Reconheço e Ratifico o Processo Nº: 008/2021 – Dispensa Nº 007/2021** Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de fórmulas infantis para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município do Bom Jardim-PE. Fundamentação legal: inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 002/2021. Contratada: Empresa Vasconcelos Moura LTDA sob o CNPJ 10.789.124/0001-51contratada fará jus à importância no valor total de R$ 22.342,56.

***SÉRGIO JOSÉ PEREIRA DA SILVA***
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

BOM JARDIM, 04 DE MARÇO DE 2021.

**Publicado por:**
Emanuelle Vanessa de Melo Barbosa
**Código Identificador:**DDA1BBB9

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE BREJÃO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### AVISO DE LICITAÇÃO

**Processo nº 014/2021**.
**Pregão Eletrônico** nº **008/2021-SRP**.

Compras.**Registro de Preço**(SRP) de empresa(s) para futura e eventual aquisição medicamentos (**farmácia básica, medicamentos hospitalares e materiais descartáveis/insumos e medicamentos de doações**) para atender as necessidades , conforme detalhamentos, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência. Período de 12 (doze) meses. Valor máximo:**LOTE I - R$: 1.822.651,49, LOTE II - R$ 984.710,50, Lote III – 1.312.572,66 e**

**LOTE IV – R$ 538.956,50.**Iinício do acolhimento das propostas: dia09/03/2021às10h. Encerramento de recebimento das propostas: dia19/03/2021às08:30. Início abertura da sessão pública de lances dia19/03/2021às10h(horário de Brasília). Edital disponível para consulta e cópia na internet no endereço:**www.bnc.org.brou http://www.brejao.pe.gov.br/.**Outrasiin formações na Comissão de Licitação, Pça. Melquíades Bernardo, nº 01, Sala da CPL, Centro.

Brejão/PE, 08 de março de 2021.

***WILIANE CAMILA PAES DE LIRA***
Pregoeira.

**Publicado por:**
Edinaldo Almeida de Barros
**Código Identificador:**8B24267A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE BREJINHO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
### TERMO DE RATIFICAÇÃO

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos serviços de pintura, retelhamento e revestimento do prédio da Prefeitura Municipal de Brejinho - PE, em conformidade com o art. 24, inciso I da Lei 8.666/93, através da empresa **ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 37.566.790/0001-87.

**Fundamento LEGAL:** art. 24, inciso I da Lei 8.666/93.

**FONTE DE RECURSO**: Recursos Próprios do Município de Brejinho- PE.

**VALOR GLOBAL: R$ 29.742,51 (Vinte e Nove Mil Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Cinquenta e Um Centavos)**

Ratifico a decisão, nos termos dos arts. 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, determinando a convocação da empresa supramencionada para assinatura do termo do contrato, nos termos do art. 64, *caput* da Lei 8.666/93, como também que se proceda às publicações exigidas legalmente.

**Brejinho - PE, 18 de fevereiro de 2021.**

***GILSOMAR BENTO DA COSTA***
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**18C588D4

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DO CONTRATO

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2021**

**PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO – PE,** CNPJ: **11.358.173/0001-00** e **ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 37.566.790/0001-87**.**

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos serviços de pintura, retelhamento e revestimento do prédio da Prefeitura Municipal de Brejinho - PE.

**Fundamento LEGAL:** art. 24, inciso I da Lei 8.666/93.

**FONTE DE RECURSO**: O pagamento das despesas referente a execução da prestação de serviços para atender o empenhamento será pago com recursos da prefeitura de Brejinho - PE, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.01 Gabinete do Prefeito **-** 04 122 0012 1004 – Reforma e Ampliação do Edifício Sede da Prefeitura Municipal; **ELEMENTO DE DESPESA – 44.90.51 – Obras e Instalações**.

**VALOR GLOBAL: R$ 29.742,51 (Vinte e Nove Mil Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Cinquenta e Um Centavos)**

**VIGÊNCIA**: 18/02/2021 À 18/04/2021

**DATA E ASSINATURA: Brejinho – PE, 18 de fevereiro de 2021, GILSOMAR BENTO DA COSTA, Prefeito Municipal e Contratada.**

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**80758BE4

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DO TERMO ADITIVO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01/2021 AO CONTRATO N.º 05/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2021, PARA REALINHAMENTO DE PREÇO.**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ/MF sob o n.º **11.358.173/0001-00** e do outro lado a empresa **JONIELSON BENTO DA COSTA EIRELI/POSTO SÃO JOSÉ**, CNPJ nº 31.859.825/0001-90.
Cláusula Primeira – Do Objeto - O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços do Contrato n.º 05/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 01/2021, conforme requerido pela Empresa Contratada.

Cláusula Segunda – Do Realinhamento - Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, fica alterado o preço do item: Gasolina Comum e Óleo Diesel S10, realinhado o preço conforme tabela a seguir:

| ITEM | D PRODUTOS | UND | QTDA | P.UNIT LICITADO | P.UNIT REALINHADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | GASOLINA COMUM | Litro | 80.000 | 4,63 | 4,91 |
| 2 | DIESEL S10 | Litro | 120.000 | 3,61 | 4,07 |

Cláusula Terceira – Do Fundamento Legal - O presente Termo Aditivo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo 65, inciso II, 'd', da Lei nº 8.666/93 e nas cláusulas Sexta, Paragrafo Segundo e Décima Sexta do Contrato.

Cláusula Quarta – Da Ratificação das Cláusulas - Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas no Contrato nº 05/2021, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo Aditivo de Realinhamento de preço como parte integrante do mesmo para todos os efeitos de direito.

Cláusula Quinta – Da Justificativa - Justifica o presente realinhamento de preços o pedido encaminhado pela empresa contratada, acompanhada de notas fiscais da própria distribuidora, demonstrando o acréscimo demasiado e significativo do preço da gasolina, e óleo diesel S10 na base de custo na sua composição. Ademais, comprova-se por pesquisa realizada que, de fato, o preço solicitado encontra-se dentro do valor praticado pelo mercado local. Percebemos então que o aumento causou desequilíbrio no valor acertado inicialmente gerando a necessidade de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

**DATA E ASSINATURA: Brejinho – PB, 23 de fevereiro de 2021, GILSOMAR BENTO DA COSTA, Prefeito Municipal e empresa Contratada.**

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**BC6BDB84

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO**

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01/2021 AO CONTRATO N.º 03/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2021, PARA REALINHAMENTO DE PREÇO.**

**PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO,** CNPJ: **06.242.368/0001-42** e do outro lado a empresa **JONIELSON BENTO DA COSTA EIRELI/POSTO SÃO JOSÉ**, CNPJ nº 31.859.825/0001-90.

Cláusula Primeira – Do Objeto - O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços do Contrato n.º 03/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 01/2021, conforme requerido pela Empresa Contratada.

Cláusula Segunda – Do Realinhamento - Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, fica alterado o preço do item: Gasolina Comum e Óleo Diesel S10, realinhado o preço conforme tabela a seguir:

| ITEM | D PRODUTOS | UND | QTDA | P.UNIT LICITADO | P.UNIT REALINHADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | GASOLINA COMUM | Litro | 80.000 | 4,63 | 4,91 |
| 2 | DIESEL S10 | Litro | 120.000 | 3,61 | 4,07 |

Cláusula Terceira – Do Fundamento Legal - O presente Termo Aditivo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal no artigo 65, inciso II, 'd', da Lei nº 8.666/93 e nas cláusulas Sexta, Paragrafo Segundo e Décima Sexta do Contrato.

Cláusula Quarta – Da Ratificação das Cláusulas - Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas no Contrato nº 03/2021, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo Aditivo de Realinhamento de preço como parte integrante do mesmo para todos os efeitos de direito.

Cláusula Quinta – Da Justificativa - Justifica o presente realinhamento de preços o pedido encaminhado pela empresa contratada, acompanhada de notas fiscais da própria distribuidora, demonstrando o acréscimo demasiado e significativo do preço da gasolina, e óleo diesel S10 na base de custo na sua composição. Ademais, comprova-se por pesquisa realizada que, de fato, o preço solicitado encontra-se dentro do valor praticado pelo mercado local. Percebemos então que o aumento causou desequilíbrio no valor acertado inicialmente gerando a necessidade de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

**DATA E ASSINATURA: Brejinho – PB, 23 de fevereiro de 2021, FRANCIELY MARIA RODRIGUES DE LUCENA, Secretaria de Saúde e empresa Contratada.**

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**55DBF1CC

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2021**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NA CIDADE DE RECIFE NA RUA RESENDE, Nº 163 A, BAIRRO IPUTINGA, DESTINADO AO ACOLHIMENTO DE PACIENTES RESIDENTES EM BREJINHO EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, em conformidade com o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, através da Sra. **MARIA JOSEFA DA SILVA,** portadora do CPF: 364.585.384-72 e RG: 952.661 SSP/PE, residente e domiciliada na Rua Resende, nº 163 A, Bairro Iputinga, Recife - PE, CEP: 50.680-200.

**Fundamento LEGAL:** art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

**FONTE DE RECURSO**: Recursos Próprios do Fundo Municipal de Saúde de Brejinho- PB.

**VALOR MENSAL R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)**
**VALOR GLOBAL R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)**

Ratifico a decisão, nos termos dos arts. 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, determinando a convocação da licitante supra mencionada para assinatura do termo do contrato, nos termos do art. 64, *caput* da Lei 8.666/93, como também que se proceda as publicações exigidas legalmente.

Brejinho - PE, 01 de março de 2021**.**

***FRANCIELY MARIA RODRIGUES DE LUCENA***
Secretária de Saúde

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**4FD570F2

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO**

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 23/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2021**

**PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO – PB, 06.242.368/0001-42** e **MARIA JOSEFA DA SILVA,** portadora do CPF: 364.585.384-72**.**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NA CIDADE DE RECIFE NA RUA RESENDE, Nº 163 A, BAIRRO IPUTINGA, DESTINADO AO ACOLHIMENTO DE PACIENTES RESIDENTES EM BREJINHO EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO.

**Fundamento LEGAL:** Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93

**FONTE DE RECURSO**: O pagamento das despesas referente a execução da prestação de serviços para atender o empenhamento será pago com recursos do Fundo Municipal de Saúde de Brejinho - PE, em conformidade com o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.51 – Fundo Municipal de Saúde -** 10 122 0014 2030 – Manutenção das atividades administrativas FMS; **ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.36 – Outros serviços de terceiros pessoa física**.

**VALOR MENSAL R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)**
**VALOR GLOBAL R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)**

**VIGÊNCIA**: 01/03/2021 À 31/12/2021

**DATA E ASSINATURA: Brejinho – PB, 01 de março de 2021, FRANCIELY MARIA RODRIGUES DE LUCENA, Secretária Municipal e Contratada.**

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**51360B81

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos serviços de Elaboração e Readequação de Projeto Base para Transporte Escolar, em conformidade com o art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, através da empresa **REDI TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, CNPJ: 33.374.064/0001-01.

**Fundamento LEGAL:** art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

**FONTE DE RECURSO**: Recursos Próprios do Município de Brejinho- PE.

**VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)**

Ratifico a decisão, nos termos dos arts. 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, determinando a convocação da empresa supramencionada para assinatura do termo do contrato, nos termos do art. 64, *caput* da Lei 8.666/93, como também que se proceda às publicações exigidas legalmente.

**Brejinho - PE, 03 de março de 2021.**

***GILSOMAR BENTO DA COSTA***
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**C2910AC1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 18/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2021**

**PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO – PE,** CNPJ: **11.358.173/0001-00** e **REDI TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, CNPJ: 33.374.064/0001-01**.**

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos serviços de Elaboração e Readequação de Projeto Base para Transporte Escolar.

**Fundamento LEGAL:** art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

**FONTE DE RECURSO**: O pagamento das despesas referente a execução da prestação de serviços para atender o empenhamento será pago com recursos da prefeitura de Brejinho - PE, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.04 – Secretaria de Educação e Cultura - 12 361 0014 2014 - Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Educação; **ELEMENTO DE DESPESA** – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; 12 361 0014 2017 - Manutenção Programa Transporte Escolar/MDE; **ELEMENTO DE DESPESA** – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

**VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)**

**VIGÊNCIA**: 04/03/2021 À 04/06/2021

**DATA E ASSINATURA: Brejinho – PE, 04 de março de 2021, GILSOMAR BENTO DA COSTA, Prefeito Municipal e Contratada.**

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**07A2474A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**ATO REVOGAÇÃO LICITAÇÃO**

ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO – PE, em conformidade com o disposto no Art. 49 da Lei n.º 8.666/93, decide REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SOB O Nº. 12/2021, que teve por objeto a Aquisição de 01 (Uma) Ambulância atender as necessidades da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Brejinho – PE, pelos seguintes motivos:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

3º - Considerando que o Art. 49 da Lei Federal 8.666/1993 prescreve que "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

4º - Considerando que a Súmula 473 do E. STF descrimina que "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

5º - Considerando que ainda nem mesmo foi realizado as fases de proposta e de habilitação do referido procedimento licitatório, não gerando qualquer expectativa de direito a qualquer licitante.

Resolve: REVOGAR o processo licitatório Pregão Eletrônico n.º 12/2021.

Paço Municipal de Brejinho - PE Em 08 de março de 2021

***FRANCIELY MARIA RODRIGUES DE LUCENA***
Secretária de Saúde

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**DB0B9D52

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL Nº 002/2021 HORÁRIO PARA ENTREVISTA - PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA**

**EDITAL Nº 002/2021 HORÁRIO PARA ENTREVISTA - PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA**

Entrevista para os candidatos cargo: COORDENADOR (A) MUNICIPAL DO PROGRAMA
Local: Secretaria Municipal de Educação
Data: 09/03
Horário: de 8h às 9h

Entrevista para os candidatos cargo: FORMADOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Local: Secretaria Municipal de Educação
Data: 09/03
Horário: de 9h às 10h

Entrevista para os candidatos cargo: FORMADOR (A) 1º E 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Local: Secretaria Municipal de Educação
Data: 09/03
Horário: de 10h às 11h

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**C71DDDE5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**RESPOSTA AOS RECURSOS INTERPOSTOS DO PROCESSO SELETIVO – PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA N° 002/2021**

**RESPOSTA AOS RECURSOS INTERPOSTOS DO PROCESSO SELETIVO – PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA N° 002/2021**

Recorrente: MARIA DA GUIA SANTOS DA SILVA
Recorrido: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE BREJINHO

MOTIVO ALEGADO PELO CANDIDATO: Trata-se de recurso para revisão da nota atribuída ao curriculum vitae, na qual, irresignada com o resultado do processo seletivo em análise, arguiu a seguinte afirmação: 1 - Reanálise dos itens 4.1, 4.1.1 e 4.1.2 do Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2021.

RESPOSTA: (X) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

FUNDAMENTAÇÃO: A documentação comprobatória apresentada juntamente com o currículo não foi pontuada como deveria. Assim, fazendo uma reanálise, a nota atribuída ao currículo da candidata deixa de valer 2 (dois pontos) e passa a valer 12 (doze pontos).

**Publicado por:**
Jacimone Delfino de Sousa
**Código Identificador:**CDB41506

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BREJO DA MADRE DE DEUS – PE. PROCESSO Nº 003/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021 – contratação de empresa para o fornecimento parcelado de recarga de oxigênio, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Brejo da Madre de Deus/PE. Valor estimado é de R$ 244.514,40 (duzentos e quarenta a quatro mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos). Início do acolhimento das propostas: a partir das 08:00h do dia 09/03/2021. Início da sessão de abertura de propostas: às 08:05h do dia 18/03/2021. Início da sessão de disputa: às 09:00h do 18/03/2021. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: http://bnc.org.br/sistema/. Outras informações pelo fone (81) 3747-1156 ramal 244 ou pelo E-mail licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br.

***THARCYSIO CORDEIRO DE FARIAS DA SILVA***
Pregoeiro.

Brejo da Madre de Deus, 08 de março de 2021.

**Publicado por:**
Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
**Código Identificador:**A1F0279B

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BREJO DA MADRE DE DEUS – PE. PROCESSO Nº 004/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 – contratação de empresa para aquisição de 01 (um) tipo Van 0 km de transporte sanitário com acesso para cadeirante para auxílio no transporte dos pacientes do munícipio em Tratamento Fora do Domicílio (TFD), para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Brejo da Madre de Deus/PE. Valor estimado é de R$ 229.900,00 (duzentos e vinte e nove mil e novecentos reais). Início do acolhimento das propostas: a partir das 08:00h do dia 09/03/2021. Início da sessão de abertura de propostas: às 13:00h do dia 18/03/2021. Início da sessão de disputa: às 14:00h do 18/03/2021. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: http://bnc.org.br/sistema/. Outras informações pelo fone (81) 3747-1156 ramal 244 ou pelo E-mail licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br.

***THARCYSIO CORDEIRO DE FARIAS DA SILVA***
Pregoeiro.

Brejo da Madre de Deus, 08 de março de 2021.

**Publicado por:**
Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
**Código Identificador:**B162B5E5

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
### RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Favor desconsiderar a publicação de retificação da ratificação e homologação, publicado na Amupe de 08/03/2021, Pág.24. Passar assim a considerar essa que segue. Na ratificação e homologação da Dispensa 002/2021, publicado na Amupe de 05/03/2021, Págs. 08 e 09, onde se lê: Processo N° 004/2021, Dispensa Nº. 002/2021, leia-se Processo N° 001/2021 Dispensa Nº. 001/2021. Onde se lê: Prefeitura, leia-se Fundo Municipal de Saúde.

Brejo da Madre de Deus, 08 de março 2021.

***EVANDRO JOSÉ DA SILVA***
Ordenador de Despesa e Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
**Código Identificador:**08CA9F72

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
### RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PROCESSO N° 002/2021, DISPENSA Nº. 002/2021**. Ratifico e homologo a Dispensa para Execução de atividades na área multidisciplinar de saúde no atendimento de 20 (vinte) pessoas com deficiência Intelectual e Múltipla, durante o período de 12 (doze) meses, em favor da empresa **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TORITAMA/PE, (APAE/TORITAMA),** inscrita no **CNPJ: 28.470.155/0001-00,** nos termos fundamentação legal disposta Lei nº 13.019/2014 e da lei 8.666/93 e as suas alterações posteriores. Termo de Fomento firmado no valor de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) com o prazo de 12 meses a parti do dia 01/03/2021.

Brejo da Madre de Deus, 26 de fevereiro 2021.

***EVANDRO JOSÉ DA SILVA***
Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**
Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
**Código Identificador:**76F163DF

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2021- AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE EDITAL**
**PL – 003/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2021 OBJETO Nat:.** Compras – **OBJETO Descr: –** Contratação de empresa para fornecimento de Peixe congelado tipo - Castanha, pesando entre 700grs a 1 quilo por unidade, destinado à tradicional doação com famílias carentes no período da semana santa.
**Valor Máximo Aceitável** – **R$ 117.360,00. Abertura: 22/03/2021 às 09:00h.** Sistema eletrônico utilizado: **www.licitacoes-e.com.br**. Nº da Licitação no Sistema Eletrônico: **860496**. Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. Edital e anexos podem ser obtidos no Portal do Município: **www.buenosaires.pe.gov.br**, através do e-mail: prefeituramunicipalbuenosaires@gmail.com, no endereço do sistema eletrônico utilizado ou na sala da CPL, Praça Antonio Gomes de Araújo Pereira, nº 09, Buenos Aires/PE, das 08h às 13h. Informações pelo Fone: (81) 3647.1142.

Buenos Aires, 08 de março de 2021.

***EVERALDO ANTONIO DA SILVA.***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Everaldo Antonio da Silva
**Código Identificador:**D5594438

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICIPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

### CAMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
### PORTARIA N° 037 / 2021, 05 DE MARÇO DE 2021

"Nomeia, Servidor JOSENILSON SEVERINO DA SILVA, para designar as funções que menciona, e dá outras providências."

O Presidente, da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e, o resultado homologado do concurso público n°01/2019, para o provimento de Cargos efetivos, deste Poder

RESOLVE:
Art. 1°- Nomear, JOSENILSON SEVERINO DA SILVA, para o cargo de Auxiliar de manutenção PCD, para integrar o quadro efetivo desta Casa de Leis.
Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Cabo de Santo Agostinho, 05 de março de 2021.

***RICARDO CARNEIRO DA SILVA***
Presidente

**Publicado por:**
Jose Carlos Amorim de Araujo
**Código Identificador:**A06401D5

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CAETÉS

### PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO
### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021. Contratação de posto de combustível situado a um raio de até 10 km da sede da Prefeitura de Caetés, para aquisição parcelada de Combustíveis (Gasolina Comum e Diesel S10), destinados ao abastecimento dos veículos da Prefeitura de Caetés/PE. E ADJUDICAÇÃO DE SEU OBJETO DA SEGUINTE MANEIRA: ITENS: 01 e 02. EMPRESA: **AUTO POSTO ALMEIDA LTDA**, CNPJ: 12.901.149/0001-20, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 2.825.193,38.

Caetés, 05 de Março de 2021.

***NIVALDO DA SILVA MARTINS***
Prefeito

**Publicado por:**
Geopson Cleber Dias de Queiroz
**Código Identificador:**8ED21F6D

### PREFEITURA DE CAETÉS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021. Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de atos administrativos da Prefeitura de Caetés no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Pernambuco e em Jornal de Grande Circulação, no "caderno principal ou primeiro caderno", em qualquer página de notas oficiais e outras publicações de interesse da Contratante. E ADJUDICAÇÃO DE SEU OBJETO DA SEGUINTE MANEIRA: ITENS: 01 e 02. EMPRESA: **GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI - EPP**, CNPJ: 08.329.433/0001-05, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 27.425,00. Item: 03. EMPRESA: **W & M PUBLICIDADE LTDA – EPP, CNPJ:** 01.527.405/0001-45, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 4.200,00.

Caetés, 19 de Fevereiro de 2021.

***JOSÉ RONALDO DE MELO***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Geopson Cleber Dias de Queiroz
**Código Identificador:**830C925E

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CALÇADO

### SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
### EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº:**016/2019.
**TOMADA DE PREÇOS N**° 003/2019.

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇADO

**CONTRATADO:**MIVAQ CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
**CNPJ:**N° 24.415.447/0001-90

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato original.

**DATA DA ASSINATURA:**01/03/2021.
**VIGÊNCIA:**01/03/2021 à 30/04/2021.

**OBSERVAÇÃO:** A vigência deste Termo Aditivo teve início na data de sua assinatura

- Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado na Pça Senador Aderbal Jurema, s/n, Centro - Calçado-PE. ou através do fone/fax: (87) 3793-1129, no horário 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Calçado, 08 de março de 2021.

***RENATO TELES VIVEIROS DA SILVA***
Secretário de Viação, Obras e Urbanismo

**Publicado por:**
Expedito Cláudio da Silva
**Código Identificador:**EC0725E3

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CALUMBI

### PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
### PORTARIA N°083/2021- GAB/PREFEITO

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas pela Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente,

**RESOLVE:**

**Art. 1° CONCEDER** Gratificação Adicional de 60%(sessenta por cento) sobre os vencimentos básicos da servidora**, IRLÂNIA CARDOSO DOS SANTOS, CPF:052.047.76-27** pelo serviços extraordinários prestados à esta municipalidade, conforme a Lei municipal n°493/2007, de 30/03/2007.
**Art. 2°**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 fevereiro de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**B3A69305

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA N°084/2021- GAB/PREFEITO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas pela Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente,

**RESOLVE:**

**Art. 1° NOMEAR** o Sr.º **ALEX JUNIOR DO NASCIMENTO, CPF:061.992.564-76** para exercer o cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, Símbolo **CC3**.
**Art. 2° - Art. 2° - CONCEDER** gratificação de 50% com base na Lei n° 585 de 5 de fevereiro de 2013.
**Art. 3°**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de fevereiro de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 fevereiro de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**CDE93F6E

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA N°085/2021- GAB/PREFEITO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas pela Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente,

**RESOLVE:**

**Art. 1° NOMEAR** o Sr.º **CARINA BRAZ DE LIMA, CPF:238.935.258-82** para exercer o cargo de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO**, Símbolo **CC3**.
**Art. 2° - Art. 2° - CONCEDER** gratificação de 100% com base na Lei n° 585 de 5 de fevereiro de 2013.
**Art. 3°**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de fevereiro de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 fevereiro de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**33A1936C

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA N°086/2021- GAB/PREFEITO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas pela Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente,

**RESOLVE:**

**Art. 1° NOMEAR** a Sr.ª **LARYSSA CANDIDA VIANA, CPF:126.367.854-85** para exercer o cargo de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO**, Símbolo **CC3**.
**Art. 2° - Art. 2° - CONCEDER** gratificação de 100% com base na Lei n° 585 de 5 de fevereiro de 2013.
**Art. 3°**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de fevereiro de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 fevereiro de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**1F2EF383

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA N°087/2021- GAB/PREFEITO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que lhe são facultadas pela Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente,

**RESOLVE:**

**Art. 1° CONCEDER** Gratificação Adicional de 100%(cem por cento) sobre os vencimentos básicos da servidora, **LUZILENE SIMÕES DE LIMA, CPF:024.037.054-62,** pelo serviços extraordinários prestados à esta municipalidade, conforme a Lei municipal n°493/2007, de 30/03/2007.
**Art. 2°**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 fevereiro de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**B19A20DF

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA Nº 088/2021**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CALUMBI-PE,** no uso de suas atribuições legais e, com fundamentos no art. 71, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de 20 de março de 1990, resolve:
Nomear, em caráter efetivo, observada a ordem de classificação e a determinação judicial, conforme Proc. nº 0000986-94.2015.8.17.0610, a servidora **ROZIMERY PEREIRA DE LIMA**, aprovada em concurso público realizado em 09 de março de 2014 para o cargo de **PROFESSOR I**, passando a integrar no quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Calumbi:

A candidata tem data de posse marcada para o dia 04/03/2021, sendo nomeada para assumir seu cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Calumbi- PE, 04 de março de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito Municipal

***JANEALES ALINE CORDEIRO DE SIQUEIRA***
Secretária de Administração e Finanças

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**0A6F656B

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA Nº 089/2021**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CALUMBI-PE,** no uso de suas atribuições legais e, com fundamentos no art. 71, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de 20 de março de 1990, resolve:
Nomear, em caráter efetivo, observada a ordem de classificação e a determinação judicial, conforme o Proc. nº 0000999-93.2015.8.17.0610, o servidor **ADILSON RODRIGUES PATRIOTA**, aprovado em concurso público realizado em 09 de março de 2014 para o cargo de **PROFESSOR I**, passando a integrar no quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Calumbi:

O candidato tem data de posse marcada para o dia 04 de março de 2021, sendo nomeado para assumir seu cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Calumbi- PE, 04 de março de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito Municipal

***JANEALES ALINE CORDEIRO DE SIQUEIRA***
Secretária de Administração e Finanças

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**9906138C

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**PORTARIA Nº 090/2021.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CALUMBI-PE,** no uso de suas atribuições legais e, com fundamentos no art. 71, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de 20 de março de 1990, resolve:
Nomear, em caráter efetivo, observada a ordem de classificação e na determinação judicial, conforme Proc. nº 0000998-11.2015.8.17.0610, a servidora **PATRÍCIA V. DE LIMA EVANGELISTA**, aprovada em concurso público realizado em 09 de março de 2014 para o cargo de **PROFESSOR I**, passando a integrar no quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Calumbi:

A candidata tem data de posse marcada para o dia 04 de março de 2021, sendo nomeada para assumir seu cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Calumbi- PE, 04 de março de 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito Municipal

***JANEALES ALINE CORDEIRO DE SIQUEIRA***
Secretária de Administração e Finanças

**Publicado por:**
Silvia Letícia Ribeiro Gomes de Lima
**Código Identificador:**60464BC2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CANHOTINHO

### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
### PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021 - COMPRAS - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI E OUTROS ITENS PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO
O Fundo Municipal de Assistência Social de Canhotinho-PE, informa a abertura de Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 003/2021, para Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinado a distribuição gratuitas de cesta básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade deste Município, e para manutenção do Programa do Sopão Popular, durante o ano de 202, como Valor Estimado: R$ 1.035.434,05. Data e Local da Sessão de Abertura: 22.03.2021 às 08:00h site: www.bnc.org.br. Data e Local da Sessãode Disputa: 22.03.2021 às 09:00h site: www.bnc.org.br. Edital e anexos podem ser obtidos no site www.bnc.org.br . Outras informações através do e-mail: cplcanhotinho2020@gmail.com.

Canhotinho, 08 de março de 2021.

***JUCICLEIDE BORGES GOMES DA SILVA***
Pregoeira

**Publicado por:**
Jucicleide Borges Gomes da Silva
**Código Identificador:**14AE5097

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 002/2021

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021 - PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2021
O Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho-PE, através da sua Secretária publica a Homologação do Pregão Eletrônico Nº 002/2021, destinado a fornecimento de Medicamentos e Medicamentos Controlados, de forma parcelada para atender as necessidades da Farmácia Central Municipal, da Rede de Atenção Primaria e de Média Complexidade do Município, durante o exercício de 2021, em favor das Empresas COM. REP. MACIEL CAVALCANTI LTDA – ME - DENTAL GARANHUNS – MATERIAIS ODONTOLOGICOS, ESTABELECIDA Á RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 16 – CENTRO - GARANHUNS- PE - CNPJ Nº 00.956.869/0001-04, VENCEDORA DOS ITENS, 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, .21, 23, 28, 29, 36, 39, 40, 41, 46, 49, 52, 54, 55, 59. 63, 70, 75, 77, 78, 85, 88, 89, 94, 95, 97, 107, 108, 110, 113, 115, 120, 126, 127, 135, 149, 160, 165, 168, 169, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 182 E 183, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 160.681,80; CIRURGICA RECIFE COMPERCIO E REPRESENTACOES LTDA, ESTABELECIDA A AVENIDA DJALMA DUTRA, 931 – HELIOPOLIS – GARANHUNS – PE – CNPJ Nº 00.236.193/0001-84, VENCEDORA DOS ITENS 27, 57, 58, 62, 72, 82, 86, 98, 105, 106, 130, 150, 154, 155, 162, 187, 188, 189, 197. 217, 222, 240, 241, 250, 255, 256 E 257, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 35.243,70; INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, ESTABELECIDA A RUA RUBENS DERKS, - DISTRITO INDUSTRIAL – ERECHIM – RS – CNPJ Nº 12.889.035/0001-02, VENCEDORA DOS ITENS 05, 15, 31, 32, 66, 91, 92, 104, 109, 117, 123, 124, 128, 131, 134, 139, 140, 146, 148, 156, 157, 158, 171, 185, 200, 207, 213, 228, 233, 234, 245 E 246, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 135.251,00; PHARMAPLUS LTDA, ESTABELECIDA A RUA JOÃO DOMINGOS SOBRINHO, 91 – MANOEL VALADARES – AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE – CNPJ Nº 03.817.043/0001-52, VENCEDORA DOS ITENS 14, 25, 47, 53, 61, 67, 71, 76, 90, 121, 125, 133, 137, 138, 141, 142, 143, 147, 152, 161, 163, 176, 184, 186, 191, 195, 202, 203, 204, 205, 216, 218 E 239, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 211.875,00; FABMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA,ESTABELECIDA A RUA CONDE DO ARCO, 200 – SUBAÉ – FEIRA DE SANTANA – BAHIA - CNPJ Nº 05.400.006/0001-70, VENCEDORA DOS ITENS 20, 22, 24, 33, 34, 42, 44, 45, 50, 56, 60, 65, 79, 80, 100, 101, 102, 112, 114, 118, 144, 145, 159, 192, 196, 199, 208, 209, 211, 212, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 232, 235, 236, 238, 247, 248, 249 E 253, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 174.519,50 E CIRURGICA MONTEBELLO LTDA, ESTABELECIDA À RUA COSMORAMA,710 – BOA VIAGEM – RECIFE – PE – CNPJ Nº 08.674.752/0001-40, VENCEDORA DOS ITENS 13, 26, 30, 35, 37, 38, 43, 48, 51, 64, 68, 69, 73, 74, 81, 83, 84, 87, 93, 96, 99, 103, 111, 116, 119, 122, 129, 132, 136, 151, 153, 164, 166, 167, 170, 175, 181, 193, 194, 201, 206, 214, 215, 221, 231, 237, 243, 244 E 251, PERAZENDO UM TOTAL DE R$ 188.428,00. Ao mesmo tempo em que as convocam para assinatura do contrato, dentro do prazo estabelecido no Edital.

Canhotinho, 05 de março de 2021.

***SALETE .MARIA DA SILVA***
Secretária de Saúde

**Publicado por:**
Jucicleide Borges Gomes da Silva
**Código Identificador:**55BF80DE

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**
**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2021**

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2021
O Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho-PE, através da sua Secretária publica a Homologação do Pregão Eletrônico Nº 003/2021, destinado a fornecimento de material penso e descartáveis hospitalar, de forma parcelada para atender as necessidades da Farmácia Central Municipal, da Rede de Atenção Primaria e de Média Complexidade do Município, durante o exercício de 2021, em favor das Empresas COM. REP. MACIEL CAVALCANTI LTDA – ME - DENTAL GARANHUNS – MATERIAIS ODONTOLOGICOS, ESTABELECIDA Á RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 16 – CENTRO - GARANHUNS- PE - CNPJ Nº 00.956.869/0001-04, VENCEDORA DOS ITENS, 05, 06, 07, 16, 19, 20, 35, 37, 38, 39, 68, 69, 126, 127, 128 e 137, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 571.315,00; CIRURGICA RECIFE COMPERCIO E REPRESENTACOES LTDA, ESTABELECIDA A AVENIDA DJALMA DUTRA, 931 – HELIOPOLIS – GARANHUNS – PE – CNPJ Nº 00.236.193/0001-84, VENCEDORA DOS ITENS 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 15, 18, 26, 28, 30, 40, 44, 45, 47, 55, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 70, 74, 75, 91, 103, 111, 113, 116, 117, 121, 134, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 147, 151, 153, 154, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204 e 219, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 96.429,80; CIRURGICA MONTEBELLO LTDA, ESTABELECIDA À RUA COSMORAMA,710 – BOA VIAGEM – RECIFE – PE – CNPJ Nº 08.674.752/0001-40, VENCEDORA DOS ITENS 04, 17, 46, 60, 66, 135, 136, 145, 146, 167, 189, 205, 206, 207, 208, 209 e 220, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 83.469,00; DROGAMEDICA HELIOPOLIS LTDA, ESTABELECIDA A AVENIDA SANTA ROSA, 689 – HELIOPOLIS – GARANHUNS - PE – CNPJ Nº 70.220.801/0001-48, VENCEDORA DOS ITENS 21, 123 E 124, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 9.135,80; CB MÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, ESTABELECIDA A RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO Nº 157 – CENTRO – SÃO LOURENÇO DA MATA – PE – CNPJ Nº 133.157.752/0001-10, VENCEDORA DOS ITENS 01, 13, 22, 24, 27, 31, 32, 33, 34, 36, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 63, 67, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 118, 119, 120, 149, 150, 152, 157, 158, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187,188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 222 E 223, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 245.037,90, SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, ESTBAELECIDA A PRAÇA DOM JOSE Nº 258 – SANTO ANTÔNIO – GARANHUNS – PE – CNPJ Nº 33.613.876/0001-62, VENCEDORA DOS ITENS 14, 29, 51, 140 E 215,PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 12.462,90 E MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ESTABELECIDA A RUA ERNESTO MARIANO n. 231 1º ANDAR – MANOELA VALADARES – AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE - CNPJ Nº 23.706.033/0001-57, VENCEDORA DOS ITENS 23, 25, 114, 122, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 148, 155, 212 E 217, PERFAZENDO UM TOTAL DE R$ 61.912,50. Ao mesmo tempo em que as convocam para assinatura do contrato, dentro do prazo estabelecido no Edital.

Canhotinho, 08 de março de 2021.

***SALETE .MARIA DA SILVA***
Secretária de Saúde

**Publicado por:**
Jucicleide Borges Gomes da Silva
**Código Identificador:**EB45E945

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE CAPOEIRAS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPOEIRAS**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021 RATIFICAÇÃO**

Termo de ratificação de dispensa de licitação. A Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras**,** no uso de suas Atribuições legais e com amparo nos arts. 26, 25, inciso II e 13, V, da Lei nº 8.666/93 e art. 2 da Lei 14.039/2020. RATIFICA a dispensa de licitação sob o nº 001/2021, cujo procedimento se deu através do processo Nº. 001/2021, para a celebração do contrato de prestação de serviços com a empresa **CONTAGEM CONTABILIDADE E ASSESSORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA - EPP, CNPJ: 18.007.034/0001-73**, cujo objeto é a Contratação de escritório de Contabilidade especializado em Contabilidade Publica, no valor Estimado de **R$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos reais)**.

Capoeiras-PE, 01 de março de 2021.

***ANTÔNIO FERREIRA DE MELO***
Presidente CPL

**Publicado por:**
Maria Zenilda de Barros Santos
**Código Identificador:**05BCDAA3

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021 - DISPENSA Nº 009/2021 RATIFICAÇÃO**

Termo de ratificação de dispensa de licitação. O Prefeito Interino de Capoeiras-PE, no uso de suas atribuições legais e com amparo no inciso IV, art.24 da Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal de 002/2021, reconhecido pelo Decreto Legislativo 195/2021 de 14/01/2021. RATIFICA a dispensa de licitação sob o nº 009/2021, cujo procedimento se deu através do processo de nº 009/2021, para a celebração do contrato de fornecimento com a empresa BRUNO JOSÉ DA SILVA INÁCIO ME – EPP, CNPJ/MF sob o nº 33.614.013/0001-00, cujo objeto é Contratação de empresa para desinfecção com utilização de peróxido 1%, de toda e qualquer área comum do ambiente contratado, das unidades Escolares de Capoeiras, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19, no valor de: R$ 219.395,82 (duzentos e dezenove mil trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Capoeiras/PE, 05/03/2021.

***JOSÉ ERNANDES DA ROCHA***
Prefeito Interino

**Publicado por:**
Douglas Flayban Almeida de Melo
**Código Identificador:**46E7FE5D

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

A Prefeitura de Capoeiras-PE, através da CPL, comunica a abertura do Processo Licitatório Nº 010/2021 – Pregão Eletrônico Nº 001/2021, Obras – Objeto: Pavimentação de diversas ruas na sede do município, nas quantidades e especificações constantes do anexo I. Valor Estimado: R$ 178.768,15. LOCAL: PORTAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC: www.bnc.org.br; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09:00 HORAS DO DIA 09/03/2021 ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 22/03/2021; ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 09:00 HORAS DO DIA 22/03/2021; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 10:00 HORAS DO DIA 22/03/2021; MODO DE DISPUTA: ABERTO; REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA. Informações e aquisição de edital na Prefeitura Municipal, sito à Av. 31 de Março, 87 de 08h às 12h ou Fone/fax (87) 3796 – 1098.

Capoeiras/PE, 08/03/2021.

***DOUGLAS FLAYBAN ALMEIDA DE MELO***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Douglas Flayban Almeida de Melo
**Código Identificador:**279FD058

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2021 - DISPENSA Nº 008/2021 – RATIFICAÇÃO**

Termo de ratificação de dispensa de licitação. O Prefeito Interino Municipal de Capoeiras-PE, no uso de suas Atribuições legais e com amparo no inciso IV, art. 24 da Lei nº 8.666/93.RATIFICA a dispensa de licitação sob o nº 008/2021, cujo procedimento se deu através do processo Nº. 008/2021, para a celebração do contrato de fornecimento com a empresa **MARIA CRISTIANE DE MELO - ME, CNPJ: 02.216.970/0001-54,** cujo objeto é Contratação emergencial para aquisição de materiais elétricos para iluminação pública no Município de Capoeiras/PE. No valor de: R$ 269.140,00 (duzentos e sessenta e nove mil, cento e quarenta reais ), pelo período de até 90 dias ou até que seja finalizado o processo de pregão para o referido objeto.

Capoeiras/PE, 04 de março de 2021.

***JOSÉ ERNANDES DA COSTA***
Prefeito Interino

**Publicado por:**
Marcos Teixeira Reino
**Código Identificador:**1ACAA834

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021/FMS - DISPENSA Nº 003/2021/FMS RATIFICAÇÃO**

Termo de ratificação de dispensa de licitação. O Fundo Municipal de Saúde de Capoeiras-PE, no uso de suas atribuições legais e com amparo no inciso IV, art.24 da Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal de 002/2021, reconhecido pelo Decreto Legislativo 195/2021 de 14/01/2021. RATIFICA a dispensa de licitação sob o nº 003/2021, cujo procedimento se deu através do processo de nº 005/2021, para a celebração do contrato de fornecimento com a empresa BRUNO JOSÉ DA SILVA INÁCIO ME – EPP, CNPJ/MF sob o nº 33.614.013/0001-00, cujo objeto é Contratação de empresa para desinfecção com utilização de peroxido 1%, de toda e qualquer área comum do ambiente contratado, das unidades de Saúde de Capoeiras, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19, no valor de: R$ 60.780,93 (sessenta mil setecentos e oitenta e noventa e três centavos).

Capoeiras/PE, 05/03/2021.

***CLEBER RICARDO STAMM GEWEHR***
Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**
Douglas Flayban Almeida de Melo
**Código Identificador:**F9BF588B

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CARNAIBA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL DE ATA DE SRP N° 034/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2020**

Por este instrumento administrativo de cancelamento unilateral, o **Fundo Municipal de Saúde de Carnaíba,** Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **11.431.858/0001-27**, com sede à Rua Presidente Kennedy n.º 283, Centro - CEP nº 56.820-000 – Carnaíba - PE, doravante denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO**, neste ato representado por sua Secretária a **Srª. Alessandra Tadeia Noé Sandes**, brasileira, casada, assistente social, residente à Rua Francisco Fernades de Lima, 190, Centro, Carnaíba – PE - CEP: 56.820-000, portadora do CPF nº 687.049.334-00 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº 3.721.553 SDS-PE, em consideração a decisão em segunda instância anexa aos autos atinente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020**, que tem por objeto o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO CONSIGNADO EM ATA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES COM VISTAS A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, PARA SUBSIDIAR AS AÇÕES E MEDIDAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE**, apresentada pelo prefeito, o Sr. **José de Anchieta Gomes Patriota**, brasileiro, casado, residente à Rua Adécio Queiroz Lacerda, s/n, Centro Carnaíba/PE - CEP: 56.820-000, portador do **CPF nº 168.083.804-06** e da Cédula e Identidade Civil RG Nº **1.375.686 - SSP/PE**, com fulcro no art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/1993, expõe as seguintes razões:

**CONSIDERANDO** as reiteradas falhas da empresa BE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELE – CNPJ: 33.330.526/0001-99 no tocante ao cumprimento das obrigações contratuais com o município de Carnaíba – PE;

**CONSIDERANDO** que a aplicação das penalidades previstas no contrato não foi suficiente para regularizar o sinalagma contratual necessário para o bom funcionamento dos serviços públicos;

**CONSIDERANDO** o teor da decisão administrativa de segunda instância, nos autos do processo licitatório nº 028/2020 – pregão eletrônico nº 018/2020, negando-se provimento ao Recurso interposto pela aludida empresa, com a manutenção das penalidades.;

**RESOLVE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Cancelar unilateralmente a Ata de SRP nº 034/2020 que teve por objeto o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO CONSIGNADO EM ATA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES COM VISTAS A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DRº. JOSÉ DANTAS FILHO, PARA SUBSIDIAR AS AÇÕES E MEDIDAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE**, com fulcro no art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Referendado pelo que dispõe a cláusula primeira, revogam-se as disposições em contrário, considerando extintas as obrigações assumidas e convencionadas na **ATA DE SRP N° 034/2020** originária do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – O Fundo Municipal de Saúde de Carnaíba -PE,** providenciará a publicação do presenteTermo de Cancelamento, que é condição indispensável para sua eficácia, até o **quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura,** consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n°8.666/93.

Carnaíba (PE), 01 de março de 2021.

Fundo Municipal de Saúde de Carnaíba
***ALESSANDRA TADÉIA NOÉ SANDES***

**Publicado por:**
Gabriela Oliveira da Silva
**Código Identificador:**2D2213CD

**GABINETE DO PREFEITO DECRETO MUNICIPAL N.11**

**DECRETO Nº 011, DE 04 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: Dispõe sobre as medidas temporárias para o enfrentamento da emergência internacional decorrente do coronavírus, no âmbito do Município de Carnaíba/PE.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 59 da Lei Orgânica do Município de Carnaíba – PE,

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial da Saúde - OMS classificou, em 11 de março de 2020, que o COVID-19, nova doença causada pelo novo Coronavírus (denominado SARS - CoV-2) é uma pandemia;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 50.346, de 1º de março de 2021 que manteve a declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, prevista no Decreto nº 48.833, de 20 de março de 2020;
**CONSIDERANDO** a prorrogação da declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Município de Carnaíba/PE, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 196, de 14 de janeiro de 2021;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual n° 49.055, de 31 de maio de 2020, que sistematiza as regras relativas às medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

**CONSIDERANDO** que o Governo do Estado Pernambuco proibiu o funcionamento de qualquer atividade não essencial, entre as 20h e as 5h, a partir do dia 03/03/2021, até o dia 17/03/2021;

**CONSIDERANDO** o disposto nos Decretos Municipais nº 008, 009, 010, 011, 012, 017, 018 e 31 do ano de 2020;

**CONSIDERANDO** a responsabilidade da Prefeitura Municipal em resguardar a saúde de toda a população que acessa os inúmeros serviços e eventos disponibilizados no Município;

**CONSIDERANDO** a imperiosa e constante necessidade de adoção medidas de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade;

**CONSIDERANDO** as dinâmicas do avanço da epidemia no país e no mundo, bem como a situação singular enfrentada no Estado, com taxa de letalidade alta e as mudanças no quadro após o reconhecimento da pandemia pela Organização Mundial de Saúde;

**CONSIDERANDO** a evolução dos casos confirmados e em investigação para COVID-19 apontado nos Boletins Epidemiológicos elaborados pela Secretaria de Saúde do Município de Carnaíba.

**CONSIDERANDO** a inexistência de um cronograma definido de início e de conclusão do processo de imunização da população brasileira contra o coronavírus;

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto estabelece as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, em vigor a partir de 5 (cinco) de março de 2021 em todo o Município de Carnaíba - PE.

CAPÍTULO I
DA OBRIGATORIEDADE DE USO DE MÁSCARAS

Art. 2º Permanece obrigatório, em todo território do Município de Carnaíba, o uso de máscaras pelas pessoas, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos e particulares, inclusive ônibus e táxis.
§ 1º Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.
§ 2º Os órgãos públicos e os estabelecimentos privados devem fornecer as máscaras, ainda que artesanais, a seus servidores, funcionários e colaboradores.
Art. 3º O comércio varejista e os prestadores de serviço das atividades essenciais e não essenciais autorizados a funcionar, devem observar as seguintes determinações:
I – Fica proibida a realização, nestes estabelecimentos, de eventos públicos tipo shows, apresentações e similares, que possam gerar aglomeração de pessoas;
II – Em caso de haver bancos ou cadeiras à disposição dos clientes demarcar a distância correta entre as pessoas;
III – Em caso de venda de produto alimentício, não poderá haver qualquer tipo de consumo no local, exceto os restaurantes localizados na rodovia PE 320;
IV – Avaliar a possibilidade de definição de turnos diferenciados ou zonas separadas de trabalho, para evitar aglomerações;
V – Evitar reuniões presenciais com trabalhadores. Se imprescindível, fazer em locais abertos e mantendo a distância de segurança;
VI – Evitar aglomerações nos intervalos, estabelecendo capacidade máxima em áreas comuns e distribuindo os intervalos entre diferentes setores;
VII – Atividades que requeiram proximidade pessoal entre trabalhadores devem ser minimizadas ou planejadas e gerenciadas de modo a estabelecer um ambiente seguro de trabalho;
VIII – Revisar as rotinas de recebimento de mercadorias e limitar o contato pessoal onde as mercadorias são recebidas ou manipuladas;
IX – As mercadorias para coleta e entrega por serviço de motoboy devem estar em local com controle exclusivo do estabelecimento, não devendo estar expostos para retirada direta pelo prestador de serviço;
X – Produtos de beleza e cosméticos, bijuterias e acessórios e alimentos não podem ser provados no local;
XI – Funcionários, colaboradores e clientes deverão sempre fazer uso de máscara dentro do estabelecimento;
XI – Os provadores para itens de vestuário devem ser limpos e higienizados imediatamente após a utilização por cada cliente;
XIII – As mercadorias devolvidas ou trocadas deverão ser corretamente higienizadas e quando não possível, permanecer guardadas e lacradas em embalagens individuais, com a data e horário de lacre sinalizada, podendo ser exposta ou vendida novamente apenas após o período de 4 dias corridos;
XIV – Reforçar a limpeza e a desinfecção das superfícies mais tocadas (mesas, balcões, teclados, maçanetas, botões, etc.), de hora em hora;
XV – Higienizar carrinhos e cestas após o uso por cada cliente;
XVI – Produtos alimentícios em displays abertos de autoatendimento devem ser colocados em embalagens de plástico/celofane ou papel. Para os casos de produtos expostos soltos, como de panificação, eles devem ser colocados em vitrines de acrílico e em sacos, utilizando pinças para funcionários fazerem a retirada para o cliente;
XVII – Utilizar intensivamente os meios de comunicação disponíveis para informar aos clientes sobre as medidas adotadas de higiene e precaução;
XVIII – Utilizar todos os meios de mídia interna, assim como as redes sociais, para divulgar as campanhas e informações sobre a prevenção do contágio e sobre as atitudes individuais necessárias neste momento de crise;
XIX – Deve ser realizada diariamente no início do expediente, o acompanhamento da sintomatologia dos trabalhadores;
XX – Recomenda-se, sempre que possível, manter em trabalho remoto os profissionais enquadrados nos grupos de risco, como idosos, diabéticos, hipertensos, gestantes e lactantes, imunocomprometidos, e os que têm insuficiência cardíaca, renal ou respiratória crônica comprovadas;
XXI – Caso um trabalhador fique doente no local de trabalho com sintomas típicos do COVID-19, deve ser removido para uma área

afastada de outros funcionários e clientes, assim como da área de alimento, até sua saída do estabelecimento para atendimento médico.
Parágrafo Único. A aplicação de medidas preventivas de que trata o disposto no caput, não exaure todas as medidas cabíveis aos estabelecimentos, esses deverão, ainda, atender as demais medidas regulatórias estabelecidas pelos órgãos públicos responsáveis assim como orientações de conselhos profissionais, inclusive, disponibilizando álcool a 70% para os consumidores.
Art. 4º Para evitar aglomerações no interior dos estabelecimentos, a capacidade total de clientes fica restrita a 1 (uma) pessoa para cada 4 m² (quatro metros quadrados) úteis, devendo computar, para efeito de lotação máxima, a totalidade de pessoas, inclusive funcionários.

CAPÍTULO II
DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Art. 5º O desempenho de atividades econômicas e sociais no Município de Carnaíba deve observar o uso obrigatório de máscaras, higiene, quantidade máxima e distanciamento mínimo entre as pessoas, inclusive em filas de atendimento internas e externas, devidamente sinalizadas, e as regras estabelecidas em normas complementares e protocolos sanitários setoriais expedidos pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, já em vigor ou editados posteriormente, isoladamente ou em conjunto com as demais secretarias de estado envolvidas.
Parágrafo único. Incluem-se no disposto no caput as atividades e celebrações religiosas.
Art. 6º Fica vedado, até o dia 17 de março de 2021, inclusive, o exercício de atividades econômicas e sociais:
I - de segunda à sexta-feira, das 20h até as 5h do dia seguinte; e
II - aos sábados e domingos, em qualquer horário.
§ 1º As restrições previstas no caput não se aplicam às atividades indicadas no Anexo Único.
§ 2º Desde que possuam acesso externo e independente, os estabelecimentos destinados ao abastecimento alimentar da população neles localizados, a exemplo dos supermercados, ficam excluídos das restrições previstas no caput.
Art. 7º Permanece vedada, até 17 de março de 2021, inclusive, a utilização de som nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares.
§ 1º As atividades e os serviços desempenhados pelos restaurantes, lanchonetes, *trailers* tipo *fast food* e similares, continuarão suas atividades a partir das 20h e até às 05h, das segundas-feiras aos domingos, apenas através do sistema *delivery*, com permissão de também ofertar ponto de coleta aos consumidores, sendo proibido o consumo no local.
§ 2º As atividades e os serviços desempenhados pelos bares, depósitos de bebidas, lojas de material de construção, lojas de roupas, calçados, perfumaria, móveis e eletrônicos, continuarão suas atividades a partir das 20h e até às 05h, das segundas-feiras aos domingos, apenas através do sistema *delivery*, não sendo permitido ponto de coleta ou consumo no local.
Art. 8º Fica vedada aos sábados e domingos, até o dia 17 de março de 2021, inclusive, a prática de atividades econômicas e sociais nas praças e parques do Município de Carnaíba - PE.
§ 1º Fica vedado aos sábados e domingos, até o dia 17 de março de 2021, a utilização de academias públicas ou privadas, salões de beleza, serviços de estética, bancas de jogos, casas lotéricas, multibanks, cultos, missas e demais eventos religiosos na modalidade presencial.
§ 2º A vedação prevista no caput não se aplica à prática de atividades esportivas em modalidades individuais.
Art. 9º Permanece vedada, até 17 de março de 2021, inclusive, a utilização de som e eventos privados nas chácaras de aluguel, bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares localizados na zona rural do município.
Art. 10º Permanece vedada, até 17 de março de 2021, inclusive, a realização de eventos corporativos, institucionais, públicos ou privados, para fins de reuniões, treinamentos, seminários, cursos, congressos e similares.
Art. 11º Permanece vedada a realização de shows, festas, eventos sociais de qualquer tipo, com ou sem comercialização de ingressos, em ambientes fechados ou abertos, públicos ou privados, inclusive em clubes sociais, hotéis, bares, restaurantes, chácaras de aluguel e congêneres, independentemente do número de participantes.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O descumprimento do disposto neste Decreto poderá acarretar responsabilização dos infratores, nos termos previstos nos arts. 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e no Regulamento do Código Sanitário Estadual, com a redação dada pelo Decreto n° 20.786, de 10 de agosto de 1998, ou instrumento legal que venha a cominar sanção mais específica, além da responsabilidade civil e/ou penal cabíveis.
Art. 13. Portarias da Secretária Municipal de Saúde, editadas isoladamente ou em conjunto com outros secretários municipais, poderão estabelecer normas complementares específicas para a Região, necessárias ao implemento das medidas estabelecidas neste Decreto.
Art. 14. Este Decreto entra em vigor em 05 de março de 2021.
Art. 15. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento de acordo com a evolução dos casos confirmados de Covid-19.
Art. 16. A fiscalização das determinações deste Decreto será realizada pelos órgãos de Vigilância Sanitária Municipal, com apoio da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.
Art. 17. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará na responsabilização nos termos previstos em lei, bem como a adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.
Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário previstas nos Decretos anteriores.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***JOSÉ DE ANCHIETA GOMES PATRIOTA***
Prefeito

**ANEXO ÚNICO**

**ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS AUTORIZADOS A FUNCIONAR**

I - serviços públicos municipais, estaduais e federais, inclusive os outorgados ou delegados, nos âmbitos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos Ministérios Públicos;

II - farmácias e estabelecimentos de venda de produtos médico-hospitalares;

III - postos de gasolina;

IV - serviços essenciais à saúde, como médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e demais estabelecimentos relacionados à prestação de serviços na área de saúde, observados os termos de portaria ou outras normas regulamentares editadas pela Secretária Municipal de Saúde;

V - serviços de abastecimento de água, gás e demais combustíveis, saneamento, coleta de lixo, energia, telecomunicações e internet;

VI - clínicas veterinárias e assistência a animais;

VII - serviços funerários;

VIII - hotéis e pousadas, incluídos os restaurantes e afins, localizados em suas dependências, com atendimento restrito aos hóspedes;

IX - serviços de manutenção predial e prevenção de incêndio;

X - serviços de transporte, armazenamento de mercadorias e centrais de distribuição, para assegurar a regular atividade dos estabelecimentos cujo funcionamento não esteja suspenso;

XI - estabelecimentos industriais e logísticos, bem como os serviços de transporte, armazenamento e distribuição de seus insumos, equipamentos e produtos;

XII - oficinas de manutenção e conserto de máquinas e equipamentos para indústrias e atividades essenciais previstas neste Decreto, veículos leves e pesados e, em relação a estes, a comercialização e serviços associados de peças e pneumáticos;

XIII - restaurantes, lanchonetes e similares, por meio de entrega a domicílio, em ponto de coleta, na modalidade *drive thru* e para atendimento presencial exclusivo a caminhoneiros, sem aglomeração;

XIV - serviços de auxílio, cuidado e atenção a idosos, pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção e do grupo de risco, realizados em domicílio ou em instituições destinadas a esse fim;

XV - serviços de segurança, limpeza, vigilância, portaria e zeladoria em estabelecimentos públicos e privados, condomínios, entidades associativas e similares;

XVI - imprensa;

XVII - serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

XVIII - transporte coletivo de passageiros, incluindo taxis e serviços de aplicativos de transporte, devendo observar normas complementares editadas pela autoridade que regulamenta o setor;

XIX - supermercados, padarias, mercados e demais estabelecimentos voltados ao abastecimento alimentar da população;

XX – exclusivamente os serviços de construção civil;

XXI - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

XXII - serviços de entrega em domicílio de qualquer mercadoria ou produto, conforme recomendações da Vigilância Sanitária Municipal;

XXIII - atividades de preparação, gravação e transmissão de missas, cultos e demais celebrações religiosas pela internet ou por outros meios de comunicação, realizadas em igrejas, templos ou outros locais apropriados;

XXIV – feira livre, apenas para o comércio de alimentos perecíveis, tais como: frutas, verduras, legumes, cereais, produtos de origem vegetal e animal, conforme recomendações da Vigilância Sanitária Municipal.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***JOSÉ DE ANCHIETA GOMES PATRIOTA***
Prefeito

**Publicado por:**
Jonas Rodrigues
**Código Identificador:**3D7C4454

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001 AO CONTRATO Nº 069/2021**

**PROCESSO Nº 014/2021**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021**

TERMO DE APOSTILAMENTONº 001 AO CONTRATO Nº 069/2021, FIRMADO ENTRE OMUNICÍPIODE CARNAÍBA-PE E A EMPRESA LUCIANO ALVES DOS S. JUNIOR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE**, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **11.367.414/0001-70**, situada à Rua Presidente Kennedy, 283, Carnaíba– PE - CEP 56820-000, neste ato representado pelo Sr. Prefeito **JOSÉ DE ANCHIETA GOMES PATRIOTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Adécio Queiroz Lacerda, s/n, Centro, Carnaíba - PE, CEP: 56.820-000, portador do RG nº. 1.375.686 - SSP/PE e **CPF Nº 168.083.804-06**, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, resolve, de acordo com o que dispõe o art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, modificar unilateralmente o contrato Nº **069/2021**, decorrente do Processo de Licitação Nº **014/2021**, através desse apostilamento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO -** Opresente apostilamento tem como objetivoa modificação unilateral do contrato **Nº 069/2021**, por parte da Administração,visando realinhar os preços contratuais de acordo com proposta de preços com as devidas multiplicações corrigidas, anexo único desse apostilamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE DE PREÇOS -** Em decorrência dos efeitos trazidos pelo erro de valor contratual decorrente da multiplicação negligenciada em sua elaboração, o valor total do contrato passa de **R$ 270.106,26 (Duzentos e setenta mil, cento e seis reais e vinte e seis centavos)** para **R$ 270.110,60 (Duzentos e setenta mil, cento e dez reais e sessenta centavos).**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – Em decorrência dos efeitos retroativos trazidos pelo ajuste supramencionado, ficam devidas a CONTRATANTE ou a CONTRATADA as diferenças entre os valos efetivamente pagos e os valores devidos, se houver, referente ao período de **19 de FEVEREIRO de 2021** até a data da assinatura deste termo, as quais serão apuradas pela fiscalização do contrato e pagas, segundo os registros mantidos junto à Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO -** Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO**. O valor total, a base do preço proposto, é de **R$ 270.110,60 (Duzentos e setenta mil, cento e dez reais e sessenta centavos),** conforme disposto na proposta corrigida da data **01/03/2021** da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA – DARATIFICAÇÃO -** Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato **nº 069/2021** permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por esteInstrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO -** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA-PE,** providenciará a publicação resumida do presenteTermo de Apostilamento, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n°8.666/93.

Carnaíba PE, 01 de MARÇO de 2021.

***JOSÉ DE ANCHIETA GOMES PATRIOTA***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Gabriela Oliveira da Silva
**Código Identificador:**4CE7C5F4

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE CASINHAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS-PE - AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Nº: 00010/2021. CPL. Chamada Pública Nº 00001/2021 (Inexigibilidade nº 0001/2021). Serviço. Credenciamento de Profissionais Autônomos (Pessoa Física) e empresas (Pessoa Jurídica) de Prestadores de Serviços para prestação de serviços de transporte de água potável através de carro pipa, destinada a suprir as necessidades de abastecimento da população afetados pela estiagem e desabastecimento de água. Valor total estimado para 12 (doze) meses: R$596.160,00.Quantidades de Pipas a Credenciar: 03. Período de recebimento de intenção de credenciamento: 09/03/2021 a 09/04/2021, com publicação de credenciados semanalmente.

Resultado Final do credenciamento: 12/04/2021 às 10:00h. Edital e maiores informações no Prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Severino Augusto de Miranda, S/N, Casinhas - PE CEP: 55.755-0000, e-mail: licit.casinhas@gmail.com, ou Fone: (81) 3634-9156, no horário de 8:30h. às 11:30h. e de 13:30h. às 17:00 de segunda à sexta-feira

Casinhas (PE), 08 de março de 2021

***FABIANO DE ANDRADE BARBOSA OLIVEIRA***
Presidente da CPL

**Publicado por:**
Fabiano
**Código Identificador:**26E2E6E2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CATENDE

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### AVISO DE LICITAÇÃO

Nº da licitação 860760
A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CATENDE/PE
PROCESSO Nº 015/2021,
PREGAO ELETRONICÓ N° 004/2021 – Serviços, Objeto Registro de preço, consignado em ata, para contratação de empresa especializada em fornecimento de leites especiais e suplementos alimentares, para atender as demandas de pacientes em situação de desnutrição grave e doenças relacionadas, de natureza continuada, para a secretaria de saúde do município de Catende/PE
Valor estimado R$ 349.246,00 (trezentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e seis Reais).
Início do acolhimento das propostas: a partir do dia 10/03/2021.
Início da sessão de abertura: às 10h00minh do dia 22/03/2021.
Início da sessão de disputa: às 11h30minh do dia 22/03/2021.
O edital completo será disponibilizado para
Consulta e cópia exclusivamente na internet no endereço:
www.licitacoes-e.com.br.
Outras informações pelo E-mail prefcatende.cpl@gmail.com.

Catende/PE 08 de março de 2021.

***ANDERSON CARLOS LEITE DE ASSIS.***
Secretario de Saúde do Município de Catende/PE

**Publicado por:**
Jorge Luiz Alves de Menezes
**Código Identificador:**B73CBCFD

### GABINETE DO PREFEITO
### AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATENDE/PE
PROCESSO Nº 012/2021,
TOMADA DE PREÇO N° 001/2021 – Serviços, Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia, para execução de serviços de pavimentação, meio fio e linha dágua em paralelepípedos granitos nas ruas Cicero Cordeiro de Lima, Rua Elane Arquilino de Lima e Gildo Fernandes Gomes, ambas situada no bairro nova Lage Grande II, Lage Grande 2º distrito de Catende/PE.
Valor R$ 395.594,56 ( trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro Reais e cinquenta e seis centavos)
Data e hora da sessão: às 10:00 h. do dia 25 de março de 2021. Informações: pelo e-mail:prefcatende.cpl@gmail.com. (esclarecimentos e impugnações). local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital.

Catende/PE 08 de março de 2021.

***LEONARDO BRAZ DA SILVA***
Secretario de Infraestrutura do município de Catende/PE.

***GRACINA MARIA RAMOS BRAZ DA SILVA***
Prefeita do município de Catende/PE

**Publicado por:**
Jorge Luiz Alves de Menezes
**Código Identificador:**66C45C7C

### GABINETE DO PREFEITO
### AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATENDE/PE
PROCESSO Nº 014/2021,
TOMADA DE PREÇO N° 002/2021 – Serviços, Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia, para realização de consultoria, supervisão, fiscalização, confecção de laudos técnicos, e acompanhamentos de obras diretas ou terceirizadas da prefeitura municipal de Catende/PE.
Valor R$ 199.882,80 ( cento e noventa e nove mil oitocentos e oitenta e dois Reais e oitenta centavos)
Data e hora da sessão: às 14:00 h. do dia 25 de março de 2021. Informações: pelo e-mail:prefcatende.cpl@gmail.com. (esclarecimentos e impugnações). local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital.

Catende/PE 08 de março de 2021.

***LEONARDO BRAZ DA SILVA***
Secretario de Infraestrutura do Município de Catende/PE.

***GRACINA MARIA RAMOS BRAZ DA SILVA***
Prefeita do Município de Catende/PE

**Publicado por:**
Jorge Luiz Alves de Menezes
**Código Identificador:**0963F5EE

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CEDRO

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº002/2021**
**0bjeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**
Aos 19 dias do mes de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependencias do Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa juridica de direito publico interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob no 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** atraves de seu orgao central de execucao administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA1,** como signatario o Fundo Municipal De Saude, inscrito no CNPJ sob o n.o 12.424.026/0001-46, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA**, brasileira, solteira, funcionaria publica municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.o SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.o 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.o 8666/93 e suas alteracoes e do Decreto Municipal no 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificacao das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberacao do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **QUICKBUM E COMMERCE EIRELI , CNPJ Nº 30.323.616/0001-64,** inscricao estadual no 416.0070193-3 , estabelecida a Rua Garrincha do mato grosso, 440, Setor 3, Jardim Vale das Perobas, na cidade de Arapongas-PR, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr. VALDIR DA SILVA COSTA**, brasileiro, casado, empresario, portador do RG n.o 4.217.497-1

SSP/PR, e do CPF de n.o 563.814.419-68, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condicoes do Edital que rege o Pregao e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificacoes e precos contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Auto clave 21 litros | UNID | 2 | R$ 3.749,99 | R$ 7.499,98 |
| TOTAL: | | | | | R$ 7.499,98 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** devera entregar o objeto em conformidade com os padroes e normas aplicadas a especie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que nao esteja dentro das normas e dos padroes exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituicoes, tantas vezes quantas necessarias forem e apontarem a fiscalizacao da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, tambem, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipotese da incidencia do previsto no paragrafo anterior desta ata de registro de precos.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantira a qualidade dos produtos pelo periodo de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega a **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo proprio fornecedor ou por indicacao nas condicoes especificas do objeto. Aos produtos que nao constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantira sua qualidade, no minimo pelo periodo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Precos e de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Precos tera(ao) vigencia de ate **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS –** Os precos registrados, as especificacoes dos materiais, os quantitativos, as marcas, sao aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos precos constantes do **Anexo I** estao embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciarios e trabalhistas, que possam vir a grava-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitacao destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizara o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em ate **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente sera admitida, nos limites da Lei, a recomposicao de precos de que trata o art. 65, II, alinea "d", da Lei Federal n.o 8.666/93 e ulteriores alteracoes.

**Parágrafo quarto:** Na hipotese de sobrevirem fatos imprevisiveis ou previsiveis, porem de consequencias incalculaveis, retardadores ou impeditivos da execucao do ajustado, ou ainda, em caso de forca maior, caso fortuito, ou fato do principe, configurando alea economica extraordinaria e extracontratual, a relacao que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuicao do Municipio da Estancia Turistica de CEDRO para justa remuneracao do fornecimento de cada produto, podera ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniencia de disposicoes legais, quando ocorridas apos a data de apresentacao da proposta, de comprovada repercussao nos precos registrados, implicarao a revisao destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alteracoes de precos constantes dos itens anteriores, os precos registrados dos produtos sofrerao alteracao, aumentando ou diminuindo o preco registrado, na mesma percentagem e proporcao da majoracao ou reducao.

**Parágrafo sétimo:** Na hipotese de solicitacao de revisao de precos pela **DETENTORA DA ATA**, esta devera demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que atraves do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviavel nas condicoes inicialmente avencadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstracao da quebra do equilibrio economico-financeiro da Ata de Registro de Precos ou contrato dela decorrente, dar-se-a atraves da apresentacao de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composicao dos custos vigentes na data de apresentacao da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoracao dos precos.

**Parágrafo nono:** Na hipotese de solicitacao de revisao de precos pela **PREFEITURA**, esta devera comprovar o rompimento do equilibrio economico-financeiro do contrato, em prejuizo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado a **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a analise dos requisitos dos paragrafos anteriores, a decisao quanto a revisao de precos solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitacoes de revisao de precos estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** nao podera suspender o fornecimento e os pagamentos serao realizados aos precos vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisao dos precos, recebera os valores correspondentes a cobertura das diferencas devidas, sem juros e correcao monetaria, relativas aos fornecimentos realizados apos o protocolo do pedido de revisao ate o acolhimento do pedido de revisao.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissao da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissao da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorizacão de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serao obedecidos os seguintes criterios para o recebimento do objeto:

**I)**O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalizacão de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realizacão de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;
**II)**So sera recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificacoes tecnicas, superando a fase de fiscalizacao;
**III)**Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, apos o recebimento provisorio, a **PREFEITURA** nao houver se manifestado quanto a recusa do mesmo;
**IV)**O objeto retido na fiscalizacao sera rejeitado e devolvido, correndo as expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providencias quanto a sua retirada e substituicao em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituido, sera realizada a mesma fiscalizacao prevista no inciso I;
**V)**O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razoes de seu exclusivo interesse e necessidade, nao importara na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerara a **DETENTORA DA ATA** das obrigacoes de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;
**VI)**A recusa do objeto no processo de fiscalizacao, ou o envio deste para analise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituido ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupcao tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisorio e houver a necessidade de sua substituicao;
**VII)**O recebimento definitivo nao implica na falta de responsabilizacao da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuizos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas sao realizadas sobre amostras dos materiais e nao possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonancia com as normas tecnicas oficiais.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providencias mais adotar para perfeita execucao da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os onus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.
**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisorio ou definitivo do objeto, nao exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Codigo Civil Brasileiro, no Codigo de Defesa do Consumidor e demais legislacoes correlatas, que perdurara pelo prazo e nas condicoes fixadas na lei.
**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -** A **DETENTORA DA ATA** tera seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condicoes da Ata de Registro de Precos;
b) nao retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou nao assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administracao sem justificativa aceitavel;
c) nao aceitar reduzir o seu preco registrado, na hipotese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
d) tiver presentes razoes de interesse publico;
e) for decretada sua falencia ou ocorrer a instauracao de insolvencia civil;
f) ocorrer a dissolucao da sociedade;
g) ocorrer alteracao social ou a modificacao da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execucao da ata de registro de precos; e,
h) sem justa causa e previa comunicacao a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.
**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipoteses previstas, assegurado o contraditorio e a ampla defesa, sera formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.
**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro podera ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade publica, grave perturbacao da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensao do cumprimento de suas obrigacoes ate que seja normalizada a situacao, caso em que sua decisao devera ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**
**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** podera solicitar o cancelamento do seu Registro de Precos na ocorrencia de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execucao contratual decorrentes de caso fortuito ou de forca maior devidamente comprovados.
**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condicoes estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficara sujeita as seguintes penalidades:
**I)** Advertencia;
**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):
a) ate 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratacao, por dia de atraso;
b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratacao, por dia de atraso.
**III)** Pela inexecucão total ou parcial da Ata de Registro de Precos ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigacão não cumprida, ou multa correspondente à diferenca de preco decorrente de nova licitacão para o mesmo fim.
**Parágrafo primeiro:** As multas serao descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecucao total serao cobradas judicialmente.
**Parágrafo segundo:** A inexecucão total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Precos ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.
**Parágrafo terceiro:** As multas moratoria e rescisoria que serao cobradas cumulativamente, serao descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecucao total serao cobradas judicialmente.
**Parágrafo quarto:** A aplicacao das multas moratoria e rescisoria, nao impede a aplicacao das demais penalidades previstas na legislacao que regulamenta o presente Instrumento, as quais, desde ja, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobranca de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecucao parcial ou total Da ata.
**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratoria incidira a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisorio do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicacao de sua rejeicao a **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias ja corridos.
**Parágrafo sexto:** Ficara a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de ate 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punicao, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7o da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuizo das disposicoes contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal no 8.666/93, que nao conflitem com aquele.
**Parágrafo sétimo:** Sera propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposicao das penalidades elencadas nesta clausula, o direito ao contraditorio e a ampla defesa.
**Parágrafo oitavo:** As aplicacoes das sancoes estabelecidas neste instrumento sao de competencia exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.
**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:
**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposicoes da Lei Federal n.o 8.666/93 e ulteriores alteracoes.
**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execucao desta Ata de Registro de Precos correrao por conta do seguinte credito orcamentario:
**- AQUI**ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**
**FUNCIONAL: 0401-10301002452.56 - Gerenciamento e Manutenção das Equipes de Saúde Bucal**
**FUNCIONAL: 0401-103010025.2.060 - Gerenciamento e Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO**
**NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOSSIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitacao – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal no 8.666/93 e as alteracoes promovidas pelas Leis nos 8.883/94 e

9.648/98 e Emenda Constitucional no 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislacao de Direito Administrativo aplicaveis a especie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Precos esta vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021** e a proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renuncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de CEDRO-PE, como o competente para dirimir as questoes suscitadas da interpretacao deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicacão do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Cabera ao Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os precos registrados permanecem compativeis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigacao da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo maximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto a aceitacao ou nao do fornecimento a outro orgao da Administracao Publica, nao participante deste registro de precos, que venha manifestar o interesse em utilizar o
presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alteracoes que se fizerem necessarias serao registradas por intermedio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Precos.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** nao se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Precos, se durante a sua vigencia constatar que os precos registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificacoes e condicoes.

**Parágrafo quarto:** A existencia de precos registrados nao obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratacoes que deles poderao advir, facultando-se a realizacao de licitacao especifica para a aquisicao pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferencia de fornecimento em igualdade de condicoes.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execucao da Ata em compatibilidade com as obrigacoes por ela assumidas.

CEDRO-PE, **19 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretaria de Saude

Quickbum E Commerce EIRELI
***VALDIR DA SILVA COSTA***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**FB29E468

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº002/2021**

**0bjeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**

Aos 19 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA1,** como signatário o Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.424.026/0001-46, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA**, brasileira, solteira, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **HOSPITALARE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA-ME, CNPJ Nº 18.063.588/0001-98,**
estabelecida à Avenida Antônio Angelim, 421, Santo Antônio, na cidade de Salgueiro-PE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal a **Sra. SHEYLA POLIANA LIMA DO AMARAL**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG n.º 6808845 SDS/PE, e do CPF de n.º 055.823.844-05, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Avental Pumblífero | UNID | 1 | R$ 400,00 | R$ 400,00 |
| 3 | Calgadura Individual | UNID | 4 | R$ 5,80 | R$ 23,20 |
| 4 | Câmara Escura | UNID | 1 | R$ 180,00 | R$ 180,00 |
| TOTAL: | | | | | R$ 603,20 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem

exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu**
registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**

**FUNCIONAL: 0401-10301002452.56 - Gerenciamento e Manutenção das Equipes de Saúde Bucal**
**FUNCIONAL: 0401-103010025.2.060 - Gerenciamento e Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO**
**NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021** e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de CEDRO-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **19 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretária De Saúde

Hospitalare Material Medico Hospitalar LTDA-ME
***SHEYLA POLIANA LIMA DO AMARAL***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**D5257226

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº002/2021**

**0bjeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**

Aos 19 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA1,** como signatário o Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.424.026/0001-46, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA**, brasileira, solteira, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ Nº 07.897.039/0001-00,** estabelecida à Rua Antônio Gravatá, 136 , Betânia, na cidade de Belo Horizonte- MG, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal o **Sr. ANTONIO TADEU PENIDO SILVA JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 11.611.868 SSP/MG e do CPF de n.º 063.640.696-22, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|
| 7 | Compressor odontológico | UNID | 7 | R$ 2.300,00 | R$ 16.100,00 |
| 11 | Fotopolimerizador odontológico sem fio | UNID | 6 | R$ 380,00 | R$ 2.280,00 |
| TOTAL: | | | | | R$ 18.380,00 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar

qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu** registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**
**FUNCIONAL: 0401-10301002452.56 - Gerenciamento e Manutenção das Equipes de Saúde Bucal**
**FUNCIONAL: 0401-103010025.2.060 - Gerenciamento e Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO**
**NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021** e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de CEDRO-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **19 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretária De Saúde

Dentemed Equipamentos Odontologicos LTDA
***ANTONIO TADEU PENIDO SILVA JUNIOR***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**C8ED4FB8

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº002/2021**

**0bjeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**

Aos 19 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.424.026/0001-46, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA**, brasileira, solteira, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **CRALAB SAÚDE ATACADO EIRELI, CNPJ Nº 09.632.818/0001-00,** estabelecida à Rua Domingos Calazans, 274, Triângulo, na cidade de Juazeiro do Norte - CE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal o **Sr. JOSÉ INACIO DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 171258289 SSP/CE e do CPF de n.º 519.631.833-04, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.
**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|
| 9 | Contra Ângulofxr160 pb 16:1 dentflex | UNID | 1 | R$ 433,70 | R$ 433,70 |
| TOTAL: | | | | | R$ 433,70 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO** – A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO** – A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu** registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que

regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
FUNCIONAL: 0401-10301002452.56 - Gerenciamento e Manutenção das Equipes de Saúde Bucal
FUNCIONAL: 0401-103010025.2.060 - Gerenciamento e Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
ORGAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**
**FUNCIONAL: 0401-10301002452.56 - Gerenciamento e Manutenção das Equipes de Saúde Bucal**
**FUNCIONAL: 0401-103010025.2.060 - Gerenciamento e Manutenção do Centro de Especialidades**
**NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021 de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021 de fevereiro de 2021** e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de CEDRO-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **19 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretária De Saúde

Cralab Saúde Atacado EIRELI
***JOSÉ INACIO DE OLIVEIRA FILHO EMPRESA***
Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**C10C6253

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE
### EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 069/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 069/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **IDM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **15.016.792/0001-60**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **3.217,50 (Três mil duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 01 de outubro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**0FEDCCE5

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 070/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 070/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **120,00 (Cento e vinte reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 01 de outubro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**248E7202

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 071/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 071/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **C DE A FERREIRA E CIA LTDA ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **33.330.526/0001-99**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **2.187,62 (Dois mil cento e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 01 de outubro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**F8217842

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 072/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 072/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **IDM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **15.016.792/0001-60**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **3.100,00 (Três mil e cem reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 29 de outubro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**355B9FDB

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 073/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 073/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **4.540,00 (Quatro mil quinhentos e quarenta reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 03 de novembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**BAC22F2A

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 074/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2020**
**CONTRATO FMS Nº 074/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de material de limpeza e descartáveis destinados ao Fundo Municipal de Saúde, Residência Terapêutica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Hospital Geral Alfredo Alves de Lima.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **16.791,70 (Dezesseis mil setecentos e noventa e um reais e setenta centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 06 de novembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**E528A113

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 075/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 075/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **8.148,00 (Oito mil cento e quarenta e oito reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 27 de novembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**181A03B7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 076/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 076/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **C DE A FERREIRA E CIA LTDA ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **33.330.526/0001-99**.
**OBJETO:** Fornecimento parcelado de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **7.948,70 (Sete mil novecentos e quarenta e oito reais e setenta centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 27 de novembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**53BE2BDE

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 077/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2020**
**CONTRATO FMS Nº 077/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **VENEZA DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**. Inscrita no CNPJ sob o nº **14.246.589/0001-17**.
**OBJETO:** Aquisição de 02 (dois) Veículos 0(KM) tipo Micro-ônibus, destinados ao Transporte de Pacientes TFD.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **778.000,00 (Setecentos e setenta e oito reais)**.
**VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**1CC6B9AC

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 078/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2020**
**CONTRATO FMS Nº 078/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de material de limpeza e descartáveis destinados ao Fundo Municipal de Saúde, Residência Terapêutica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Hospital Geral Alfredo Alves de Lima.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **154.819,10 (Cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezenove reais e dez centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**D58D8F0F

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 079/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2020**
**CONTRATO FMS Nº 079/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA**. Inscrita no CNPJ sob o nº **08.674.752/0001-40**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Álcool 70%, a ser utilizado pelos profissionais de saúde do Município de Chã Grande no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **10.237,50 (Dez mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**5C76FF5C

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 081/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2020**
**CONTRATO FMS Nº 081/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**. Inscrita no CNPJ sob o nº **23.706.033/0001-57**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Álcool 70%, a ser utilizado pelos profissionais de saúde do Município de Chã Grande no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **15.752,10 (Quinze mil setecentos e cinquenta e dois reais e dez centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**2D81019A

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 080/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2020**
**CONTRATO FMS Nº 080/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **MEDICAL MERCANTIL DE APARELHAGEM MÉDICA LTDA**. Inscrita no CNPJ sob o nº **10.779.833/0001-56**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Álcool 70%, a ser utilizado pelos profissionais de saúde do Município de Chã Grande no enfrentamento

da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **10.237,50 (Dez mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**D96FDF6A

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 082/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2020**
**CONTRATO FMS Nº 082/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA E CIA LTDA ME**. Inscrita no CNPJ sob o nº **33.613.876/0001-62**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Álcool 70%, a ser utilizado pelos profissionais de saúde do Município de Chã Grande no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **190.950,00 (Cento e noventa mil novecentos e cinquenta reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**CD4EBF87

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 083/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2020**
**CONTRATO FMS Nº 083/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **MJ COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI**. Inscrita no CNPJ sob o nº **07.631.411/0001-24**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de material de limpeza e descartáveis destinados ao Fundo Municipal de Saúde, Residência Terapêutica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Hospital Geral Alfredo Alves de Lima.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **2.112,00 (Dois mil cento e doze reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2021**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**7D9DB305

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 084/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2020 - PMCG**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2020 - PMCG**
**CONTRATO FMS Nº 084/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **ESTRELA COMUNICAÇÃO GRÁFICA EIRELI**. Inscrita no CNPJ sob o nº **32.137.518/0001-68**.
**OBJETO:** Prestação de Serviços de Impressos e outros Materiais Gráficos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **31.950,00 (Trinta e um mil novecentos e cinquenta reais)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**875AC5BB

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 085/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2020**
**CONTRATO FMS Nº 085/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **VIVAS COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS DE ELETROMEDICINA, MEDICAMENTOS, HIGIENE E TRANSPORTES EIRELI**. Inscrita no CNPJ sob o nº **14.706.667/0001-19**.
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Álcool 70%, a ser utilizado pelos profissionais de saúde do Município de Chã Grande no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **135.299,80 (Cento e trinta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)**.
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de dezembro de 2020.

***JAIRO AMORIM PAIVA***
Secretário Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**9AC14FC2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 058/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **C DE A FERREIRA E CIA LTDA ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **33.330.526/0001-99.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Urbanismo.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **7.634,07 (Sete mil seiscentos e trinta e quatro reais e sete centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 06 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**DF75ADDC

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 059/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **37.750,00 (Trinta e sete mil setecentos e cinquenta reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 06 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**74C4A5FD

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 060/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **IDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **15.016.792/0001-60.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **20.442,00 (Vinte mil quatrocentos e quarenta e dois reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 06 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**E2B7D7EB

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 032/2019**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2019**
**CONTRATO Nº 064/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **ASSUNPÇÃO TEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.** Inscrita no CNPJ sob o nº **04.473.960/0001-20.**
**OBJETO:** Aquisição de Material Esportivo e Lona Plástica destinados as ações da Defesa Civil e Segurança do Município de Chã Grande.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **27.472,20 (Vinte e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 20 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**2567148B

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 065/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **IDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **15.016.792/0001-60.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **9.120,00 (Nove mil cento e vinte reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**6C2C020E

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 066/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **C DE A FERREIRA E CIA LTDA ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **33.330.526/0001-99.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Urbanismo.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.

**VALOR:** R$ **10.893,71 (Dez mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e um centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**D16F3E70

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 068/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **IDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **15.016.792/0001-60.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado as Secretarias Municipal de Administração e Infraestrutura.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **12.710,00 (Doze mil setecentos e dez reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 03 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**9C7D836E

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 069/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **WILSON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **22.265.371/0001-38.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **36.185,00 (Trinta e seis mil cento e oitenta e cinco reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 03 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**A4F7E4DB

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2020**
**CONTRATO Nº 070/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **C DE A FERREIRA E CIA LTDA ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **33.330.526/0001-99.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de Construção, Hidrossanitário, Elétrico, Ferramentas, Proteção, Ferragens, Madeira e Esquadrias, destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Urbanismo.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **7.025,84 (Sete mil vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 03 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**4CE85CEE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031/2019**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2019**
**CONTRATO Nº 074/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **M. L. DE QUEIROZ FILHO EIRELI.** Inscrita no CNPJ sob o nº **23.693.860/0001-53.**
**OBJETO:** Aquisição com Fornecimento Parcelado de Combustíveis destinados aos Veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura de Chã Grande.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **183.600,00 (Cento e oitenta e três mil e seiscentos reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

***SÉRGIO FERNANDES DE CARVALHO***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Governo.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**89411A4B

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2020**
**CONTRATO Nº 055/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **LM DISTRIBUIDORA SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.** Inscrita no CNPJ sob o nº **26.229.798/0001-31.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de material didático e de expediente destinado a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **132.716,82 (Cento e trinta e dois mil setecentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 01 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**B743C446

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2020**
**CONTRATO Nº 056/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **MJ COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI.** Inscrita no CNPJ sob o nº **07.631.411/0001-24.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de limpeza e descartáveis destinado à Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **955,50 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 01 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**30DFA75C

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2020**
**CONTRATO Nº 057/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **LM DISTRIBUIDORA SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.** Inscrita no CNPJ sob o nº **26.229.798/0001-31.**
**OBJETO:** Aquisição com entrega parcelada de Material de limpeza e descartáveis destinado à Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **106.425,57 (Cento e seis mil quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 01 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**65612C4A

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2020**
**CONTRATO Nº 061/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **PORTFOLIO EDITORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.** Inscrita no CNPJ sob o nº **04.108.150/0001-74.**
**OBJETO:** Aquisição de livros didáticos e paradidáticos para atender as necessidades pedagógicas identificadas pela equipe da Secretaria de Educação, como forma de enfrentamento aos desafios trazidos pela Pandemia do Coronavírus para o ano letivo de 2020, visando melhorar os índices educacionais, assim como garantir a oferta do ensino de qualidade.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **687.094,90 (Seiscentos e oitenta e sete mil noventa e quatro reais e noventa centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 13 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**AF09262D

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2020**
**CONTRATO Nº 062/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **PEDAGÓGICA DISTRIBUIDORA DE LIVROS & SERVIÇOS EDUCACIONAIS EIRELI.** Inscrita no CNPJ sob o nº **13.344.238/0001-86.**
**OBJETO:** Aquisição de livros didáticos e paradidáticos para atender as necessidades pedagógicas identificadas pela equipe da Secretaria de Educação, como forma de enfrentamento aos desafios trazidos pela Pandemia do Coronavírus para o ano letivo de 2020, visando melhorar os índices educacionais, assim como garantir a oferta do ensino de qualidade.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **1.044.529,11 (Um milhão quarenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove reais e onze centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 13 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**BCFE8B22

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2020**

**CONTRATO Nº 063/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **EDITORA FORMAÇÃO – EIRELI EPP.** Inscrita no CNPJ sob o nº **20.928.916/0001-13.**
**OBJETO:** Aquisição de livros didáticos e paradidáticos para atender as necessidades pedagógicas identificadas pela equipe da Secretaria de Educação, como forma de enfrentamento aos desafios trazidos pela Pandemia do Coronavírus para o ano letivo de 2020, visando melhorar os índices educacionais, assim como garantir a oferta do ensino de qualidade.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **435.008,64 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, oito reais e sessenta e quatro centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 13 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**E1F91C07

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2020**
**CONTRATO Nº 067/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **PÃO QUENTE ALIMENTOS E REFEIÇÕES EIRELI ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **07.928.776/0001-15.**
**OBJETO:** Aquisição de 4.000 (quatro mil) Kits alimentação escolar, oferecidos aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, durante o período em que as aulas estiverem suspensas em virtude das medidas de prevenção a serem adotadas no enfrentamento ao Coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **116.760,00 (Cento e dezesseis e seis mil setecentos sessenta reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 23 de outubro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**0F7689FE

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2020**
**CONTRATO Nº 071/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **PÃO QUENTE ALIMENTOS E REFEIÇÕES EIRELI ME.** Inscrita no CNPJ sob o nº **07.928.776/0001-15.**
**OBJETO:** Aquisição de 1.024 (um mil e vinte e quatro) Kits alimentação escolar, oferecidos aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, durante o período em que as aulas estiverem suspensas em virtude das medidas de prevenção a serem adotadas no enfrentamento ao Coronavírus.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **29.890,56 (Vinte e nove mil oitocentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 03 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Ordenador de Despesa
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**83BE1290

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2020**
**DISPENSA Nº. 002/2020**
**CONTRATO Nº 072/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MUNTUIS.** Inscrita no CNPJ sob o nº **01.885.154/0001-70.**
**OBJETO:** Aquisição de Gêneros Alimentícios para composição de Kits de alimentos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 11.947/2009; 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **64.498,00 (Sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 16 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**22246534

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2020**
**CONTRATO Nº 073/2020**
**BENEFICIÁRIO**: **ASSUNPÇÃO TEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.** Inscrita no CNPJ sob o nº **04.473.960/0001-20.**
**OBJETO:** Aquisição de 300 (trezentos) Tabletes para uso de sistema de gestão da educação relativo à padronização e integralização da Rede Municipal de Educação.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **262.500,00 (Duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais).**
**VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses**.

Chã Grande - PE, 16 de novembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismoe Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**1AB99CE4

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2020**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2020**
**DISPENSA Nº. 002/2020**
**CONTRATO Nº 075/2020**

**BENEFICIÁRIO**: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MUNTUIS.** Inscrita no CNPJ sob o nº **01.885.154/0001-70.**
**OBJETO:** Aquisição de Gêneros Alimentícios para composição de Kits de alimentos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Leis n.º 11.947/2009; 8.666/93 e demais normas de direito público aplicáveis.
**VALOR:** R$ **13.005,00 (Treze mil e cinco reais).**
**VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020**.

Chã Grande - PE, 14 de dezembro de 2020.

***JOEL GOMES DA SILVA***
Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**59E754DC

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CONDADO

### PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento às disposições legais, constantes na norma inscrita na Lei Federal Nº 8.666/93 comunicou aos interessados o extrato do contrato de nº 007/2021 originado do Convite nº 003/2021. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria técnica e institucional para acompanhamento de recursos oriundos de convênios, por meio de financiamentos. Contratos de repasses e gestão de convênios, com os diversos ministérios, secretarias e órgãos dos governos estadual e/ou federal, estando incluído o acompanhamento dos novos convênios e daqueles já em execução no município de condado. PESSOA JURÍDICA: V.S. FIGUEIREDO LTDA EPP CNPJ: N.º 21.011.741/0001-48 END: Rua Mizael Galinho, Nº 370, Juca, Bonito – PE CONTRATO Nº 007/2021 VALOR: R$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais).

Condado, 04 de março 2021.

***MANUEL SOARES DE LUCENA NETO***
Presidente de CPL

**Publicado por:**
Maria Tayane Guedes Melo
**Código Identificador:**1944A341

### PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento às disposições legais, constantes na norma inscrita na Lei Federal Nº 8.666/93 comunicou aos interessados o extrato do contrato de nº 004/2021 originado da Dispensa Emergencial nº 001/2021. OBJETO: Câmara refrigerada vertical, com capacidade de 400 litros, com porta de vidro e sistema antiembaçante, sistema de controle de alta e baixa temperatura na faixa de trabalho (2 a 8ºC), discagem automática por telefone, sistema de segurança com autonomia para no mínimo 12 horas em situações de falha/falta de abastecimento de energia elétrica por parte da concessionária local, para atender as necessidades do Secretaria Municipal de Saúde e a Proposta nº 11366.609000/1190-11 celebrada entre a Ministério da Saúde e a Secretaria supra citada. PESSOA JURÍDICA: LICITA RIO COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP CNPJ: N.º 37.000.324/0001-30 END: R XV DE NOVEMBRO, 361, SALA 02, CENTRO, RIO DO SUL-SC CONTRATO Nº 004/2021 VALOR: R$ 11.950,00 (Onze mil, novecentos e cinquenta reais).

Condado, 04 de março 2021.

***MANUEL SOARES DE LUCENA NETO***
Presidente de CPL

**Publicado por:**
Maria Tayane Guedes Melo
**Código Identificador:**37622075

### PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL Nº 001/2021

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, ratifica a devida dispensa, datada de 04 de março de 2021 e Termo de Dispensa nº 001/2021, resolve:Tornar público, nos termos do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e atualizações em cumprimento ao inciso V do art. 24 da Lei supra citada, reconheço e ratifico a decisão da Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, que entendeu Dispensável a licitação que tem por objeto da Dispensa a contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de câmara refrigerada vertical, com capacidade de 400 litros, com porta de vidro e sistema antiembaçante, sistema de controle de alta e baixa temperatura na faixa de trabalho (2 a 8ºC), discagem automática por telefone, sistema de segurança com autonomia para no mínimo 12 horas em situações de falha/falta de abastecimento de energia elétrica por parte da concessionária local, para atender as necessidades do Secretaria Municipal de Saúde e a Proposta nº 11366.609000/1190-11 celebrada entre a Ministério da Saúde e a Secretaria supra citada, conforme autorizado, no Valor Estimado: R$ 11.950,00 (Onze mil, novecentos e cinquenta reais). Assim procedendo determino a publicação, emissão da Nota de Empenho e Contrato em favor da Empresa: LICITA RIO COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ N.º 37.000.324/0001-30, com sede à R XV DE NOVEMBRO, 361, SALA 02, CENTRO, RIO DO SUL-SC.

Condado, 04 de março 2021.

Fundo Municipal de Saúde
***ALINE VANESSA MONTEIRO SILVA***
Gestora

**Publicado por:**
Maria Tayane Guedes Melo
**Código Identificador:**E4728FD7

### PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO - GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 275, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração da servidora do cargo de Professor e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CONDADO, ESTADO DE PERNAMBUCO,** Sr. Antonio Cassiano da Silva, usando de suas atribuições legais, balizadas nos termos previstos na Lei Orgânica Municipal, consubstanciado nos termos da Lei Municipal nº 904/2011, de 28/06/2011, a qual dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Condado-PE, cria, extingue, transforma e atualiza cargos e dá outras providências;

**RESOLVE:**
**Art. 1º** - **Exonerar** a Sr.ª **ROSÉLIA FERREIRA MACIEL GOUVEIA,** portadora do RG nº 6.132.757 – SDS-PE e do CPF nº 010.318.814-25, ocupante do cargo de efetivo de Agente Público Educacional - Professor I, à pedido da mesma, para assumir Concurso Público no Estado da Paraíba, a exoneração se da partir do dia 04 de março de 2021, nos termos da Lei Municipal nº 904, de 28 de junho de 2011.
**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

PUBLICADA. CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município do Condado-PE, em 04 de Março de 2021.

*ANTONIO CASSIANO DA SILVA*
Prefeito

**Publicado por:**
Maria Tayane Guedes Melo
**Código Identificador:**042DE77F

**PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO - GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 191, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Dispõe sobre exoneração da servidora do cargo de Auxiliar de Serviço e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CONDADO, ESTADO DE PERNAMBUCO,** Sr. Antonio Cassiano da Silva, usando de suas atribuições legais, balizadas nos termos previstos na Lei Orgânica Municipal, consubstanciado nos termos da Lei Municipal nº 904/2011, de 28/06/2011, a qual dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal do Condado-PE, cria, extingue, transforma e atualiza cargos e dá outras providências;

**RESOLVE:**
**Art. 1º - Exonerar** a Sr.ª **NEIDE BARRETO ANDRADE CÉSAR DE ALBUQUERQUE,** portadora do RG nº 1.627.808 – SSP-PE e do CPF nº 172.336.584-04, ocupante do cargo de efetivo de Auxiliar de Serviço, à pedido da mesma, para assumir Concurso Público na Cidade de Goiana/PE, portaria de exoneração expedida no dia 08 de fevereiro de 2021, nos termos da Lei Municipal nº 904, de 28 de junho de 2011.
**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

PUBLICADA. CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município do Condado-PE, em 08 de Fevereiro de 2021.

*ANTONIO CASSIANO DA SILVA*
Prefeito

**Publicado por:**
Maria Tayane Guedes Melo
**Código Identificador:**42A0AAAD

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CORTÊS

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS - FMSC**
**BOLETIM DA COVID-19 EM CORTÊS-PE – DATA: 08/03/2021**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

BOLETIM DA COVID-19 EM CORTÊS-PE – DATA: 08/03/2021

EM INVESTIGAÇÃO: 10
DESCARTADOS: 978
CONFIRMADOS: 214
RECUPERADOS: 200
ÓBITOS: 13

*FLAVIANA MARQUES DE SOUSA MELO SAMPAIO*
Secretária Municipal de Saúde de Cortês

**Publicado por:**
Otávio Miécio Santos Sampaio
**Código Identificador:**A98D0A66

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CUMARU

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUMARU**
**PROCESSO Nº 001/2021 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº. 003/2021,** oriundo da Inexigibilidade nº 001/2021 - Processo nº 001/2021. Objeto: **Contratação de empresas especializada nos serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades da Câmara de Vereadores do Município de Cumaru - PE**.

**Validade**: 01/02/2021 à 01/02/2022.

Empresa**: PETRIBÚ, SIMÕES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, Rua Gildo Neto, 62 – Tamarineira – Recife - PE. CEP 52.050-130, inscrita no CNPJ sob o nº 07.767.468/0001-55

Valor: **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**,

Cumaru, 08 de março de 2021.

*ANTÔNIO AMÉRICO JESUS MENDES DE MEDEIROS*
Presidente da Câmara de Vereadores de Cumaru

**Publicado por:**
Tarciana Cláudia Borba Soares
**Código Identificador:**D2540AB4

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CUPIRA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RECONHEÇO E RATIFICO, nos termos do art. 25, II da Lei nº 8.666/93, a **Processo 09/2021 - Inexigibilidade 01/2021**, que tem por objetivo na Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Advocatícios em favor do Município de Cupira-PE, através da empresa **Dias, Rezende & Alencar Advocacia, inscrita no CNPJ: 10.724.104/0001-00**, com sede na Rua do Sossego, nº 607 Bairro – Santo Amaro na cidade de Recife – PE, os quais possuem natureza de serviços de assessoria mensal, que consistem num auxílio permanente à gestão municipal, o pagamento de honorários mensais no **valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), vigência contratual de 12 (doze) meses.**

*JOSÉ MARIA LEITE DE MACEDO*
Prefeito

**Publicado por:**
Bárbara Gorelle da Silva Melo
**Código Identificador:**BC27A21D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA - COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº: 00006/2021. CPL. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2021**

Processo Nº: 00006/2021. CPL. Pregão Eletrônico Nº 00005/2021. Compra. Tipo menor preço. Visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras. Aquisição parcelada, conforme demanda, de combustíveis (gasolina, etanol e Diesel S10) para atender a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Feira Nova, pelo período de 12 (doze) meses. **Valor: R$1.564.100,00.Abertura da sessão publica: 09:00 horas do dia 22 de Março de 2021**. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelo site: http://www.feiranova.pe.gov.br/transparencia/;http://www.feiranova.pe.gov.br/transparencia/ ou através do Fone: (81) 3645–1156, no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Feira Nova, 08/03/2021.

*APARECIDA GOMES DA SILVA.*
Pregoeira Oficial.(*)(**)

**Publicado por:**
Aparecida Gomes da Silva
**Código Identificador:**8CC497C2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE FLORES

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES
### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO PMF Nº 010/2021 PMF TOMADA DE PREÇOS PMF Nº 004/2021 Comissão: CPL - Objeto Nat.: Serviços – Objeto: **Contratação de empresa especializada para Reforma e Ampliação de diversas Escolas do Município de Flores/PE.** Valor máximo aceitável: **R$ 681.262,55 (seiscentos e oitenta e um mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).** Local e data da Sessão de Abertura: Na sala de licitações no 1º andar da Prefeitura Municipal de Flores através, devendo ser acompanhada pelos interessados através da plataforma **ZOOM**, abertura em **24/04/2021 às 10:00 horas.** Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede da Prefeitura Municipal, situado a Praça Dr. Santana Filho, 01, Centro, Flores PE (CEP: 56.850-000) ou através do Fone/Fax: (087)3857-1251, no horário de 8:00h às 12:00h de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail: **cplflores.pe@homail.com**e no site **www.flores.pe.gov.br.**

Flores 08 de março de 2021.

***NASSON A. BEZERRA NETO***
Presidente.

**Publicado por:**
Joelma Ferreira de Souza
**Código Identificador:**8BF76BC6

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO FMSF Nº 012/2021, PREGÃO ELETRÔNICO FMSF Nº 010/2021. Objeto Nat.: Compras Objeto Descr. **Aquisição de materiais e equipamentos permanente conforme propostas nº 10392.023000/1200-08 do Ministério da Saúde, destinados ao Hospital Municipal Genésio Francisco Xavier e as demais unidades de Saúde da Família o Município de Flores/PE. Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.** Julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** Valor máximo aceitável global para todos os itens: **R$ 197.201,36 (cento e noventa e sete mil duzentos e um reais e trinta e seis centavos).** Início do acolhimento das propostas: 09/03/2021 às 12:00h. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 22/03/2021 às 08:00h. Abertura da sessão de lances: 22/03/2021, às 10:30h (horário de Brasília). O julgamento ocorrerá pelo Portal de Compras Públicas estando disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Flores, 08/03/2021.

***NASSON A. BEZERRA NETO***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Joelma Ferreira de Souza
**Código Identificador:**DED07D54

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE FLORESTA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº 34 DE 2021

**PORTARIA Nº 34/2021.**

Altera a Portaria nº 61, de 30 de março de 2020, que Constitui Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, no Município de Floresta-PE.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FLORESTA, ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.**

**CONSIDERANDO** a mudança de ocupantes de cargos na administração municipal, em especial integrantes da Secretaria de Produção Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

**RESOLVE:**
Art. 1º Alterar a Portaria nº 61/2020 e designar os servidores abaixo relacionados para a composição da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, que fica assim constituída:
Presidente: José Arimatéia Martins do Nascimento
Secretário: Romildo Ferraz Júnior Conselho Técnico: Fábio Alberto de Souza Conselho Comunitário: Paulo Pedro da Silva
Cleide Miriam Leopoldo e Silva

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Gabinete da Prefeita, 13 de janeiro de 2021.

***ROSANGELA DE MOURA MANIÇOBA NOVAES FERRAZ***
Prefeita

**Publicado por:**
Cíntia Alencar de Souza
**Código Identificador:**6D21AB6D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE GAMELEIRA

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA GP Nº 217/2021

Dispõe sobre o gozo de férias aos professores e profissionais da educação de apoio pedagógicos**.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** que o servidor Público Municipal faz jus ao gozo de férias anuais de 30 dias consecutivos na forma prevista no Art.75 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município da Gameleira (Lei Municipal nº 837/91).

**CONSIDERANDO** o pedido com finalidade de férias formulada dos servidores vinculados a Secretaria de Educação.

**RESOLVE**:

**Art. 1º:** (30) dias para gozo de férias regulamentares aos professores e profissionais da Educação de apoio pedagógico desta Municipalidade, lotados na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2020/2021, em conformidade com a Lei Municipal nº 837/91 em seu Art. 75, a partir do dia 04 de janeiro de 2021, conforme o constante do Anexo I ao Anexo V, integrante da presente portaria.
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos para o dia 04 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

**Anexo I**

50064 ADRIANA DEISE RIBEIRO DA SILVA PROFESSOR I MN-F
702497 ADRIANA KATIA MIRANDA G NASCIMENTO PROFESSOR II P2-C
50129 ANGELA MARIA DA SILVA PROFESSOR 1 MN-F
50219 AIDA CRISPIM RODRIGUES PROFESSOR I P2-F
702489 ALDECI MARIA DA SILVA CIRIACO PROFESSOR I L1-B
50236 ALDELINA C ALMEIDA DE PAULO PROFESSOR I MN-F

50062 ALEIDE CRISTINA DE C NASCIMENTO PROFESSOR I P2-F
702495 ALEXSANDRO DE SOUZA ALVES PROFESSOR II P2-C
50063 ALIAM AUGUSTA SILVA DE LIMA PROFESSOR I P2-F
50240 ALMERINDA CLEONICE ALMEIDA COSTA PROFESSOR I MN-F
702494 ALOISIA SIMERIA F P DE MEDEIROS ROCHA PROFESSOR I P2-C
702490 AMADEU BARBOSA FERREIRA JUNIOR PROFESSOR I P2-C
55005 ANA CARLA DE LIMA SANTOS PROFESSOR I P2-E
50534 ANA CRISTINA CRISPIM LIMA DE OLIVEIRA PROFESSOR I P2-F
702847 ANA CRISTINA DO NASCIMENTO CORDEIRO PROFESSOR II P2-B
55013 ANA MARIA BARROS DOS SANTOS PROFESSOR I P2-E
50592 ANDREA SIMONE DA FONSECA RIGUEIRA PROFESSOR I MN-E
50554 ANGELA MARIA DA SILVA ALVES PROFESSOR I P2-E
50061 ANGELA MARIA ROQUE PROFESSOR I MN-F
800227 ANISIO XAVIER DA ROCHA NETO PROFESSOR II P2-B
702493 ANTONIA LUZIA DE OLIVEIRA PEREIRA PROFESSOR II P2-C
702496 ARISTOFENES SANTOS DE LIMA PROFESSOR II P2-C
703040 AURINETE MARIA DE ALMEIDA SILVA PROFESSOR I MN-F
702491 AUTAYDES VIANA DE HOLANDA PROFESSOR I MN-C
50523 BETANIA BERTO FERREIRA PROFESSOR I P2-E
702508 CARLA SYMONE COSTA ROLIM PROFESSOR II P2-C
702848 CARLITA GOMES DE CARVALHO PROFESSOR II P2-B
50234 CICERA MARIA DE MELO PROFESSOR I MN-F
50501 CLEA PAULA GOMES DE LIMA PROFESSOR I P2-E
55034 CLEIDE FREIRE DA SILVA PROFESSOR I P2-D
50583 CLEMILDA DO NASCIMENTO SILVA PROFESSOR I MN-F
50277 CRISTIANE OLIVEIRA SILVA PROFESSOR I MN-F
50530 DAVID GENERINO DE LIMA PROFESSOR I L1-E
702507 DEISIANE BENIGNO DA SILVA PROFESSOR I P2-C
50058 DJANIRA DA FONSECA RIGUEIRA PROFESSOR I MN-F

**Anexo II**

50229 EDILEUSA MARIA DA SILVA FERREIRA PROFESSOR I P2-F
50084 EDILEUZA PEDROZA DE ALENCAR PROFESSOR I MN-F
702504 EDJANE DA SILVA FERREIRA PROFESSOR I P2-C
50597 EDLENE MARIA DA SILVA PROFESSOR I P2-E
55032 ELIZELMA MARIA DA SILVA PROFESSOR I P2-D
702667 ENEIDE DE ALMEIDA SOUZA PROFESSOR I P2-E
50514 ENEIDE DE ALMEIDA SOUZA PROFESSOR II P2-F
55031 ERICA PATRICIA MENDES ROCHA PROFESSOR I L1-C
55015 FABINO LOPES DA SILVA PROFESSOR I P2-D
50563 GENILDA MARIA DE ASSIS PROFESSOR I MN-F
55017 GERALDINA TAVARES DE O BRANDAO PROFESSOR I L1-D
50066 GIRLEIDE MARIA DE OLIVEIRA PROFESSOR I L1-F
702500 GISLAYNE CRISTINE DE PAULA FRANCISCO PROFESSOR I P2-B
50065 GLOUVES MICHELLE ROLIM S DE M PROFESSOR II P2-F
50067 GONCALINA MARIA DE MELO MIRANDA PROFESSOR I MN-F
702502 GRACIELMA JOICE ARAUJO GUABIRABA PROFESSOR I P2-C
702850 HERMENEGILDO DA SILVA PROFESSOR II P2-B
50206 INES VENANCIO DA SILVA PROFESSOR I MN-F
50201 ISABEL CRISTINA FEIJO SANTOS PROFESSOR I MN-F
55002 ISABEL MARIA TEMUDO PROFESSOR I L1-E
50209 IVONETE TENORIO DOS SANTOS PROFESSOR I MN-F
50048 IZABEL ROCHA DA SILVA LEITE PROFESSOR I MN-F
50088 JACOBED PEREIRA DE O JULIAO PROFESSOR I L1-F
55046 JACQUELINE MARIA DA SILVA CABRAL PROFESSOR I P2-C
800204 JADIAEL MENDES DA SILVA PROFESSOR I P2-B
50178 JANDECLEIDE JOSE SANTOS DE OLIVEIRA PROFESSOR I MN-F
702769 JANDIRA LIMA DA SILVA PROFESSOR II P2-F
50198 JANDIRA LIMA DA SILVA PROFESSOR I P2-F
702509 JAQUELINE CORDEIRO DA SILVA PROFESSOR I P2-C
55033 JAQUELINE FERREIRA DA COSTA PROFESSOR I P2-C
50199 JOELMA LIMEIRA DA SILVA PROFESSOR I MN-F
991642 JOSE FERNANDO COSTA DE OLIVEIRA PROFESSOR I L1-F
702510 JOSENEIDE CABRAL FERREIRA LINS PROFESSOR II L1-B
50207 JOSIANE MARIA COSTA FEIJO PROFESSOR I L1-F
55022 KESSIA SIMONE APOLONIO ROLIM PROFESSOR I L1-C
702846 LIDIA MARIA SIMPLICIO PROFESSOR I P2-B

**Anexo III**

55006 LIGIA MARIA DO CANTO SILVA PROFESSOR I P2-D
50185 LINDALVA MARIA ESPINDOLA PROFESSOR I P2-F
702666 LOIDE DE ALMEIDA SOUZA PROFESSOR I P2-E
50538 LOIDE DE ALMEIDA SOUZA PROFESSOR II P2-F
50189 LUCINEIDE CAVALCANTE FRANCA PROFESSOR I L1-F
50564 LUZIA VIRGINIA DIAS PROFESSOR I MN-F
50250 MANASSEIA SILVA DOS SANTOS PROFESSOR I P2-F
702476 MARCIA BUARQUE DE MELO PROFESSOR I P2-B
55009 MARCIA CICERA DA SILVA NASCIMENTO PROFESSOR I L1-E
50072 MARIA CLEMENTE DA SILVA PROFESSOR I L1-F
50565 MARIA CRISTIANE DE LIMA PROFESSOR I P2-F
50017 MARIA CRISTINA DA ROCHA PROFESSOR I MN-F
50235 MARIA CRISTINA DE MELO SILVA PROFESSOR I MN-F
50070 MARIA DA CONCEICAO DOS S AGRA PROFESSOR I MN-F
50520 MARIA DE FATIMA A DE VASCONCELOS PROFESSOR I MN-F
50025 MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA PROFESSOR I MN-F
50217 MARIA DE LOURDES SILVA DE OLIVEIRA PROFESSOR I L-1F
50080 MARIA DE LOURDES GOMES DOS SANTOS PROFESSOR I L1-F
50023 MARIA DO SOCORRO DOS S NUNES PROFESSOR I P2-F
50086 MARIA GOMES MARINHO PROFESSOR I MN-F
50021 MARIA INES SOUZA DA SILVA PROFESSOR I MN-F
50068 MARIA JOSE ALVES FILHA PROFESSOR I MN-F
50581 MARIA JOSE DE MELO PROFESSOR I MN-F
50024 MARIA JOSE DE OLIVEIRA FARIAS PROFESSOR I L1-F
50050 MARIA JOSE GOMES PROFESSOR I MN-F
50013 MARIA JOSE MARINHO FILHA PROFESSOR I P2-F
702478 MARIA JOSELIA G DO NASCIMENTO FERREIRA PROFESSOR I P2-C
50552 MARIA JOSIANE ALVES PROFESSOR I P2-E
50239 MARIA LINDALVA PEREIRA DA SILVA PROFESSOR I MN-F
50500 MARIA MARLI PEREIRA BARBOSA PROFESSOR I MN-E
50051 MARIA TEREZA DA SILVA OLIVEIRA PROFESSOR I P2-F
50016 MARIA VERONICA VACONCELOS DA SILVA PROFESSOR I P2-F
55018 MARINALVA MARIA SATURNINO DA SILVA PROFESSOR I MN-D
50022 MARIVALDA FRANCISCA DE ARRUDA PROFESSOR I L1-F
702519 MARLENE VENINA ALVES SILVA PROFESSOR I P2-E
50073 MARLENE VENINA ALVES SILVA PROFESSOR II P2-F

**Anexo IV**

50004 MARLUCE LUCIO DA SILVA PROFESSOR I MN-F
50571 MARTA JEANE DA SILVA PROFESSOR I MN-E
702477 MARTA MARIA DA SILVA PROFESSOR I P2-B
55043 MARTA MARIA DOS SANTOS PROFESSOR I MN-D
50082 MAURICEIA MACHADO DA SILVA PROFESSOR I MN-F

50521 MERCIA CRISTINA SOARES RIBEIRO PROFESSOR I P2-F
702479 MICHELANGELA BATISTA GOMES PROFESSOR I P2-E
55035 MICHELINE F COSTA DOS SANTOS PROFESSOR I P2-D
55045 MICHELINE VASCONCELOS COSTA PROFESSOR I MN-D
50010 MOISESLITA DE BARROS CARDOSO PROFESSOR I MN-F
55040 MONICA CARINA HONORATO DA SILVA PROFESSOR I P2-D
50593 NAILSON MARIANO DE OLIVEIRA PROFESSOR I P2-F
50582 NALVA CAVALCANTE DA COSTA PROFESSOR I P2-F
50556 NILZA CAVALCANTE DA COSTA SILVA PROFESSOR I P2-F
50173 OZANA GALDINO DA SILVA PROFESSOR I P2-F
50531 RENATA MARTINS PETRONILA PROFESSOR I P2-E
50174 RISELMA MARIA RAMOS PROFESSOR I P2-F
50169 RISOLEIDE DE MOURA E SILVA PROFESSOR I L1-F
702488 RITA DE CASSIA DO NASCIMENTO PROFESSOR I MN-B
50166 RITA MARIA DOS SANTOS SILVA PROFESSOR I P2-F
702474 ROBERTO WILLIAM GAZANEZ DA SILVA PREFESSOR II MEST B
55044 ROSANA CRISTINA DE SOUZA MELO PROFESSOR I P2-C
55019 ROSEMERY MENDES ROLIM PROFESSOR I L1-E
50175 ROSIANE LUIZA LINS DE OLIVEIRA PROFESSOR I MN-F
55021 ROSICLEIDE PINTO DE M DIAS PROFESSOR I P2-D
50546 ROSIVALDA RODRIGUES DA SILVA PROFESSOR I P2-F
702845 ROSSELA CLAUDIA PORTO PONTES PROFESSOR II P2-B
55048 SAMIR ROGERIO DA SILVA PROFESSOR II P2-D
55041 SANDRA DOS SANTOS SILVA PROFESSOR I P2-D
702771 SANDRA REGINA COSTA E SILVA PROFESSOR I L1-F
50513 SANDRA REGINA COSTA E SILVA PROFESSOR II P2-F
50562 SANDRA REGINA DIAS DA SILVA PROFESSOR I P2-F
50154 SANDRA ZILMA AZEVEDO LEITE PROFESSOR II P2-F
55037 SANDROELMA MENDES PATU PROFESSOR I L1-D
55011 SILVIENE LIMA DA SILVA NASCIMENTO PROFESSOR I MN-E
702486 SILVIO MOURA DA SILVA PROFESSOR I P2-C

**Anexo V**

55038 SIMONI JOSEFA XAVIER PROFESSOR I P2-D
62007 SOLANGE BARROS DE LIMA PROFESSOR I MN-F
50148 SUELENE CRISTINA DA SILVA PROFESSOR I MN-F
55012 SUELY MARIA DE LIMA PROFESSOR I P2-D
55016 SULEICA SUENIA DA SILVA PROFESSOR I P2-E
55039 SULEIDE PEREIRA DO NASCIMENTO PROFESSOR I P2-D
702484 TED WILLAMS NOGUEIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR II P2-C
702483 TIBERIO CESAR DE ALENCAR SILVA PROFESSOR II P2-C
50136 VERA LUCIA DE OLIVEIRA PROFESSOR I MN-F
5014 WILMA MARIA DA SILVA GOMES PROFESSOR I P2-F
50133 ZELIA MARIA DO NASCIMENTO SILVA PROFESSOR I MN-F
50139 ZULEIDE DOS SANTOS SILVA PROFESSOR I MN-F

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de fevereiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**6833E809

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 127/2021**

Dispõe sobre a designação de Diretor (a) Adjunta da Escola Municipal Juracira de Almeida e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE**:
**Art. 1º. DESIGNAR** a senhora **VILMA DIONE LARANJEIRA DOS SANTOS, portadora** do RG sob o nº 4.743.588 SSP/PE e inscrita no CPF através do nº 698.191.224-49, para exercer a função em comissão de **Diretor (a) Adjunta da Escola Municipal Juracira de Almeida Amorim,** com atribuições estabelecidas em lei e regulamento.
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 26 de janeiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**8E6AEB0A

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 203/2021**

Dispõe sobre a nomeação do ASSESSOR ESPECIAL e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º.** NOMEAR: **ANTONIO HENRIQUE DA SILVA LINS**, brasileiro, portador do RG sob o nº 29.006.473-9 SSP/SP e inscrito no CPF através do nº 697.835.354-04, para o cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL – CCS1.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 01 de fevereiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**5AC2DD7D

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 246/2021**

Exonera o servidor municipal LUIZ HENRIQUE NUNES RAMOS, do cargo de ASSESSOR DO SETOR DE CERIMONIAL e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;

**RESOLVE:**
**Art. 1º** Fica **EXONERADO** o servidor municipal **LUIZ HENRIQUE NUNES RAMOS,** do cargo de **ASSESSOR DO SETOR DE CERIMONIAL**, portaria 054/2021.
**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 01 de março de 2021

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**0B15E0DA

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 247/2021**

Dispõe sobre a nomeação do ASSESSOR DO SETOR DE ADMNISTRAÇÃO e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º** NOMEAR: **LUIZ HENRIQUE NUNES RAMOS,** brasileiro, inscrito no RG sob o nº 8.522.586 SDS/PE e no CPF sob o nº 094.344.604-09, para o cargo em comissão de **ASSESSOR DO SETOR DE ADMNISTRAÇÃO - CC3.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 01 de março de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**681748FD

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 119/2021**

Dispõe sobre a designação de Diretor (a) Adjunta da Escola Municipal Castelo Branco e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE**:
**Art. 1º. DESIGNAR** a senhora **VALDETE DUARTE ALVES, portadora** do RG sob o nº 3.790.833 SDS/PE e inscrita no CPF através do nº 697.838.294-91, para exercer a função em comissão de **Diretor (a) Adjunta da Escola Municipal Castelo Branco**, com atribuições estabelecidas em lei e regulamento.
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 26 de janeiro de 2021

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**0B9E0A10

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 103/2021**

Dispõe sobre a nomeação da ASSESSORA DO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º** NOMEAR: **ELIANE MARIA TIMOTEO DA SILVA,** brasileira, inscrita no RG sob o nº 5.018.662 SDS/PE e no CPF sob o nº 028.143.394-19, para o cargo em comissão de **ASSESSORA DO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – CC3.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 21 de janeiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**6727128D

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 104/2021**

Dispõe sobre a nomeação da CHEFE DO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições

legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º** NOMEAR: **KELVIANE CLÉZIA SILVA DE LIMA,** brasileira, inscrita no RG sob o nº 8.856.021 SDS/PE e no CPF sob o nº 103.299.644-70, para o cargo em comissão de **CHEFE DO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – CC2.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 21 de janeiro de 2021

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**E580CEA6

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 102/2021**

Dispõe sobre a nomeação da ASSESSORA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º** NOMEAR: **DANIELE MARIA DOS SANTOS,** brasileira, inscrita no RG sob o nº 7.432.812 SDS/PE e no CPF sob o nº 061.814.104-90, para o cargo em comissão de **ASSESSORA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO – CC3.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 21 de janeiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**C3865A62

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 198/2021**

Dispõe sobre a nomeação do ASSESSOR DE SUPERVISÃO ESCOLAR RURAL e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º.** NOMEAR: **RODOLPHO SOUZA OLIVEIRA**, brasileiro, portador do RG sob o nº 7.358.644 SDS/PE e inscrito no CPF através do nº 086.113.444-30, para o cargo comissionado de **ASSESSOR DE SUPERVISÃO ESCOLAR RURAL – CC3.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 01 de fevereiro de 2021

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**19E620E9

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 248/2021**

Dispõe sobre cedência da servidora para a CÂMARA MUNICIPAL DA GAMELEIRA-PE.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** que a servidora relacionada abaixo está de acordo com a sua cedência para AUTARQUIA;
**CONSIDERANDO** que o Ente Cedente disponibiliza de tais servidores e que em seu quadro atual temos como suprir tais servidores por outros também efetivos;
**CONSIDERANDO** que é a Administração Pública atende a todos os princípios Constitucionais;
**Considerando** que o ato de cedência é Constitucional e Legal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º COLOCAR** à disposição da **CÂMARA MUNICIPAL DA GAMELEIRA,** com ônus para o Poder Legislativo a servidora **ROBERVANIA VALQUÍRIA GOMES,** brasileira, portadora do RG sob o nº 6.503.902 SDS/PE e inscrita no CPF através do nº 012.077.134-90, Agente Administrativo, matrícula 990878.
**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 01 de fevereiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**C1508B01

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 118/2021**

Dispõe sobre a designação de Diretor (a) da Escola Municipal Castelo Branco e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE**:
**Art. 1º. DESIGNAR** o senhor **ROBSON LAMARTINNE DE OLIVEIRA FERREIRA,** portador do RG sob o nº 6.745.906 SDS/PE e inscrito no CPF através do nº 043.135.434-06, para exercer a função em comissão de **Diretor (a) da Escola Municipal Castelo Branco**, com atribuições estabelecidas em lei e regulamento.
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 26 de janeiro de 2021.

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**BF0C99E1

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 106/2021**

Dispõe sobre a nomeação da ASSESSORA DO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.
**CONSIDERANDO** a Lei nº 1.135/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa pública deste município;
**CONSIDERANDO** que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração, conforme disposição do art. 37, II da Constituição Federal;
**CONSIDERANDO** a necessidade do Serviço Público Municipal;

**RESOLVE**:
**Art. 1º** NOMEAR: **MARTA MARIA DA SILVA,** brasileira, inscrita no RG sob o nº 5.217.106 SSP/PE e no CPF sob o nº 050.992.584-76, para o cargo em comissão de **ASSESSORA DO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – CC3.**
**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2021.
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Gameleira, 21 de janeiro de 2021

***LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA***
Prefeito Constitucional do Município da Gameleira/PE

**Publicado por:**
Fabiana Marcelly Nunes Melo
**Código Identificador:**EA33E127

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE GARANHUNS

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARANHUNS**
**ATO DA MESA Nº 0 0 3/2021**

Ementa: Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Garanhuns do Estado de Pernambuco.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARANHUNS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
**Art. 1º** Este Ato estabelece procedimentos e regras de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus SarsCov-2, causador da doença COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Garanhuns.
**Parágrafo único.** As medidas de que tratam este Ato vigorarão até o dia 18 de março de 2021.
**Art. 2°** O acesso à Câmara Municipal de Vereadores de Garanhuns fica restrito aos(as) Vereadores(as), servidores, terceirizados, profissionais de imprensa, assessores de entidades e órgãos públicos de âmbito nacional ou estadual, estagiários, e prestadores de serviços no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores.
**§ 1º.** À restrição se estende as reuniões das comissões e do plenário, até ato ulterior.
**§ 2º.** Todos que tiverem acesso as dependência da Câmara Municipal de Vereadores de Garanhuns, terão obrigatoriamente, que estarem usando máscaras de proteção individual.
**Art. 3º** Fica proibida a realização, nas dependências da Câmara Municipal de Garanhuns, de eventos coletivos não diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das Comissões.
**Art. 4º** Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Garanhuns autorizada a adotar outras medidas administrativas necessárias ao fiel cumprimento deste Ato, inclusive mediante redução temporária do fluxo de pessoas nos Prédios, determinação do quantitativo máximo de pessoas em ambientes de uso coletivo e limitação da jornada de trabalho.

**Art. 5º** As ações ou omissões que violem o disposto neste Ato sujeitam o infrator às sanções penais, civis, éticas e administrativas.
**Art. 6º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CASA RAIMUNDO DE MORAES, EM 08 DE MARÇO DE 2021.

***SENIVALDO RODRIGUES ALBINO***
***(JOHNY ALBINO)***
Presidente

***MATHEUS SANTOS MARTINS DE ARAUJO***
Vice-Presidente

***ALCINDO DE MELO CORREIA***
1º Secretário

***DARLIANE MENDES RODRIGUES LIRA***
2ª Secretária

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**602341B1

**IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS**
**PORTARIA Nº 025/2021 – GAB**

EMENTA – Dispõe sobre a alteração e nomeação integrante da Comissão Permanente de Inquérito, e dá outras providências."

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais conferidas pela Portaria n° 007/2021 – GP de 04 de Janeiro de 2021.

**CONSIDERANDO,** o que dispõe o Artigo 16 da Lei Municipal n° 3893/2013.

CONSIDERANDO que o Sr, LUCAS DE GOIS RODRIGUES, portador do CPF nº 098.285.094-82, foi exonerado do cargo de assessor administrativo financeiro através da PORTARIA Nº 022/2021 – GAB.

CONSIDERANDO que o Sr, LUCAS DE GOIS RODRIGUES, portador do CPF nº 098.285.094-82, foi nomeado para ocupar o cargo

de gerente de previdência através da PORTARIA Nº 023/2021 – GAB.

**RESOLVE:**
**Art. 1º.** NOMEAR o Sr. LUCAS DE GOIS RODRIGUES, portador do CPF nº 098.285.094-82, Matrícula N° 84.135, lotado no cargo Comissionado de Gerente de Previdência, para integrar a **Comissão Permanente de Inquérito Administrativo** do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns – IPSG, a qual foi constituída através da portaria nº 015/2021 – GAB – IPSG, com efeito retroativo a partir de 01 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º.** Os servidores que fazem parte do quadro funcional do IPSG, e que compõem a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo constituído no Art. 1º desta Portaria, farão jus à vantagem estabelecida no art. 16 da Lei Municipal nº 3893/2013.
**Art. 3° -** A vantagem de que trata o art. 2º será na ordem de 40% (quarenta por cento) para todos os membros, sobre seus vencimento.
**Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Garanhuns, 10 de fevereiro de 2021.

***CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA***
Presidente do IPSG
Portaria n° 007/2021 - GP
Matrícula nº 84.126

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**74874095

**IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS**
**PORTARIA Nº 026/2021 – GAB**

EMENTA – Dispõe sobre a designação de gestor de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Garanhuns - IPSG.”

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais conferidas pela Portaria n° 007/2021 – GP de 04 de Janeiro de 2021.

**RESOLVE:**
**Art. 1º. DESIGNAR-SE** formalmente para a função de **GESTOR DE INVESTIMENTOS** DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE GARANHUNS – IPSG, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.
**Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Garanhuns, 02 de março de 2021.

***CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA***
Presidente do IPSG
Portaria n° 007/2021 - GP
Matrícula nº 84.126

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**2B5A8E1C

**IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS**
**PORTARIA Nº 027/2021 - GAB**

EMENTA – Dispõe sobre a exoneração para Cargo Comissionado de livre nomeação e exoneração do quadro de servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns.”

**A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais conferidas pela Portaria n° 007/2021 – GP de 04 de janeiro de 2021.

**RESOLVE:**
**Art. 1º.** EXONERAR o Sr. LUIS ANGELO BUARQUE FONSECA JUNIOR, portadora do CPF nº 898.832.844-20, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, símbolo (IPSG/CC-3), com efeito retroativo a partir de 01 de março de 2021, nos termos da Lei Municipal nº 3.891/2013, modificada pela Lei Municipal nº 4.384 de 06 de abril de 2017.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.
**Art. 3º.** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Garanhuns, 05 de março de 2021.

***CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA***
Presidente do IPSG
Matrícula nº 84.126

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**41E08C62

**IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS**
**PORTARIA Nº 0004/2021**

"Dispõe sobre a Concessão de Benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da Sr.(a). SANDRA CARMO DA SILVA PEREIRA”.

**O PRESIDENTE E A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO**, em conformidade com o Artigo 31º, incisos I, alínea K da Lei Municipal 3891/2013;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** -Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais** ao (a) servidor (a) SANDRA CARMO DA SILVA PEREIRA**,** no cargo de Agente Administrativo, Nível PE-24, Matrícula Funcional Nº 709, portador do RG N° 4.577.728 SDS/PE e CPF/MF N° 600.425.754-00 lotado na Secretaria de Saúde desta municipalidade, em conformidade com o Artigo 3°, incisos I, II e III da Emenda Constitucional N° 47/2005.

**Art.2º** - Esta portaria produzirá efeitos financeiros retroativos a 01 de Março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Garanhuns, 08 de Março de 2021.

| ***NORMA VALDÉRIA DOS SANTOS FERREIRA*** | ***CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA*** |
|---|---|
| Diretora de Previdência Social | Presidente do IPSG |
| Portaria nº 010/2021 – GAB | Portaria nº 007/2021 - GP |
| Mat. 84127 | Mat. 84126 |

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**54B383CC

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA 005 /2021**

"Dispõe sobre a equipe responsável pela análise de documentação das empresas credenciadas no chamamento Público nº 001/2020 - FMS".

O Prefeito do Município de Garanhuns no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco, e pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, comissão responsável pela análise da documentação das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 001/2020 – FMS, cujo objeto trata-se do CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas da área de saúde para a prestação de serviços na realização de PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS: DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, conforme Tabela SUS, formada pelos seguintes membros: **Walter Japearson Mendonça Filho, Diretor Administrativo (Matrícula 2201), Aurilane Márcia Silva Alves, Agente Administrativo (Matrícula 7517) e Celma de Amorim Pontes, Agente Administrativo (Matrícula 7248).**

**Esta portaria entra em vigor em 08/03/2021.**

**CUMPRA-SE**
**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**Garanhuns, 08 de Março de 2021**

_____
***SIVALDO RODRIGUES ALBINO***

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**336093F3

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA 006 /2021**

"Dispõe sobre a equipe responsável pela análise técnica do porte das empresas credenciadas no chamamento Público nº 002/2020 - FMS".

O Prefeito do Município de Garanhuns no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco, e pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, comissão responsável pela análise técnica do porte das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 002/2020 – FMS, cujo objeto trata-se do CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas da área de saúde para a prestação de serviços na realização de PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS: COLETA DE MATERIAL, BIOPSIA, CITOLOGIA, RADIOGRAFIA, MAMOGRAFIA, ULTRASSONOGRAFIA, DIAGNÓSTICO EM ESPECIALIDADES (PNEUMOLOGIA, CARDIOLOGIA, GASTROENTOENTEROLOGIA, OFTAMOLOGIA) PROCEDIMENTOS CLINÍCOS: CONSULTAS E FISIOTERAPIA E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DIVERSOS, conforme Tabela SUS, formada pelos seguintes membros: **Renata da Silva Siqueira Medeiros, Diretora de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria (Matrícula 5948) Rafaelle Menezes de Oliveira Parente, Coordenadora de Controle Avaliação – Regulação (matrícula 91625) Ana Carolina Ramos Costa, Enfermeira (Matrícula 90999) e Suziane Kelly de Albuquerque Lourenço, Agente Administrativo (Matrícula 8701)**

**Esta portaria entra em vigor em 08/03/2021.**

**CUMPRA-SE**
**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**Garanhuns, 08 de Março de 2021**

_____
***SIVALDO RODRIGUES ALBINO***

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**137471B3

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA 009 / 2021**

"Dispõe sobre a equipe responsável pela análise de documentação das empresas credenciadas no chamamento Público nº 001/2018- FMS e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Garanhuns no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco, e pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, comissão responsável pela análise da documentação credenciadas no Chamamento Público nº 001/2018 – FMS, cujo objeto trata-se do credenciamento de pessoas físicas e jurídicas da área de saúde para a prestação de serviços na realização de exames e consultas de média e alta complexidade conforme tabela diferenciada de valores, formada pelos seguintes membros: **Walter Japearson Mendonça Filho, Diretor Administrativo- Matrícula 2201, Aurilane Márcia Silva Alves, Agente Administrativo- Matrícula 7517 e Celma de Amorim Pontes, Agente Administrativo- Matrícula 7248.**

**Esta portaria entra em vigor em 08/032021**

**CUMPRA-SE**
**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**Garanhuns, 08 de Março de 2021**

_____
***SIVALDO RODRIGUES ALBINO***

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**4006F2FD

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA 007 / 2021**

"Dispõe sobre a equipe responsável pela análise técnica do porte das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 001/2020- FMS".

O Prefeito do Município de Garanhuns no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco, e pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, comissão responsável pela análise técnica do porte das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 001/2020 – FMS, cujo objeto trata-se do CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas da área de saúde para a prestação de serviços na realização de PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS: DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, conforme Tabela SUS, formada pelos seguintes membros: **Renata da Silva Siqueira Medeiros, Diretora de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria (Matrícula 5948), Rafaella Menezes de Oliveira Parente, Coordenadora de Controle Avaliação - Regulação (Matrícula 91625), Ana Carolina Ramos Costa, Enfermeira (Matrícula 90999) e Suziane Kelly de Albuquerque Lourenço, Agente Administrativo (Matrícula 8701).**

**Esta portaria entra em vigor em 08/03/2021.**

**CUMPRA-SE**
**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**Garanhuns, 08 de Março de 2021**

_____
***SIVALDO RODRIGUES ALBINO***

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**F66AA460

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA 008 /2021**

"Dispõe sobre a equipe responsável pela análise de documentação das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 002/2020 - FMS".

O Prefeito do Município de Garanhuns no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco, e pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, comissão responsável pela análise da documentação das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 002/2020 – FMS, cujo objeto trata-se do CREDENCIAMENTO de Pessoas Físicas e Jurídicas da área de saúde para a prestação de serviços na realização de PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS: COLETA DE MATERIAL, BIÓPSIA, CITOLOGIA, RADIOGRAFIA, MAMOGRAFIA, ULTRASSONOGRAFIA, DIAGNÓSTICO EM ESPECIALIDADES (PNEUMOLOGIA, CARDIOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, OFTALMOLOGIA), PROCEDIMENTOS CLÍNICOS: CONSULTAS E FISIOTERAPIA e PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DIVERSOS, conforme Tabela SUS, formada pelos seguintes membros: **Walter Japearson Mendonça Filho, Diretor Administrativo (Matrícula 2201), Aurilane Márcia Silva Alves, Agente Administrativo (Matrícula 7517) e Celma de Amorim Pontes, Agente Administrativo (Matrícula 7248).**

**Esta portaria entra em vigor em 08/03/2021.**

**CUMPRA-SE**
**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**Garanhuns,08 de Março de 2021**

_____
***SIVALDO RODRIGUES ALBINO***

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**A3EFDBB1

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**PORTARIA 010 / 2021**

"Dispõe sobre a equipe responsável pela análise técnica do porte das empresas credenciadas no chamamento Público nº 001/2018- FMS e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Garanhuns no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco, e pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, comissão responsável pela análise técnica do porte das empresas credenciadas no Chamamento Público nº 001/2018 – FMS, cujo objeto trata-se do credenciamento de pessoas físicas e jurídicas da área de saúde para a prestação de serviços na realização de exames e consultas de média e alta complexidade conforme tabela diferenciada de valores, formada pelos seguintes membros: **Renata da Silva Siqueira Medeiros, Diretora de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria- Matrícula 5948, Ana Carolina Ramos Costa, Enfermeira- Matrícula 90999 e Suziane Kelly de Albuquerque Lourenço, Agente Administrativo- Matrícula 8701.**

**Esta portaria entra em vigor em 08/03/2021**

**CUMPRA-SE**
**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**Garanhuns, 08 de Março de 2021**

_____
***SIVALDO RODRIGUES ALBINO***

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**1251BC03

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020**
**Objeto:** Aditamento para Prorrogação de Prazo do **CONTRATO Nº 103/2020-CPL**, cujo objeto, refere-se ao fornecimento parcelado de café e açúcar destinados a Secretaria de Saúde de Garanhuns e gêneros alimentícios (estivas, hortifrúti, ovos, frios, embutidos, carnes, peixes e pães) destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e a Rede de Saúde Mental do Município de Garanhuns. **CONTRATANTE: FUNDO MUNICPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS/PE**, CNPJ Nº 09.342.856/0001-10. **CONTRATADA: CAVALCANTE E MELO LTDA - ME** - CNPJ nº 08.987.0001-28. **VIGÊNCIA:** Até 31 de Dezembro de 2021, contados a partir de 01 de Janeiro de 2021, ou até a homologação de um novo processo licitatório.

Garanhuns, 24 de Dezembro de 2020.

***NILVA MARIA MENDES DE SÁ***
Secretária de Saúde.

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**FFE9C08A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 055/2018**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2018**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº007/2018**
**Objeto:** Aditamento para Prorrogação de Prazo do **CONTRATO Nº 032/2019-CPLC**, cujo objeto trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação, gerenciamento e manutenção de uma solução integrada de vídeo monitoramento para o **Fundo Municipal de Saúde de Garanhuns. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS/PE,** CNPJ Nº 09.342.856/0001-10. **CONTRATADA: CONSUMA COMERCIAL EIRELI - ME**, CNPJ nº 02.338.597/0001-04. **VIGÊNCIA:** Até 31 de Dezembro de 2021, contados a partir de 01 de janeiro de 2021.

Garanhuns, 31 de dezembro de 2020.

***NILVA MARIA MENDES DE SÁ***
Secretária de Saúde.

**Publicado por:**
Paulo Sérgio Matos de Almeida
**Código Identificador:**38C50EEB

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Processo – 004/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2021 – OBJETO**: contratação de **empresa(s) para o fornecimento integral**

**de peixe tipo corvina para distribuição na Semana Santa com as famílias carentes do Município de Glória do Goitá**. Valor máximo: R$ 265.430,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta reais). **Data e hora de abertura**: **22/03/2021** às **09:00 horas**. Sistema eletrônico utilizado: SCPI – Portal de Compras, através do link http://portal.gloriadogoita.pe.gov.br:5662/comprasedital/. Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. Edital e anexos podem ser obtidos no Portal da Transparência do Município http://www.gloriadogoita.pe.gov.br/transparencia, ou através do e-mail: **cpl@gloriadogoita.pe.gov.br** ou no endereço do sistema eletrônico utilizado. Informações pelo Fone: (81) 4042-2168.

Glória do Goitá, 08 de março de 2021.

***FRANCISCO MENDES SILVA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Luana Tamires do Nascimento Souza
**Código Identificador:**5A0B200D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO 011/2021

EMENTA: Aprova o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recurso e Infrações – JARI.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE GRAVATÁ,** Estado de Pernambuco no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do Art. 59, da Lei Orgânica do Município e,
**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº. 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;
**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 3726/2017, que dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes de Gravatá – DMGTTRANS e da Junta Administrativa de Recurso e Infrações – JARI e dá outras providências;
**CONSIDERANDO** a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a gestão, fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis;
**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 357, de 02 de agosto de 2010, do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) que estabelece as diretrizes para criação e adequação da JARI.
**DECRETA:**
**Art. 1º** Fica aprovado o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recurso e Infrações - JARI, que funcionará junto ao **Departamento Municipal Gravataense de Trânsito e Transportes (DMGTTRANS)** integrante do presente Decreto.
**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Joaquim Didier, em 23 de fevereiro de 2021.

***JOSELITO GOMES DA SILVA***
Prefeito de Gravatá

**Publicado por:**
Idelfonso da Silva Júnior
**Código Identificador:**37068D9D

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO 012/2021

EMENTA: Estabelece e ratifica as novas medidas restritivas de acordo com o Decreto Estadual Nº 50.346 de 01/03/2021, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE GRAVATÁ,** Estado de Pernambuco no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do Art. 59, da Lei Orgânica do Município e,
**CONSIDERANDO** a permanência dos efeitos da Declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19);
**CONSIDERANDO** a Declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19);
**CONSIDERANDO** a necessidade de intensificar as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus previstas, em complementação e execução local das medidas determinadas pelo Estado de Pernambuco;
**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual Nº 50.346 de 01/03/2021 que Estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas, por período determinado, e consolida as normas vigentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

**DECRETA:**
**Art. 1º** A partir da data de 03/03/2021 até o dia 17/03/2021, a Feira Livre, nos dias de sábado, funcionará no horário das 05h até às 17h e nos domingos no horário das 05:00h às 12:00h.
**Parágrafo Único –** O comércio de venda de alimentos para consumo imediato, como refeições, lanches (caldo de cana, cahorro-quente, etc), tanto dentro do Mercado Público como no interior da Feira Livre nos sábados e domingos de que trata o caput poderão funcionar no sistema de "*delivery*" (entregas em domicílio). Esses comerciantesnão devem permitir de forma alguma, que o cliente consuma o alimento no seu ponto de vendas ou estabelecimento.
**Art. 2º** Em relação à Praça de Alimentação localizada no calçadão da Av. Joaquim Didier, seu funcionamento nos sábados e domingos de que trata o Art. 1º, se dará pelo sistema de "*delivery*" (entregas em domicílio) e "Pontos de Coleta", onde o consumidor ligará antes para fazer seu pedido e ao chegar no estabelecimento para buscá-lo não descerá do seu veículo, ficando a entrega por conta do proprietário do estabelecimento ou de um de seus funcionários que levarão a entrega até o consumidor.
**Parágrafo Único –** Os Pontos de Coleta referidos no caput funcionarão nos sábados e domingos até o dia 17 de março de 2021, no horário de até às 22h. O sistema de "*delivery*" (entregas em domicílio) não terá horário estipulado para seu término.
**Art. 3º** Sobre o comércio em geral (serviços não essenciais), nos sábados e domingos até o dia 17 de março de 2021, de acordo com o inciso XXII do Anexo Único do Decreto Estadual Nº 50.346 de 01/03/2021, esses só poderão funcionar no sistema de "*delivery*" (entregas em domicílio), devendo se eximir de abrir o estabelecimento comercial naqueles dias.
**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Joaquim Didier, em 03 de março de 2021.

***JOSELITO GOMES DA SILVA***
Prefeito de Gravatá

**Publicado por:**
Idelfonso da Silva Júnior
**Código Identificador:**9FAF5C5E

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO 013/2021

EMENTA: Regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal a Lei Municipal nº 3623/2013 para instituir o processo de concessão de Suprimentos de Fundos (adiantamento), bem como sua aplicação e prestação de contas.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE GRAVATÁ,** Estado de Pernambuco no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do Art. 59, da Lei Orgânica do Município, com

base no disposto no artigo 24, Inciso II da Lei nº 8666/93 e os artigos 68 e 69 da Lei 4.320/64,

**DECRETA:**

**Art. 1º**. Implantar o processo de concessão de Suprimento de Fundos com a finalidade de acudir as despesas de pronto pagamento que não possam se sujeitar ao processo normal das despesas, além de garantir maior dinamicidade ao processo de gestão.
**Art. 2º**. O regime de suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor designado, sempre precedido de empenho em dotação própria, para realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesa e sob sua inteira responsabilidade, não se apresentem passíveis de planejamento e não possam ser submetidas ao procedimento licitatório ou dispensa de licitação, dependendo da estimativa de valor dos materiais, bens ou serviços a serem adquiridos.
**Art. 3º**. É vedada a concessão de Suprimento de Fundos:
I - Para pagamento de despesa já realizada;
II - Para aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial, classificada como despesa de capital.
**Art. 4º**. É vedada a utilização do suprimento de fundos em finalidade diversa daquela para a qual foi concedido.
**Art. 5º**. São passíveis de realização por meio de suprimento de fundos os seguintes pagamentos:
I - Despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujos valores sejam iguais ou inferiores a 1,00% (um por cento) dos limites máximos do valor constante da alínea "a" do inciso II do art. 23 da modalidade de licitação convite, constantes na Lei nº 8.666/93.

**§1º**. Para fins deste Decreto, consideram-se despesas de pequeno vulto aquelas que devam ser efetuadas para atender necessidades inadiáveis da Administração, inclusive aquisição de material e execução de serviço, ainda que exista dotação específica.
**Art. 6º**. Os Suprimentos de Fundos só serão concedidos a servidores municipais efetivos, ou, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, a servidores comissionados.
**Art. 7°**. Os prazos para aplicação e prestação de contas serão os seguintes:
I – Para aplicação o servidor terá 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento do numerário em sua conta bancária.
II – Para prestar contas e baixar sua responsabilidade perante o Tesouro Municipal, o servidor terá 30 (trinta) dias a contar do encerramento do prazo para aplicação definido no inciso anterior.
**§1º**. Caso os prazos caiam em dia não útil, estes serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente.
**§2º**. Os adiantamentos concedidos no mês de dezembro terão como prazo de entrega da Prestação de Contas, a data de encerramento do exercício.
**Art. 8°**. O servidor que receber Suprimento de Fundos é obrigado a aplicá-lo e a prestar contas, a controladoria sujeitando-se à tomada de contas especial, quando não o fizer no prazo fixado no Artigo 7º.
**Art. 9°**. A solicitação de Suprimento de Fundos será feita através do documento "Requisição de Suprimento de Fundo", que deverá conter, obrigatoriamente:
I - Exercício financeiro;
II - Classificação correta das despesas;
III– Nome, matrícula e cargo ou função do servidor;
IV - Importância a ser autorizada;
V - Assinatura do solicitante;
VI - Assinatura do ordenador de despesa.
**Art. 10**. Não será concedido Suprimento de Fundos a:
I – Servidor em alcance;
II - Servidor que esteja respondendo a inquérito ou processo administrativo disciplinar;
III - Servidor que não esteja em efetivo exercício na Administração Pública Municipal;
IV - Responsável pelo almoxarifado;
V - Servidor exercendo cargo em comissão no último quadrimestre ao término do mandato do Prefeito, exceto para o servidor efetivo;
VI - Unidade gestora com Suprimento de Fundo ainda não homologado e com a respectiva baixa de responsabilidade;
VII - Responsável por Suprimento de Fundos, ainda não homologado e com a respectiva baixa de responsabilidade.

**Parágrafo único**. Considera-se em alcance o agente responsável por suprimento de fundos que não tenha apresentado a comprovação dentro do prazo previsto, ou que tenha causado prejuízo aos cofres do Município, por apropriação indébita, desvio, avaria, inutilização ou por falta não justificada de bens e valores públicos, depois de configurada a responsabilidade administrativa, independentemente de condenação judicial.
**Art. 11**. Os Suprimentos de Fundos concedidos serão considerados despesas efetivas, registrando-se a responsabilidade ao servidor suprido, cuja baixa será procedida após a aprovação e homologação das contas prestadas.
**Art. 12**. A prestação de contas do Suprimento de Fundos fará parte integrante do mesmo processo de concessão e será prestada pelo servidor responsável pelo Suprimento no prazo previsto no art. 7º, devendo ser instruída com os seguintes documentos:
I – Notas fiscais, recibos ou documentos fiscais válidos, que comprovam as despesas realizadas;
II - Depósito de devolução dos eventuais saldos não aplicados;
III - Relação dos documentos anexados e resumo final com o demonstrativo do crédito autorizado e gasto.
**§1º**. As restituições de que trata o Inciso II deste artigo deverão ser efetuadas pelo suprido até o prazo limite de comprovação e apresentadas na Prestação de Contas
**§2º**. Se não houver gasto, deverá ser apresentada justificativa, no prazo de prestação de contas previsto no inciso I do art. 7º, indicando os motivos que impediram a aplicação do Suprimento de Fundos.
**§3º**. Os documentos comprovantes da despesa realizada deverão ser emitidos com o número do CNPJ e em nome da Prefeitura do Município de Gravatá, seguido do nome do responsável pelo Suprimento de Fundos e não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.
**§4º**. Nos documentos comprobatórios de despesa deverá constar o atestado de que o fornecimento foi realizado ou o serviço prestado, passado por servidor que não seja o responsável pelo suprimento, cuja atestação só terá validade se identificar o servidor com clareza, preferencialmente com carimbo de identificação, nome completo, cargo/função exercida e número de matrícula.
**§5º**. A certificação estabelecida no artigo anterior não poderá ser realizada pelo servidor suprido nem pelo Ordenador de Despesa.

**§6º**. No caso de não cumprimento do prazo de prestação de contas de suprimento de fundos por parte do suprido, ficará o Ordenador de Despesas do órgão de lotação do servidor, responsável por notificar imediatamente o suprido a apresentar a prestação de contas no prazo de 05 (cinco) dias corridos.
**§7º**. Não sendo apresentada pelo suprido a prestação de contas no prazo estipulado no parágrafo anterior, o Ordenador de Despesas comunicará a Procuradoria Municipal para instauração de Tomada de Contas Especial e Processo Administrativo Disciplinar, bem como glosa nos proventos do suprido até o valor do dano causado ao erário.
**Art. 13**. Após a análise da Prestação de Contas, o processo terá os seguintes trâmites:
I - A aprovação e homologação serão efetuadas pelo ordenador de despesas do órgão, precedida de análise da Controladoria;
II - Se encontrada impropriedade passível de saneamento, os autos serão remetidos aos agentes públicos responsáveis, com a finalidade de sanear a prestação de contas, e após, reapresentados para nova análise.
II - Se encontrada irregularidade insanável na aplicação do suprimento de fundos, a prestação de contas deverá ser reprovada e encaminhada à Controladoria Geral do Município para análise conclusiva, que se manifestará pelas providências necessárias ao resguardo da coisa pública, devendo em última instância, após oportunizada a devolução do numerário objeto de glosa, determinar o desconto em folha salarial do servidor em alcance.
**Art. 14**. O servidor que receber suprimento não poderá transferi-lo a outrem.
**Art. 15**. Compete à Unidade de Controle Interno do Município instituir e alterar os formulários de Requisição de Suprimento de Fundos e de Prestação de Contas, bem como editar instrumentos normativos para o fiel cumprimento deste Decreto.
**Art. 16**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
**Art. 17**. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Joaquim Didier, em 04 de março de 2021.

***JOSELITO GOMES DA SILVA***
Prefeito de Gravatá

**Publicado por:**
Idelfonso da Silva Júnior
**Código Identificador:**7CC50581

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

### COMISSÃO PREMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 001/2021

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**

A Prefeitura Municipal de Ibimirim através do Pregoeiro publica a Homologação do Pregão Eletrônico Nº: 001/2021. Para a Contratação de instituição financeira para a prestação de serviços de pagamento, com exclusividade, de salários, proventos e vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de servidores ou empregados públicos ativos, inativos e pensionistas, da administração direta e indireta e sem caráter de exclusividade o direito de conceder empréstimo consignados aos servidores municipais, arrecadação de tributos, taxas e demais receitas públicas à municipalidade, através de dam's de prefeitura municipal de Ibimirim, suas autarquias e fundações, tudo conforme exigências, quantidades e especificações contidas no edital e seus anexos. Que apresentou a seguinte empresa como vencedora: BANCO BRADESCO S.A CNPJ: 60.746.948/0001-12, pelo Valor total R$ 310.006,66 (trezentos e dez mil, seis reais e sessenta e seis reais)..

Ibimirim, 08/03/2021.

***JOSÉ WELLITON DE MELO SIQUEIRA.***
Prefeito

**Publicado por:**
Robson Helder de Araújo Lima
**Código Identificador:**DAB0021F

### COMISSÃO PREMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021 - COMPRASNET

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM – PE AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (ELETRÔNICO)**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 004/2021; PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 003/2021- COMPRASNET. UASG: 982431 OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação do fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS (KIT ESCOLAR)**,** a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação do município de IBIMIRIM/PE, de acordo com o Termo de Referencia. Valor total Estimado R$ 265.309,50 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e nove reais e cinquenta centavos). Início do acolhimento das Propostas: a partir das 08h00min do dia 09/03/2021; Limite para acolhimento das propostas: 08h00min do dia 19/03/2021, Abertura das Propostas: 08h00min do dia 19/03/2021; Início da Sessão de disputa: 09h00min do dia 19/03/2021; Referência de tempo: horário de Brasília (DF); Informações: pelo e-mail: licita.ibimirim@gmail.com (esclarecimentos e impugnações). Material disponível em COMPRASNET/COMPRASGOVERNAMENTAIS e no site da Prefeitura Municipal de Ibimirim clicando no link do "portal da Transparência", local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

IBIMIRIM/PE, 08 de março de 2021.

***ROBSON HELDER DE ARAUJO LIMA***
Pregoeiro Municipal.

**Publicado por:**
Robson Helder de Araújo Lima
**Código Identificador:**320F0B6A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAJUBA - GABINETE DO PREFEITO
### LEI 003/2021 - PROMULGAÇÃO

**Lei nº 03, de 08 de fevereiro de 2021**

Altera a Lei Municipal 185/2013 que dispõe sobre a licença para o desempenho de mandato classista.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA**, no uso de suas atribuições legais sanciona:

Art. 1º O art. 1° da lei 185/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1 – É assegurado ao servidor municipal o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe em âmbito municipal, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem prejuízo da remuneração e demais direitos, observado os seguintes limites:

I – para entidades com até 100 associados, um servidor:
II – para entidades com 101 a 300 associados, dois servidores
III – para entidades com mais de 300 associados, três servidores.
§ 1° somente poderão ser licenciados servidores eleitos para os cargos de diretoria ou representação nas referidas entidades.
Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***MARIA IZALTA SILVA LOPES GAMA***
Gabinete da Prefeita de Ibirajuba/PE, 08 de fevereiro de 2021

**Publicado por:**
Renilson Dias de Torres
**Código Identificador:**14A7CEB7

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE IGARASSU

### SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA
### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 005/2021, COMISSÃO: CPL III, MODALIDADE/N°: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Nat.: Serviço, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA JOÃO ALBUQUERQUE UCHOA CAVALCANTI, SITUADA NO LOTEAMENTO JABACÓ, MUNICÍPIO DE IGARASSU/PE,** conforme especificações contidas no projeto Básico (Anexo I) composto de Memorial Descritivo, Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, partes integrantes deste Edital. Valor Máximo Aceitável: **R$ 234.923,64(Duzentos e Trinta e quatro mil novecentos e vinte três e sessenta e quatro centavos).** Local e data da sessão de abertura: **Secretaria de Gestão Integrada, Praça da Bandeira, 05, Centro – Igarassu/PE, 24.03.2021, ás 09:30h.** Edital deverá ser solicitado pelo e-mail: **cpl.4igarassu@gmail.com** ; no horário das 8h às 13h.

Igarassu, 08 de março de 2021.

***CLAUDIANE ALVES DE OLIVEIRA***,
Presidente da CPL III.

**Publicado por:**
Claudiane Alves de Oliveira
**Código Identificador:**69C24478

**SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA**
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 006.2021;**
**MODALIDADE/N°: PREGÃO ELETRÔNICO/ 002.2020**

Nat.: Compra; **Objeto:** Registro de Preço para contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço de locação de veículos, tais como do tipo carro de passeio, van, caminhonete cabine dupla e caminhão baú, sem motorista e sem combustível, quilometragem livre e seguro total incluso, para atender as demandas das diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Igarassu/PE. **(**Valor Máximo Aceitável Total: **R$ 1.620.318,84**. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 09h30 do dia 19.03.2021; **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: a partir das 12:00 do dia 09.03.2021; **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: às 08h30 do dia 19.03.2021; **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**: às 08h31min do dia 19.03.2021; **REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF); LOCAL**: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).Esclarecimentos através do e-mail: cpl.4igarassu@gmail.com.

Igarassu, 08 de março de 2021.

***CLAUDIANE ALVES DE OLIVEIRA***
Pregoeira da CPL III

**Publicado por:**
Claudiane Alves de Oliveira
**Código Identificador:**AA4A8557

**SECRETARIA DE SAÚDE**
**PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 003/2021**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Igarassu, através do seu Pregoeiro, informa o PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 003/2021, Natureza do Objeto: Compra – Descrição do Objeto Registro de Preços por item, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual Aquisição com Entrega Parcelada de testes rápidos quantitativo e qualitativo, IgG e IgM (COVID-19) para detecção simultânea dos anticorpos IgG/IgM contra o novo Corona vírus. Valor Total Estimado: R$ 289.504,00 (duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e quatro reais reais). Descrição de quantidades, unidades e outras especificações relativas ao objeto encontram-se explicitados no Edital. O Edital e seus anexos poderão ser retirados nos sítios www.bnc.org.br e www.ednaldopregoeirope.com.br. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08:00 horas do dia 09/03/2021; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 22/03/2021; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:20 horas do dia 22/03/2021. Informações na Sede da CPL, sito à Praça da Bandeira, Centro – Igarassu – PE ou através do e-mail: licitacaofmsigarassu@gmail.com

Igarassu, 08 de Março de 2021.

***EDNALDO LEITE DA SILVA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Ednaldo Leite da Silva
**Código Identificador:**CD832778

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE INAJÁ

**INAJA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**
**RAFIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2021**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021.**

O Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Inajá, no uso de suas atribuições legais, considerando a solicitação Presidente desta Casa Diocleciano Dantas, datada de 25 de fevereiro de 2021 e Termo de Inexigibilidade nº 001/2021, resolve:
Tornar público, nos termos do artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93 e atualizações em cumprimento a Lei supracitada, reconheço e ratifico a decisão da Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, que entendeu inexigível a licitação que tem por objeto contratação de escritório especializado para consultoria Técnico Contábil para atender a Câmara Municipal de Vereadores de Inajá – Casa Diocleciano Dantas, conforme solicitação da Presidente desta Casa Diocleciano Dantas, no valor R$ 7.000,00 (sete mil reais) por mês**,** estando o contrato por um período de 12(doze) meses.

Assim procedendo determino a publicação, emissão da Nota de Empenho e Contrato em favor da empresa ATIVOS SERVIÇOS CONTÁBEIS EIRELI**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.765.112/0001-27, com sede na 1ª Travessa Tenente Domingos Gomes, nº 143, Bairro Centro, CEP 56.560-000, na cidade de Inajá/PE.

Inajá - PE, 25 de fevereiro de 2021.

***COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO***

***MIQUÉIAS TIAGO DE VASCONCELOS CARVALHO***
Câmara Municipal de Vereadores De Inajá/PE.
Casa Diocleciano Dantas

**Publicado por:**
Alexsandro Gomes Silva
**Código Identificador:**9A5BD147

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE IPUBI

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO.**

Contrato nº 024/2021 – Processo nº 009/2021 – Pregão Eletrônico nº 007/2021. Objeto: Contratação de empresa para a aquisição de material de limpeza e higiênico pelo período de 11 (onze) meses, com entrega de forma parcelada no exercício de 2021, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência (anexo I) e demais anexos deste Edital, para atender as necessidades de diversas secretarias municipais (administração e finanças, saúde, educação, assistência social, agricultura e obras e urbanismo) do município de Ipubi-PE. Dotação: 04.123.0004.2011.0000,
12.361.007.2091.0000,
12.361.0007.2119.0000,
12.365.0006.2098.0000,
10.301.0011.2061.0000,
10.302.0011.2061.0000,
10.301.0011.2114.0000,
10.302.0011.2061.0000,
10.301.0011.2114.0000,
10.301.0011.2113.0000,
08.244.0026.2073.0000,
08.241.0025.2070.0000,
08.244.0026.2114.0000,
08.244.0026.2144.0000,
08.244.0026.2083.0000,
08.244.0026.2073.0000,
08.244.0026.2084.0000,
20.122.0015.2019.0000,
15.452.0017.2034.0000 – Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Contratado: **ANTONIO VALÉRIO ALVES LTDA**, sediada na Pça. Professor Agamenon Magalhães, nº 79, Centro – Ipubi - PE. Inscrita no CNPJ nº 04.704.100/0001-50, representada por seu representante legar o Sr. **ANTÔNIO VALERIO ALVES**, brasileio, solteiro, empresário, CPF nº 120.860.424-42 e documento de identidade nº 9684856 SDS/PE, residente e domiciliado a Rua Reginaldo Valério de

Souza, 41 – Bairro – Jardim Siqueira – Ipubi - PE. **Valor R$ 1.470.487,24 (Hum milhão quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos).** Vigência: 04/03/2021 a 31/12/2021.

Ipubi – PE, 08 de março de 2021.

***FRANCISCO RUBENSMÁRIO CHAVES SIQUEIRA***
Prefeito Municipal

***WILSON ALVES DA SILVA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Wilson Alves da Silva
**Código Identificador:**0802DC02

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS**

O presidente da C.P.L, torna publico o Resultado do Julgamento de Habilitação e Proposta de Preços ocorridos no dia 25/02/2021 no seguinte **P.L. nº 012/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021**. Licitante Habilitado e Vencedor Envelope n° 01 - **FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI EPP,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua/av RUA JOSÉ ALVARES MACIEL, Nº 51, bairro INCONFIDENTES, na cidade de(o) OURO BRANCO, Estado de(o) MINAS GERAIS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.458.719/0002-80, neste ato representado(a) pelo seu titular/representante legal o(a) Sr(a) Lysllie Rodrigues dos Santos, portador (a) do RG nº 13.382.062 SSP/MG, CPF nº 089.244.546-76, residente e domiciliado(a) na rua José Alvares Maciel, nº 251, bairro Inconfidentes, na cidade de Ouro Branco, estado de(o) Minas Gerais, no item 01 do Edital.

Ipubi – PE, 08 de março de 2021.

***FRANCISCO RUBENSMÁRIO CHAVES SIQUEIRA***
Prefeito Municipal.

***WILSON ALVES DA SILVA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Wilson Alves da Silva
**Código Identificador:**CC5CB279

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 023/2021 – Processo nº 012/2021 – Pregão Eletrônico nº 009/2021. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de Kits de Teste Rápido para diagnóstico de COVID-19 para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e das suas Unidades de Saúde no âmbito do município de Ipubi-PE, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Dotação: 10.305.0199.2199.0000 – Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Contratado: **FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI EPP,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua/av RUA JOSÉ ALVARES MACIEL, Nº 51, bairro INCONFIDENTES, na cidade de(o) OURO BRANCO, Estado de(o) MINAS GERAIS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.458.719/0002-80, **Valor R$ 10.764,00 (dez mil, setecentos e sessenta e quatro reais).** Vigência: 04/03/2021 a 31/12/2021.

Ipubi – PE, 08 de março de 2021.

***FRANCISCO RUBENSMÁRIO CHAVES SIQUEIRA***
Prefeito Municipal

***WILSON ALVES DA SILVA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Wilson Alves da Silva
**Código Identificador:**1BE12DAB

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE ITAÍBA

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAÍBA**
**PORTARIA 28/2021**

**PORTARIA Nº 028/2021**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÍBA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E**

Art. 1º - Nomear o Sr. Welington Siqueira Bezerra da Silva, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Comunicação – CC 04, desta Câmara de Vereadores do Município de Itaíba.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Presidente, em 01 de março de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

***EVERALDO ALVES PEQUENO***
Presidente

**Publicado por:**
Dicla Poliana Ferreira Barbosa
**Código Identificador:**0D887EA4

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2021**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍBA**, através da **SECRETARIA GERAL DE CONTROLE INTERNO**, com sede na praça Coronel Francisco Martins, S/n, Centro, Cidade de Itaíba, Estado de Pernambuco, CEP. 56.550-000, inscrita no CNPJ nº. 11.286.382/0001-88.
**CONTRATADO: SANDERSON DA C QUEIROZ & CIA ME LTDA,** CNPJ Nº 27.158.561/0001-70, estabelecida na Tv Araújo Jorge, nº 90, centro, Triunfo/PE.
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para hospedagem, implantação, assessoramento e suporte de site institucional, carta de serviços, portal da transparência, e sistema de atendimento ao público, por período de 12 (doze).
**VALOR GLOBAL:** R$ 12.000,00 (doze mil reais).
**VIGÊNCIA**: 01 de março de 2021 a 01 de março de 2022.
**DATA DE ASSINATURA**: 01 de março de 2021.

***ALEXANDRE ANTÔNIO CARACIOLO***
Secretário Geral de Controle Interno

**Publicado por:**
Elimarcos Ramos da Silva
**Código Identificador:**B06A647F

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 81/2021**

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDE.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA**, estado de Pernambuco, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e em atendimento ao que preconiza a Lei Municipal nº 403 de 24 de maio de 2013,

**Resolve:**

**Art. 1º.** Nomear os membros abaixo relacionado para, juntos, constituírem a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC):

**Coordenador da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil**

**TITULAR** - GONÇALO FRANCISCO SILVA VIEIRA – CPF - 00755817443
**SUPLENTE** – NERIVALDO FELIPE DE FARIAS – CPF - 22354280459
**Secretaria Municipal de Obras**
**TITULAR** - JOÃO ARCOVERDE CAVALCANTI NETO – CPF - 07537067414
**SUPLENTE** – RANIEL LUIZ DOS SANTOS CPF – 06704510451
**Assistência Social**
**TITULAR** - MARIA SILENE ALBUQUERQUE DE LIMA – CPF - 77253035453
**SUPLENTE** – MICHELANNE DE OLIVEIRA VASCONCELOS – CPF - 08053447454
**Câmara de Vereadores**
**TITULAR** – EVERALDO ALVES PEQUENO – CPF - 90871154404
**SUPLENTE** – JOSE MARCELO PEREIRA DOS SANTOS – CPF - 09290317418
**Secretaria de Educação;**
**TITULAR** – ADERALTO PASCOAL DE CARVALHO – CPF - 01933377461
**SUPLENTE** – ERIVALDO GOMES DOS SANTOS – CPF - 64343758400
**Sindicato dos Trabalhadores Rurais;**
**TITULAR** - ELISANGELA DA CONCEIÇÃO – CPF - 04743361400
**SUPLENTE** – JUNIOR FABIO GONZAGA – CPF - 04268484469
**C.M.D.R.S.I;**
**TITULAR** – ANTONIA TAVARES CORDEIRO SILVA – CPF – 08483127407
**SUPLENTE** – MANOEL CANDIDO DE OLIVEIRA NETO – CPF - 11759683400
**SINTRAF**
**TITULAR** - JOSE CICERO DA GAMA – CPF - 24979015468
**SUPLENTE** – ADRIANO PEREIRA DA SILVA – CPF – 08213343441

**Art. 2º** A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itaíba, 08 de março de 2021.

***MARIA REGINA DA CUNHA***
Prefeita

**Publicado por:**
Ana Paula Santana da Silva
**Código Identificador:**767A8AA4

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA GP Nº 82/2021**

NOMEIA COORDENADORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA**, estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município e em atendimento a solicitação do Conselho Municipal de Defesa Civil,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

Gonçalo Francisco Cavalcanti Neto – Coordenador;
João Eudes Rodrigues Cavalcante – Responsável pelo Setor Técnico; e Joao Arcoverde Cavalcanti Neto – Responsável pelo Setor Operativo.

**Art. 2º** A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itaíba, 08 de março de 2021

***MARIA REGINA DA CUNHA***
Prefeita

**Publicado por:**
Ana Paula Santana da Silva
**Código Identificador:**12F5BAD4

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE ITAPETIM**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Nº: 00020/2021. CPL. Tomada de Preços Nº 00011/2021. Obra. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma da unidade didática padrão de processamento de carnes para 20 abates/dia do município de Itapetim/PE. Valor: R$59.247,79. Na forma de contribuir para A NÃO PROLIFERAÇÃO DO COVID-19, a sessão pública do presente certame licitatório acontecerá por **VIDEOCONFERÊNCIA**, através da plataforma virtual https://meet.google.com/, conforme disposições legais previstas no Decreto Municipal n.°. 142/2020, de 13 de Agosto de 2020. **Data limite para o envio dos "Envelopes com Propostas de Preços":** 23/03/2021. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos pelo site oficial http://itapetim.pe.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes ou através do Fone: (087) 3853-1374, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

Itapetim, 08/03/2021.

***LUIZ ALBERTO P. LOPES DA SILVA.***
Presidente da CPL. (*)(**)

**Publicado por:**
Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva
**Código Identificador:**741ADA6B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**DESPACHO:**

**Processo em Referência n.º. 00006/2021**
**Modalidade: Tomada de Preço n.º. 00005/2021**

Vistos etc.

Considerando que até às 12h do dia 19/02/2021, nos termos do item 2.1 do Edital da Tomada de Preços acima numerada, apresentaram a esta Comissão o envelope "proposta de preço" as Empresas C3 ENGENHARIA LTDA – CNPJ n.º. 20.198.694/0001-20, JN CONSTRUTORA – CNPJ n.º. 21.641.207/0001-15 e ENSEADA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO EIRELI – CNPJ n.º. 11.046.504/0001-69, designo o dia 12/03/2021, às 09h:00min, para realização da Sessão Pública por videoconferência através do aplicativo Meet, no link https://meet.google.com/axw-irxs-riy.

Autue-se. Publique-se. Cumpra-se.

Itapetim (PE), em 08 de Março do ano de 2021.

***LUIZ ALBERTO P. LOPES DA SILVA***
Presidente

**Publicado por:**
Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva
**Código Identificador:**2D2279CD

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO DO CHEFE DO EXECUTIVO N.º.0169/2021, DE 08 DE MARÇO DO ANO DE 2021.**

Decreta Luto Oficial no Município *de Itapetim/PE, pelo falecimento do senhor Maro Lopes de Sousa, ex-Vereador municipal.*

**O Prefeito Constitucional do Município de Itapetim, Estado de Pernambuco, no uso de suas legais atribuições, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal e:**
**Considerando** o falecimento do ex-vereador municipal, Maro Lopes de Sousa ocorrido neste dia 06 de março de 2021;
**Considerando** que é dever do Poder Público deste município, render justas homenagens àqueles que com seu trabalho contribuíram para o bem-estar da coletividade.
**Faz saber que DECRETA:**
**Art. 1º** Luto Oficial no Município de Itapetim/PE, por 03 (Três) dias, pelo falecimento do Senhor Maro Lopes de Sousa (Ex- vereador), que em vida prestou vários serviços ao Município, tendo exercido o cargo de vereador Municipal;

**Art. 2º** A Bandeira Municipal deverá permanecer hasteada a meio mastro;

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

***ADELMO ALVES DE MOURA***
Prefeito

**Publicado por:**
Jarleide Angelo Lopes Gomes
**Código Identificador:**E270614E

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUITINGA
### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
### PROCESSO Nº 005/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 005/2021. CPL Pregão Eletrônico Nº 003/2021. Comissão: CPL/PREFEITURA. Objeto Nat.: Aquisição. Tipo Menor preço ofertado, Licitação Exclusiva, OBJETO: aquisição de Teste Rápido para covid-19, e materiais Médico hospitalar, destinados a atender as demandas do fundo municipal de Saúde de Itaquitinga- PE no combate ao Covid-19**,** Valor Máximo em **R$ 56.677,64 (cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)** .Data e Local da Sessão de Abertura: 19/**03/2021** às **09:00h**., Sala da CPL: Rua José Pereira de Lira e Silva, n° 201, centro, Itaquitinga -PE. Edital, anexos e outras Informações Adicionais: podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura, e no site **https://www.licitacoes-e.com.** ou, ainda, através de solicitação por e-mail: cpllicitaitaquitinga2021@gmail.com

Itaquitinga/PE, 08 de março de 2021.

***LÚCIO FERNANDO DE ARAÚJO AGUIAR.***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Lúcio Fernando de Araujo Aguiar
**Código Identificador:**BB820603

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE JAQUEIRA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DE RESULTADO DA SESSÃO DE ABERTURA TP Nº 001/2021 - FASE DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PMJ Nº 009/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE REDES DE ESGOTO E GALERIAS NO MUNICÍPIO DE JAQUEIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO**.

Por ocasião da sessão pública de abertura da Tomada de Preço nº 001/2021, realizada em 08 de março de 2021, após análise da documentação de credenciamento dos licitantes presentes, a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA J ALVES LTDA-ME, não se credenciou na forma editalícia. Enquanto que restaram devidamente CREDENCIADAS as empresas IDINALDO VALENTIM DE MOURA FILHO-ME e GLIDDEN EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI. Analisados os envelopes de habilitação e classificação, e achados conforme as exigências do Edital de abertura, bem como constatadas as suas respectivas inviolabilidades, após as devidas rubricas pelos integrantes da CPL e pelos licitantes presentes, o Presidente da Comissão declarou HABILITADAS as licitantes: **IDINALDO VALENTIM DE MOURA FILHO-ME; CONSTRUTORA E INCORPORADORA J ALVES LTDA-ME; GLIDDEN EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI;PROMOV EMPREENDIMENTOS ERELI-ME**; **CLS CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS**; **RETA CONST. SERV. E TEC EIRELI – ME; COFEM CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS, TECNOLOGIA E LOCAÇÕES ERELI-ME**; **SENTRA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**; **ÍCONE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES**; **CF CONSTRUTORA EIRELI**; e, **CONSTRUTORA CELTA S.S ERELI-EPP.** Na oportunidade, declarou INABILITADAS as empresas **CLEYTON DA SILVA ENGENHARIA ERELI,** por haver apresentado as certidões exigidas no item 5.4, "k do Edital", vencidas, atinente as certidões negativas de falência e concordatas que compreendem a apuração dos processos eletrônicos, assim como, por haver descumprido a exigência do item 5.4, "m", do Edital, descumprindo o prazo limite para prestação da caução, que no caso fora emitida na mesma data da sessão; e, **HE CONSTRUTORA E ESTRUTURA EIRELI,** por ter descumprido o item 5.4, "s" do Edital, apresentando a Declaração de que não possui em seu quadro funcional empregados menores de 18 anos de idade sem a respectiva assinatura, razão pela qual o Presidente da CPL. Ato contínuo, embora as empresas inabilitadas não tenham se credenciado e se feito representar na sessão, o Presidente, acautelando o amplo contraditório, resolveu suspender a sessão, para ciência as empresas inabilitadas do resultado levado a efeito na sessão e, por conseguinte, resguardar os prazos recursais de que trata o artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, os quais contar-se-ão a partir da presente publicação do julgamento da fase de habilitação. Ultrapassado o prazo recursal, ou formalizados os pedidos de desistência do interesse recursal pelas empresas inabilitadas, ou ainda, em havendo recurso e restando mantido ao final as decisões, a data e hora da sessão de continuidade da subsequente fase de classificação do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco/AMUPE.

Jaqueira-PE, em 09 de março de 2021.

***CRISTIANO GUSTAVO DE ANDRADE***
Presidente da CPL

**Publicado por:**
Cristiano Gustavo de Andrade
**Código Identificador:**A92BEC9C

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021 - DISPENSA Nº 003/2021

A **GESTORA DO FUNDO MUNICÍPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO**, torna público o termo de ratificação da DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021, nos Termos do Art. 24, Inc. IV, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, para contratação de empresa especializada em serviços de sanitização e desinfecção contra fungo, bactérias, esporos, vírus e etc., com fornecimento de mão de obra qualificada , material e equipamentos adequados a serem utilizados na unidades pertencentes a Pertencentes a Prefeitura Municipal de João Alfredo no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do coronavírus, em conformidade com a situação anormal caracterizada como "Estado de Calamidade Pública" no

âmbito do município de João Alfredo declarada pelo Decreto Municipal nº 001/2021, de 01 de janeiro de 2021 e pelo Decreto Legislativo nº 195, de 14 de janeiro de 2021, e AUTORIZAR a contratação da Empresa **IMEDIATA IMPERMEABILIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, sediada na Rua Rodolfo Aureliano, nº 2116, CEP: 53.403-740, Vila Torres Galvão, Paulista – PE, inscrita no CNPJ nº 10.363.235/0001-00, no valor mensal de **R$ 248.390,60** (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa reais e sessenta centavos)

João Alfredo, 01 de março de 2021.

***JOANNA AMÉLIA DO REGO BARROS***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Publicado por:**
Givaldo Gomes de Silva
**Código Identificador:**FA320075

**GABINETE DO PREFEITO**
**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2021**

O Prefeito do Município de João Alfredo, Estado de Pernambuco, torna público a ratificação, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, do Processo de Licitação nº 010/2021, sendo a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2021, que tem por finalidade a contratação de empresa para prestação de Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria Contábil, com Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, de acordo com as normas aplicadas ao setor público - NCASP, consoante regulamentação nacional aplicada, por meio dos Manuais Aplicados ao Setor Público - MCASP, no valor total de R$ 257.750,00 (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta reais), junto à empresa **CGA - CONTHÁBIL GOVERNAMENTAL ACCOUNTING ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA S/S**, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 10.656.068/0001-87, com base no Parecer Jurídico e no Art. 25, inciso II do mesmo diploma legal.

João Alfredo/PE, 04 de março de 2021.

***JOSÉ ANTONIO MARTINS DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Jaaziel Severino do Nascimento
**Código Identificador:**2B6C0500

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL**
**AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021**

O Município de Joaquim Nabuco-PE, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, e em especial aos participantes do Pregão Eletrônico 04/2021, conforme sessão ocorrida no dia 22/01/2021, que, tendo em vista que a empresa vencedora dos Lotes 1, 2, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 31, 32, 33, 36, 37, 44, 46, 47, 49, 52 e 53, requereu a desistência dos itens, ficam convocadas as Empresas: **ALFA & DAM DISTRIBUIDORA E REPRESENTACOES DE ALIME, inscrita no CNPJ: 26.764.610/0001-55**, classificada em segundo lugar para o item: 35; **RN DISTRIBUIDORA E FABRIC DE PROD DE LIMPEZA EM GE, inscrita no CNPJ: 34.488.264/0001-58**, classificada em segundo lugar para os itens: 6, 8, 12, 13, 14, 19, 20, 22, 23, 31, 52, 53; **POTENCIAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTD, inscrita no CNPJ: 24.357.873/0001-14**, classificada em segundo lugar para o item: 10; **MAJON COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 34.252.067/0001-35,** classificada em segundo lugar para o item 10; **J. B. G. DA SILVA, inscrita no CNPJ: 30.203.469/0001-99**, classificada em segundo lugar para os itens: 1, 2, 9, 36; para comparecerem à sala de licitações do Município até o dia 10/03/2021 às 13:00 horas, ou via e-mail cpl2018j.nabuco@hotmail.com e manifestar seus interesses de contratar os Itens remanescentes. A contratação se dará nas mesmas condições propostas no certame. Caso não aceite será convocado(a) o(a) terceiro(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo. Informações cpl2018j.nabuco@hotmail.com.

Joaquim Nabuco/PE, 05 de Março de 2021.

***ANA PAULA MENEZES DE ARAÚJO***
Pregoeira

**Publicado por:**
José Edmael Carlos da Silva
**Código Identificador:**53A7BDEC

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO DO 1º TERMO ADITIVO-PRAZO CONTRATO 27/2020**

1º TERMO ADITIVO – PRAZO - CONTRATO Nº 27/2020

Processo Licitatório Nº 06/2020. Pregão Eletrônico Nº 03/2020 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ contratado 06.125.670/0001-10, PAULIANO LAMEC MATIAS DOS SANTOS; Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOAQUIM NABUCO**. Fundamento legal: 8.666/93 e suas alterações. Vigência 9 (Meses). Acréscimo do prazo contratual por mais 9 (Nove Meses). Data de Assinatura: 16 de dezembro de 2020.

Joaquim Nabuco, 08 de março de 2021.

***JONATHAN WEDSON DA SILVA***
Secretário de Educação

**Publicado por:**
José Edmael Carlos da Silva
**Código Identificador:**E425B3D2

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**
**AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021**

O Município de Joaquim Nabuco-PE, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, e em especial aos participantes do Pregão Eletrônico 01/2021, conforme sessão ocorrida no dia 20/01/2021, que, tendo em vista que a empresa vencedora dos Lotes 8, 17, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 42, 44 e 48, requereu a desistência dos itens, ficam convocadas as Empresas: **RN DISTRIBUIDORA E FABRIC DE PROD DE LIMPEZA EM GE, inscrita no CNPJ: 34.488.264/0001-58**, classificada em segundo lugar para os itens: 17, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 42, 44 e 48; **POTENCIAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTD, inscrita no CNPJ: 24.357.873/0001-14**, classificada em segundo lugar para o item: 8; para comparecerem à sala de licitações do Município até o dia 10/03/2021 às 13:00 horas, ou via e-mail cpl2018j.nabuco@hotmail.com e manifestar seus interesses de contratar os Itens remanescentes. A contratação se dará nas mesmas condições propostas no certame. Caso não aceite será convocado(a) o(a) terceiro(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo. Informações cpl2018j.nabuco@hotmail.com.

Joaquim Nabuco/PE, 05 de Março de 2021.

***ANA PAULA MENEZES DE ARAÚJO***
Pregoeira

**Publicado por:**
José Edmael Carlos da Silva
**Código Identificador:**964F5DBB

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**
**AVISO DE ADIAMENTO**

O Fundo Municipal de Saúde de Joaquim Nabuco, por meio da sua comissão permanente de licitação vem por meio desta, avisar a todos interessados que o Processo nº 17/2021, Pregão Eletrônico 12/2021, LICITAÇÃO Nº 857582 cuja sessão marcada para o dia 12/03/2021 às 10h, fica adiado para o dia 17/03/2021 em razão do interesse público. Informações: Pelo e-mail:cpl2018j.nabuco@hotmail.com(esclarecimentos e impugnações). Material: disponível em www.licitacoes-e .com.br ou site: joaquimnabuco.pe.gov.br local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Joaquim Nabuco, 08 de MARÇO de 2021.

***ANA PAULA DE ARAÚJO MENEZES***
Pregoeira

**Publicado por:**
José Edmael Carlos da Silva
**Código Identificador:**4643DC74

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE JUREMA

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO

**Tomada de Preços nº 001/2021-PMJ - Processo Licitatório nº 002/2020.** Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviços profissionais técnicos especializados de consultoria e assessoria administrativa e gerencial nas áreas contábil e financeira, para Prefeitura e Previdência - JUREMA/PE. Valor Máximo Admitido: **R$ 221.200,00. Abertura: 26/03/2021, às 10:00h (Horário de Brasília).** Transmitida (Ao vivo), por meio do canal da Comissão Permanente de Licitação e Contratos da Prefeitura de Jurema/PE, através do Acesso**: https://youtu.be/At6tbMkAHSc.** Edital disponível no site: http:// http://jurema.pe.provisorio.ws/ ou E-mail: jurema.licitacao@gmail.com**.** Fone (87) 9 98145-3610**. Múcio Pereira de Barros - Secretária de Finanças.**

Jurema, 08 de março de 2021

***COMISSÃO DE LICITAÇÃO***

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**D89525B4

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 299/2021

EMENTA: Dispõe sobre as atividades da Comissão Permanente de Licitação e Contratos de Jurema/PE, em atendimento ao Decreto Municipal nº 009/2021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jurema, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, no uso de suas atribuições Legais, que o caso confere, e considerando o Decreto Municipal n. 009/2021, e;

CONSIDERANDO, os novos números de pessoas infectadas com o COVID-19, divulgados pelo Governo do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO, que a situação epidemiológica em nosso país é dinâmica, e que esse quadro pode alterar com o passar dos dias a partir de novas deliberações que forem tomadas com base no cenário sanitário nacional, estadual ou municipal se modificar;

CONSIDERANDO que medidas proporcionais às condições de saúde pública estão sendo tomadas gradativamente e em tempo oportuno;

CONSIDERANDO o plano de contingenciamento municipal;

CONSIDERANDO que os esforços neste momento devem ser voltados a prevenção e combate aos maléficos efeitos do COVID-19;

CONSIDERANDO, a necessidade do cumprimento sistemático das medidas e normas estabelecidas pela Legislação pertinente às Licitações e Contratos no âmbito nacional, em especial aquelas preconizadas pela Lei 8.666/1993 e suas alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação dos servidores envolvidos no atendimento ao público das mais diversas localidades, ainda que o Município de Jurema adote o sistema de Licitações Eletrônicas, através do qual são atingidos um maior número de interessados, e portanto, fomenta a ampliação das disputas, obtendo assim, condições mais vantajosas na contratação;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade das atividades desempenhadas pela Comissão Permanente de Licitação deste Município, em especial, primando pela continuidade dos procedimentos licitatórios em andamento, e demais atos administrativos envoltos;

Considerando a recomendação do Governo do Estado de Pernambuco, com novas recomendações aos municípios integrantes das Gerências Regionais de Saúde (GERES) II, IV e IX, através do Decreto nº 50.308, de 23 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

ART. 1º. SUSPENDER:

– O Atendimento Presencial no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Jurema, enquanto vigorar as medidas de prevenção estabelecidas no Decreto Municipal nº 009/2021;

– A abertura das sessões presenciais, para julgamento de Habilitação e Propostas, de procedimentos licitatórios, nas modalidades estabelecidas na Lei 8.666/1993 (Tomada de Preços e Concorrência);

Parágrafo Único. Entenda-se como sessão presencial aquelas com a participação dos licitantes e demais interessados.

ART. 2º. DETERMINAR:

- Que as sessões de abertura e julgamento de procedimentos licitatórios, realizadas durante a vigência do Decreto Municipal 009/2021, serão realizadas em expediente interno, e para tanto, será admitido o envio dos Envelopes, devidamente lacrados, por meio postal, desde que comprovadamente sejam recebidos pela Comissão Permanente de Licitação, anteriormente a data e horários estabelecidos em cada edital;

- As sessões de Pregões, na Forma Eletrônica, serão mantidas, e admitida a remessa da documentação de habilitação e proposta de preços, pelo(s) arrematante(s), através do SISTEMA LICITAÇÕES-E do Banco do Brasil;

- Para efetivação da transparência de seus atos, a Comissão se utilizará de meios eletrônicos, para o registro das sessões públicas, através de fotos e vídeos, que serão anexados ao processo e disponibilizados aos interessados, sem prejuízo das normas que regulam a publicidade e os respectivos prazos legais;

- Os contratos administrativos e demais documentos, poderão ser assinados digitalmente, desde que seja possível aferir sua autenticidade, e quando assinados da forma convencional, deverão ser encaminhando por meio postal.

- Para fins de qualquer remessa à Comissão Permanente de Licitação e Contratos deste Município, deverá ser remetida ao seguinte endereço: PRAÇA DA CONCEIÇÃO, N 72, CEP 55480-000, CENTRO – JUREMA – PE. SALA DA CPL, NO PRÉDIO DA PREFEITURA.

- Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope n°01)** e a **PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope n° 02)** deverão ser apresentados em dois envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte frontal externa, a identificação da proponente (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone, etc.

ART. 3º. RECOMENDAR:

– Aos interessados que tenham interesse em solicitar o edital, esclarecimento ou impugnação, que poderá ser realizado através do email:jurema.licitacao@gmail.com;

II - O cadastro de empresas interessadas em participar de licitações na modalidade Tomadas de Preços, junto à Prefeitura de Jurema/PE, em razão da crise provocada pela pandemia causada pelo Novo Corona Vírus (COVID-19), deverá ser efetuado, preferencialmente, **através do E-mail: jurema.licitacao@gmail.com,** conforme §2º do art. 22 da 8.666/93.

III – A empresa interessada deverá enviar para o email suoracitado a documentação prevista do artigo 27 a 31 da Lei 8666/93, para emissão do Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços;

IV – O Certificados de Registro Cadastral, será enviado por e-mail e terá validade de 06(seis) meses, contados a partir da data de emissão, cabendo ao interessado o acompanhamento da vigência do CRC;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, e produzirá os seus efeitos enquanto perdurar o estado de emergência em saúde púbica causado pelo COVID-19.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**33FDF3D5

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 104/2021_REPUBLICAÇÃO**

EMENTA: "Dispõe sobre a nomeação do Pregoeiro e dos membros da Equipe de Apoio e dá outras providências".

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;
**RESOLVE:**
**Art. 1º. Nomear** como **Pregoeiro** e como **Membros da Equipe de Apoio, e Designar** a Comissão para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade **Pregão** da **Prefeitura Municipal de Jurema/PE**, os servidores municipais abaixo relacionados:
Maria Madalena da Silva Santos 008.079.994-90 Pregoeira
Elton Ramos de Vasconcelos 054.961.974-75 Apoio
Claudete Maria de Araújo 458.341.484-68 Apoio
Fagner Luiz Pulça de Barros 091.408.414-30 Apoio
**§ 1º.** Os servidores nomeados no artigo supra, formarão uma Comissão que se reunirá, sempre que necessário.
**§ 2º**. Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro, os trabalhos da Comissão serão presididos pelo membro designado como Pregoeiro Substituto.
**§ 3º.** Nos casos em que se faça necessário conhecimento técnico específico sobre matéria do objeto da licitação, poderá ser convocado para integrar a Comissão, servidor e/ou contratado conhecedor/especialista da área no assunto em questão.
**Art. 2º** São atribuições do **Pregoeiro** e de sua **Equipe de Apoio,** dentre outras, serão:

• O credenciamento dos interessados;
• O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
• A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
• A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
• A adjudicação da proposta de menor preço;
• A elaboração de Atas;
• ~~A~~ condução dos trabalhos da equipe de apoio;

O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e

• O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior e/ou servidor designado, visando à homologação e a contratação.

**Art. 3º**. Os servidores designados nesta Portaria desempenharão as atribuições especificadas nos Arts. 1º e 2º desta Portaria concomitantemente com as da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jurema, durante o ano de 2021.
**Art. 4º**. No desenvolvimento de suas atividades, o **Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio** designados por esta **Portaria,** se reportarão diretamente ao **Secretário de Finanças.**
**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor com data a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**1A6F1B20

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 278/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR** o(a) Sr(a). **GABRIELY IRIS DE AQUINO SILVA**, portador(a) do CPF nº 144.381.224-22, para ocupar o Cargo Comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HIDRICOS ,** Símbolo CC3, lotado(a) na **Secretaria de Meio Ambiente e Habitação.**

**Art. 2º -** A presente nomeação está assegurada pela Lei Municipal nº 183/1999, datada de 31 de maio de 1999 que dispõe sobre a Organização Estrutural da Prefeitura Municipal da Jurema/PE.

**Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 04 de janeiro do corrente ano, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**E6C7D324

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 279/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** licença para gestação de 180 (cento e oitenta) dias, no período de 04/01/2021 a 04/07/2021, a servidora pública municipal Sra. **EDIVALDA CELESTE DA SILVA,** portadora do CPF n.º 058.470.024-59, atualmente contratada temporariamente para

a função de Professora Nível "B", lotada a Secretaria de Educação, a partir da data de 04 de Janeiro de 2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**9964FFD7

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 280/2021**

**O Prefeito Constitucional do Município de Jurema**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - EXONERAR** a pedido o Sr. **JOSÉ FELIPE DE SOUZA,** portador do CPF nº 111.171.304-95 que ocupa o Cargo Eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR,** lotado na **Secretaria de Assistência Social.**

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**FAAD5010

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 281/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; e

**RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR** a Sr. **JOSÉ VAGNER GUEDES DA SILVA**, portador do CPF nº 127.745.694-19, para ocupar o Cargo Comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE LOTEAMENTO E EDIFICAÇÕES,** símbolo CC-3, lotado na Secretaria de Meio Ambiente e Habitação.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o servidor acima nomeado exerça a função **Coordenador da Defesa Civil,** conforme lei municipal 295/2010.
**Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**1EF54C98

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 282/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; e
**Considerando** que o servidor gozou licença prêmio no período de 01/09/2020 até 01/03/2021, bem como o requerimento assinado pelo servidor.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - ALTERAR** a Portaria n.º 195/2020, que concedeu licença premio de 03 (três) meses ao servidor Sr. **LUIZ MARQUES DA SILVA**, portador do CPF nº 021.414.294-98, que terá sua redação modificada para 06 (seis) meses conforme despacho em requerimento assinado pelo Chefe do Executivo.
**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**A0D20846

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 287/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - LOTAR** a Servidora pública municipal **MARIA DAS NEVES DE ARANDAS** portadora do CPF nº: 389.605.914-91 na Escola Senador Paulo Guerra e **Revogar** a Portaria 268/2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que a servidora acima mencionada exerça a função gratificada de Secretaria Escolar.

**Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**CA6DBA4E

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 288/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - LOTAR** a Servidora pública municipal **ERICENIA DA SILVA RODRIGUES** portadora do CPF nº: 390.610.274-20 na Escola Senador Paulo Guerra e **Revogar** a Portaria 267/2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**036C736B

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 289/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 06 (seis) meses de **Licença Prêmio** a Servidora pública municipal **MARIA AUGUSTA NUNES DE LUCENA** portadora do CPF nº 450.149.144-20, contados a partir de 01/03/2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**9488099B

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 290/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 180 (cento e oitenta) dias de **Licença Maternidade** a Servidora pública municipal **MARIA ELAINE DO NASCIMENTO** portadora do CPF nº 108.116.844-74, contados a partir de 01/03/2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**117BFF64

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 292/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 30 (trinta) dias de **Licença para tratamento de Saúde** a Servidora pública municipal **ANDRÉA MARIA SILVA DOS SANTOS LIRA** portadora do CPF nº 836.450.474-68, contados a partir de 01/03/2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**DCBEB25A

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 293/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** Afastamento das atividades laborais Servidora pública municipal **KARLY VICTÓRIA DE OLIVEIRA CAPOZZI** portadora do CPF nº 049.101.614-06, devido a servidora está em período gestacional e ser do grupo de risco da COVID-19, contados a partir de 01/03/2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**7F13B508

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 294/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - DETERMINAR** o retorno das atividades laborais, a pedido, do servidor publico municipal **JOSÉ RAMIRO DE ALCANTARA** portador(a) do CPF nº 682.730.614-34, conforme requerimento enviado a esta unidade.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**0255999A

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 295/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 30 (trinta) dias para **tratamento de saúde** da servidora publica municipal **MARIA NEUZA DA SILVA OLIVEIRA** portador(a) do CPF nº 745.703.314-91, contados a partir do dia 02 de Março de 2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**C1863DCC

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 296/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 120 (cento e vinte) dias para **tratamento de saúde** da servidora publica municipal **ELIZABETH ARAUJO SILVA MENEZES** portador(a) do CPF nº 009.944.984-62, contados a partir do dia 25 de Fevereiro de 2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**AC9CE232

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 297/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 30 (trinta) dias Férias ao servidor publico municipal **CLAUDECI INÁCIO DE ARAÚJO SILVA** portador(a) do CPF nº 035.114.154-54, contados a partir do dia 01 de Maio de 2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**830232A4

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 298/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; e
**Considerando** a solicitação da Secretária Municipal de Educação, contida no Ofício 022/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - DESIGNAR** o(a) profissional do quadro do magistério Sr(a). **SEBASTIANA MARIA DA SILVA** inscrito(a) no CPF sob o n.º 021.447.554-93, para ocupar a Função Gratificada de **INSPETORA ESCOLAR** da unidade educacional **Escola Dom Carlos Coelho.**

**Art. 2º -** A presente designação está assegurada pela Lei Municipal nº 172, datada de 12 de junho de 1998 que institui o Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Valorização do Magistério do Município de Jurema.
.
**Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março do corrente ano, inclusive para efeitos financeiros, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**44F2E894

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 300/2021**

O **Prefeito Constitucional do Município de Jurema,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo inciso IX, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONCEDER** 15 (quinze) dias para **tratamento de saúde** da servidora publica municipal **MARIA CRISTIANE DE SOUZA JORDÃO** portador(a) do CPF nº 061.707.704-57, contados a partir do dia 03 de Março de 2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**5C76FC61

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 301/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA JUREMA,** Estado de Pernambuco, no exercício do poder emanado do povo, e

**CONSIDERANDO** a Portaria de Nomeação n° 169/2021 do Concurso Público 01/2017, homologado em 20 de agosto de 2018, exigência contida no art. 37, inciso II da Constituição Federal, para provimentos de cargos em Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a ausência do candidato para apresentação de documentos no prazo estabelecido no Edital N°001/2017 e suas retificações para investidura no cargo, e

**CONSIDERANDO** o indeferimento do pedido de prorrogação do prazo de investidura no cargo público em razão do interesse público.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO** a Portaria de Nomeação n° 169/2020 do Sr. **FELIPE JHONNE DIAS INÁCIO,** portadora do CPF nº 089.629.424-29, que ocuparia o Cargo de Odontólogo do USF**,** lotado na **Secretaria de Saúde**, declarando assim a perda do direito do Concurso.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de fevereiro de 2021.

***EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
**Código Identificador:**65394A6E

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
### SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Nº: 008/2021. CPL. Tomada de Preços Nº 003/2021. Serviço de Engenharia. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA FINS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE LAGOA DO CARRO/PE, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 1065.433-17 E CONVENIO Nº. 884.735/2009. PROJETO BÁSICO COMPOSTO POR: PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO**. **Valor: R$ 536.557,02**.Data e Local da Sessão de Abertura: 24/03/2021 às 09:30h. Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro - PE. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura, ou através do Fone: (81) 36218156, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, ou, ainda, através de solicitação por e-mail: cpllagoadocarro@gmail.com.

Lagoa do Carro, 09/03/2021.

***BRUNA FERREIRA DA SILVA.***
Presidente da CPL.(*)(**)

**Publicado por:**
Bruna Ferreira da Silva
**Código Identificador:**E5DE3FC0

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO 10/2021

DECRETO nº 10/2021

Dispõe acerca das isenções de Imposto Predial Territorial Urbando – IPTU e dá outras providências.

**CONSIDERANDO**, o número excessivo de imóveis isentos do pagamento do imposto predial territorial urbano (IPTU) sem qualquer justificativa plausível e em desacordo com os critérios insertos no art. 31 do Código Tributário Municipal, o Prefeito do Município de Lagoa do Ouro – PE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,RESOLVE:
**Art. 1º** - Ficam revogadas todas as isenções de imposto predial territorial urbano – IPTU concedidas a particular proprietário, possuidor, titular do domínio útil, promitente comprador, posseiro, comodatário ou ocupante de imóvel sujeito a incidência do referido tributo.
**Parágrafo único** – ficam excluídos deste decreto os imóveis insertos no art. 150, inciso VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Revogam-se as disposições em contrário.

Lagoa do Ouro – PE, 03 de março de 2021.

***EDSON LOPES CAVALCANTE***
Prefeito

**Publicado por:**
Wagner Costa Matias
**Código Identificador:**10AACC9D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS

### GABINETE DO PREFEITO
### LEI MUNICIPAL Nº. 320/2021, DE 02 DE MARÇO DE 2021.

INSTITUI PROGRAMA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, AUTORIZANDO A ADQUIRIR E, POSTERIORMENTE, DOAR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ESPECIALMENTE PEIXE, DURANTE O PERÍODO DA SEMANA SANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS**, no Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 67, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que o povo de Lagoa dos Gatos, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir e repassar gêneros alimentícios, especialmente peixes, instituindo a doação e distribuição de peixes, durante o período determinado para a Semana Santa, às famílias carentes inscritas nos programas sociais do Governo, em situação de pobreza, extrema pobreza, estado de vulnerabilidade social e/ou que estejam em tratamento de saúde que as impossibilite de exercer atividade laborativa, obedecidos os seguintes critérios, dentre outros:

**I -** O benefício aqui previsto será destinado às famílias em situação de desemprego, sem acesso à alimentação ou que estejam vivendo em situação de alta vulnerabilidade social e/ou que estejam em tratamento de saúde que as impossibilite de exercer atividade laborativa;

**II -** O benefício será oferecido na forma de auxílio, constituindo em prestação da assistência social por alimentos, com intuito de reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos com qualidade e quantidade de forma a garantir uma alimentação durante a semana santa com segurança às famílias beneficiárias.

**Parágrafo Único** - Caberá a Secretaria de Assistência Social, através de seus técnicos sociais, a realização dos levantamentos

socioeconômicos familiar, e a emissão de parecer/laudo social, bem como, posteriormente, se necessário, o repasse do benefício.

**Art. 2º.** - A concessão do benefício se dará mediante requerimento do cidadão e/ou família, busca ativa, encaminhamento da rede socioassistencial e encaminhamento das demais políticas públicas, preenchidos os seguintes requisitos de forma cumulativa:

**I -** Atendimento integral ao disposto no Art. 1º, seus incisos e parágrafo;

**II -** Estar cadastrado ou sendo atendido em programas públicos com acompanhamento técnico social, mediante a apresentação de RG, CPF, comprovante de residência, certidão de nascimento, cartão SUS, cartão Bolsa Família, Cadastro Único (NIS);

**III -** Residir no Município de Lagoa dos Gatos, no Estado de Pernambuco há, no mínimo, 1 (um) ano, mediante comprovação através de documento;

**IV -** Efetuar cadastro nos Núcleos de Atendimento Social e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo de sua residência.

**Parágrafo Único** - O quantitativo de peixes a ser distribuído deverá levar em consideração a quantidades de famílias cadastradas, obedecidas as determinações deste Artigo.

**Art. 3º.** - O repasse deste benefício ocorrerá 1 (uma) vez por ano, no período da Semana Santa, em data pré-agendada e em pontos de distribuição localizados nos bairros do Município ou entrega porta a porta, esta quando em situação de calamidade pública e proibição de aglomerações, sendo os beneficiários avisados com antecedência do dia, horário e local da distribuição, através dos meios de comunicação.

**§ 1º.** - A retirada do benefício fora dos locais, data e horário pré-agendados, somente será autorizada mediante apresentação de justificativa formal, a ser apreciada pela Secretaria de Assistência Social, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente do serviço;

**§ 2º.** - A retirada e o recebimento do benefício pelo munícipe se dará mediante a apresentação de documento oficial legível e com foto.

**Art. 4º.** - A concessão do benefício não impede o munícipe de estar inserido em outros programas sociais das esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que se enquadre nos critérios legais de elegibilidade.

**Art. 5º.** - A aquisição dos gêneros alimentícios e dos peixes deverá ser precedida do respectivo processo licitatório, sendo que a Administração Municipal e a Comissão Municipal de Licitação zelarão para que o preço mínimo dos produtos praticados no mercado possa ser o máximo a ser pago pelos alimentos, a fim de se obter a melhor qualidade destes.

**Art. 6º.** - Fica autorizado o Chefe do Executivo a criar uma Comissão nomeada, para cadastramento, acompanhamento e distribuição dos peixes.

**Art. 7º.** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 8º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 9º.** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de março de 2021.

***STÊNIO FERNANDES DE ALBUQUERQUE***
Prefeito

**Publicado por:**
Sandrailson José de Oliveira
**Código Identificador:**1944EE5C

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 112/2021**

Nomeia e Referenda o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO,** no uso de suas atribuições legais, com base na Lei de Criação nº 007/97, de 13/03/1997, mais especificamente com base no no artigo 11 da Lei Municipal nº 16/07, de 03/05/2007,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear e referendar os Membros, Titulares e Suplentes abaixo, para representação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), tendo composição paritária respectivamente indicada pelo Governo Municipal e Sociedade Civil Organizada.

**Representantes Governamentais:**

**Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS:**

Marleide de Souza Lima – Titular
Maria Eliene Neri de Santana Martins – Suplente

**Representantes da Secretaria Municipal de Orçamento, Planejamento e Gestão – SEOPLAG:**

Sorlânia Alves da Cruz – Titular
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz – Suplente

**Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC:**

Deilde dos Santos Saraiva Higino – Titular
Sandra do Nascimento Amaral – Suplente

**Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento do Interior – SEADI:**

Antônio Coelho de Alencar – Titular
Erioneide Izabel da Silva – Suplente

**Representantes da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU:**

Augusta Borges de Lima – Titular
Alvanir Pedrosa da Silva – Suplente

**Representantes da Sociedade Civil Organizada:**

**Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa Grande/PE – STR:**

Marineide Pereira dos Santos – Titular
Eliane de Souza Mendes – Suplente

**Representantes da Associação Comunitária e Agropecuária do Lambedor – ACAL:**

Lucimaria Borges de Lima Ribeiro – Titular
Maria Iara Borges – Suplente

**Representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais de Lagoa Grande/PE – STTAR:**

Marcos José dos Santos – Titular
Francineide Almeida Lira – Suplente

**Representantes da Associação do Centro de Atividades das Mulheres Agricultoras do Rio Pontal – ASCAMARP:**

Juraci Almeida da Silva – Titular
Cristina da Silva Teixeira – Suplente

**Representantes da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Riacho do Recreio – ASCOPRURIR:**
Maria Romilda Pereira dos Santos Alves – Titular
José Celson Miranda Santiago – Suplente

**Art. 2º** - Fica instituído este Conselho com o objetivo de deliberar, acompanhar e analisar a política de assistência social.

**Art. 3º** - A duração do mandato dos conselheiros ora nomeados, vigerá pelo período de (02) dois anos, permitida a recondução por mais um período excetuando-se os casos de função de confiança do prefeito, cuja permanência no cargo se dará enquanto ocupar respectivas função.

**Art. 4°** - Não haverá remuneração para o exercício desta função, considerando-se o mesmo, serviço público relevante.

**Art. 5º** - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Lagoa Grande, 1º de março de 2021.

***VILMAR CAPPELLARO***
Prefeito

**Publicado por:**
Alinne Thayna de Souza Nunes
**Código Identificador:**D610FC8E

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 113/2021**

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais, mais especificamente, com base na Lei nº 006/97, de 13/03/97, Lei nº 009/00, de 28/08/00 e Lei nº 015/00 de 18/12/00 e Lei de Revogação nº 08/2012, de 26/06/2012,

**CONSIDERANDO** as determinações que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Ficam nomeados os membros representantes, Titulares e Suplentes, para composição do **Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE**:
**Representante do Poder Executivo – SEDUC:**
**Titular:** Marconi Santos Araújo
**Suplente:** Jucineide Marques Caçula

**Representante dos Professores Municipais – SINTELAG:**
**Titular:** Anatista da Silva Oliveira
**Suplente:** Cícero Ferreira da Silva

**Representante dos Trabalhadores na Área de Educação – SINTELAG:**
**Titular:** Carliane Rodrigues Coelho Gomes
**Suplente:** Dalvenisa Santana de Souza

**Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Municipais:**
**Titular:** Jucilene Costa Rodrigues
**Suplente:** Érica da Silva Ribeiro

**Titular:** Cristina da Silva Teixeira
**Suplente:** Maria Silva de Sá

**Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais de Lagoa Grande/PE – STTAR:**
**Titular:** Marcos José dos Santos
**Suplente:** Francineide Almeida Lira

**Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa Grande/PE – STR:**
**Titular:** Marineide Pereira dos Santos
**Suplente:** Eliane de Souza Mendes

**Art. 2º** - A duração do mandato dos Conselheiros ora nomeados, será de 02 (dois) anos, permitida recondução por mais um período, exceto os casos de função de confiança do Prefeito, cuja permanência do cargo se dará enquanto ocupar a respectiva função, sendo que suas atividades como tal, não serão remuneradas, sendo consideradas como de serviço público relevante.
**Art. 3º** - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Lagoa Grande, Pernambuco, 04 de março de 2021.

***VILMAR CAPPELLARO***
Prefeito

**Publicado por:**
Alinne Thayna de Souza Nunes
**Código Identificador:**E6001731

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 004/2021 - FME**

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO/PE.**
**AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 928341**

**Processo Licitatório** Nº 004/2021-FME. **Pregão Eletrônico** Nº 004/2021. **Objeto**: Contratação de empresa para Fornecimento parcelado de Gêneros Alimentícios tipo: Pão Francês, destinados à alimentação escolar do município, tendo em vista as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Alimentação das Crianças atendidas pela Creche deste Município. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 60.071,30. **Início do Acolhimento das Propostas:** 09/03/2021, através do Sistema Comprasnet - SIASG. **Abertura das Propostas:** 19/03/2021, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRASNET do Portal de Compras Governamentais, www.comprasgovernamentais.gov.br, através do E-mail: limoeiro.cpl@gmail.com. Outras Informações: Na sede da Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito à Praça Comendador Pestana, 113, Palácio Francisco Heráclio do Rego, Centro, Limoeiro/PE, no horário de 07h às 13h, de segunda a sexta-feira. Fone: (81) 3628.9700.

Limoeiro, 08/03/2021.

***EDSON FERREIRA DA SILVA***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Edson Ferreira da Silva
**Código Identificador:**03F4F42B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 002/2021 - FME - EDITAL RETIFICADO**

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO/PE.**
**AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 928341 – EDITAL RETIFICADO**

**Processo Licitatório** Nº 002/2021-FME. **Pregão Eletrônico** Nº 002/2021. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA AS NECESSIDADES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELA CRECHE DESTE MUNICÍPIO. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 2.036.064,90. **Início do Acolhimento das Propostas:** 09/03/2021, através do Sistema Comprasnet - SIASG. **Abertura das Propostas:** 19/03/2021, 11:00h. O Edital Retificado na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRASNET do Portal de Compras Governamentais, www.comprasgovernamentais.gov.br, através do E-mail: limoeiro.cpl@gmail.com. Outras Informações: Na sede da Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito à Praça Comendador Pestana, 113, Palácio Francisco Heráclio do Rego, Centro, Limoeiro/PE, no horário de 07h às 13h, de segunda a sexta-feira. Fone: (81) 3628.9700.

Limoeiro, 08/03/2021.

***EDSON FERREIRA DA SILVA***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Edson Ferreira da Silva
**Código Identificador:**ABB3A10F

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 174/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO:** A Portaria nº: 106/2019, datada de 04 de fevereiro de 2019, que concede, a pedido, Licença para Trato de Interesse Particular ao servidor **LEANDRO MARCOS DA SILVA**, matrícula nº: 008504, Auxiliar de Serviços Urbanos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Serviços Públicos, por período de 02(dois) anos, a partir de 10.1.2019 a 09.1.2021;

**CONSIDERANDO:** A solicitação de retorno ao Órgão de origem do servidor supramencionado, datada de 04 de janeiro de 2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. CONCEDER** o retorno às atividades funcionais a esta Administração Pública Municipal, ao servidor **LEANDRO MARCOS DA SILVA**, matrícula nº: 008504, Auxiliar de Serviços Urbanos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Serviços Públicos.

**Art. 2º.** O retorno do servidor dar-se-á a partir de 04 de janeiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 22 de fevereiro de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**266BF53F

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 175/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO:** A Portaria nº: 222/2019, datada de 22 de maio de 2019, que concede, a pedido, Licença para Trato de Interesse Particular à servidora **SOLANGE PEREIRA DE FARIAS SANTOS**, matrícula nº: 83.327, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por período de 02(dois) anos, a partir de 02.5.2019 a 01.5.2021;

**CONSIDERANDO:** O Ofício GS 022/2021, da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 14 de janeiro de 2021, solicitando o retorno ao Órgão de origem da servidora supramencionada, a partir de 19 de janeiro de 2021,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. CONCEDER** o retorno às atividades funcionais a esta Administração Pública Municipal, à servidora **SOLANGE PEREIRA DE FARIAS SANTOS**, matrícula nº: 083.327, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** O retorno da servidora dar-se-á a partir de 19 de janeiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 22 de fevereiro de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**9287A901

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 176/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO:** O requerimento de Gozo de Licença Prêmio da servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO MUNIZ**, matrícula n: 080.746, Professora do Ensino Fundamental – Anos Finais, datado de 25 de setembro de 2020, referente ao 2º Decênio, por período de 06(seis) meses, a partir de 01 de outubro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021;

**CONSIDERANDO:** A solicitação de retorno ao Órgão de origem da servidora supramencionada, datada de 04 de janeiro de 2021.

**RESOLVE:**
**Art. 1º. CONCEDER** o retorno ao Órgão de origem à servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO MUNIZ,** matrícula nº: 080.746, Professora do Ensino Fundamental – Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
**Art. 2º.** O retorno da servidora dar-se-á a partir de 04 de janeiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.
**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 22 de fevereiro de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**6D4D80A3

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 132/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO:** A Portaria nº: 163/2018, datada de 04 de maio de 2018, que concede, a pedido, o gozo de Licença sem Vencimento ao Servidor RONALDO FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº: 84.552, Agente de Combate a Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por período de 02(dois) anos, a partir de 01.04.2018 a 01.04.2020;

**CONSIDERANDO:** O Ofício GS nº: 185/2020, datado de 03 de março de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde e a prorrogação do período de licença sem vencimento do Servidor, a partir de abril de 2020 a abril de 2021;

**CONSIDERANDO:** A solicitação de retorno ao Órgão de origem do servidor supramencionado, datada de 04 de janeiro de 2021 e o Oficio GS 007/2021, datado de 04 de janeiro e 2021, da Secretaria Municipal de Saúde, do mesmo teor.

**RESOLVE:**
**Art. 1º. CONCEDER** o retorno ao Órgão de origem ao servidor **RONALDO FERREIRA DE SOUZA,** matrícula nº: 084.552, Agente de Combate a Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
**Art. 2º.** O retorno do servidor dar-se-á a partir de 04 de janeiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.
**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 20 de janeiro de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**9156B63B

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 187/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº: 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº: 001/93.

**CONSIDERANDO:** O pedido de gozo de Licença Prêmio da servidora, a expedição de Certidão da Gerência de Recursos Humanos e a autorização da Secretaria de origem da servidora.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** à servidora **CARLA PATRÍCIA DA SILVA MELO,** matrícula nº: 082.611, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 2º.** O período da Licença Prêmio é de 06 (seis) meses, a partir de 04.01.2021 a 03.07.2021.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO,** em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**9050E741

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 188/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO:** A Portaria nº: 248/2019, datada de 20 de julho de 2018, que concede, a pedido, o gozo de Licença sem Vencimento ao Servidor ADEILTON DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº: 83.329, Biomédico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por período de 01(um) ano, a partir de 01.04.2018 a 31.03.2019;

**CONSIDERANDO**: O Ofício GS nº: 261/2019, datado de 11 de abril de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde, informando o retorno ao Órgão de origem do servidor supramencionado em 01.04.2019;

**CONSIDERANDO:** a prorrogação da Licença sem Vencimento do servidor, no período de outubro a dezembro de 2020.

**CONSIDERANDO:** A solicitação de retorno ao Órgão de origem do servidor supramencionado, datada de 04 de janeiro de 2021 e o Oficio GS 003/2021, da Secretaria Municipal de Saúde, do mesmo teor.

**RESOLVE:**
**Art. 1º. CONCEDER** o retorno ao Órgão de origem ao servidor **ADEILTON DE OLIVEIRA SILVA,** matrícula nº: 083.329, Biomédico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
**Art. 2º.** O retorno do servidor dar-se-á a partir de 06 de janeiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.
**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**C69D2C17

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 189/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº: 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº: 001/93.

**CONSIDERANDO:** O pedido de gozo de Licença Prêmio da servidora, a expedição de Certidão da Gerência de Recursos Humanos e a autorização da Secretaria de origem da servidora.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** à servidora **AVANI MARIA GOMES,** matrícula nº: 080.096, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Trânsito e Segurança Cidadã, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 2º.** O período da Licença Prêmio é de 06 (seis) meses, a partir de 04.01.2021 a 03.07.2021.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04.01.2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO,** em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**4E04863A

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 190/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº: 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº: 001/93.

**CONSIDERANDO:** O pedido de gozo de Licença Prêmio da servidora, a expedição de Certidão da Gerência de Recursos Humanos e a autorização da Secretaria de origem da servidora.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** à servidora **MARLENE MARIA PEREIRA DE FRANÇA,** matrícula nº: 082.924, Professora do Ensino Fundamental, Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 2º.** O período da Licença Prêmio é de 12 (doze) meses, a partir de 05.02.2021 a 04.02/2022.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05.02.2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO,** em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**CABDE3FD

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 193/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO:** a concessão da Licença Prêmio de 06(seis) meses para o período de outubro de 2020 a março de 2021 da Servidora VANILDA INÊS SANTANA DA ROCHA, matrícula nº: 83.362, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes e localizada na Biblioteca do SESI;

**CONSIDERANDO:** O requerimento de retorno ao Órgão de origem pela supramencionada servidora e a solicitação da suspensão da licença prêmio, através do Ofício nº: 103/2021, da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, datados de 05 de fevereiro de 2021,
**RESOLVE:**
**Art. 1º. CONCEDER** o retorno ao Órgão de origem à servidora **VANILDA INÊZ SANTANA DA ROCHA,** matrícula nº: 083.362, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes e localizada na Biblioteca do SESI.
**Art. 2º.** O retorno da servidora dar-se-á a partir de 05 de fevereiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.
**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**0F7BEAC5

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 194/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº: 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº: 001/93.

**CONSIDERANDO:** O pedido de gozo de Licença Prêmio da servidora, a expedição de Certidão da Gerência de Recursos Humanos e a autorização da Secretaria de origem da servidora.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** à servidora **MARIA DE LOURDES DA SILVA CUNHA,** matrícula nº: 082.146, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 2º.** O período da Licença Prêmio é de 02 (dois) meses, a partir de 01.03.2021 a 30.04.2021.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO,** em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**0749D1EF

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 195/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO:** O Ofício nº: 011/2021, datado de 06 de janeiro de 2021, da CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO - CASA PROFESSOR AGRIPINO ALMEIDA, solicitando a Cedência da Servidora **JOSEFA NATÁLIA DA SILVA MELO,** matrícula nº: 84.329, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, para desempenhar suas funções naquela Casa Legislativa, no exercício 2021.

**RESOLVE,**
**Art. 1º.** Conceder **CESSÃO TEMPORÁRIA** à servidora **JOSEFA NATÁLIA DA SILVA MELO,** matrícula nº: 84.329, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, a fim de ficar à disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO – CASA PROFESSOR AGRIPINO ALMEIDA, com ônus para o Poder Legislativo.
**Art. 2º.** A presente Cessão Temporária se aperfeiçoou através do Convênio Cooperação Mútua, Técnica e Administrativa por Prazo Determinado nº: 03/2021 entre o Município de Limoeiro e a Câmara Municipal de Limoeiro - Casa Professor Agripino Almeida, destinado à promoção de cessão de servidores.
**Art. 3º.** O prazo desta Cedência é de 12(doze) meses, a partir de 04 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.
**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**F3551B0B

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 196/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº: 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº: 001/93.

**CONSIDERANDO:** O pedido de gozo de Licença Prêmio do servidor, a expedição de Certidão da Gerência de Recursos Humanos e a autorização da Secretaria de origem do servidor.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** ao servidor **MARCO ANTÔNIO DA COSTA BARBOSA,** matrícula nº: 082.138, Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Fazenda Municipal, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 2º.** O período da Licença Prêmio é de 12 (doze) meses, a partir de 04.01.2021 a 03.01.2022.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04.01.2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO,** em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**5080D104

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 199, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: EXONERAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, TRÂNSITO E SEGURANÇA CIDADÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Exonerar **SAULO ANDRÉ DE MELO SILVA**, brasileiro, portador do RG nº 3.031.700 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 687.407.274-91, do Cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração, Trânsito e Segurança Cidadã - símbolo CC1.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**1FB918AF

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 200, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: NOMEAR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal N° 127/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear **SAULO ANDRÉ DE MELO SILVA**, brasileiro, portador do RG nº 3.031.700 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 687.407.274-91, para ocupar o Cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Tecnologia - símbolo CC1.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**F45F1F49

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 201, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: EXONERAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE OPERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Exonerar **JOSÉ INÁCIO MELO DOS SANTOS**, portador do RG nº 2351914 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 325.763.584-20, do Cargo em Comissão de Assessor de Operação - símbolo CC4.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**5E146468

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 202, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: NOMEAR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE OPERAÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal N° 127/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear **JOSÉ INÁCIO MELO DOS SANTOS**, portador do RG nº 2351914 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 325.763.584-20, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Operação - símbolo CC4.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**7D0A47E8

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 203, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: EXONERA O SERVIDOR NICOLAU RAMOS DA SILVA FILHO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ANÁLISE, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS, EM VIRTUDE DE FALECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Exonerar o servidor **NICOLAU RAMOS DA SILVA FILHO**, portador do RG nº 1.982.044 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 247.598.134-20, do Cargo em Comissão de Gerente de Análise, Licenciamento e Fiscalização de Áreas Urbanas, para o qual foi nomeado pela Portaria nº 83, de 14 de Janeiro de 2021, em virtude do seu falecimento, ocorrido em 03 de Março de 2021.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 03 de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**E33EF399

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 204, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: NOMEAR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE COMPRAS E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal N° 104/2017.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear **WILSON DE ARAÚJO PEREIRA FILHO**, portador do RG nº 7.451.306 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.784.414-77, para ocupar o Cargo em Comissão de Coordenação de Compras - símbolo CC3.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**2A0E1333

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 205, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: NOMEAR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS E MANUTENÇÃO PREDIAL E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal N° 104/2017.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear **MARCLINIO FERREIRA XAVIER**, portador do RG nº 3.208.658 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 687.404.764-72, para ocupar o Cargo em Comissão de Gerência de Serviços Gerais e Manutenção Predial - símbolo CC2.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**479F02B4

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 206, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: NOMEAR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CEMITÉRIOS E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal N° 104/2017.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear **MARIVALDO NUNES DA SILVA**, portador do RG nº 3.808.753 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 653.751.494-00, para ocupar o Cargo em Comissão de Coordenação de Cemitérios - símbolo CC3.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**C50B0705

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 207, DE 05 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA: NOMEAR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA DEFESA SOCIAL E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal N° 127/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear **JOSÉ RICARDO SILVA DE SOUZA**, portador do RG nº 38716 PMPE, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.250.964-49, para ocupar o Cargo em Comissão de Gerente de Planejamento Operacional da Defesa Social - símbolo CC2.
**Art. 2°** - Determinar à Secretaria de Administração e Tecnologia a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de Março de 2021.
**Art. 4°** - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito

Limoeiro, 05 de Março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**D3BD0575

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 208 /2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no Art. 13 e Inciso IV do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº: 119 de 17 de dezembro de 2019.

**CONSIDERANDO:** o Ofício nº: 064/2021, datado de 05 de março de 2021, da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, que solicita a Nomeação de Servidores Efetivos desta Municipalidade para exercerem a função gratificada de Inspetor da Guarda Civil Municipal;

**CONSIDERANDO:** a nomeação para função gratificada de Inspetor, constante na norma municipal pertinente à Guarda Civil Municipal, exercida por Servidor Efetivo oriundo da carreira da Guarda Civil Municipal, é de competência do Poder Executivo,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR** os Servidores Efetivos abaixo enumerados, lotados na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, para exercerem a função gratificada de **INSPETOR DA GUARDA**

**CIVIL MUNICIPAL**, nos moldes do Art. 13, e Inciso IV do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº: 119 de 17 de dezembro de 2019.

| SERVIDOR | MATRÍCULA |
|---|---|
| André Marcondes Barbosa Pimentel | 81.609 |
| Gilson Jorge Pereira da Silva | 81.601 |
| José Ailton Ferreira de Moura | 81.598 |
| Sebastião da Silva Pereira | 81.279 |
| Wladmir Gonçalves de Lima | 81.697 |

**Art. 2º.** A presente nomeação dar-se-á a partir de 04 de janeiro de 2021, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE; REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**, em 05 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**E4A33CD5

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº: 191/2021**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Inciso IX do Artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o art. 112 e ss, da Lei nº: 6.123, de 20 de julho de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, de aplicação subsidiária à Lei Complementar Municipal nº: 001/93.

**CONSIDERANDO:** O pedido de gozo de Licença Prêmio da servidora, a expedição de Certidão da Gerência de Recursos Humanos e a autorização da Secretaria de origem da servidora.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder, a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** à servidora **MARIA CÉLIA PEREIRA PAZ,** matrícula nº: 080.844, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Trânsito e Segurança Cidadã, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

**Art. 2º.** O período da Licença Prêmio é de 06 (seis) meses, a partir de 04.01.2021 a 03.07.2021.
**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04.01.2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; Registre-se e Cumpra-se.

**PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO,** em 03 de março de 2021.

***ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
Sergio Murilo Bezerra Junior
**Código Identificador:**03A77A9D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE MANARI

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO Nº 016/2021**

RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MANARI, CNPJ Nº 01.626.099/0001-02, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO Nº 016/2021. CUJO OBJETO DESTINA-SE A Contratação de empresa especializada para aquisição de garrafões de Água Mineral, sem gás, tipo Garrafão 20 litros, com reposição do garrafão e de botijões de Gás, GLP(butano), acondicionado em botijão retornável P13, peso 13 kg, em chapa de aço para diversas secretarias municipais. LICITANTE VENCEDORA: JUCIVANDO UMBERTO DE CARVALHO BEBIDAS -ME, com sede a Av. Cristo Rei, S/N – centro – Inajá/PE., CEP. 56.560-000, inscrita sob o CNPJ nº 15.787.961/0001-65, vencedora com a quantia de R$ 346.333,00 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e três reais).

Manari-PE, 08 março de 2021.
.
***SIBELE MONTEIRO DA SILVA***
Secretária de Administração do Município de Manari/PE.
Portaria Nº 021/2021 de 05 de Fevereiro de 2021.

**Publicado por:**
Márcio Omena Ramos Pita
**Código Identificador:**77C57C11

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**RESULTADO JULGAMENTO DE PROPOSTAS PROCESSO Nº 017/2021**

RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANARI, CNPJ Nº 11.819.732/0001-24, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO Nº 017/2021. CUJO OBJETO DESTINA-SE A Contratação de empresa para aquisição de combustíveis: (gasolina comum, gasolina aditivada, álcool/etanol e óleo diesel S 10), para os veículos da frota municipal e locados no Fundo Municipal de Saúde de Manari/PE. LICITANTE VENCEDORA: MARTINS COMBÚSTIVEIS LTDA, com sede à Rua Arcoverde, nº 89 centro – Itaíba/PE, inscrita sob o CNPJ nº 07.620.671/0001-02, vencedora com a quantia de R$ 1.275.000,00(hum milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais).

Manari-PE, 08 março de 2021.
.
***JUCIANNY MARIA DE CARVALHO***
Portaria Nº 006/2021 de 07 de Janeiro de 2021.
Secretaria de Saúde e Meio Ambiente Do Município de Manari/PE

**Publicado por:**
Márcio Omena Ramos Pita
**Código Identificador:**2CB52DDA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS**
**PROCESSO Nº 018/2021**

RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MANARI, CNPJ Nº 11.989.846/0001-12, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO Nº 018/2021. CUJO OBJETO DESTINA-SE A contratação de empresa para aquisição de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, álcool/etanol), para os veículos da frota municipal e locados no Fundo Municipal de Assistência Social de Manari/PE. LICITANTE VENCEDORA: MARTINS COMBÚSTIVEIS LTDA, com sede à Rua Arcoverde, nº 89 centro – Itaíba/PE, inscrita sob o CNPJ nº 07.620.671/0001-02, vencedora com a quantia de R$ 517.600,00(quinhentos e dezessete mil, seiscentos reais).

Manari-PE, 08 março de 2021.
.

Fundo Municipal de Assistência Social de Manari
CNPJ: 11.989.846/0001-12
***WILZA OLIVEIRA DE MELO***
Secretária de Ação Social

**Publicado por:**
Márcio Omena Ramos Pita
**Código Identificador:**2590A7B7

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021**

AVISO DE LICITAÇÃO
CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2021. OBJETO NAT: Compra. A Prefeitura Municipal de Manari-PE, através de Seu Pregoeiro oficial, informa que às 08h30min do dia 22 de março de 2021, será à sessão de recebimento e abertura dos envelopes com o seguinte objeto: Fornecimento de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar, com entrega parcelada visando atender a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, que objetiva cumprir o Programa de Alimentação Escolar, para o exercício de 2021, (com itens exclusivo para ME e EPP). Valor Máximo Aceitável: R$ 1.003.106,40(hum milhão, três mil, cento e seis reais e quarenta centavos), LOCAL: na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Manari, localizada na Rua Dom Pedro I, S/n, Centro, Manari/PE. CEP: 56.565-000. TIPO: Menor Preço Por Item. Os termos do Edital e seus Anexos, poderão, ser consultados e obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura, e-mail prefeiturapmm21@gmail.com, no dia de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 13h00min.

Manari-PE, 08 de março de 2021.

***MÁRCIO OMENA RAMOS PITA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Márcio Omena Ramos Pita
**Código Identificador:**85A77E58

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE MARAIAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL**
**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 04/2020**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE MARAIAL/PE, através do Setor de Licitações, avisa que realizará licitações conforme resumo:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS)**
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEIXE (CASTANHA), para distribuição gratuita as famílias carentes do Município de do Município de Maraial/PE.
Data e hora da sessão de disputa: **22/03/2021**, às **09:30h** (horário de Brasília).
LOCAL: Sistema eletrônico do **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, através do site www.bnc.org.br.
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS,** no endereço http://bnc.org.br/sistema.

Informações pelo e-mail: cpl_maraial@hotmail.com.

Maraial/PE, 08 de março de 2021.

***JOSE AGRIPINO DOS SANTOS FILHO***
Presidente da CPL

**Publicado por:**
Célio Roberto de Azevedo Junior
**Código Identificador:**09AF994D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE MIRANDIBA

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO 021/2021**

O **Prefeito do Município de Mirandiba**, Estado de Pernambuco, Evaldo Bezerra de Carvalho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República, Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** que o feriado alusivo a Emancipação Política do Município - 11 de março será numa quinta-feira;

**CONSIDERANDO** que é mais viável transferir o feriado para o dia 12 de março (sexta-feira), objetivando dar continuidades aos serviços públicos durante essa semana;

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica adiado para o dia 12 de março de 2021 (sexta-feira) o feriado correspondente ao dia da Emancipação Política do Município;

**Art. 2º** - No dia 11 de março de 2021 haverá expediente nos horários normais de atendimento em todos os setores do município;

**Art. 3º** - A feira livre sendo redirecionada para o dia 11 de março de 2021 (quinta-feira);

**Art. 4º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mirandiba, 08 de março de 2021.

***EVALDO BEZERRA DE CARVALHO***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Isaac Anderson de Carvalho
**Código Identificador:**2DEA98D2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE MORENO

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 011, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.**

**Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 08/03/2021. Edição 2787, REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO ORIGINAL.**

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO**, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e as disposições constantes na Lei Municipal Promulgada nº 001 de 04 de Janeiro de 2021, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2021 e dá outras providências;
**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2021, conforme art. 9º Inciso V, da Lei promulgada nº 001/2021 de 04 de Janeiro de 2021, crédito suplementar no valor de R$ 26.000,00 (vinte e sie mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I:
16.001 –Fundo Municipal de Assistência Social

0812212042.509 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social

33903500 - Serviços de Consultoria

01 - Recursos Próprios R$ 26.000,00

Total R$ 26.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no anexo II:

16.001 - Fundo Municipal de Assistência Social

0824412032.372 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

33903000 - MATERIAL DE CONSUMO

08 - Recursos Transferidos pelo FNAS

R$ 26.000,00
Total R$ 26.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de Janeiro de 2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 26 de Fevereiro de 2021.

***EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA***
Prefeito

**Publicado por:**
Renan Crisostomo dos Santos
**Código Identificador:**5B69023A

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 014, DE 04 DE MARÇO DE 2021.**

**Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 08/03/2021. Edição 2787, REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO ORIGINAL.**

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Município do Moreno relativo ao exercício 2021, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) na forma em que especifica, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO**, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e as disposições constantes na Lei Municipal Promulgada nº 001 de 04 de Janeiro de 2021, que autoriza o Município, Poder Executivo, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento anual de 2021 e dá outras providências;
**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Municipal, relativo ao exercício de 2021, conforme art. 9º, Inciso V da Lei promulgada nº 001/2021 de 04 de Janeiro de 2021, crédito suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados ao reforço das dotações especificadas no Anexo I:
16.001 - Fundo Municipal de Assistência Social

0812212042.509 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social

33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01 - Recursos Próprios R$ 100.000,00
Total R$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art.1º são provenientes da anulação parcial, em igual importância, das dotações especificadas no Anexo II:
16.001 - Fundo Municipal de Assistência Social

0824412032.372 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

33903000 - MATERIAL DE CONSUMO

08 - Recursos Transferidos pelo FNAS R$ 50.000,00

0824412042.535 - Benefícios Eventuais a Pessoas e Famílias

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

01 - Recursos Próprios R$ 50.000,00

Total R$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2021.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Moreno, 04 de Março de 2021.

***EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA***
Prefeito

**Publicado por:**
Renan Crisostomo dos Santos
**Código Identificador:**C8FDC23D

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 010-A, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Dispõe sobre o prazo de vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do Município de Moreno, para o exercício de 2021 e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO**, na esfera de suas atribuições legais, conferidas através da Lei Orgânica Municipal, e com base no disposto no Artigo 71 do Código Tributário Municipal,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica fixado para o dia 31 de Maio de 2021, o vencimento do IPTU.

**Art. 2º.** No que concerne a Taxa de Licença de Funcionamento e Licença de Localização (TLF), esta será paga em 02 (duas) parcelas, cujas datas de vencimento serão:

1ª parcela - 26 de fevereiro de 2021;
2ª parcela - 30 de Julho de 2021.

**Art. 3º.** Permanece fixado o desconto de 30% (trinta por cento) se o IPTU for pago em Cota Única, até o dia 31 de Maio de 2021.

**Parágrafo Primeiro.** Os contribuintes que estiverem regulares em sua situação fiscal junto ao Município, até o dia 30 de Dezembro de 2020, terão um desconto de 40% (quarenta por cento) no IPTU, referente ao exercício de 2021, se o pagamento for realizado em Cota Única, até o dia 31 de Maio do presente ano.

**Parágrafo Segundo**. Os contribuintes que estiverem regulares em sua situação fiscal até o dia 30 de Dezembro de 2020 terão desconto de 10% (dez por cento) no IPTU referente ao exercício de 2021, para pagamento parcelado.

**Pagamento Terceiro.** O IPTU poderá ser pago em 07 (sete) parcelas de igual valor, cujas datas de vencimento serão:

1ª Parcela e Cota Única - 31 de Maio de 2021;

2ª Parcela - 30 de Junho de 2021;
3ª Parcela - 30 de Julho de 2021;
4ª Parcela - 31 de Agosto de 2021;
5ª Parcela - 30 de Setembro de 2021;
6ª Parcela - 29 de Outubro de 2021;
7ª Parcela - 30 de Novembro de 2021.

**Art. 4º.** Fica estabelecido o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) das parcelas.

**Art. 5º.** Será acrescido de multa, juros e correções monetárias o valor do IPTU que não for quitado até a data do vencimento.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor a partir do dia 26 de Fevereiro de 2021.

**Art. 7º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Moreno, 11 de Fevereiro de 2021.

***EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA***
Prefeito

**Publicado por:**
Renan Crisostomo dos Santos
**Código Identificador:**444923A4

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 016, DE 08 DE MARÇO DE 2021.**

EMENTA**:** Estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas, por período determinado, e consolida as normas vigentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO,** no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial da Saúde – OMS classificou, em 11 de março de 2020, que a COVID-19, nova doença causada pelo novo coronavírus (denominado SARS-CoV-2), é uma pandemia;
**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
**CONSIDERANDO** o teor da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
**CONSIDERANDO**, a expedição do Decreto nº 50.346, de 1º de março de 2021, que estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas, por período determinado, e consolida as normas vigentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus no âmbito de todo o Estado de Pernambuco.
**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 002, de 07 de janeiro de 2021, que mantém a declaração de situação anormal caracterizada como estado de calamidade pública no âmbito do Município de Moreno homologado pela Assembleia Legislativa por meio do Decreto Legislativo nº 196, de 14 de janeiro de 2021, inciso LVIII;
**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de estabelecer novas regras restritivas, por período determinado, em face dos novos números de casos confirmados de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus e a elevada ocupação dos leitos de UTI existentes no Estado de Pernambuco,
**CONSIDERANDO**, finalmente, a necessidade de consolidar a legislação, conferindo maior segurança e transparência em relação às normas em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto estabelece as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, em todo o Município de Moreno/PE.

Art. 2º Permanece obrigatório, em todo território do Município de Moreno/PE, o uso de máscaras, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos e particulares, inclusive ônibus e táxis.
Parágrafo único. Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

Art. 3º Ficam vedadas, até decisão ulterior, atividades pedagógicas, de forma presencial, do Ensino Fundamental e da Educação Infantil das instituições de ensino públicas, situadas no Município de Moreno/PE.
Art. 4º. Fica autorizado aos Secretários e dirigentes máximos das entidades da Administração Pública Municipal deferir aos servidores públicos com mais de 60 (sessenta) anos e aqueles portadores de doenças crônicas, que compõem parcela da população mais vulnerável ao COVID-19, o trabalho remoto para aquelas atividades cuja presença física não seja imprescindível, a critério da respectiva chefia do órgão ou entidade, com exceção das áreas de saúde e defesa social;
Parágrafo único. Fica recomendado, ao setor privado, que trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos sejam liberados de seus ofícios, desde que permaneçam em domicílio;
Art. 5º. Os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e os dirigentes máximos de entidades da Administração Indireta adotarão as providências necessárias em seus respectivos âmbitos para atendimento às seguintes determinações:
I – suspender o atendimento presencial nas dependências dos prédios públicos, exceto dos serviços considerados essenciais;
II – restringir o acesso de servidores e prestadores de serviços à Sede da Prefeitura e demais prédios públicos para que atenda às normas de vigilância sanitária;
III – adotar o atendimento virtual, por telefone, aplicativos, endereços eletrônicos, site, entre outros, preferencialmente, para os trabalhos de atendimento ao público, com exceção das unidades de saúde;
Art. 6º Ficam suspensos, até decisão ulterior, no âmbito do Município de Moreno, eventos de qualquer natureza com público, ou conforme novas determinações do Governo Estadual;
Art. 7º O descumprimento do disposto neste Decreto poderá acarretar responsabilização dos infratores, nos termos previstos nos arts. 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e no Regulamento do Código Sanitário Estadual, com a redação dada pelo Decreto n° 20.786, de 10 de agosto de 1998, ou instrumento legal que venha a cominar sanção mais específica, além da responsabilidade civil e/ou penal cabíveis.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Moreno, 08 de Março de 2021.

***EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA***
Prefeito de Moreno

**Publicado por:**
Renan Crisostomo dos Santos
**Código Identificador:**8E1D5EE0

**SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 002/2021, DISPENSA EMERGENCIAL Nº 001/2021.**

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE KITS ALIMENTAÇÃO A FIM DE ATENDER A DEMANDA DOS 7.500 (SETE MIL E QUINHENTOS) ALUNOS MATRICULADOS NAS 29 (VINTE E NOVE) UNIDADES DE ENSINO MANTIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO MORENO/PE.

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**GESTOR/SECRETÁRIO**: MARINALVA CONVEIÇÃO DE VERAS

**CONTRATADA**: MERCEARIA JANIDEIZE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.651.085/0001-80.

**DATA DA ASSINATURA:** 12/02/2021

**PRAZO CONTRATUAL:** 06 (seis) MESES de Vigência e 04 (quatro) MESES de Execução.

**NOTA DE EMPENHO:** nº 254/2021

**VALOR CONTRATADO**: R$ 625.500,00 (seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais)

**Publicado por:**
Elaine Silva dos Santos Pereira
**Código Identificador:**DE841C67

**SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2021**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 002/2021, DISPENSA EMERGENCIAL Nº 001/2021.**

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE KITS ALIMENTAÇÃO A FIM DE ATENDER A DEMANDA DOS 7.500 (SETE MIL E QUINHENTOS) ALUNOS MATRICULADOS NAS 29 (VINTE E NOVE) UNIDADES DE ENSINO MANTIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO MORENO/PE.

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**GESTOR/SECRETÁRIO**: MARINALVA CONVEIÇÃO DE VERAS

**CONTRATADA**: ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ENGENHO JUSSARA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.042.257/0001-79

**DATA DA ASSINATURA:** 12/02/2021

**PRAZO CONTRATUAL:** 06 (seis) MESES de Vigência e 04 (quatro) MESES de Execução.

**NOTA DE EMPENHO:** nº 255/2021

**VALOR CONTRATADO**: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta e mil reais).

**Publicado por:**
Elaine Silva dos Santos Pereira
**Código Identificador:**8D90320D

**SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2019**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2019**

**ADITIVO Nº 2º - CONTRATO Nº 046/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRABALHO DO TIPO DESKTOP, COMPREENDENDO LOGÍSTICA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

**CONTRATANTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO/ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**GESTOR/SECRETÁRIO:** JAMERSON JOSÉ ALVES DE MELO / MARINALVA CONCEIÇÃO DE VÉRAS

**CONTRATADO (A)**: JR PARTNER INFORMÁTICA LOCAÇÃO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.324.160/0001-40.

**OBJETO ADITIVO:**

I - O presente Termo Aditivo tem como objetivo a transferência de quantitativo de itens contratados pela Secretaria de Administração e Defesa Social à Secretaria de Educação, conforme Ofício de nº 045/2021, datado de 04 de Janeiro de 2021, assinado pela ordenadora de despesa a Sra. Marinalva Conceição Veras e aceite de Cedência do Secretário de Administração e Defesa Social, o Sr. Erigerson Negromonte.

II - Constitui objeto do presente instrumento a inclusão da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela Secretária da Pasta, Sra. MARINALVA CONCEIÇÃO DE VÉRAS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4.903.468 SDS-PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 934.863.164-00, conforme Ofício de nº 045/2021, datado de 04 de Janeiro de 2021 e aceite de Cedência do Secretário de Administração e Defesa Social.

**DATA DA ASSINATURA:** 04/01/2021.

**EMPENHO:** nº 155/2021.

**AMPARO LEGAL:** A inclusão e acréscimo de serviço que trata o caput da Cláusula Primeira encontra-se baseada no Art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Cláusula Sexta do Contrato nº 046/2019, os quais passam a fazer parte do presente instrumento, independentemente de transcrição.

**Publicado por:**
Elaine Silva dos Santos Pereira
**Código Identificador:**148B333E

**SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2018**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2018**

**ADITIVO Nº 3º - CONTRATO Nº 049/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2018 - DISPENSA Nº 011/2018**

**OBJETO**:LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO A AV. DR. SOFRÔNIO PORTELA, Nº 3545 – CENTRO – MORENO/PE, de propriedade da Sra. MARIA DE LOURDES GOMES, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CASA DOS CONSELHOS DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO MUNICÍPIO DO MORENO/PE.

**CONTRATANTES:**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**GESTOR/SECRETÁRIO:** MARINALVA CONCEIÇÃO DE VÉRAS.

**LOCADOR (A**): MARIA DE LOURDES GOMES, inscrita no CPF n° 123.810.984-53.

**OBJETO ADITIVO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 06 (seis) meses para continuidade do serviço, nos termos da Lei nº 8.666/93, atualizada, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021.

**DATA DA ASSINATURA:**04/01/2021.

**EMPENHO:**nº 035/2021.

**AMPARO LEGAL:**A prorrogação que trata o caput da Cláusula Primeira encontra-se baseada no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, inciso II do art. 71 da Lei nº 8.245/1991 e suas alterações, e na Cláusula Sexta do Contrato nº 049/2018, os quais passam a fazer parte do presente instrumento, independentemente de transcrição.

**Publicado por:**
Elaine Silva dos Santos Pereira
**Código Identificador:**BDB2FB4A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### EXTRATO DE CONTRATO – CONTRATO Nº 002/2021.

CONTRATO Nº - 002/2021. CPL. Objeto. Prestação de serviços e assessoramento na área de previdência social e recursos humanam para levantamento de dados, cadastramentos, retificações de SEFIP, RAIS, DIRF e demais informações que se fizeram necessárias, atendendo as necessidades da Prefeitura e Fundo Municipal de Ação Social. CONTRATADO: Sr. Caio Mário Barboza Cavalcanti, inscrito no CPF sob o nº 036.867.444 - 49. Valor: R$ 12.000,00 (Doze mil reais). Vigência: 19/01/2021 a 31/12/2021.

Nazaré da Mata, 08 de Março 2021.

***INÁCIO MANOEL DO NASCIMENTO***
Prefeito.

**Publicado por:**
Geisiane Soares da Silva
**Código Identificador:**816E8DC2

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### EXTRATO DE CONTRATO – CONTRATO Nº 005/2021.

CONTRATO Nº - 005/2021. CPL. Objeto. Prestação de serviços e assessoramento na área de previdência social e recursos humanam para levantamento de dados, cadastramentos, retificações de SEFIP, RAIS, DIRF e demais informações que se fizeram necessárias, atendendo as necessidades da Prefeitura e Fundo Municipal de Ação Social. CONTRATADO: Sr. Caio Mário Barboza Cavalcanti, inscrito no CPF sob o nº 036.867.444 - 49. Valor: R$ 6.000,00 (Seis mil reais). Vigência: 19/01/2021 a 19/01/2022.

Nazaré da Mata, 08 de Março 2021.

***VERA LÚCIA DA SILVA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Geisiane Soares da Silva
**Código Identificador:**FDBA370C

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2020.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2020. CPL. Prorrogação de vigência contratual, referente, Locação de imóvel localizado na Rua C nº 30- - Loteamento Celpe,– Sertãozinho - Nazaré da Mata - PE, destinado ao funcionamento do(Programa de Saúde da Família)PSF – Sertãozinho– Nazaré da Mata/PE. LOCADOR: Sr. ALMIR CAMILO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 043.856.554-13, Prazo Acrescido 12 (Doze) meses. Vigência 27/01/2021 á 27/01/2022.

Nazaré da Mata, 08 Março 2021. .

***VERA LÚCIA DA SILVA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Geisiane Soares da Silva
**Código Identificador:**620FB7D0

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE OLINDA

### COMISSÃO PERMANENTE PARA ASSUNTOS DE LICITAÇÃO - COPAL
### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020 - FMS - CPL II (2º COLOCADO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO)

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
(Nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.520/2002)

HOMOLOGAÇÃO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020 - SSO**. **COMPRAS**. **OBJETO:** Aquisição de itens de **MOBILIÁRIO E MATERIAL PERMANENTE** para equipar a **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DE RIO DOCE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A Pregoeira e Equipe de Apoio com base no parecer da Secretaria Ordenadora declara **HABILITADA** e **VENCEDORA** a empresa **VRR DE SOUZA DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO**, **CNPJ Nº 35.458.953/0001-82**, para os respectivos **LOTES: LOTE 1** (Armário de aço chapa nº 26 c/2 portas e 4 prateleiras internas), no valor de **R$ 4.050,00** (quatro mil e cinquenta reais) e o **LOTE 2** (Armário de madeira c/3 ou 4 prateleiras e 2 portas), no valor de **R$ 2.660,00** (dois mil seiscentos e sessenta reais). Perfazendo um valor total Adjudicado de **R$ 6.710,00 (seis mil setecentos e dez reais)**. Respeitados o correspondente instrumento Convocatório e seus anexos, consubstanciado pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2020, Processo Licitatório nº 054/2020. A Pregoeira adjudicou o objeto à empresa vencedora.

**Olinda, 08 de março de 2021**.

***MÔNICA MARIA BATISTA PEREIRA***
Pregoeira da CPL II.

**DA HOMOLOGAÇÃO:** Homologo a decisão da Pregoeira da licitação em epígrafe, bem como todos os termos deste Certame.

***LUCIANA LOPES DE MELLO DO REGO BARROS***
Secretária de Saúde de Olinda.

**Publicado por:**
Edmilson Oliveira de Souza
**Código Identificador:**5A2C74CD

### COMISSÃO PERMANENTE PARA ASSUNTOS DE LICITAÇÃO - COPAL
### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021 - FMS - CPL II (SESSÃO CONTINUIDADE)

**AVISO DA SESSÃO DE CONTINUIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO No 004/2021 - SSO**

**COMPRAS**. **OBJETO:** Aquisição de Equipamento e Material Permanente para estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. **A Comissão Permanente de Licitação - CPL II**, torna público que a **SESSÃO DE CONTINUIDADE** do Processo Licitatório em epígrafe, (BANCO DO BRASIL - **Código: 856842)**, será realizada no dia **10/03/2021**, **às 11:30 horas**, na sala da CPL, sita à Avenida Santos Dumont nº 177, 1º andar, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53.010-230**.** Informações através do **Fone/Fax: (081) 3439-3593**.

Olinda, 08 de março de 2021.

***MÔNICA BATISTA PEREIRA***
Presidente/Pregoeira da CPL II.

**Publicado por:**
Edmilson Oliveira de Souza
**Código Identificador:**9D7DBA2B

**COMISSÃO PERMANENTE PARA ASSUNTOS DE LICITAÇÃO - COPAL**
**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021 – SMS - CPL I.**

**SEFAD – CENTRAL DE LICITAÇÕES.**

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021 – SMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002 /2021- CPL I.**

**Objeto**: Registro formal de preços para eventual e futura aquisição de MEDICAMENTOS, para fins de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A Pregoeira, com base na análise da documentação apresentada e em todos os princípios que norteiam o procedimento licitatório, declara **HABILITADA** e **VENCEDORA** do Certame a empresa: **ZUCK PAPEIS LTDA** CNPJ nº 23.232.280/0001-69, **valor global R$1.248.477,36 (hum milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos)**, referente aos **ITENS: 65** (ÁGUA DESTILADA, BIDESTILADA)-R$ 48.420,00; **66** (ÁGUA DESTILADA, BIDESTILADA)-R$ 31.560,00; **67** (ALBENDAZOL, 400 MG R$ 34.200,00; **68** (AMOXICILINA, 500MG R$27.000,00; **75** (BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI)-R$ 135.720,00; **76 (**BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI)-R$ 56.250,00; **77(**CEFALEXINA 25MG/ML)-R$ 72.000,00; **80(**CEFTRIAXONA 1G PO LIOFILIZADO)-R$ 13.650,00; **82** (CLORETO DE SÓDIO, 0,9%_)-R$ 26.520,00; **86 (**DEXAMETASONA, 0,1%, CREME)-R$ 27.540,00; **87 (**PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG)-R$ 36.000,00; **122**(ACICLOVIR, 200 MG)-R$ 64.800,00; **125 (**ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML)-R$ 22.980,00; **127**(ALBENDAZOL 40MG/ML)-R$ 67.200,00; **131** (AMINOFILINA, 24 MG/M)-R$ 1.998,00; **132** (AMIODARONA, 50MG/ML,)-R$ 1.107,00; **133**(AMPICILINA, 500 MG)-R$9.600,00; **134**(AMPICILINA 1G PO LIOFIIZADO)-R$ 35.160,00; **137**(BENZILPENICILINA 5.000.000UI)-R$ 18.720,00; **140**(BICARBONATO DE SÓDIO-100MG/ML)-R$ 290,16; **146**(CEFALEXINA, 500 MG)-R$ 63.000,00; **147(**CEFAZOLINA SÓDICA, 1 G)-R$ 12.252,00; **148**(CEFEPIMA CLORIDRATO, 1 G,)-R$ 20.064,00; **158**(CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %)-R$ 23.640,00; **159**(CLORETO DE SÓDIO, A 10%)-R$ 11.160,00; **164**(DEXAMETASONA, 4 MG/ML)-R$ 15.696,00; **166 (**DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG)-R$ 25.200,00; **67**(DIAZEPAM SOL INJETÁVEL 5MG/2ML)-R$ 4.680,00; **168(**DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML)-R$ 7.344,00; **172(**PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML)-R$ 22.440,00; **175(**DOBUTAMINA CLORIDRATO 12,5MG/ML)-R$ 8.400,00; **179** (ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML)-R$ 4.914,00; **187(**FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML)-R$ 1.622,40; **189**(GENTAMICINA, 80 MG/ML,)-R$ 2.016,00; **193**(GLICOSE 5% 100ML)-R$ 5.136,00; **194**(GLICOSE, 5%)-R$ 5.760,00; **195**(GLICOSE, 5%,)-R$ 17.100,00; **196**(GLICOSE, 50%,)-R$ 3.960,00; **200**(HIDROCORTISONA, 500MG)-R$ 35.280,00; **201**(HIDROCORTISONA, 100MG)-R$ 3.011,40; **206**(IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML)-R$ 8.160,00; **215**(LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL)-R$ 3.564,00; **216**(LIDOCAÍNA SEM VASO 2% SOLUÇÃO INJETÁVEL)-R$ 4.500,00; **217**(LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:200.000)-R$ 322,80; **222(**METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML)-R$ 8.460,00; **229**(NITROFURANTOINA 100MG)-R$ 1.560,00; **231**(NITROPRUSSETO 25MG/ML)-R$ 2.858,40; **237**(ONDASETRONA 4MG/ML)-R$6.000,00; **239**(PARACETAMOL, 200 MG/ML)-R$ 27.720,00; **243**(PREDNISONA, 20 MG)-R$ 71.640,00; **248**(RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO)-R$ 29.988,00; **252**(SOLUÇAO DE GLICOSE 5%+CLORETO DE SÓDIO 0,9%500ML)-R$ 1.641,60; **265**(VITAMINAS DO COMPLEXO B)-R$ 3.240,00; **266**(ÁCIDO ASCÓRBICO, 100 MG/ML)-R$ 1.824,00; e **268**(AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML)-R$ 33.447,60. **Perfazendo o valor parcial do certame R$ 1.248.477,36 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos).** A Pregoeira adjudicou o objeto à empresa vencedora: **ZUCK PAPEIS LTDA.**

**Olinda, 08 de março de 2021**.

***MARISE CAVALCANTI DE MELO.***
Pregoeira da CPL – I.

**DA HOMOLOGAÇÃO**: Homologo a decisão da Pregoeira da licitação em epígrafe, bem como todos os termos deste Certame.

***LUCIANA LOPES DE MELLO DO RÊGO BARROS***
Secretária de Saúde de Olinda

**Publicado por:**
Clarice Cavalcanti da Silva
**Código Identificador:**1CF35C37

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 6145/2021**

***Câmara Municipal de Olinda***
**Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade**

Dispõe sobre a ação emergencial municipal, sob a forma de auxílio, destinado à minimização das perdas financeiras dos atores do setor cultural e dos catadores de produtos recicláveis, no Município de Olinda, decorrentes da paralisação das atividades do ciclo carnavalesco, motivada pela pandemia da Covid-19.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA** decreta,
E eu sanciono a presente lei

Em, 08 de março de 2021.

***LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO***
Prefeito

**Art. 1º** Esta lei dispõe sobre a ação emergencial municipal, sob a forma de auxílio, destinado à minimização das perdas financeiras dos atores do setor cultural e dos catadores de produtos recicláveis, no Município de Olinda, decorrentes da paralisação das atividades do ciclo carnavalesco, motivada pela pandemia da Covid-19.

**Art. 2º** O Município entregará, até o final do primeiro semestre do exercício de 2021, a título de auxílio emergencial, às agremiações, atrações artísticas e trabalhadoras e trabalhadores técnicos do setor cultural, que atuaram no Carnaval de Olinda em 20202 e preencham os demais requisitos previstos nsta Lei, diante da impossibilidade de realização de eventos carnavalescos em 2021, por força da permanencia da pandemia do COVID-19, os valores definidos nesta Lei, em até 3 (três) parcelas, perfazendo o montante de R$

1.000.000,00 (hum milhão de reais) de investimento público municipal.

**Art. 3º** Farão jus ao auxílio previsto no artigo anterior os artistas, grupos, agremiações, coletivos e demais entidades que receberam recursos diretamente do Município de Olinda no Carnaval de 2020, desde que sediados e domiciliados em Olinda.

**Art. 4º** Os recursos destinados ao cumprimento do disposto no art. 2º desta lei serão executados mediante transferência direta aos beneficiários, preferencialmente na mesma modalidade e forma utilizada no Carnaval de Olinda de 2020, observados os seguintes parâmetros:
– até 35% do valor do cachê recebido do Município de Olinda no Carnaval de 2020;

– limite máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por contemplado com recurso desta lei;

– limite mínimo de R$ 1.000,00 (mil reais), por contemplado com recurso desta lei;

**Art. 5º.** As catadoras e os catadores de produtos recicláveis, residentes em Olinda e devidamente cadastrados nas entidades associativas sediadas neste Município, que comprovadamente trabalharam na referida atividade no Carnaval de Olinda em 2020, farão jus, à título de auxílio emergencial, ao valor individual de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

**§ 1°.** Para viabilização dos pagamentos dos auxílios de que trata este artigo, o Poder Público Municipal poderá agir conjuntamente com as entidades associativas de catadoras e catadores de produtos recicláveis, que tenham atuado diretamente na referida atividade no Carnaval de Olinda em 2020.

**§ 2°.** Os valores referentes aos auxílios de que trata o presente artigo serão pagos preferencialmente em instituições bancárias, diretamente aos beneficiários.

**§ 3°.** Nos casos em que eventualmente não seja possível o pagamento a que se refere este artigo em instituição bancária, os beneficiários poderão receber o auxílio diretamente na entidade associativa em que forem cadastrados, mediante o estabelecimento de contrato emergencial a título gratuito com a instituição cooperativa, em que fiquem estabelecidas as suas obrigações e responsabilidades, bem como o caráter não oneroso do ajuste.

**§ 4°.** É expressamente vedada a remuneração das entidades associativas, a qualquer título, para os fins previstos nesta lei, sendo a sua atuação conjunta com o Poder Público Municipal considerada como serviço relevante e gratuito, em atendimento aos seus respectivos objetivos sociais.

**§ 5°.** Os recursos previstos neste artigo são independentes e não se confundem com aqueles fixados no art. 2°, desta lei.

**Art. 6º.** Os repasses dos valores previstos nesta lei ocorrerão até o final do primeiro semestre do exercício 2021, que terão suas formas previstas em regulamento próprio.

**Art. 7°.** É vedado o pagamento dos valores previstos nesta lei aos servidores públicos municipais e aos que estiverem proibidos de contratar com a Administração Pública, por força de decisão judicial ou administrativa.

**Art. 8°.** Para fazer face às despesas previstas nesta lei, fica o Poder Executivo expressamente autorizado a proceder com a adaptação do Orçamento Anual aprovado para o exercício de 2021, fixado na Lei Municipal n° 6.143/2020 (Lei Orçamentária Anual de 2021), mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme o caso, independentemente dos percentuais já previamente autorizados no art. 8°, inc. I, e no art. 10, da citada lei orçamentária.

**Art. 9º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Casa Bernardo Vieira de Melo, 18 de fevereiro de 2021.

***SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA***
Presidente

***VLADEMIR LABANCA BARATA DE MORAES***
1º Vice-Presidente

***JOSIAS CORREIA GUERRA***
2º Vice-Presidente

***RICARDO JOSÉ DE SOUSA LIMA***
1º Secretário

***DENISE ALMEIDA DO NASCIMENTO***
2ª Secretária

**Publicado por:**
Myrna Machado Borges
**Código Identificador:**0D0AB4D0

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 6146/2021**

**Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade**

Define o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS´s) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE´s) e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA** decreta,
E eu sanciono a presente lei

Em, 08 de março de 2021.

***LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO***
Prefeito

**Art. 1°**- O vencimento básico dos profissionais ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS´s) e de Agente de Combate às Endemias (ACE´s), em cumprimento à Lei Federal nº 11.350/2006, alterada pela Lei Federal nº 13.708/2018, fica fixado no valor de R$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais).

**Art. 2°**- As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, das transferências do Sistema Único de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde de Olinda (FMSO), suplementadas se necessárias.

**Art. 3°**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2021.

**Art. 4°**- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Casa Bernardo Vieira de Melo, 18 de fevereiro de 2021.

***SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA***
Presidente

***VLADEMIR LABANCA BARATA DE MORAES***
1º Vice-Presidente

***JOSIAS CORREIA GUERRA***
2º Vice-Presidente

***RICARDO JOSÉ DE SOUSA LIMA***
1º Secretário

***DENISE ALMEIDA DO NASCIMENTO***
2ª Secretária

**Publicado por:**
Myrna Machado Borges
**Código Identificador:**219E43C1

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO N° 019/2021**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social do Município de Olinda, relativo ao exercício de 2020, crédito adicional suplementar no valor de R$ 4.110.315,50 em favor do Fundo Municipal de Saúde.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLINDA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo inciso VI do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no artigo 8°, inciso I, alínea b, combinado com o artigo 11 da Lei Municipal N° 6.143/2020, de 29 de dezembro de 2020, e considerando a necessidade de inserir fonte de recurso e reforçar dotações orçamentárias insuficientes para atender despesas de pessoal, de custeio e de investimentos do Fundo Municipal de Saúde,

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social do Município de Olinda, relativo ao exercício de 2021, crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde no valor de R$ 4.110.315,50 (quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e quinze reais e cinquenta centavos), destinado à inserção de fonte de recurso e ao reforço das dotações orçamentárias especificadas abaixo:

| | | |
|---|---|---|
| **18** | **SECRETARIA DE SAÚDE** | |
| **18.061** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **10.122.3034.1.018** | **Enfrentamento da Emergência COVID-19** | |
| 3.1.90.04-2941-47968 | Contratação por Tempo Determinado | 200.000,00 |
| 3.3.90.30-2941-47969 | Material de Consumo | 500.000,00 |
| 3.3.90.37-2941-47970 | Locação de Mão-de-obra | 1.700.000,00 |
| 3.3.90.39-2941-47971 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 900.000,00 |
| 3.3.90.40-2941-47972 | Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação | 150.000,00 |
| 3.3.90.46-2941-47973 | Auxílio-Alimentação | 15.000,00 |
| 3.3.90.93-2941-47974 | Indenizações e Restituições | 245.315,50 |
| 4.4.90.52-2941-47975 | Equipamentos e Material Permanente | 400.000,00 |
| **TOTAL** | | **4.110.315,50** |

**Art. 2°** Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo anterior, no valor de R$ 4.110.315,50 (quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e quinze reais e cinquenta centavos), são provenientes de superávit financeiro, por fonte de recurso (Recursos Oriundos da Lei Complementar N° 173/2020 para Aplicação em Saúde e Assistência Social (Inciso I)), demonstrado no Balanço Patrimonial de 2020, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio dos Governadores, Gabinete do Prefeito, Olinda**, 12 de fevereiro de 2021.

***LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO***
Prefeito Municipal de Olinda

**Publicado por:**
Enéas Ponce de Oliveira Júnior
**Código Identificador:**2C5B4D05

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO N° 020/2021**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social do Município de Olinda, relativo ao exercício de 2020, crédito adicional suplementar no valor de R$ 623.906,80 em favor do Fundo Municipal de Saúde.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLINDA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo inciso VI do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no artigo 8°, inciso I, alínea b, combinado com o artigo 11 da Lei Municipal N° 6.143/2020, de 29 de dezembro de 2020, e considerando a necessidade de inserir fonte de recurso e reforçar dotação orçamentária insuficiente para atender despesas de investimentos do Fundo Municipal de Saúde,

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social do Município de Olinda, relativo ao exercício de 2021, crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde no valor de R$ 623.906,80 (seiscentos e vinte e três mil, novecentos e seis reais e oitenta centavos), destinado à inserção de fonte de recurso e ao reforço da dotação orçamentária especificada abaixo:

| | | |
|---|---|---|
| **18** | **SECRETARIA DE SAÚDE** | |
| **18.061** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **10.302.3034.4.034** | **Promoção e Aprimoramento da Atenção Especializada Integral** | |
| 4.4.90.52-2220-47976 | Equipamentos e Material Permanente | 623.906,80 |
| **TOTAL** | | **623.906,80** |

**Art. 2°** Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo anterior, no valor de R$ 623.906,80 (seiscentos e vinte e três mil, novecentos e seis reais e oitenta centavos), são provenientes de superávit financeiro, por fonte de recurso (Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse Vinculados à Saúde), demonstrado no Balanço Patrimonial de 2020, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Governadores, Gabinete do Prefeito, Olinda, 12 de fevereiro de 2021.

***LUPÉRCIO CARLOS DO NASCIMENTO***
Prefeito Municipal de Olinda

**Publicado por:**
Enéas Ponce de Oliveira Júnior
**Código Identificador:**7CAE81D4

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE OROBÓ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OROBÓ**
**PORTARIA Nº 334, DE 09 MARÇO DE 2021.**

*Convoca candidata aprovada em concurso público para provimento de cargo efetivo segundo a necessidade do serviço público municipal e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OROBÓ**, Severino Luiz Pereira de Abreu, no uso de suas obrigações legais, com fundamento nos Arts. 80, XXIX, e 162, II, da Lei Orgânica Municipal, considerando a homologação do resultado do Concurso Público pelo Decreto Municipal nº 05, de 14/02/2020, considerando o disposto no item 1, do Capítulo XIV do Edital PMO nº 01/2020, do Concurso Público, e a necessidade de convocação imediata de candidatos aprovados.

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Fica **CONVOCADA** a candidata relacionada no Anexo I, para realização da **PERÍCIA MÉDICA**, na qual serão exigidos os resultados dos exames relacionados no Anexo II, de caráter eliminatório, de que trata o item 1, do Capítulo XVI, do Edital PMO nº 01/2019, a ser realizada, mediante agendamento, no dia **30 de março de 2021,** a partir de 13h00min, pela Junta Médica Municipal, no Centro de Especialidades Maria Frazão de Aguiar, localizado na Rua Professor Mariano de Aguiar, s/n, Orobó/PE, ao lado dos Correios.
**§1º** O agendamento para a realização da perícia deverá ser procedido, de maneira antecipada, pessoalmente, na Prefeitura de Orobó, situada

na Av. Governador Estácio Coimbra, 19, Centro, Orobó/PE, no horário das 08h00min às 14h00min, ou através do telefone: (81) 3656-1156.
**§2º** Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais, convocados neste ato, além de atenderem ao que determina o caput deste artigo, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 60 dias).
**Art. 2º** Fica **CONVOCADA** a candidata relacionada no Anexo I, parte integrante desta Portaria, a qual terá que se apresentar no dia **01 de abril de 2021**, na Prefeitura de Orobó, situada na Av. Governador Estácio Coimbra, 19, Centro, Orobó/PE, no horário das 08h00min às 14h00min, **PARA TOMAR POSSE NO CARGO**, ocasião em que deverão ser apresentados todos os documentos exigidos nesta Portaria, inclusive munida com o resultado da perícia médica, atestando sua aptidão física e mental ao cargo.

§1º A convocada também deve apresentar os documentos a seguir (original e cópia):

1) RG
2) CPF;
3) Título de Eleitor e comprovante do último pleito ou Quitação Eleitoral;
4) Comprovante de residência atualizado (conta de água ou luz);
5) Diploma, Certificado ou Histórico Escolar que comprovem a escolaridade mínima exigida no Edital do Concurso;
6) Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
7) Certidão de Nascimento para solteiros ou casamento para casados;
8) Certificado de Reservista ou de Dispensa da Corporação (para homens);
9) Carteira de Registro de Classe Profissional (apenas para profissionais de nível técnico e superior);
10) Inscrição no PIS/PASEP;
11) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – Justiça Estadual e Federal;
12) Certidão Negativa de Crimes Eleitorais – TSE;
13) Certidão Negativa de ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ;
14) Registro de Nascimento e Cartão de Vacina dos dependentes menores de 14 (quatorze) anos;
15) Declaração negativa de acumulação de cargo ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XVI, e suas emendas;
16) Documento hábil que comprove a permanência regular no País, para candidato estrangeiro;
17) Comprovação de residência mínima desde o dia 30 de setembro de 2019 (data de publicação do Edital) para os candidatos aprovados nas áreas de referência do ACS (conta de água, luz) em nome do candidato;
18) 01(uma) foto 3X4;
19) Declaração de bens, direitos e valores;
20) Dados bancários do candidato (agência e conta bancária – Banco do Brasil).

**§2º** A apresentação da documentação não impede que a Prefeitura de Orobó realize incursões investigativas visando a elucidação de dúvidas sobre a validade de documentos acima relacionados.

**§3º** Não serão recebidos documentos de forma parcial, podendo a ausência de qualquer um deles, acarretar o não cumprimento das exigências para a posse no cargo.

**Art. 3º** O não comparecimento do candidato para as finalidades do art. 1º e 2º da presente Portaria, implicará na renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

**Art. 5º** Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 09 de março de 2021, 93º da Emancipação.

***SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU***
Prefeito

**Anexo i**
(PARTE INTEGRANTE DA Portaria Nº 334/2021)

**RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO**

FICA CONVOCADA PARA O CARGO DE **ODONTÓLOGO(A) - PSF** A SEGUINTE CANDIDATA:

| | |
|---|---|
| 13º | MARIA EDUARDA BRANCO AMORIM; |

Gabinete do Prefeito de Orobó, 09 de março de 2021, 93º da Emancipação.

***SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU***
Prefeito

Anexo Ii
(parte Integrante da Portaria Nº 334/2021)

Exames Médicos Exigidos Para a Perícia

Hemograma Completo Com Tipagem Sanguínea (grupo Sanguíneo Com Fator Rh);
Exame de Urina (e.a.s. Elementos Normais e Sedimentoscopia);
Parasitológico de Fezes;
Eletrocardiograma Com Laudo;
Eletroencefalograma Com Laudo;
Raios x do Tórax em pa Acompanhado do Laudo;
Mamografia (acima de 40 Anos) ou Ultrassonografia (para Gestantes);
Carteira de Vacinação Adulto Atualizada;
Todos os Exames Supracitados Deverão Ser Atuais (retroatividade de Até 60 Dias);
Para o Candidato Habilitado na Vaga de Portador de Necessidades Especiais, Será Obrigatória a Apresentação de Laudo Atualizado, Confirmando, de Modo Definitivo, o Enquadramento de Sua Situação Como Portador de Necessidades Especiais.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 09 de Março de 2021, 93º da Emancipação.

***SEVERINO LUIZ PEREIRA DE ABREU***
Prefeito

**Publicado por:**
Graciele Maria de Moura Evaristo
**Código Identificador:**BC8B90DE

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE OROCÓ

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
### RETIFICAÇÃO AO EDITAL 001/2021 – SEDUC

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 001/2021 – SEDUC Item 1.12 Onde lê: 1.12. Ao candidato portador de deficiência serão reservados X% ( X por cento) as vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme o item 2 deste Edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo Leia-se: 1.12. Ao candidato portador de deficiência serão reservados 5% ( cinco por cento) as vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme o item 2 deste Edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo. Item 1.12.10 e 1.12.11 Onde lê: 1.12.10. A indicação de profissional pelo interessado deverá ser feita no prazo de X dias úteis, contados a partir da data de ciência do laudo. Leia-se: 1.12.10. A indicação de profissional pelo interessado deverá ser feita no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de ciência do laudo. Onde lê: 1.12.11. A Junta Pericial deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de realização do novo exame. Leia-se: 1.12.11 A Junta Pericial deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo de 10 dias úteis, contados a

partir da data de realização do novo exame. Item 3.4, IX Fica dispensada a apresentação de documento exigido pelo item 3.4, IX, ficando este subitem revogado. Item 2.1 Onde lê: 2.1.Serão ofertadas vagas nos cargos descritos no quadro abaixo, para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino, com CARGA HORÁRIA DE 100 HORAS/AULA, REMUNERAÇÃO NO VALOR DE R$ 1.100,00 (Mil e Cem Reais), Salário Mínimo vigente. Leia-se:2.1.Serão ofertadas vagas nos cargos descritos no quadro abaixo, para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino, com CARGA HORÁRIA DE 100 HORAS/AULA, REMUNERAÇÃO NO VALOR DE R$ 1.443,12 (Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Doze Centavos), correspondente à 100 horas do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica, conforme Portaria Interministerial nº 03 de 25/11/2020. Item 8 Acrescenta-se o subitem 8.10. A convocação será realizada seguindo as determinações do Governo do Estado quanto às medidas adotadas para o setor da Educação, em face da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, quanto da autorização para o retorno das atividades presenciais das escolas de ensino básico. Item 9 Altera-se os prazos do Cronograma. Onde lê: PERÍODO PROCEDIMENTOS 22 de Fevereiro de 2021 Publicação do Edital 23 de Fevereiro a 08 de Março de 2021 Período de Inscrições 10 de Março de 2021 Divulgação do Resultado Preliminar 11 a 12 de Março de 2021 Prazo Recursal em face do Resultado Preliminar 15 de Março de 2021 Divulgação do Resultado Final Leia-se: PERÍODO PROCEDIMENTOS 22 de Fevereiro de 2021 Publicação do Edital 23 de Fevereiro a 15 de Março de 2021 Período de Inscrições 17 de Março de 2021 Divulgação do Resultado Preliminar 18 a 19 de Março de 2021 Prazo Recursal em face do Resultado Preliminar 22 de Março de 2021 Divulgação do Resultado Final ACRESCENTAR Item 10.9. Fica previsto o arquivamento da documentação referente a este Processo Seletivo pelo prazo de 10 anos, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação

**Publicado por:**
Joel Xavier Ferreira
**Código Identificador:**7073299E

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE PALMARES

### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO

**Processo Licitatório Nº: 006/2021; CPL; Pregão Eletrônico – Nº 004/2021 - SRP;** Compras; Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos que compõe a frota do Fundo Municipal de Educação dos Palmares; Valor: R$ 882.187,00; Recebimento das propostas: até 19/03/2021 às 10:00 (dez) horas (horário oficial de Brasília). Início da sessão de disputa de preços: 19/03/2021 às 10:30 (dez e trinta) horas (horário oficial de Brasília). Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura dos Palmares, Sala da CPL 01, Av. Visconde do Rio Branco, 1368, São Sebastião, Palmares – PE, no site da Prefeitura http://palmares.pe.gov.br, ou através do site da BNC: https://bnccompras.com/Home/Login. Informações podem ser obtidos no mesmo endereço da CPL 01 ou através do Fone: 3661-1288, Ramal 214, E-mail: licitacao@palmares.pe.gov.br, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Palmares/PE, 08 de março de 2021.

***VANDISON ANTONIO V. PORTELA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Vandison Antonio V. Portela
**Código Identificador:**E1155B00

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
### ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**Processo Licitatório Nº: 004/2021; CPL; Homologação do Pregão Eletrônico – Nº 002/2021 - SRP**; Compras; Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de Combustíveis, contínuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (Doze) meses, visando suprir as necessidades da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Palmares (Próprios e Terceirizados), e Adjudicação do objeto à**: F O M DE MELO COMERCIO DE PETROLEO - EPP – CNPJ Nº 34.498.529/0001-07**; para os itens nº 01, 02, 03,04 e 05, no valor total de R$ 1.401.740,00 (Um Milhão, quatrocentos e um mil, setecentos e quarenta reais);

Palmares/PE, 08 de março de 2021.

***BRUNO CÉSAR CAMILO DA SILVA***
Sec. Exec. Mun. de Saúde

***DIEGO DA SILVA E PEREIRAL GOMES***
Pregoeiro – CPL 02

**Publicado por:**
Diego da Silva e Pereiral Gomes
**Código Identificador:**D89F5123

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
### AVISO DE LICITAÇÃO

**Processo Licitatório Nº: 013/2021; CPL; Pregão Eletrônico – Nº 007/2021 - SRP**; Compras; Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição Parcelada de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde dos Palmares - PE; Valor: R$ 859.797,25 (Oitocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos). Recebimento das propostas: até 22/03/2021 às 10:00h (dez) horas (horário oficial de Brasília). Início da sessão de disputa de preços: 22/03/2021 às 10:30h (Dez e trinta) horas (horário oficial de Brasília). Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura dos Palmares, Sala da CPL 02, Av. Visconde do Rio Branco, 1368, São Sebastião, Palmares – PE, no site da Prefeitura http://palmares.pe.gov.br, ou através do site da BNC: www.bnc.org.br. Informações podem ser obtidas no mesmo endereço da CPL 02 ou através do Fone: 3661-1288, Ramal 214, E-mail: licitacao02@palmares.pe.gov.br, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Palmares/PE, 03 de março de 2021.

***BRUNO CÉSAR CAMILO DA SILVA***
Sec. Exec. Mun. de Saúde

***DIEGO DA SILVA E PEREIRAL GOMES***
Pregoeiro – CPL 02

**Publicado por:**
Diego da Silva e Pereiral Gomes
**Código Identificador:**6DAD4A86

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE PANELAS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

Processo Nº 007/2021. CPL. Concorrência Nº 001/2021. Contratação de empresa para serviços especializados de engenharia em limpeza urbana para atendimento da política nacional de resíduos sólidos no município de Panelas. Valor: R$ R$ 2.828.940,40. Data e Local da Sessão de abertura: 08/04/2021 às 10h. Sala da CPL: Rua Dr. Manoel Borba, s/n, Centro, Panelas-PE (CEP: 55470-000). Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura, através do e-mail: licitacao@panelas.pe.gov.br , no Portal da Transparência do Município: http://www.panelas.pe.gov.br/ ou também no endereço sito à Rua: Dr. Manoel Borba, s/n, Centro, Panelas-PE (CEP: 55470-000), no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.

***DÉBORA DE BARROS CORREIA MIRANDA***
Presidente da CPL

**Publicado por:**
Débora de Barros Correia Miranda
**Código Identificador:**751EBF0A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**AVISO DE LICITAÇÕES**

ERRATA

Onde se lê:
PROCESSO Nº 006/2021. PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 002/2021 – OBJETO: Sistema de Registro de Preços para Eventual(is) Contratação(ões) de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de Água Mineral Potável, Botijão de Gás – GLP completo e Carga de Gás – GLP, destinados à Prefeitura Municipal de Panelas-PE e secretarias vinculadas, bem como ao Fundo Municipal de Saúde de Panelas e ao Fundo Municipal de Assistência Social de Panelas. Valor estimado: R$ 307.140,85. Início do acolhimento das propostas: a partir do dia 05 de março de 2021, Limite para acolhimento das propostas: 14:30h do dia 17 de março de 2021, Abertura das propostas: às 15:00h do dia 17 de março, Início da Sessão de disputa: às 15:00h do dia 17 de março de 2021.
Lê-se:
PROCESSO Nº 006/2021. PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 002/2021 – OBJETO: Sistema de Registro de Preços para Eventual(is) Contratação(ões) de empresa(s) especializada(s) no fornecimento parcelado de Água Mineral Potável, Botijão de Gás – GLP completo e Carga de Gás – GLP, destinados à Prefeitura Municipal de Panelas-PE e secretarias vinculadas, bem como ao Fundo Municipal de Saúde de Panelas e ao Fundo Municipal de Assistência Social de Panelas. Valor estimado: R$ 307.140,85. Início do acolhimento das propostas: a partir do dia 08 de março de 2021, Limite para acolhimento das propostas: 14:30h do dia 18 de março de 2021, Abertura das propostas: às 15:00h do dia 18 de março, Início da Sessão de disputa: às 15:00h do dia 18 de março de 2021.

**Publicado por:**
Débora de Barros Correia Miranda
**Código Identificador:**38324583

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE PARANATAMA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº**: **008/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021**. **Objeto Nat.**: Compra. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEIXES PARA SEREM DISTRIBUÍDOS ENTRE A POPULAÇÃO CARENTE DURANTE A SEMANA SANTA. **R$ 140.690,00**. Recebimento das Propostas a partir do dia 09/03/2021 às 08:00h até o dia 19/03/2021 às 08:00. Sessão de disputa dia 19/03/2021 às 09:00h. Referência de tempo *horário de Brasília* – O Edital completo será disponibilizado exclusivamente na internet no endereço: http//bnc.org.br/sistema/. Informações podem ser obtidas no mesmo endereço da sessão de disputa ou através do Fone: (87) 3787-1144, de segunda a sexta-feira das 08h às 13h, na Pça. João Correia de Assis, 04 Centro Paranatama ou através do e-mail: licita@paranatama.pe.gov.br.

Paranatama, 08/03/2021

***LUCIVALDO JOSÉ BARBOSA ALEXANDRE***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Lucivaldo José Barbosa Alexandre
**Código Identificador:**96B9A97F

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO NO. 06 DE 03 DE MARÇO DE 2021.**

Estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, dando outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA – PE**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelas Constituições da República e do Estado, pela Lei Orgânica Municipal, e pelos demais dispositivos da legislação em vigor,

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer novas regras restritivas, por período determinado, em face dos novos números de casos confirmados de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus e a elevada ocupação dos leitos de UTI existentes no Estado,

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº. 50.346, de 01 de março de 2021, que estabelece novas medidas restritivas em relação as atividades sociais e econômicas, por período determinado, e consolida as normas vigentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus,

**DECRETA**

**Art. 1º**. Aplica-se no âmbito do Município de Paranatama – PE as medidas restritivas em relação as atividades econômicas e sociais impostas pelo Estado de Pernambuco, através do Decreto Estadual nº. 50.346 de 01 de março de 2021.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não impede que o Município de Paranatama – PE, no âmbito de sua competência suplementar, edite normas específicas de enfretamento a pandemia de acordo com as peculiaridades locais.

**Art. 2º.** Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 1º, objetivando evitar aglomerações, fica vedada a comercialização de bebidas alcoólicas na feira livre do Povoado Alto da Serra que se realizará no domingo, dia 07 de março de 2021.

**Art. 3º.** Para fins de cumprimento das medidas sanitárias impostas fica determinada a fiscalização pelos agentes da vigilância sanitária municipal, guarda municipal e pelos demais órgãos competentes, que poderão tomar todas as providências necessárias para evitar aglomerações.

**Art. 4º.** No que se refere a retomada ou suspensão de atividades econômicas, bem como novas medidas de restrição ou afrouxamento, este Município irá seguir os protocolos constantes dos atos normativos do Estado de Pernambuco, inclusive no que refere as medidas sanitárias de prevenção e enfretamento e de limitação de aglomeração de pessoas em um mesmo ambiente, sem prejuízo da edição de atos suplementares específicos de adequação considerando a realidade local.

**Art. 5º**Este Decreto entra em vigor em 03 de março de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatama – PE, em 03 de março de 2021.

***JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS***
Prefeito

**Publicado por:**
Poliana Maria Reis Albuquerque
**Código Identificador:**7CF85818

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 005 DE 01 DE MARÇO DE 2021.**

Regulamenta a concessão de carga horária suplementar no âmbito da secretaria de educação de Paranatama.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com detalhamento constante na Lei Municipal nº. 089/2012 (Plano de Cargos e Carreiras, artigos 51, 52 e 53),

CONSIDERANDO que ao instituir o Plano de Cargos e Carreiras de Valorização do Magistério do Sistema Público Municipal de Educação, o legislador deixou claro no artigo 51, em que condições ocorreria a complementação da jornada de trabalho – Por estrita e excepcional necessidade do serviço público e advinda de ato legal do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que por estrita e excepcional necessidade do serviço público, o Poder Executivo Municipal, a pedido da Secretaria Municipal de Educação, poderá complementar a jornada de trabalho em 50 (cinquenta) horas aulas mensais, passando a sua carga horária para 200 (duzentas) horas aulas mensais;

CONSIDERANDO que o Diretor Escolar, Diretor-Adjunto, Coordenadores, ou aqueles profissionais que se enquadrarem nos artigos mencionados alhures, terão jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas aulas mensais, enquanto permanecerem na função;

CONSIDERANDO que uma vez cessado o motivo que ensejou a excepcionalidade e/ou o professor(a) não mais exercendo as atividades previstas nos artigos 51, 52 e 53, da Lei Municipal nº. 089/2012, o que lhes asseguravam majorar seus vencimentos mensais (saindo da grade de vencimentos de 150 para 200 horas aulas mensais) desaparece o motivo que justifica à sua manutenção, não podendo-se transmudar-se em caráter permanente;

CONSIDERANDO que na mencionada norma municipal, não foi incluído um só dispositivo que assegurasse aos docentes que tiveram acréscimo de carga horária a manutenção da mesma carga horária do ano anterior;

CONSIDERANDO que qualquer alteração de carga horária, quer seja definitiva ou temporária, deverá vir precedida de ato legal fundamentado, respeitando os princípios da isonomia e da impessoalidade;

CONSIDERANDO inexistir no ordenamento jurídico brasileiro norma legal que assegure o direito de manutenção da mesma carga horária que fora acrescida nas condições descritas, não havendo, portanto, ilegalidade na redução, o que ocorreria somente se houvesse a redução do valor da hora aula;

**DECRETA:**

Art.1º - Qualquer acréscimo de carga horária deverá obedecer à necessidade dos serviços, baseada na grade e/ou matriz curricular.

Art.2º - Em atendimento a realização do Concurso Publico, a municipalidade deverá fazer o levantamento de carga horária a ser disponibilizada ao certame.

Art.3º - A jornada de Trabalho que for acrescida, deverá ser autorizada por ato legal da Secretaria Municipal de Educação, com início em março e término no mês de dezembro do ano em curso, sendo vedada a autorização para além do calendário escolar em vigência, estando assegurada a manutenção proporcional à sua jornada de origem.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GÓIS***
Prefeito

**Publicado por:**
Poliana Maria Reis Albuquerque
**Código Identificador:**D3A571D0

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/PE AVISO DE LICITAÇÃO

P.L N° 010/2021 Pregão Eletrônico N° 005/2021. Menor preço por item. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de transporte terceirizado de locação de veículos e máquinas a ser executado em caráter continuado ou sobre a demanda pago mensalmente pelo quantitativo aferido e necessidade de uso pelo período inicial de 12 (doze) meses, com execução mediante o regime de empreitada por preço do lote destinado a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Parnamirim, estado de Pernambuco, conforme termo de referência especificações e quantitativos discriminados nos anexos do presente edital. Data e Local da Sessão: 22/03/2021 às 09:00h – Sede da Prefeitura – Rua Dr. Miguel, nº 22 – Centro – Parnamirim – PE. Informações adicionais: Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou através do fone (87) 3883 1295, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta, ou, ainda pelo site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Parnamirim, 08 de março de 2021

***PAULO CÉSAR GOMES CORDEIRO***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Paulo César Gomes Cordeiro
**Código Identificador:**2988ED39

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE PAUDALHO

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL Nº 004/2021 - FME

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021**

O Fundo Municipal de Educação de Paudalho, através do seu Gestor, vem informar a Homologação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021**, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, que apresentou a seguinte empresa como Vencedora: **ROMARK PONCIANO C. DA SILVA – CNPJ Nº 11.319.817/0001-43**, Obtendo-se um valor Global de R$ 111.000,00 (Cento e Onze Mil Reais).

Isto posto, procede-se a CONVOCAÇÃO da Empresa acima Vencedora, Para comparecer no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, para assinatura do CONTRATO.

Paudalho, 08 de Março de 2021.

***PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO***
Secretária de Educação

**Publicado por:**
Rafael Soares de Lima
**Código Identificador:**2F6E971D

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL Nº 006/2021 - FME

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021**

O Fundo Municipal de Educação de Paudalho, através do seu Gestor, vem informar a Homologação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021**, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O

FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESTINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PAUDALHO-PE, que apresentou as seguintes empresas como Vencedoras: **N PAES DE MELO JUNIOR COMERCIO EIRELI – CNPJ Nº 05.938.234/0001-06**, Obtendo-se um valor Global de **R$ 78.930,36** e **INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE – CNPJ Nº 08.158.664/0001-95**, Obtendo-se um valor Global de R$ 27.833,39.

Isto posto, procede-se a CONVOCAÇÃO da Empresa acima Vencedora, Para comparecer no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, para assinatura do CONTRATO.

Paudalho, 08 de Março de 2021.

***PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO***
Secretária de Educação

**Publicado por:**
Rafael Soares de Lima
**Código Identificador:**93B7990C

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAUDALHO/PE**
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Publicação DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Processo Licitatório Nº 064/2021 – Pregão Eletrônico Nº 054/2021. Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco-AMUPE, em: 02/03/2021 | Edição: 2783 | Código Identificador: 06FBAFB3. **Onde se lê:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021-FMS. **Leia-se:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021-FMS.

Maiores informações podem ser obtidas na Sala da CPL ou através do fone (81) 3636-1156, ramal 205, no horário de 07:00 às 13:00.

**Publicado por:**
Rafael Soares de Lima
**Código Identificador:**74544648

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 012/2021 - FME**

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAUDALHO/PE.**
**AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 927855**

**Processo Licitatório** Nº 012/2021. **Pregão Eletrônico** Nº 011/2021. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA AS NECESSIDADES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELA CRECHE DESTE MUNICÍPIO. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 459.025,60. **Início do Acolhimento das Propostas:** 09/03/2021, através do Sistema Comprasnet - SIASG. **Abertura das Propostas:** 19/03/2021, 10:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRASNET do Portal de Compras Governamentais, www.comprasgovernamentais.gov.br e também no site Oficial do Município: www.paudalho.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Av. Raul Bandeira, 21, Centro, Paudalho-PE.

Paudalho, 08/03/2021.

***WIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Rafael Soares de Lima
**Código Identificador:**0001F62C

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE PESQUEIRA**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 236/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

**RESOLVE:**

Art. 1° - **NOMEAR** para comporem a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC,** os membros abaixo relacionados:

- Wellington Cleybson M.Neves- Matrícula nº 800.655 - **Presidente**
- Kleber Henrique da Silva - Matrícula nº 800.557 **- Coordenador**
- Givaldo Lopes da Costa Júnior - **Engenheiro Civil** (CREA-PE: 1813912530)
- Ramon Borges Cordeiro – **Engenheiro Ambiental** (CREA-PE: 1819846482)
- Erton Alves de Melo Júnior – Matrícula nº 800704 - **Técnico**
-Carlos Almir de O. Feitosa - Matrícula nº 800.691-**Agente Op.Pipa**
- José Fernando Soares de Lima - Matrícula nº 800.693 **- 2° Agente**
- Jailson Ferreira Pimentel - Matrícula nº 800.705 - **3° Agente**
- Josenildo Feliciano da Silva- Matrícula nº 800.706 **- 4° Agente**
- Paulo Henrique de A. Junior- Matrícula nº 800.509 **- 5° Agente**

Art. 2° **-** Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**824C0BFF

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 237/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando as informações e certidão constantes no seu requerimento nº033/2021.
**RESOLVE:**

Art.1º - **CONCEDER** o enquadramento no **Plano de Cargos e Carreira**, o servidor estatutário **ADILSON FERREIRA**, Mat.**022.303**, no cargo de Assistente Administrativo A, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, conforme o art. 79, parágrafo segundo, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art.20º, inciso III, da Lei Municipal nº949/04.

Art.2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**B83F045E

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 238/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando as informações e certidão constantes no seu requerimento nº045/2019.
**RESOLVE:**

Art.1º - **CONCEDER** o enquadramento no **Plano de Cargos e Carreira**, a servidora estatutária **GILVANETE MUNIZ FERREIRA MELO**, mat.**029.248**, na função de Professora A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme o art. 79, parágrafo segundo, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art.6º, inciso III, da Lei Municipal nº3.012/11.

Art.2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**989C7188

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 239/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais.
**RESOLVE:**

Art.1º - **EXONERAR** o servidor **ROMUALDO DOS SANTOS CORREIA, CPF 032.787.064-69,** do cargo em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO**, conforme o Art. 53, §1º do Estatuto dos Servidores do Município de Pesqueira, Lei Municipal nº950/2004.
Art.2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**915A05C3

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 240/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais.
**RESOLVE:**

Art.1º - **DESIGNAR** o servidor **ROMUALDO DOS SANTOS CORREIA, CPF 032.787.064-69,** para a função de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO**.

Art.2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**C2FC5240

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 241/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais.
**RESOLVE:**

Art.1º - **EXONERAR** a servidora **ANGÉLICA JUSSARA DE SÁ E SOUZA, CPF 084.536.984-90,** do cargo em comissão de **ASSIS. EXEC. DE DESENVOLVIMENTO**, nomeada através da portaria nº 184/2021, conforme o Art. 53, §1º do Estatuto dos Servidores do Município de Pesqueira, Lei Municipal nº950/2004.
Art.2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**E25BA67B

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº. 242/2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA,** Estado de Pernambuco, **SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais.
**RESOLVE:**

Art.1º - **NOMEAR** a servidora **ANGÉLICA JUSSARA DE SÁ E SOUZA, CPF 084.536.984-90,** no cargo em comissão de **COORDENADORA DE POLITÍCAS PÚBLICAS PARA MULHER**, vinculado ao Gabinete do Prefeito.
Art.2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***SEBASTIÃO LEITE DA SILVA NETO***
Prefeito Municipal em Exercício

**Publicado por:**
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
**Código Identificador:**82C47BFE

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE POÇÃO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO
### TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PROCESSO 008/2021/PMP – PREGÃO ELETRÔNICO 007/2021

-Processo Nº: 008/2021/PMP.
-Comissão: CP.
-Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 007/2021.
-Objeto Nat.: compra.
-Objeto Descr.: contratação de empresa para fornecimento, parcelado, de Carnes e Frios para utilização na Alimentação Escolar (Merenda) da rede municipal de ensino do Município de Poção - PE.
-Valor Máximo Aceitável: R$ 449.950,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais).
-Após o processamento do Pregão Eletrônico Nº 007/2021, comunica-se a Adjudicação de seu objeto da seguinte maneira: JAILZA MORAES NUNES CAVALCANTI EPP, CNPJ Nº 02.762.625/0001-16, declarada vencedora dos itens nº 01, 02 e 03, com o valor global de R$ 276.020,00 (duzentos e setenta e seis mil e vinte reais).
-Informações adicionais: Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado à Sala da Comissão de Pregão, localizado à Av Conrado de Andrade, nº 161, Centro, Poção – PE, CEP 55240-000, ou através do Fone: 0xx873834-1454, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Poção - PE, 04 de março de 2021.

***MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS***
Pregoeiro (*)

**Publicado por:**
Marco Antônio dos Santos
**Código Identificador:**C4002E5F

### PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO 008/2021/PMP – PREGÃO ELETRÔNICO 007/2021

-Processo Nº: 008/2021/PMP.
-Comissão: CP.
-Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 007/2021.
-Objeto Nat.: compra.
-Objeto Descr.: contratação de empresa para fornecimento, parcelado, de Carnes e Frios para utilização na Alimentação Escolar (Merenda) da rede municipal de ensino do Município de Poção - PE.
-Valor Máximo Aceitável: R$ 449.950,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais).
-Após o processamento do Pregão Eletrônico Nº 007/2021, comunica-se a Homologação de seu objeto da seguinte maneira: JAILZA MORAES NUNES CAVALCANTI EPP, CNPJ Nº 02.762.625/0001-16, declarada vencedora dos itens nº 01, 02 e 03, com o valor global de R$ 276.020,00 (duzentos e setenta e seis mil e vinte reais).
-Informações adicionais: Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado à Sala da Comissão de Pregão, localizado à Av Conrado de Andrade, nº 161, Centro, Poção – PE, CEP 55240-000, ou através do Fone: 0xx873834-1454, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Poção - PE, 08 de março de 2021.

***EMERSON CORDEIRO VASCONCELOS***
Prefeito (*)

**Publicado por:**
Marco Antônio dos Santos
**Código Identificador:**7373885A

### PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO
### TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PROCESSO 009/2021/PMP – PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021

-Processo Nº: 009/2021/PMP.
-Comissão: CP.
-Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 008/2021.
-Objeto Nat.: compra.
-Objeto Descr.: Aquisição, de 01 veículo automotor, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, ano de fabricação mínima 2021/2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Poção – PE.
-Valor Máximo Aceitável: R$ 74.927,07 (setenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e sete centavos).
-Após o processamento do Pregão Eletrônico Nº 008/2021, comunica-se a Adjudicação de seu objeto da seguinte maneira: VIA SUL VEÍCULOS S/A, CNPJ Nº 40.841.736/0002-98, declarada vencedora do item nº 01, com o valor global de R$ 74.900,00 (setenta e quatro mil e novecentos).
-Informações adicionais: Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado à Sala da Comissão de Pregão, localizado à Av Conrado de Andrade, nº 161, Centro, Poção – PE, CEP 55240-000, ou através do Fone: 0xx873834-1454, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Poção - PE, 08 de março de 2021.

***MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS***
Pregoeiro (*)

**Publicado por:**
Marco Antônio dos Santos
**Código Identificador:**7CED74B6

### PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO 009/2021/PMP – PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021

-Processo Nº: 009/2021/PMP.
-Comissão: CP.
-Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 008/2021.
-Objeto Nat.: compra.
-Objeto Descr.: Aquisição, de 01 veículo automotor, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, ano de fabricação mínima 2021/2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Poção – PE.
-Valor Máximo Aceitável: R$ 74.927,07 (setenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e sete centavos).
-Após o processamento do Pregão Eletrônico Nº 008/2021, comunica-se a Homologação de seu objeto da seguinte maneira: VIA SUL VEÍCULOS S/A, CNPJ Nº 40.841.736/0002-98, declarada vencedora do item nº 01, com o valor global de R$ 74.900,00 (setenta e quatro mil e novecentos).
-Informações adicionais: Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Órgão, situado à Sala da Comissão de Pregão, localizado à Av Conrado de Andrade, nº 161, Centro, Poção – PE, CEP 55240-000, ou através do Fone: 0xx873834-1454, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Poção - PE, 08 de março de 2021.

***EMERSON CORDEIRO VASCONCELOS***
Prefeito (*)

**Publicado por:**
Marco Antônio dos Santos
**Código Identificador:**6DDC50D9

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE PRIMAVERA

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
### DECISÃO

Ref. Processo Licitatório 002/2021
Pregão Eletrônico 001/2021

R.h.
Trata-se de Impugnação apresentada pela empresa Betaniamed Comercial Eirelli – EPP ao Edital do Processo Licitatório 002/2021,

Pregão Eletrônico 001/2021 do Fundo Municipal de Saúde de Primavera/PE, que tem por objeto *"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, POR LOTE, PARAATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA –PE, de acordo com as especificações contidas no termo de referência"*.

Alega, em suma, que *"De acordo com a legislação vigente, os procedimentos licitatórios deverão compulsoriamente exigir dos participantes algumas documentações e certificações, tais como Anvisa, Alvará Sanitário, entre outros. No edital em tela, verificamos que os documentos estão devidamente solicitados, porém há uma exceção ao ITEM 01 – MÁSCARA DE PROTEÇÃO PFF2/N95, que não solicitam apresentação de Registro do Produto ofertado junto a ANVISA"*.

Aduz, ainda, que *"O item que restringe a competição no presente certame é o 6.1. do edital de licitação, relativo ao prazo de entrega dos equipamentos objeto do certame, ao exigir que "Prazo para a entrega será de no máximo 02 (DOIS) dias úteis após solicitação da unidade solicitante. O referido prazo é inexequível e frustra o caráter competitivo do certame, situação que deve ser alterada para que a licitação corra em plena legalidade"*.

Com base nesses argumentos requereu o provimento da impugnação, para que seja incluída a solicitação de apresentação de Registro do Produto junto a ANVISA (especialmente para o item máscara N95), bem como que seja excluída a exigência de prazo de entrega em 02 dias úteis após a emissão do empenho.

A impugnação foi encaminhada à Assessoria Jurídica que OPINOU pela REJEIÇÃO da Impugnação.

É o relatório.

Conforme consta no Parecer Jurídico diversamente do que alega a parte impugnante o edital exige que "*Os produtos cotados deverá obedecer às normas padrões da ABNT ou ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera",* pelo que não merece acolhida a Impugnação.

Quanto à entrega, nos parece que a exigência para que os produtos sejam entregues no prazo de 2 dias úteis é razoável, não havendo que se falar que o prazo é inexequível, tampouco em frustração do caráter competitivo.

Pelo exposto, e considerando os fundamentos do Parecer Jurídico, os quais adoto como razões de decidir, fazendo parte integrante desta decisão, REJEITO a IMPUGNAÇÃO.

Publique-se.

Primavera, 26 de fevereiro de 2021

***LUCIANO MARCOS SOUZA DE ANDRADE***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Luís Paulo dos Santos
**Código Identificador:**3B8A4D64

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE QUIPAPÁ

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA N° 44

SUBSTITUIÇÃO DE GERENCIADOR MASTER. PORTARIA Nº 044/2021. O ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ, no uso de suas atribuições legais; Resolve: Art. 1º Dispensar a pessoa abaixo da atribuição de "Gerenciador Master" da unidade jurisdicionada PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ: EMANUELLE MARILANY DE LIMA, CPF nº: 110.435.414-46. Art. 2º Designar a pessoa abaixo qualificada como "Gerenciador Master" da unidade jurisdicionada PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ: LUCAS OLIVEIRA CAMPOS VILELA DE MELO. Cargo: PRESIDENTE E PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, CPF nº: 109.949.604-76. E-mail: lucasvilela96@gmail.com. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quipapá, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito Municipal de Quipapá.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**3FF591C7

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA N° 045

SUBSTITUIÇÃO DE GERENCIADOR MASTER. PORTARIA Nº 045/2021. O ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ, no uso de suas atribuições legais; Resolve: Art. 1º Dispensar a pessoa abaixo da atribuição de "Gerenciador Master" da unidade jurisdicionada PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ: ÉRLON WANDERLEY LIMA DE OLIVEIRA, CPF nº: 824.293.084-87. Art. 2º Designar a pessoa abaixo qualificada como "Gerenciador Master" da unidade jurisdicionada PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ: LUCIDALVA MÔNICA BATISTA SILVA. Cargo: MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, CPF nº: 030.846.074-00. E-mail: lucieduardo@hotmail.com. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quipapá, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito Municipal de Quipapá.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**DCED4A6C

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA N° 46

Portaria Nº. 046/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR o servidor AILSON MIGUEL DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade nº 4.310.743-SDS/PE e do CPF nº 042.645.864-88, matrícula nº 1110, Professor de 6º ao 9º Ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Diretor Adjunto, no Colégio Municipal Imaculada Conceição-CMIC. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**C1DBDF3E

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA N° 47

Portaria Nº. 047/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR o servidor ALEXANDER DE LIMA TIMM, portador da Cédula de Identidade

nº 1090641761-SJS/RS e do CPF nº 013.960.794-3288, matrícula nº 002, Professor de 6º ao 9º Ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Diretor Adjunto, na Escola Municipal João de Amorim Barros-JAB. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**2A976348

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 48**

Portaria Nº. 048/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora ALYNE DAYANE COSTA CARVALHO SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº 7.905.587-SDS/PE e do CPF nº 071.171.444-40, matrícula nº 1112, Professora de 1º ao 5º Ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Dom Expedito Lopes-EMDEL. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**732F73CE

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 49**

Portaria Nº. 049/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora BETÂNIA LOPES DA SILVA SOARES, portadora da Cédula de Identidade nº 5.200.661-SSP/PE e do CPF nº 052.747.364-24, matrícula nº 1113, Professora de 1º ao 5º Ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Gonçalo José de Azevedo. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**990788C3

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 50**

Portaria Nº. 050/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora CLÁUDIA DANIELE COSTA SOUZA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade nº 8.510.915-SDS/PE e do CPF nº 107.119.364-39, matrícula nº 1114, Professora de 6º ao 9º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora da EJA 3ª E 4ª fase. Na Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**F1AC846A

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 51**

Portaria Nº. 051/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora FERNANDA LIRA DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade nº 7.868.891-SDS/PE e do CPF nº 078.262.444-80, matrícula nº 1115, Professora de 1º ao 5º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Diretora de Unidade de ensino, na Escola Municipal Dom Expedito Lopes-EMDEL. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**2BA6BFF6

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 52**

Portaria Nº. 052/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora MARIA FABIANA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade nº 7.717.036-SDS/PE e do CPF nº 074.374.014-95, matrícula nº 1116, Professora de 1º ao 5º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Diretora de Unidade de ensino, na Escola Municipal Dona Maria Digna Pessoa de Mello. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**8E8C73A0

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 53**

Portaria Nº. 053/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora NADJANE CASTRO WANDERLEY, portadora da Cédula de Identidade nº 10.719.562-SDS/PE e do CPF nº 046.203.964-19, matrícula nº 1117, Professora de 1º ao 5º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**A0A8412E

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 54**

Portaria Nº. 054/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora RITA DE CÁSSIA BELO OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade nº 4.294.991-SDS/PE e do CPF nº 026.672.274-17, matrícula nº 1118, Professora de 6º ao 9º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora de Programas Educacionais e Conselhos, na Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021. Cumpra-se.

Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**4539B096

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 55**

Portaria Nº. 055/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora SORAIA COSTA SOUZA XAVIER, portadora da Cédula de Identidade nº 7.610.226-SDS/PE e do CPF nº 070.127.024-19, matrícula nº 1119, Professora de 6º ao 9º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora dos Conselhos e Prestações das UEX's, na Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**43F82E12

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 56**

Portaria Nº. 056/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSENILDA MARIA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº 6.027.386-SDS/PE e do CPF nº 071.764.974-19, matrícula nº 1120, Professora de 1º ao 5º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora da Educação Infantil, na Escola Municipal Dom Expedito Lopes-EMDEL. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**55F35D19

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 57**

Portaria Nº. 057/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSILEIDE DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº 5.153.856-SDS/PE e do CPF nº 023.441.594-01, matrícula nº 1121, Professora de 1º ao 5º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora da Educação Infantil, na Escola Municipal Dona Maria Digna Pessoa de Mello. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**1D05CDC0

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 58**

Portaria Nº. 058/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora VERÔNICA TIMÓTEO LIMA, portadora da Cédula de Identidade nº 7.803.163-SDS/PE e do CPF nº 066.503.784-88, matrícula nº 1122, Professora de 1º ao 5º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Diretora de Unidade de Ensino, na Creche Iraci Pinto de Barros. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**303D3C13

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 59**

Portaria Nº. 059/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora SILVIA MARIA DE OLIVEIRA BELO, portadora da Cédula de Identidade nº 6.743.428-SDS/PE e do CPF nº 042.249.094-64, matrícula nº 1123, Professora de 6º ao 9º ano, contrato, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora de Programas e Sistema, na Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**05A46E16

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 60**

Portaria Nº. 060/2021. O Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Constituições da República e do Estado e sobretudo pela Lei Orgânica local, CONSIDERANDO o que prevê a Lei 1106/2010, Anexo III; RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR a servidora MIZIANE BEZERRA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº 6.411.887-SDS/PE e do CPF nº 039.820.014-98, matrícula nº 281969, Professora de 6º ao 9º ano, efetiva, para exercer a Função Gratificada de Diretora Adjunta, na Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 04 de janeiro de 2021.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.

***ÁLVARO PORTO DE BARROS FILHO.***
Prefeito.

**Publicado por:**
Maria Merielly de Amorim Lopes
**Código Identificador:**758304EE

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021**

A Prefeitura Municipal de Salgueiro/PE, neste ato representada pela Comissão Permanente de Licitação comunica a abertura do Processo Licitatório Nº 014 – Tomada de Preços n° 004/2021. Objeto: Prestação de serviços de manutenção de iluminação, corretiva e preventiva de forma permanente e contínua, como também a realização de melhorias (substituição de equipamentos) do parque de iluminação pública, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramental necessários para execução do objeto. Natureza do Objeto: Serviço. Data de Abertura da sessão: 25/03/2021 às 09h00. Valor máximo aceitável: R$ 782.250,79. Informações e aquisição de edital na Prefeitura Municipal, sito a Rua Joaquim Sampaio, 279 de 08:00 às 12:00h ou Fone/fax (87) 3871-7070 (ramal 237) ou no site: www.salgueiro.pe.gov.br

Salgueiro/PE, 08 de Março de 2021.

***ÂNGELO ESTEVÃO PEREIRA***
Presidente.

**Publicado por:**
Suzana da Cruz Rodrigues Lopes
**Código Identificador:**F53E0C75

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2021**

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Salgueiro/PE comunica a ALTERAÇÃO de edital e NOVA DATA do Processo Licitatório nº 012/2021 – Tomada de preço Nº 003/2021. Objeto: contratação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração do Projeto de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana do município: 15/03/2021 às 09h00. NOVA data de Abertura da sessão: 25/03/2021 às 09h00. Informações e aquisição de edital na Prefeitura Municipal, sito a Rua Joaquim Sampaio, 279 de 08:00 às 13:00h ou Fone/fax (87) 3871-7070.

Salgueiro/PE, 1908 de março de 2021.

***ÂNGELO ESTEVÃO PEREIRA***
Presidente Da CPL

**Publicado por:**
Ângelo Estevão Pereira
**Código Identificador:**8EF0A81F

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SALOÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO N° 08/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2021 – Objeto**: Aquisição de material de expediente e escritório para atender as necessidades da Secretaria de Educação. **NOVO PRAZO**: **Inicio de recebimento de propostas**: 10/03/2021 às 08:00h. **Fim de recebimento de propostas**: 22/03/2021 às 08:00h. **Início de disputa**: 22/03/2021 às 10:00h. Todos as demais informações seguem inalteradas. Dúvidas, entrar em contato com saloalicitacao@gmail.com, ou pelo telefone: (87)3782-1181.

***RICARDO FERNANDO DE SOUZA SEGUNDO***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Ricardo Fernando de Souza Segundo
**Código Identificador:**6B7C5C29

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Nº: 0016/2021. CPL. Pregão Eletrônico Nº 00001/2021. Compra. Tipo menor preço. Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de higiene e limpeza, para atender as necessidades de diversas Secretarias do Município de Santa Terezinha/PE, exceto Secretaria de Políticas Sociais e Secretaria de Saúde, conforme especificações contidas no termo de referência. Valor: R$318.187,04.Abertura da sessão publica: 09:00 horas do dia 19 de Março de 2021. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.comprasnet.gov.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei

Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 5.450/05; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelo site: www.santaterezinha.pe.gov.br;
dep.licitacao@santaterezinha.pe.gov.br ou através do Fone: (87) 3859–1140, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

Santa Terezinha, 04/03/2021.

***JOÃO PAULO F. TORRES.***
Pregoeiro Oficial.(*)(**)

**Publicado por:**
João Paulo Ferreira Torres
**Código Identificador:**C9BB7AC4

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### EXTRATO DE CONTRATO

**EXTRATO DE CONTRATO – PREF. Contrato nº014/2021 – DIRETO (SEM LICITAÇÃO), na forma do artigo 24, inciso 1 da Lei federal de licitação nº8666/93 e suas alterações.**
**Contrato nº014/2021 – DIRETO (SEM LICITAÇÃO), na forma do artigo 24, inciso 1 da Lei federal de licitação nº8666/93 e suas alterações. CPL. Objeto: Contrato de Locação de Imóvel para o funcionamento do Arquivo Municipal (Arquivo Morto), para atender as necessidades deste Município; Contratado (a): ODETE BARBOSA DE ARAÚJO; CPF: 052.388.514-80; Valor Global: R$ 8.965,08 (oito mil novecentos e sessenta e cinco reais e oito centavos); Vigência: 12 (doze) meses; 01/03/2021 à 28/02/2022.**

**São Bento do Una, 01/03/2021.**

Gestor
***PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA***
Prefeito.

**Publicado por:**
Jorge Luiz Maciel da Silva
**Código Identificador:**86ED2D97

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CPL/FMS
### EXTRATO DE ADITIVO

**EXTRATO DE ADITIVO – F.M.S. 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2017, Prorrogação de vigência e valor.**
**6º Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2017; Prorrogação de vigência e valor do contrato referente a: Serviço de locação de veículos, todos abastecidos com combustíveis, destinados ao atendimento da secretaria de saúde, deste município, oriundo do Processo nº 007/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2017; Contratado (a): I F OLIVEIRA GUILHERME - ME; CNPJ: 10.776.647/0001-63; Prazo acrescido: 12 (doze) meses; Vigência de prorrogação: 26/02/2021 à 26/02/2022; valor aditivado ao contrato original: R$ 414.112,00 (quatrocentos e quatorze mil e cento e doze reais); a justificativa do presente aditivo é devido tratar-se de serviços contínuos na conformidade do art. 57, inciso II, da Lei federal de Licitação 8.666/93 e suas alterações.**

**São Bento do Una: 26/02/2021**

Gestora:
***ÍTALA SAFIRA DOS SANTOS DEMÉTRIO***
Secretária do F.M.S. Pro Tempore.

**Publicado por:**
Jorge Luiz Maciel da Silva
**Código Identificador:**91667611

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 003/2021 – PL N° 007/2021 - **OBJETO:** Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, com vistas à eventual contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais elétricos destinados a substituição de lâmpadas queimadas e na manutenção da Iluminação Pública do Município e equipamentos de segurança individual, conforme Termo de Referência – anexo I e demais anexos a este ato convocatório. Valor Máximo Aceitável: R$ 391.318,41 (trezentos e noventa e um mil trezentos e dezoito reais e quarenta e um centavos). Inicio de recebimento de proposta: dia 09/03/2021 até 19/03/2021, às 08:00 horas, no site www.bnc.org.br. Abertura e análises das Propostas: dia 19/03/2021, das 08:05 às 08:55 horas; Início da sessão de disputa de preços: dia 19/03/2021, às 09:00 horas no site: www.bnc.org.br. Município de São Joaquim do Monte, Av. Estácio Coimbra, 45 – Centro – São Joaquim do Monte – PE, CEP 55670-000; Edital, anexos e outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço da sessão de abertura, através do fone: 81-3753-1156, no horário das 08:00h às 13:00h, E-mail: cplsjm@hotmail.com, no horário das 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira ou através dos sites: www.saojoaquimdomonte.pe.gov.br e www.bnc.org.br.

São Joaquim do Monte/PE, 08/03/2021

***GISELE RIBEIRO FARIAS***
Pregoeira.

**Publicado por:**
Gisele Ribeiro Farias
**Código Identificador:**8DC4620A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE
### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 259/2017. PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2017

### 4º TERMO ADITIVO – ADITIVO DE PRAZO

CPL –SERVIÇOS - OBJETO: Contratação de serviços de assessoria e consultoria nos programas do FNDE, aos gestores das unidades executoras e elaboração de prestação de contas dos programas educacionais.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento será regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em estrita observância aos termos do Processo Licitatório em epígrafe.

CONTRATADO: Empresa **ANTENOR ARTUR DOS SANTOS 27049787434**, inscrita no CNPJ sob o número 24.621.128/0001-30, com sede à Rua Dr. Santana Filho, nº 01, Bairro Fátima, na cidade de Flores (PE).

PRAZO: Nos termos do art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93, o referido contrato fica prorrogado pelo prazo de doze (12) meses, com término em 31/12/2021, prorrogáveis por interesse da administração e atendendo á legislação vigente.

São José do Belmonte – PE, 04 de janeiro de 2021.

***FRANCISCO ROMONILSON MARIANO DE MOURA***
Prefeito

**Publicado por:**
Edna Sousa Ferreira
**Código Identificador:**622F709F

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 002/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2018**

**1º TERMO ADITIVO – ADITIVO DE PRAZO**

CPL –COMPRAS - OBJETO: registro de preços para eventual aquisição de gás de cozinha para atender diversos setores da Prefeitura..

FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento será regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em estrita observância aos termos do Processo Licitatório em epígrafe.

CONTRATADO: Empresa **JMJ COMÉRCIO DE GÁS E OXIGÊNIO LTDA**, estabelecida à Avenida Osmar Fonseca de Menezes, nº 107, centro, São José do Belmonte (PE), Inscrita no CNPJ nº 14.727.740/0002-10, inscrição estadual nº 0470136-48.

PRAZO: Nos termos do art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93, o referido contrato fica prorrogado pelo prazo de doze (12) meses, com término em 31/12/2021, prorrogáveis por interesse da administração e atendendo á legislação vigente.

São José do Belmonte – PE, 04 de janeiro de 2021.

***FRANCISCO ROMONILSON MARIANO DE MOURA***
Prefeito

**Publicado por:**
Edna Sousa Ferreira
**Código Identificador:**53A8C8CC

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020**

**1º TERMO ADITIVO – ADITIVO DE PRAZO**

CPL – SERVIÇOS - OBJETO: Contratação de serviços de borracharia para atender veículos da frota municipal.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento será regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em estrita observância aos termos do Processo Licitatório em epígrafe.

CONTRATADO: Empresa **JAMERSON TIAGO SOARES SANTOS,** Inscrita no CNPJ nº 31.140.138/0001-10, Avenida Euclides de Carvalho, nº 181, Centro, na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

PRAZO: Nos termos do art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93, o referido contrato fica prorrogado pelo prazo de doze (12) meses, com término em 31/12/2021, prorrogáveis por interesse da administração e atendendo á legislação vigente.

São José do Belmonte – PE, 04 de janeiro de 2021.

***FRANCISCO ROMONILSON MARIANO DE MOURA***
Prefeito

**Publicado por:**
Edna Sousa Ferreira
**Código Identificador:**EF07577F

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 109/2021**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições do cargo que ocupa, amparado pela Lei Orgânica deste Município;

**Considerando** os termos do Ofício - 1011784 – DGF/GDFF/UNIDADE DE CESSÃO DE SERVIDORES, de 04 de dezembro de 2020, expedido pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, que pede a prorrogação da cessão de servidores desta Edilidade já a disposição e em exercício no órgão do Poder Judiciário;

**Considerando** orientação contida na Decisão n.º 0154/2006, de 15/02/2006, do Tribunal de Contas de Pernambuco – TCE/PE;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º -** Prorrogar a cessão dos servidores públicos do quadro efetivo deste ente municipal, **Sra. Mauríceia Pereira da Silva, matrícula 10006** e **Sr. Ronaldo Barbosa da Silva, matricula 10459,** com ônus para o órgão de origem, nos termos Ofício - 1011784 – DGF/GDFF/UNIDADE DE CESSÃO DE SERVIDORES, para desempenharem suas funções no TJPE, por um período de 1 (um) ano a contar de 01/01/2021 a 31/12/2021, podendo o referido prazo de cessão ser prorrogado por igual período, dependendo de nova motivação ou manutenção da situação fática-técnica acima narrada;

**Art. 2.º -** Determina a regularização da cessão dos referidos servidores ao TJPE no exercício de 2018, mediante publicação deste ato administrativo no átrio da Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer e no Diário Oficial da AMUPE;

**Art. 3.º -** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros aos períodos em que ocorreram as respectivas cessões;

**Art. 4.º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

***MARCONE VICENTE DOS SANTOS***
Prefeito

**Publicado por:**
Arlan de Amorim paz Costa
**Código Identificador:**8BE43DF6

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SERTÂNIA

**GABINETE DO PREFEITO**
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na publicação do dia 08.03.2021, edição nº 2787, Ano XII, pág. 107, do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco (AMUPE), referente ao Extrato de Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2020,

ONDE SE LÊ: "Dispensa nº 002/2020"

LEIA-SE: "Tomada de Preços nº 002/2020"

Sertânia, 08 de Março de 2021.

***ÂNGELO RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS***
Prefeito.(*).

**Publicado por:**
Karem Tuanny Dantas da Silva
**Código Identificador:**C37D66B4

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº.43 , DE 08 DE MARÇO DE 2021.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO, Estado de Pernambuco, da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal e considerando o requerimento da servidora interessada e a aproximação de sua aposentadoria,
RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, ROSINEIDE PEREIRA NUNES, matrícula n.º 344, Professora, inscrita no RG nº. 4.708.246, lotada na Escola Municipal Antônio Gomes de Souza, Solidão/PE.

Artigo 2º - A referida licença terá gozo de 06 (seis) meses, que compreende ao primeiro decênio, e terá seu período de gozo de 02/03/2020 a 02/09/2021.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação .

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

***DJALMA ALVES DE SOUZA***
Prefeito

**Publicado por:**
Maria do Socorro Gomes de Lima
**Código Identificador:**C6DB6B98

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE SURUBIM

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2021 – CPL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM/PE comunica a abertura do Processo Administrativo Nº 008/2021 - CPL - Pregão Eletrônico Nº 002/2021 - Objeto: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS NÃO PERSONALIZADOS PARA COMPOR O KIT ESCOLAR A SER OFERECIDO AOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2021**, conforme quantidades e especificações técnicas contidas no Edital, Termo de Referência e demais Anexos. Valor máximo aceitável: **R$ 61.626,00 (sessenta e um mil seiscentos e vinte e seis reais).** Abertura das Propostas: **22/03/2021 às 10:00h**. Início da Disputa: **22/03/2021 às 10:15h**. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica www.surubim.pe.gov.br, ou via e-mail (cpl.surubim@outlook.com), mediante solicitação.

Surubim/PE, 08 de março de 2021.

***FELIPE MOURA CÂMARA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Felipe Moura Camara
**Código Identificador:**F8E952D2

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021 – CPL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM/PE comunica a abertura do Processo Administrativo Nº 007/2021 - CPL - Pregão Eletrônico Nº 001/2021 - Objeto: **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E PREVENÇÃO AO COVID-19, A FIM DE ATENDER O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, REFERENTE ÀS DEMANDAS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SURUBIM/PE**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital. Valor máximo aceitável: **R$ 195.727,07 (cento e noventa e cinco mil setecentos e vinte e sete reais e sete centavos).** Abertura das Propostas: **23/03/2021 às 10:00h**. Início da Disputa: **23/03/2021 às 10:15h**. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica www.surubim.pe.gov.br, ou via e-mail (cpl.surubim@outlook.com), mediante solicitação.

Surubim/PE, 08 de março de 2021.

***FELIPE MOURA CÂMARA***
Pregoeiro

**Publicado por:**
Felipe Moura Camara
**Código Identificador:**F4B018E7

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TABIRA

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N°0186/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **DINAURA PEREIRA LIMA REZZO,** mat. 503811, para a exercer a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Cícero Correia, incluindo gratificação de função no percentual de 20% (vinte e cinco por cento), além de 12% (doze por cento) referente ao difícil acesso, calculando sobre o salário base do servidor**;**

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**CE073746

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N°0187/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** da servidora **MARIA SOLANGE ALVES DOS SANTOS**, RG 1606828, CPF 020.299.304-31, com a servidora do município de Santa Terezinha, **GLÁUCIA COSTA MOURA SANTOS**, RG 5372538, CPF 024.155.064-51, **LOCALIZANDO-A** na **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA** da **ESCOLA ANTÔNIO NOGUEIRA BARROS;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **Permuta** à servidora pública municipal **GLÁUCIA COSTA MOURA SANTOS, CPF nº 024.155.064-51** , acima indicada**,** localizando-a para exercer suas funções da **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA** da **ESCOLA ANTÔNIO NOGUEIRA BARROS;**

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**610C4FBA

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0190/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora **ADRIANA XAVIER DE SIQUEIRA BRITO**, Matrícula 50392-5, com a servidora da **LIDIANNE SYMARA FERREIRA BARROS PINHEIRO,** RG 6700857, CPF 058.712.274-90, para exercer a Função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA,** com 200 h/a, **LOCALIZANDO-A** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **permuta** a servidora pública municipal **LIDIANNE SYMARA FERREIRA BARROS PINHEIRO**, CPF Nº 058.712.274-90, para exercer a Função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA,** com 200 h/a, **LOCALIZANDO-A** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**675D533C

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0188/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora **ZIRLEIDE LEITE DA SILVA**, RG 6918054, CPF 058.272.024-95, com a servidora do município de São José do Egito, **KÁTIA FERREIRA LIMA**, RG666422-7, CPF 069.495.654-61, **LOCALIZANDO-A** na **ESCOLA CÍCERO CORREIA;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **Permuta** à servidora pública municipal **KÁTIA FERREIRA LIMA, CPF nº 069.495.654-61**, acima indicada**,** localizando-a para exercer suas funções na **ESCOLA CÍCERO CORREIA**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**217FBC14

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N°0189/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - CONFERIR A PERMUTA** à servidora **MARIA DA SILVA FARIAS, RG: 5110090, CPF: 020.295.664-46,** a ser realizada com a servidora do município de São José do Egito, a Sra. **JAVA BEZERRA RODRIGUES**, RG 5018347, CPF 022.463.214-09.

**Art. 2º - LOCALIZAR a servidora Permutada,** a Sra. **JAVA BEZERRA RODRIGUES,** para exercer suas funções na **ESCOLA DONA TOINHA**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**3386DA9D

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0192/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **MARIA HELENA PEREIRA DE LIMA** - mat.502529 para a função de diretora escolar, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Pedro Ferreira da Silva, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**341E4549

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0191//2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **MARIA ELISSANDRA DE SOUSA CORDEIR**O - mat.503969 para a função de coordenador escolar, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Dona Toinha, com carga horária de 200 h/a, incluindo a gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**7DB19B13

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0193/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **MARIA ROSANGELA PEREIRA VASCONCELOS** - mat.502901 para a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal de Educação Infantil Edite Leite do Amaral, com carga horária de 200 h/a, incluindo gratificação de função de 25%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**C30F8F05

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0194/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora **JULIANA LEANDRO BARBOSA**, RG 663499-2, CPF 056.396.924-56, com a servidora do município de Carnaíba, **RUBIA DANIELA RODRIGUES DOS SANTOS**, RG 7331522, CPF 062.747.314-82, **LOCALIZANDO-A** como **PSICOPEDAGOGA** no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, com Carga horaria de 150h/a**;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **permuta** a servidora pública municipal **RUBIA DANIELA RODRIGUES DOS SANTOS, CPF Nº**

**062.747.314-82, LOCALIZANDO-A** como **DIRETORA ESCOLAR** da **ESCOLA ANDREA PIRES;**

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**9D1D90AD

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0195/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **RUBIA DANIELA RODRIGUES DOS SANTOS** - mat. 504490 para a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Andrea Pires, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 30%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**7D83953B

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0196/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **SANDRA MARIA DE SOUZA FREITAS RODRIGUES** - mat.503903 para a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na escola municipal Adeildo Santana Fernandes, incluindo gratificação de função de 30%, calculando sobre o salário base do servidor;

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**76C0D83B

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0197/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **SILEIDE MARIA LEITE FERREIRA** - mat.503460 para a função de diretor escolar adjunto, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Dona Toinha, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**93E88017

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0198/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **SILENE LOUREDO FERREIRA DE LIMA** - mat. 504355 para a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Otacílio

Pereira da Silva, com carga horária de 200 h/a incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**AE9DE91A

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0200/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de cedência da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a CEDÊNCIA** da servidora **SILVÂNIA GOES REZZO**, RG 7523743, CPF 095.734.804-50, do município de Carnaíba, **LOCALIZANDO-A** como **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na **ESCOLA DONA TOINHA;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **cedência** a servidora pública municipal **SILVÂNIA GOES REZZO, LOCALIZANDO-A** como **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na **ESCOLA DONA TOINHA;**

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**9F4BFE46

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0199/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora **DEYSA LEIDIANE NUNES DE QUEIROZ SANTOS**, Matrícula 50475-5, RG 7349353, CPF 059.215.874-86, com a servidora do município de Afogados da Ingazeira, **SILVANA DE SOUZA BARROS**, RG 6663990, CPF 065.962.244-06, para exercer a Função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA,** com 150 h/a, sem gratificação por Função, **LOCALIZANDO-A** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ;

**Art. 2º - CONCEDER** a **permuta** a servidora pública municipal **SILVANA DE SOUZA BARROS,** RG 6663990, CPF 065.962.244-06, para exercer a Função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA,** com 150 h/a, sem gratificação por Função, **LOCALIZANDO-A** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**DC10AE90

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N°0201/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **ADALVANI COSTA LEITE FERNANDES** - mat.504166 para a função de coordenador escolar, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal de Educação Infantil Edite Leite do Amaral, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**BD2F2CA8

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0202/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **ANA RAQUEL OLIVEIRA DE QUEIROZ** - mat. 504155 para a função de COORDENADOR ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Andrea Pires, com carga horária de 200 h/a, incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**A286C224

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0203/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **ANALICE DE OLIVEIRA SANTOS ALVES** - mat.500151 para a função de Coordenador Escolar, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Otaciano Soares de Souza, com carga horária de 180 h/a, incluindo gratificação de função de 15%, calculando sobre o salário base do servidor;

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**6EF7E9F8

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0204/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora **WILMA DOS SANTOS SILVA**, RG 6017834, CPF 034.805.154-95, com a servidora do município de São José do Egito, **ANTÔNIA PAULA DA GRAÇA BARBOSA**, RG 608139-0, CPF 045.379.664-83, **LOCALIZANDO-A** na **ESCOLA CÍCERO CORREIA;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **Permuta** à servidora pública municipal **ANTÔNIA PAULA DA GRAÇA BARBOSA, CPF nº 045.379.664-83,** acima indicada**,** localizando-a para exercer suas funções na **ESCOLA CÍCERO CORREIA**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora;

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo para o dia 04 de janeiro de 2021;

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**34A452EC

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0205/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **CECÍLIA LOURDES MORATO DE SOUZA NASCIMENTO** - mat. 503958 para a função de diretora escolar, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Dona Toinha, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 30%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**61CE7133

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0206/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora **VANÚSIA FAUSTO BORGES**, RG 643636-5, CPF 043.088.742-80, com a servidora do município de São José do Egito, **EDVÂNIA MOURA**, RG 666422-7, CPF 069.495.654-61, **LOCALIZANDO-A** na Sede da Secretaria de Educação na função de **COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**;

**Art. 2º - CONCEDER** a **Permuta** à servidora pública municipal **Edvânia Moura, CPF nº 069.495.654 - 61**, acima indicada**,** localizando-a para exercer suas funções de **COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**EF6925C4

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0207/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de permuta da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a PERMUTA** entre a servidora, **LUZIA TRAVASSO DE LUCENA COSTA** com a servidora, **ELBA LILIANE DANTAS BARROS,** do Município de Brejinho, **LOCALIZANDO-A** como **DIRETORA ESCOLAR** da **ESCOLA ANTÔNIO NOGUEIRA BARROS**;

**Art. 2º - CONCEDER** a **permuta** a servidora pública municipal **ELBA LILIANE DANTAS BARROS, LOCALIZANDO-A** como **DIRETORA ESCOLAR** da **ESCOLA ANTÔNIO NOGUEIRA BARROS**;

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**E3D70CF7

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0208/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de cedência do servidor público requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidor é detentor de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a CEDÊNCIA** do servidor **GEILSON LIRA DE LUCENA**, RG 6272535, CPF 055.206.704-04, do município de São José do Egito, **LOCALIZANDO-O** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** na **COORDENAÇÃO PEDAGÓGIA DA ÁREA DE EXATAS;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **cedência** ao servidor público municipal **GEILSON LIRA DE LUCENA, CPF nº 055.206.704-04**, acima indicada**,** localizando-a para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** na **COORDENAÇÃO PEDAGÓGIA DA ÁREA DE EXATAS;**

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional do servidor.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**0E771985

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0209/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **IRÍS APARECIDA DO NASCIMENTO MACIE**L - mat.50095 para a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal

Otaciano Soares de Souza, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**8CEC7FE0

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0210/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **MAGNA DOS SANTOS LIMA** - mat.503392 para a função de COORDENADOR TÉCNICO PEDAGÓGICO (EDUCAÇÃO DO CAMPO), **LOCALIZANDO-A** na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 200 h/a ,incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**5F81DFBE

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0211/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de cedência da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Conferir a CONCEDER CEDÊNCIA** da servidora **MARIA JOSÉ NUNES SIMÕES**, Matrícula 50.266-9, titular do Cargo de Professor das Séries Finais para o Município de **São José do Egito**, sem ônus para o Município de origem**;**

**Art. 2º - CONCEDER** a **cedência a** servidora pública municipal **MARIA JOSÉ NUNES SIMÕES, Matrícula 50.266-9**, acima indicada**,** sem ônus para o Município de origem**;**

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 01 de fevereiro de 2021.

**Art. 5º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**9A9A7DED

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0212/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que a servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **PAULA NEI LIMEIRA AMARAL PIRES** - mat. 504023 para a função de DIRETORA ESCOLAR, **LOCALIZANDO-A** na Escola Municipal Prof. Odano de Góes Pires, incluindo gratificação de função de 30%, calculando sobre o salário base do servidor;

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**A772E219

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0213/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA**, CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere e, **CONSIDERANDO** o requerimento de designação da servidora pública requerente; **CONSIDERANDO** a legalidade do ato administrativo; **CONSIDERANDO** que o servidora é detentora de cargo efetivo; **CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - DESIGNAR** a servidora **SILVANA DE SOUZA BARROS** - mat. 504712 para a função de Coordenadora do Centro de AEE, incluindo gratificação de função de 20%, calculando sobre o salário base do servidor;

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 04 de janeiro de 2021.

**Art. 4º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 23 de fevereiro de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita Constitucional

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**29C2E5EB

**GABINETE DA PREFEITA**
**PORTARIA N° 0222/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TABIRA,** CNPJ sob o nº 10.349.041/0001-41, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que a legislação vigente lhe confere; **CONSIDERANDO** o Art. 110, II, da Lei Municipal 019/97; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0024/2021 e as informações fornecidas pela diretoria do Departamento Pessoal; **CONSIDERANDO** a Carta de Concessão do Instituto Nacional do Seguro Social;

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **APOSENTADORIA** feito pelo servidor, Sr. **CICERO AMANCIO DE AZEVEDO,** titular do cargo de Gari**,** matrícula nº 10.090-1.

**Art. 2º -** Determinar que o Departamento Pessoal proceda com as devidas anotações na ficha funcional do servidor elencado nesta portaria.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 01 de março de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**99E82719

**GABINETE DA PREFEITA**
**DECRETO Nº 014, DE 08 DE MARÇO DE 2021.**

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DESTINADO A SUPRIR CARÊNCIAS DE PESSOAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE TABIRA**, Maria Claudenice Pereira de Melo Cristóvão, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município, considerando o que dispõe o Decreto do Estado de Pernambuco nº. 54.346 de 02 de março de 2021, que trata do avanço da pandemia da COVID-19, considerando também o estado de calamidade financeira municipal.

**DECRETA:**

Art.1° - **Fica CANCELADO O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, do Edital n° 001/2021 - Para Contratação Temporária e Formação de Cadastro de Professores que atuarão na Educação Infantil, nos anos e/ou Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Tabira, para o ano letivo de 2021.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 05 de março de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita,
Tabira, 08 de março de 2021.

***MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO***
Prefeita

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**B2A4B13A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0023/2021, DE 03 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 216 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 116/2021 com cópia de atestado de óbito em anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento de Pessoal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA NOJO** da servidora, Sra. **ILKA OLINETE ALVES FRAGOSO** matricula 40.446-6, titular do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, pelo período de 08 (oito) dias a contar do dia 13 de fevereiro de 2021 em ocorrência do falecimento do irmão.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 13 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 03 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**8B38EE1E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0024/2021, DE 03 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0221/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento de Pessoal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** da servidora, Sra. **FRANCILENE RAMOS DA SILVA** matricula 80.387-0, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 15 (quinze) dias a contar do dia 17 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 17 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 03 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**2427BD70

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0025/2021, DE 03 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 155 da Lei Municipal 019/97 que prevê o direito do gozo de férias pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos por cada ano trabalhado pelo funcionário; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0112/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento de Pessoal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER** a servidora, Sra. **ADRIANA MARIA DA SILVA,** titular do cargo de Técnica em Enfermagem**,** matrícula nº 40.331-1, **FÉRIAS referente ao exercício de 2019 a partir de 01/02/2021 a 28/02/2021.**

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 03 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**7FA16B9A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0026/2021, DE 03 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0227/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento de Pessoal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** do servidor, Sr. **JOSE ADELMO DE QUEIROZ IRMÃO** matricula 10.197-8, titular do cargo de Guarda Municipal, pelo período de 05 (cinco) dias a contar do dia 11 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional do servidor.
**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 11 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 03 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**D2D0111A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0027/2021, DE 03 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0118/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo e as informações do Departamento Pessoal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** do servidor, Sr. **JOSE EDUARDO MELO DA SILVA** matricula 70.001-6, titular do cargo de Guarda, pelo período de 02 (dois) dias a contar do dia 15 de janeiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 15 de janeiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 03 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**03026A13

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0028/2021, DE 03 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0094/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA GESTAÇÃO** da servidora, Sra. **JOYCE LEONARDO DA SILVA MENESES BARBOSA** matricula 91.050-4, titular do cargo de Assessora, a contar do dia 10 de fevereiro de 2021 ate o final da gestação.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 10 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 03 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**9AF81129

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0029/2021, DE 04 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0098/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** da servidora, Sra. **MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO DE MELO** matricula 90.246-7, titular do cargo de Dentista, pelo período de 10 (dez) dias a contar do dia 09 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 09 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 04 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**D9B5D597

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0030/2021, DE 04 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0096/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** do servidor, Sr. **CICERO AMANCIO DE AZEVEDO** matricula 10.090-1, titular do cargo de Gari, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar do dia 08 de fevereiro de 2021, sendo os 15 dias iniciais pagos pela Prefeitura e os 45 dias restantes pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional do servidor.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 08 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 04 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**FDC4C89B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0031/2021, DE 04 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0260/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** do servidor, Sr. **REGINALDO MAURICIO DA SILVA** matricula 10.128-9, titular do cargo de Gari, pelo período de 08 (oito) dias a contar do dia 26 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional do servidor.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 26 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 04 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**F745AD78

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0032/2021, DE 04 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0257/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** da servidora, Sra. **MARIA DO CEU NUNES CORDEIRO** matricula 50.221-9, titular do cargo de Professora, pelo período de 14 (quatorze) dias a contar do dia 26 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional do servidor.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 26 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 04 de Março de 2021.

*CÉSAR SOUSA PESSOA*
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**69B82FA5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0033/2021, DE 04 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 161 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0249/2021 com Atestado Médico anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** da servidora, Sra. **ADRIANA DA COSTA SANTOS** matricula 91.068-3, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 10 (dez) dias a contar do dia 23 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 23 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 04 de Março de 2021.

*CÉSAR SOUSA PESSOA*
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**64AA6C5C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N° 0034/2021, DE 04 DE MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013,
**CONSIDERANDO:**
a) a classificação em 11/03/2020, pela OMS, da COVID-19 como pandemia;
b) que as medidas previstas na Lei n 13.979/2020 buscam resguardar a saúde pública e, no caso específico da COVID-19, a propagação da doença quando entra em fase de transmissão comunitária;
c) a necessidade de minimizar as chances de contágio nas dependências da sede da Prefeitura Municipal de Tabira, bem assim nos órgãos a ela vinculados;
d) o dever em garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos;
e) a possibilidade de regulamentar o fluxo de pessoas nas dependências dos órgãos municipais;
f) a possibilidade de haver a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis para continuidade na prestação de considerável número de serviços;
g) que as medidas restritivas visam apenas minimizar as chances de contágio e proliferação do COVID-19, não trazendo nenhum prejuízo à continuidade do serviço público;
h) o Decreto Municipal 0011/2021, de 02 de março de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1°-** Normatizar o protocolo mínimo municipal de ingresso de pessoas com previsão de aferição de temperatura corporal previamente à entrada de pessoas nas dependências da sede da Prefeitura Municipal de Tabira e demais prédios públicos vinculados a Secretaria Municipal de Administração, e consequente inviabilização de entrada das pessoas em estado febril, com o objetivo declarado de proteção da coletividade contra os efeitos da proliferação do novo coronavírus (COVID-19).
**Art. 2º -** O ingresso de pessoas na repartição se dará apenas para resolução de questões consideradas urgentes e, ainda, mediante justificativa plausível sobre o acesso impreterível às dependências.
**Parágrafo único –** Na hipótese em que a resolução da demanda possa ser realizada via acesso remoto, telefone, e-mail institucional e/ou intermédio de entrega de documentos, a edilidade garantirá a plena atenção ao requerimento realizado, equiparando o atendimento remoto ao atendimento presencial para todos os efeitos.
**Art. 3º -** Não será permitida a permanência de pessoas nas dependências da sede da Prefeitura Municipal quando não tiverem o intuito de prestar serviços ou resolver questões pendentes e urgentes.
**Art. 4º -** Para evitar a entrada de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19, que possam disseminar a doença nas dependências da Prefeitura Municipal, todas as pessoas deverão, além de fazer uso de máscaras, serem submetidas ao serviço de aferição de temperatura corporal, no momento do acesso às dependências da sede governamental.
§ 1º O responsável pela aferição da temperatura deverá:
I - realizar abordagem com urbanidade e informar sobre o serviço de realização da aferição de temperatura e a obrigatoriedade do uso de máscara para o acesso ao prédio; e
II - aferir a temperatura da pessoa com termômetro infravermelho.
§ 2º Aferida a temperatura de qualquer pessoa, observar-se-á que:
I - se a temperatura estiver dentro da normalidade (<37.5°C), deverá orientá-lo quanto:
a) à necessidade do uso de álcool em gel para higienização das mãos;
b) à importância de manter o distanciamento mínimo de 1m (um metro) entre as pessoas; e
c) a obrigatoriedade o uso de máscara durante todo o período em que permanecer nas dependências da prefeitura.
III - se a temperatura for indicativa de febre (>37.5°C), deverá o aferidor reaferir a temperatura, após alguns minutos, preferencialmente com outro termômetro, caso tenha disponibilidade;
III - se a temperatura se mantiver indicativa de febre (>37.5°C) ou superior, o aferidor deverá:
a) restringir o acesso desta pessoa às dependências da prefeitura e/ou órgão municipal; e
b) sugerir que a pessoa procure uma unidade de saúde ou seu médico.
§ 3º Para os servidores, empregados públicos e contratados temporários, cuja temperatura mantenha-se indicativa de febre (>37.5°C) ou superior, o aferidor deverá sugerir à pessoa que procure uma unidade de saúde ou seu médico, bem como que se mantenha afastado do trabalho e permaneça em isolamento domiciliar, por 14 (quatorze) dias ou até o resultado do teste que elimine a suspeita de infecção.
§ 4º Para os cidadãos que procurarem os serviços ofertados pela Prefeitura Municipal, cuja temperatura mantenha-se indicativa de febre (>37.5°C) ou superior, o aferidor deverá orientar o cidadão a realizar o reagendamento do serviço, via e-mail ou outros meios remotos.
**Art. 5º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 04 de março de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 04 de março de 2021.

*CÉSAR SOUSA PESSOA*
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**0F124323

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0035/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 155 da Lei Municipal 019/97 que prevê o direito do gozo de férias pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos por cada ano trabalhado pelo funcionário; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 028/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e o parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER** a servidora, Sra. **LUCINEIDE ALVES DE SIQUEIRA MOURA,** titular do cargo de Margarida**,** matrícula nº 10.148-9, **FÉRIAS referente ao exercício de 2018 a partir de 01/02/2021 a 02/03/2021.**

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**51284E6C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0036/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 190 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0036/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo**,**

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora, Sra. **MARIA GORETE SILVA BARBOSA,** matricula 50.250-0, titular do cargo de Professora, pelo período de 01 (um) mês.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**E2E30C8B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0037/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 190 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0052/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e o parecer jurídico opinativo**, CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora, Sra. **CLEONILDES CORDEIRO DA SILVA,** matricula 50.037-2, titular do cargo de Professora, pelo período de 02 (dois) meses.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**4F386757

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0038/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 190 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0107/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e o parecer jurídico opinativo**, CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora, Sra. **ARACELIS BATISTA AMARAL,** matricula 50.385-5, titular do cargo de Professora, pelo período de 01 (um) mês a contar do dia 01 de março de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do dia 01 de março de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**051BF997

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0039/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 190 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0047/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e o parecer jurídico opinativo**, CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora, Sra. **MARIA DO SOCORRO GUEDES DE MELO,** matricula 50.234, titular do cargo de Professora, pelo período de 02 (dois) meses a contar do dia 04 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do dia 04 de fevereiro de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**8FD8CEF6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0040/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0007/2021 com cópia do Certificado de Pós Graduação anexo e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento de Pessoal e parecer jurídico opinativo,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- DEFERIR** o pedido de **INCLUSÃO DO CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO** da servidora, Sra. **DEYSA LEIDEANE NUNES DE QUEIROZ SANTOS** matricula 50.475-5, titular do cargo de Professora.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**1777C5BA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0041/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 145 da Lei Municipal n°019/97 que prevê um adicional correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento do seu cargo efetivo por quinquênio de efetivo exercício no serviço publico municipal; **CONSIDERANDO** o Art. 148 da Lei Municipal nº019/97 que trata do adicional de insalubridade; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0054/2021 e as informações fornecidas pela diretoria do Departamento Pessoal e o parecer jurídico opinativo e **CONSIDERANDO** o direito e a viabilidade do pedido;

**RESOLVE:**
**Art. 1°- DEFERIR** o pedido do 3º (terceiro) quinquênio requerido pela servidora, Sra. MARIA DE LOURDES VIEIRA TIMOTEO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 40.400-5.
**Art. 2º - INDEFERIR** o pedido do adicional de insalubridade, tendo em vista que o serviço prestado pela servidora não se enquadra nas atividades que fazem jus ao adicional ora requerido por tratar-se de atendimento domiciliar.

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**9F31F069

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0042/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 190 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0106/2021 e; **CONSIDERANDO** as informações do Departamento Pessoal e o parecer jurídico opinativo**, CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora, Sra. **MARIA DE LOURDES FERREIRA DE LIMA,** matricula 10.058-7, titular do cargo de Telefonista, pelo período de 30 (trinta) dias.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**B2BC5725

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0043/2021, DE 05 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 148 da Lei Municipal nº019/97 que trata do adicional de insalubridade e os requisitos para sua concessão; **CONSIDERANDO** o Art. 7º da Constituição Federal de 1988; **CONSIDERANDO** o requerimento nº 0053/2021 e as informações fornecidas pela diretoria do Departamento Pessoal; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo e **CONSIDERANDO** o direito e a viabilidade do pedido;

**RESOLVE:**

**Art. 1°- INDEFERIR** o pedido do adicional de insalubridade da servidora, Sra. **SOCORRO KARINE ALVES DA SILVA**, matricula 40.436-9, titular do cargo de Auxiliar de Farmácia, tendo em vista que

o serviço prestado pela servidora não se enquadra nas atividades que fazem jus ao adicional ora requerido.

**Art. 2º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 05 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**8FBC1712

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0044/2021, DE 08 MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 148 da Lei Municipal nº019/97 que trata do adicional de insalubridade e os requisitos para sua concessão; **CONSIDERANDO** o Art. 7º da Constituição Federal de 1988; **CONSIDERANDO** o requerimento da servidora; **CONSIDERANDO** o parecer jurídico opinativo; **CONSIDERANDO** a Lei nº 850/2016, Art. 3º, paragrafo primeiro que trata dos requisitos para concessão da gratificação do PMAQ; e **CONSIDERANDO** o Principio da legalidade, oportunidade e conveniência administrativa,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- INDEFERIR** o pedido do adicional de insalubridade da servidora, Sra. **ÉRICA REGINA DA SILVA**, matricula 40.444-6, titular do cargo de Assistente Social, com lotação no CAPS, tendo em vista que o serviço prestado pela servidora não se enquadra nas atividades que fazem jus ao adicional ora requerido.

**Art. 2º - INDEFERIR** o pedido de produtividade tendo em vista que um dos requisitos para receber a gratificação do PMAQ é estar o servidor lotado no NASF.

**Art. 3º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional da servidora.

**Art. 4º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 08 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**2B07F502

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEMAD N° 0045/2021, DE 08 DE MARÇO DE 2021**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABIRA,** Estado de Pernambuco, no uso da sua competência que lhe foi atribuída pelo Art. 1º do Decreto nº 029, de 17 de junho de 2013, **CONSIDERANDO** o Art. 103 da Lei nº 019/1997; **CONSIDERANDO** as informações prestadas pela coordenação do Setor de Epidemiologia,

**RESOLVE:**

**Art. 1°- REGISTRAR** 02 (duas) faltas injustificadas do servidor, Sr. **DANYLLO CORDEIRO ALVES,** matrícula 40.465-0, titular do cargo de Agente de Endemias, ocorrida no dia 18 de janeiro e no dia 01 de fevereiro do corrente ano.

**Art. 2º - REGISTRAR** 03 (três) faltas injustificadas da servidora, Sra. **KARLA IRACEMA ALVES CORDEIRO,** matrícula 40.452-1, titular do cargo de Agente de Endemias, ocorrida no dia 25 de janeiro e nos dias 01 e 08 de fevereiro do corrente ano.

**Art. 3º - REGISTRAR** 01 (uma) falta injustificada do servidor, Sr. **INACIO SERGIO,** matrícula 40.465-0, titular do cargo de Agente de Endemias, ocorrida no dia 18 de janeiro e no dia 01 de fevereiro do corrente ano.

**Art. 4º - DETERMINAR** que o Departamento Pessoal proceda as devidas anotações na ficha funcional dos servidores elencados nesta portaria.

**Art. 3º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tabira, 08 de Março de 2021.

***CÉSAR SOUSA PESSOA***
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**
Adla Maria Santos da Silva
**Código Identificador:**9E03FFFC

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITIVO**

Extrato do 7º Aditivo do Contrato Nº: 20/2020. Processo Nº 017/2020. CPL. Aditar reequilíbrio de preço. Objeto **AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS DE ÓLEO E DE AR,** de acordo com o Processo Licitatório n° 019/2020**.** Contratada a empresa: FREITAS COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.001.182/0001-88. Aditar valor da gasolina em 4,1% e valor do diesel tipo S-10 em 2,29%.

Tacaimbó, 11 de fevereiro de 2021.

***MÁRCIO FURTUNATO DE SOUZA.***
Presidente da CPL.

**Publicado por:**
Márcio Furtunato de Souza
**Código Identificador:**91C643F1

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 015/2020. CPL. Pregão Eletrônico (SRP) Nº 003/2020, Aquisição. **Fornecimento parcelado de combustíveis,** para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Tacaimbó/PE**, em conformidade com as especificações do Termo de Referência no edital.** Valor estimado: estimado **R$ 64.660,00** (sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta reais). Data da Sessão de Abertura: 22/03/2021 às 09:00hs. Edital, anexos e outras informações podem ser retirados na sede da prefeitura municipal de Tacaimbó/PE, sala de licitação, na Rua Sebastião Clemente, s/n, centro, Tacaimbó/PE, outras informações podem ser obtidos no Site: http://.bnc.org.br
Whatsapp (41) 9.9136-7677
Curitiba PR (41) 3097-4250
BNC e-mail: contato@bnc.org.br

Tacaimbó 29 de julho de 2020.

***MÁRCIO FURTUNATO DE SOUZA.***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Márcio Furtunato de Souza
**Código Identificador:**BBF2AEB0

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº 112** /2021
O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal:
CONSIDERANDO: a adesão ao Programa Leite de Todos, afirmado entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e a secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de reduzir as deficiências nutricionais da população carente, com prioridade para crianças, gestantes e nutrizes, com distribuição diária gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado para a família;
**RESOLVE:**
**Art. 1 –** Designar a servidora pública Municipal a Srª **Inalda Austríclinio da Silva** portadora do RG 4689759 SSP/PE do CPF 023.472.414-51, para acompanhar o Programa Leite de Todos, na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Tacaimbó-PE.
**Art. 2 –** A presente portaria tem efeito retroativo a, 02 de janeiro de 2021

Registre-se e Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 3 de Fevereiro de 2021

***ÁLVARO ALCÂNTARA MARQUES DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Márcio Furtunato de Souza
**Código Identificador:**05EF726E

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE TACARATU**

**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TACARATU**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 001/2021. Objeto: Contratação de empresa que execute os serviços de transmissão do sinal de internet para o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Tacaratu/PE. Contratado: Natel Telecom Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº40.847.352/0001-00. VALOR: R$ 170,00 (cento e setenta reais), perfazendo um valor global de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses. Fundamento: (sem vinculo com Processo licitatório). Data: 04/01/2021.

***MARIA AUDENIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA,***
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**2D4AAE5B

**SECRETARIA MUNICIPA DE AÇÃO SOCIAL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 001/2021. Objeto: Locação de imóvel à Secretaria Municipal de Ação Social, para o funcionamento do CREAS. Contratado: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, CNPJ Nº 10.878.339/0007-34. VALOR: O preço mensal de R$ 270,00 (Duzentos e setenta reais), totalizando assim o valor do aluguel R$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais); Vigência: 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 término 31/12/2021. Fundamento: ( sem vinculo com Processo licitatório). Data: 04/01/2021.

***MARIA AUDENIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA,***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**778EF34E

**SECRETARIA MUNICIPA DE AÇÃO SOCIAL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 002/2021. Objeto: Locação de imóvel à Secretaria Municipal de Ação Social, para o funcionamento do CRAS - Centro de referência de Assistência Social, Projovem Adolescente e PAIF. Contratado: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, CNPJ Nº 10.878.339/0007-34. VALOR: O preço mensal de R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), totalizando assim o valor de R$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais); Vigência: 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 término 31/12/2021. Fundamento: ( sem vinculo com Processo licitatório). Data: 04/01/2021.

***MARIA AUDENIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA,***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**57C952CB

**SECRETARIA MUNICIPA DE AÇÃO SOCIAL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 003/2021. Objeto: Contratação de empresa que execute os serviços de transmissão do sinal de internet para Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Tacaratu/PE. Contratado: Natel Telecom Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº40.847.352/0001-00. VALOR: **R$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta reais), perfazendo um valor global de R$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)**; Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses. Fundamento: (sem vinculo com Processo licitatório). Data: 04/01/2021.

***MARIA AUDENIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA,***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**58A87666

**SECRETARIA MUNICIPA DE AÇÃO SOCIAL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 004/2021. Objeto: Locação de imovel Fundo Municipal de Assistência Social, para o funcionamento do Concelho Tutelar. Contratado: DARIO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº 534.755.185-20. VALOR: O valor mensal deste contrato será de R$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total até o dia 31/01/2022 em R$ 12.000,00 (doze mil reais); Vigência: 12 (doze meses) a partir de sua assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo licitatório). Data: 01/02/2021

***. MARIA AUDENIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA,***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**3DA46E79

**SECRETARIA MUNICIPA DE AÇÃO SOCIAL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 005/2021. Objeto: Locação de imovel ao Fundo Municipal de Assistência Social, com a finalidade única e exclusiva para Programas, Serviços e Projetos da Politica Publica de Assistência Social, no âmbito territorial, (CASA DO LEITE). Contratado: **GILSON GOMES DE ALMEIDA**, inscrito no CPF/MF SOB nº 026.129.774-06. VALOR: O valor mensal deste contrato será R$ 1.090,00 (um mil e noventa reais) mensal; Vigência: 11 (onze meses) a partir de sua assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo licitatório). Data: 01/02/2021.

***MARIA AUDENIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA,***
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**D3E44D13

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 001/2021. Objeto: contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de Expediente e Didático para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Tacaratu; e dos Fundos Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social. Contratado: J. A. ALIMENTOS E PAPELARIA EIRELI, CNPJ nº 05.477.561/0001-08. VALOR: R$1.043.346,23 (um milhão quarenta e três mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos); Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura. Fundamento: (Processo Licitatório n° 042/2019, Pregão Presencial n.º014/2019). Data: 04/01/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**02A46FEA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 002/2021. Objeto: Locação de imovel a Prefeitura Municipal de Tacaratu, para o funcionamento do Posto CIRETRAN. Contratado: JOSÉ MILTON GUEIROS, inscrito no CPF/MF sob nº 632.456.804-06. VALOR: R$ 800,00 (oitocentos reais), perfazendo o valor total em R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses. Fundamento: (sem vinculo com Processo licitatório). Data: 04/01/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**A9E23A64

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 003/2021. Objeto: Locação de veículos administrativos para atender as necessidades iniciais do Gabinete, Secretarias de Ação Social, Educação, Infraestrutura e Saúde. Locação com quilometragem livre, sem condutor em caráter de emergência. Contratado: ALLIANCE LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 15.918.862/0001-75. VALOR: R$ 627.240,00 (seiscentos e vinte e sete mil duzentos e quarenta reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (tres) meses. Fundamento: (Processo Administrativo nº 002/2021 – Dispensa de Licitação nº 001/2021). Data: 12/01/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**360A74A0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 006/2021. Objeto: Locação de omóvel destinado ao funcionamento de reuniões com famílias, crianças, idosos e beneficiados por programas sociais, bem como reuniões de qualquer outra natureza não especificados anteriormente, Seminários, Conferências dos Conselheiros Municipal e instalações de programas de acordo com a necessidade do Executivo Municipal. Contratado: ANA PAULA DE LIMA TORRES CAVALCANTI, inscrita no CPF/MF sob Nº 377.702.504-63. VALOR: mensal é de R$ 500,00 (quinhentos reais) totalizando assim o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatório). Data: 01/02/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**27603480

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 007/2021. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de instalação, manutenção e alimentação do site da Prefeitura Municipal de Tacaratu/PE. Contratado: ROSANA KELLY FEITOSA BARBOSA 00532926501, CNPJ nº 40.668.948/0001-34. VALOR: R$ 1.460,00 (um mil quatrocentos e sessenta reais), perfazendo um valor global de R$ 17.520,00(dezessete mil quinhentos e vinte reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatório). Data: 10/02/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**C1394104

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 008/2021. Objeto: Contratação de empresa que execute os serviços de transmissão do sinal de internet para a Secretaria de Administração, Secretaria Finanças, Secretaria Governo e demais departamentos integrantes das referidas secretarias do Município de Tacaratu-PE. Contratado: Natel Telecom Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº40.847.352/0001-00. VALOR: R$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais), perfazendo um valor global de R$ 8.670,00 (oito mil seiscentos e setenta reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatório). Data: 04/01/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**62845E2D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL**

**Decreto nº 007 de 08 março de 2021.**

Ementa*:* Dispõe sobre o expediente interno das repartições públicas municipais em razão das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e de prevenção ao contágio pelo Coronavírus – Covid-19, no âmbito do município de Tacaratu, e dá outras providências.

**O Prefeito do Município de Tacaratu - PE**, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas na Lei Orgânica do Município;

**Considerando** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

**Considerando** que compete concorrentemente à União, aos Estados e Distrito Federal e os Municípios legislarem e executarem medidas

concernentes à promoção e à proteção da saúde pública em caráter preventivo e assistencial, nos termos do disposto no inciso II do art. 23, no inciso XII do art. 24 e no art. 198 da Constituição Federal de 1988 e da decisão no STF da ADI nº 6.341;

**Considerando** a declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, prevista no Decreto Estadual nº 48.833, de 20 de março de 2020 e mantida pelo Decreto Estadual nº 49.959 de 16 de dezembro de 2020;

**Considerando** a prorrogação da declaração de situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Munícipio de Tacaratu/PE, em virtude da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do Coronavírus, prevista no Decreto Municipal nº 001, de 04 de janeiro de 2021 que foi reconhecido pelo Decreto Legislativo Estadual nº 196 de 14 de janeiro de 2021;

**Considerando** a segunda onda de contágio de pessoas contaminadas com o COVID-19 em todo o território nacional, assim como no Estado de Pernambuco, e o considerável aumento na média de mortes pela enfermidade; a alta taxa de ocupação de leitos de UTI, bem como a circulação de variantes do novo coronavírus que expõe a população a maiores riscos no momento;

**Considerando** o teor do Decreto estadual 50.346/21, que estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas, por período determinado, e consolida as normas vigentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

**Considerando** o atraso na imunização da população de Tacaratu decorrente de ausência de doses suficientes fornecidas pelo Governo Federal, e, ainda, em razão da inexistência de um cronograma definido de conclusão do processo de imunização da população brasileira contra o coronavírus;

**Considerando** por fim, a necessidade de manutenção das medidas sanitárias e administrativas voltadas ao enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus,

**D E C R E T A**

**Art. 1º.** Fica estabelecido, que todas as repartições públicas municipais, salvo os estabelecimentos de saúde, funcionarão apenas com expediente interno, em razão do estado de "emergência em saúde pública", segundo a definição do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19.

**Parágrafo único.** A decretação a que se refere o caput terá vigência de 08 (oito) dias, ou seja, a partir do dia 10 ao dia 17 de março de 2021.

**Art. 2º.** Fica determinada a reorganização dos serviços públicos municipais, para fixar no período de 10 a 17 de Março de 2021, ou por tempo que se fizer necessário, o expediente interno para rotina dos serviços administrativos no âmbito das chamadas atividades meio, sendo mantidas as atividades já programadas, devendo os atendimentos individualizados serem agendados por telefone ou e-mail.

**Art. 3º.** Fica determinada reorganização dos serviços públicos municipais, para que sejam suspensas as atividades com grupos, sejam nos serviços públicos da Saúde, da Assistência Social e dos Esportes, como reuniões dos grupos de acompanhamento tais como os de idosos, de hipertensos ou de diabéticos, ou atividades esportivas, e eventos em grupo, sendo, porém, mantidos os atendimentos individuais com as visitas domiciliares ou nas repartições, pelos profissionais especializados das áreas.

**Art. 4º.** O presente Decreto vigerá de 10 ao dia 17 de Março de 2021, podendo ser prorrogado em decorrência das restrições impostas no âmbito do Estado de Pernambuco, sendo revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Tacaratu, 08 de março de 2021.**

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAÚJO***
Prefeito

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**5D027A28

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 001/2021. Objeto: Contratação de empresa que execute os serviços de transmissão do sinal de internet para o Fundo Municipal de Educação e demais departamentos integrantes do referido Fundo do Município de TACARATU-PE. Contratado: Natel Telecom Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº40.847.352/0001-00. VALOR: R$ 1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais), perfazendo um valor global de R$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses. Fundamento: (sem vinculo com Processo licitatório). Data: 04/01/2021.

***MARGARETE FREIRE RODRIGUES,***
Gestora do Fundo Municipal de Educação.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**337D6B6B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 005/2021. Objeto: contratação de empresa de Prestação de Serviços técnicos de engenharia e Estudos de sondagem geotécnica e determinação e estudo do coeficiente de percolação do solo/teste de absorção. Contratado: ASPT ENGENHARIA, GEOTECNIA E SERVIÇOS TECNICOS LTDA, CNPJ nº 23.947.404/0001-92. VALOR: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 01 (um) mês. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatorio). Data: 27/01/2021.

***WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO,***
Prefeito.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**19880BB4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 001/2021. Objeto: Contratação de empresa que execute os serviços de transmissão do sinal de internet para o Fundo Municipal de Saúde, Hospital, PSF-02, PSF-03, PSF-04, AG. de Endemias, Laboratório e demais departamentos integrantes do referido Fundo do Município de TACARATU-PE. Contratado: Natel Telecom Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº40.847.352/0001-00. VALOR: R$ 1.820,00 (um mil oitocentos e vinte reais), perfazendo um valor global de R$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatório). Data: 04/01/2021.

***RAQUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO HENRIQUE,***
Gestora do Fundo Municipal de Saude.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**D8CAC6C6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 002/2021. Objeto: locação de Equipamentos e Aparelhos de fisioterapia à Contratada, a fim de compor o serviço do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF. O NASF é uma estratégia inovadora que tem por objetivo apoiar, ampliar e aperfeiçoar a atenção e a gestão da Saúde na atenção primaria. Contratado: ALEX RORIZ DE MENEZES LUSTOSA CARVALHO, CPF nº 081.925.394-40. VALOR: R$ 17.520,00 (dezessete mil quinhentos e vinte reais), dividida em 12 parcelas mensais e sucessivas de R$ 1.460,00 (um mil quatrocentos e sessenta reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatório). Data: 04/01/2021.

***RAQUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO HENRIQUE,***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**C371D618

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 003/2021. Objeto: contratação de empresa para Prestação de Serviços de Consultoria em Gestão Publica Serviços de Saúde Publica Sistema Único de Saúde SUS. Contratado: SEAAG – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E GERENCIAL LTDA - ME, CNPJ nº 27.379.778/0001-00. VALOR: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), sendo R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensal; Vigência: O presente contrato terá vigência de 05 (cinco) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatório). Data: 04/01/2021.

***RAQUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO HENRIQUE,***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**566FCC29

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 004/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (CASA DE APOIO), PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES DO TFD (TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO), NA CIDADE DO RECIFE, CAPITAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO tendo em vista a situação de emergência e necessária que se encontra a Secretaria de Saúde para que se inicie os trabalhos precípuos da Administração Pública e possa atender os anseios e necessidades da população em atendimento hospitalar na capital. Contratado: ANDRE CAVALCANTE DE ALENCAR DUARTE-ME, CNPJ nº 10.566.638/0001-48. VALOR: R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) global; Vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (Processo Administrativo nº 002/2021 – Dispensa de Licitação nº 001/2021). Data: 28/01/2021.

***RAQUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO HENRIQUE,***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**E6C5B020

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 005/2021. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR MODELO DO TIPO PASSEIO COM CAPACIDADE PARA CINCO PESSOAS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TACARATU – PE. Contratado: GIVEL – GIVALDO VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.571.437/0001-97. VALOR: R$ 54.800,00 (cinqüenta e quatro mil e oitocentos reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 01 (um) mês a contar da data de assinatura. Fundamento: (Processo Administrativo nº 001/2021 – Pregão Eletrônico nº 001/2021). Data: 10/02/2021.

***RAQUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO HENRIQUE,***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**3DDC0EA5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CT 006/2021. Objeto: Locação de imoel ao Fundo Municipal de Saúde, com a finalidade única e exclusiva para o armazenamento dos produtos destinados aos Agentes de Endemias. Contratado: TANIA MARIA VIANA DE ARAUJO BICHEIRO, inscrita no CPF/MF SOB nº 103.382.408-96. VALOR: O valor mensal deste contrato será de R$ 400,00 (quatrocentos reais); Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Fundamento: (sem vinculo com Processo Licitatorio). Data: 01/02/2021.

***RAQUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO HENRIQUE,***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Publicado por:**
Ivanilson Gomes de Araujo
**Código Identificador:**652B523A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ-GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO N. 011/2021**

EMENTA: Dispõe sobre medidas restritivas adicionais à disseminação do contágio do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo Municipal de Tamandaré/PE., e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ/PE, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas pelo art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, decreta:

CONSIDERANDO a situação de emergência de saúde pública por causa do COVID-19 que motivou a publicação de nova adequação do Plano de Segurança de Saúde Pública e das atividades presenciais, de modo a assegurar o respeito à vida e a saúde dos servidores e dos cidadãos;

CONSIDERANDO o constante acompanhamento realizado pelo Governo de Pernambuco, e ainda a decisão urgente do Governo de Pernambuco que após análise do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 anunciou, nesta segunda-feira (01.03), a proibição das atividades não essenciais em todo estado;

CONSIDERANDO o DECRETO N2 50.323, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021 do Governo de Pernambuco que estabelece regras e impõe novas medidas restritivas e temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO por fim, que o aumento do contágio do COVID-19 vem ultrapassando os limites do tolerável, chegando a atingir 93% de ocupação dos leitos de terapia intensiva no Estado de Pernambuco e ainda com a contaminação em situação de grave ascendência;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e

igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

RESOLVE

Artigo 1° - Fica suspensa até 18 de março de 2021 no âmbito deste poder, os trabalhos e serviços administrativos externos:

Parágrafo 1º - Os trabalhos administrativos internos devem funcionar de forma resumida, devendo os servidores utilizar as cautelas sanitárias devidas com distanciamento regulamentar, máscaras e álcool para higienização.

Parágrafo 2º - Servidores, prestadores de serviços, que tiverem sintomas, deverão de forma incontinenti se afastar de suas atividades e procurar atendimento médico só devendo retornar ao serviço após cumprimento período de quarentena ou mediante autorização médica.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na sua data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tamandaré/PE, 08 de março de 2021

***ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES***
Prefeito do Município de Tamandaré/PE

**Publicado por:**
Myrana Kerllyne Alves Costa
**Código Identificador:**20F31723

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO Nº 015/2021 EMENTA: DISPÕE SOBRE O PAAI- PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO Nº 015/2021**

EMENTA: DISPÕE SOBRE O PAAI- PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE – PE,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68, inciso V da Lei Orgânica do Município de 05 de dezembro de 2016.

Considerando a Instrução Normativa Nº 002/2011- UCI, de 22/03/2011 da Unidade de Controle Interno, que dispõe sobre os padrões e procedimentos sobre auditoria interna, no âmbito da administração direta e indireta;

**DECRETA**:

**Art. 1º** – Fica aprovado o PAAI- Plano Anual de Auditoria Interna, apresentado pela UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – UCI, para o exercício de 2020, nos termos do Anexo Único deste Decreto;

**Art. 2º** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Taquaritinga do Norte, 05 de Março de 2021.

***IVANILDO MESTRE BEZERRA***
Prefeito

**Publicado por:**
Eliene Oliveira Nascimento
**Código Identificador:**E33B528A

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA

**PREFEITURA DE TIMBAÚBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL COTAÇÃO PARA INSUMOS COVID**

Solicitação de Cotação – INSUMOS COVID

**Item 1 –** Aquisição de Teste Rápido para anticorpos SARS-CoV – 2 IgG/IgM (2500 unidades)

**Item 2 –** Aquisição de 02(DOIS) circuitos para RESPIRADOR GRAPHNET TS, contendo 04(quatro) traqueias em silicone 1400MM x com bocal 22MM e 01(um) Conector "Y" de polietileno com sensor de fluxo para respirador fixo.

Os interessados podem enviar cotações através do e-mail: cotacaotimbauba2021@gmail.com até dia 12 de março de 2021.

Setor de Cotações

**Publicado por:**
Raquel de Andrade Barbosa
**Código Identificador:**46943E4F

**PREFEITURA DE TIMBAÚBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N º 002/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2021**

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Timbaúba torna público, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, que reconhece e ratifica a dispensa de licitação para aquisição parcelada de fórmulas nutricionais diversas a serem fornecidas, de forma emergencial, para atender as necessidades de usuários com alimentação enteral ou com deficiência nutricional atendidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Timbaúba – PE**.** Contratada: **FARMÁCIA DEZ LTDA, CNPJ: 11.855.107/0001-08**. Valor de **R$ 39.752,81 (trinta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos) e TECNOVIDA COMERCIAL LTDA, CNPJ: 01.884.446/0001.99.** Valor de **R$ 9.024,00 (nove mil e vinte e quatro reais)** por um período de até 90 dias. Com base no Parecer Jurídico e fulcro no art. 24, inciso IV do mesmo diploma legal.

Timbaúba, 24 de fevereiro de 2021.

***MARILEIDE ROSENDO DE ALBUQUERQUE***
Gestora Interina.

**Publicado por:**
Raquel de Andrade Barbosa
**Código Identificador:**59C9709C

**PREFEITURA DE TIMBAÚBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N º 004/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2021**

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Timbaúba torna público, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, que reconhece e ratifica a dispensa de licitação para Compra Emergencial de itens de medicamentos e material penso para utilização na UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO e demais unidades de Saúde do Município de Timbaúba – PE**.** Contratadas: **A. R. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA de CNPJ N° 32.929.561/0001-66** no valor de R$ 71.427,96 (setenta e um mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos); **D. ARAÚJO COMERCIAL EIRELI de CNPJ Nº 23.680.034/0001-70** no valor de R$ 44.173,60 (quarenta e quatro mil cento e setenta e três reais e sessenta centavos); **DROGAFONTE LTDA de CNPJ Nº 08.778.201/0001-26** no valor de R$ 27.909,00 (vinte e sete mil, novecentos e nove reais)**; LAGEAN COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA de CNPJ Nº 08.819.724/0001-73** no

valor de R$ 335.391,76 (trezentos e trinta e cinco mil trezentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos); **NNMED – DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA de CNPJ 15.218.561/0001-39** no valor de R$ 4.407,80 (quatro mil quatrocentos e sete reais e oitenta centavos); **STAR MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI de CNPJ 37.573.478/0001-10** no valor de R$ 190.335,70 (cento e noventa mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) **e OLINDA MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI de CNPJ 27.029.310/0001-95** no valor de R$ 25.121,20 (vinte e cinco mil cento e vinte e um reais e vinte centavos), por um período de até 90 dias. Com base no Parecer Jurídico e fulcro no art. 24, inciso IV do mesmo diploma legal.

Timbaúba, 22 de fevereiro de 2021.

***MARILEIDE ROSENDO DE ALBUQUERQUE***
Gestora Interina.

**Publicado por:**
Raquel de Andrade Barbosa
**Código Identificador:**872E181D

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TORITAMA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE LICITAÇÃO (REPUBLICAÇÃO)

**PROCESSO LICITATÓRIO PMT Nº 002/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO (REPUBLICAÇÃO) PMT Nº 001/2021**. Objeto: **Registro de Preços** para **aquisição de coletes balísticos, incluindo a capa e as placas de proteção de Nível II, visando atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Toritama-PE, nos diversos serviços operacionais.** Valor total máximo **R$ 98.754,70 (noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos)**. Data e hora da abertura **23/03/2021** às **09:00** horas (horário de Brasília/DF), no sitio: www.bnc.org.br. Os interessados poderão acessar e fazer download do edital e anexos nos sites: www.bnc.org.br e www.toritama.pe.gov.br. Outras informações podem ser obtidas na sala da CPL, situada no prédio do Centro Administrativo da Prefeitura situado a Av. Dorival José Pereira, nº 1.370, 1º andar, Parque das Feiras – Toritama/PE no horário das 08:00 às 12:00hs, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação por e-mail: cpltoritama.prefeitura@gmail.com

Toritama/PE, 08 de março de 2021.

***MARCELA KARYNE DE ARAÚJO CABRAL***
Pregoeira.

**Publicado por:**
Marcela Karyne de Araujo Cabral
**Código Identificador:**814089C4

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TRINDADE

### GABINETE DO PREFEITO
### FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSOES DE TRINDADE - FUMAP EXTRATO DE CONTRATO

**PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSOES DE TRINDADE - FUMAP**, inscrito no CNPJ sob nº 08.571.006/0001-20, e **FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº. 00.483.195/0001-78,
**SIGNATÁRIOS:**Emanoele da Silva Batista, Gerente, e Marco Aurélio Pavan, sócio administrador;
**OBJETO:**Termo de Cooperação Técnica, não onerosa, objetivando a operacionalização da gestão e controle das consignações em folha de pagamento. FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.
**VALOR:** SEM ÔNUS financeiro.
**VIGÊNCIA:** O presente termo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Trindade,8 de março de 2021.

***EMANOELE DA SILVA BATISTA***
Gerente

**Publicado por:**
Ádria Aparecida Leandro e Sá Granja
**Código Identificador:**5D291A7F

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - GABINENTE DA PREFEITA
### TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO:** Pregão Eletrônico n°. 002/2021, decorrente do Processo Administrativo n°. 002/2021. Objeto: Contratação de pessoa jurídica e equiparadas para eventual prestação de serviços de fornecimento de oxigênio hospitalar para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde – FMS de Trindade/PE. Licitante Vencedora: **DAMIAO NERE DELMONDES ME**, CNPJ/MF n° 21.459.676/0001-18. Valor: R$ 347.224,31 (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos). Fundamentação: Lei 8666/93 e Decreto 10.024/2019. Assinado dia 05 de março de 2021.

***HELBE DA SILVA RODRIGUES NASCIMENTO***
Prefeita Municipal.

**Publicado por:**
Maria Renata Fernandes de Sousa Lins
**Código Identificador:**002BE9CE

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - GABINENTE DA PREFEITA
### EXTRATO DE CONTRATO 005/2021

Dispensa de Licitação N° 003/2021, Processo Administrativo 014/2021, Contratada: **ALESSANDRO DE SOUZA MEDRADO CONSULTORIA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dioscoro de S. Gonzaga, n° 84, Centro, Santa Maria da Boa Vista - PE, CEP 56380-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.518.509/0001-87, neste ato representado por Alessandro de Souza Medrado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 03.495.284-27, residente e domiciliado na cidade de Santa Maria da Boa Vista, com fundamento no inc. II do art. 24, da Lei 8.666/93, pelo valor global de **R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**. Objeto: Contratação de empresa para realização de curso de formação de Pregoeiro visando capacitar os profissionais envolvidos em compras públicas no município de Trindade/PE. Assinado dia 04 de março de 2021.

***HELBE DA SILVA RODRIGUES NASCIMENTO***
Prefeita

**Publicado por:**
Maria Renata Fernandes de Sousa Lins
**Código Identificador:**83FF012A

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - GABINENTE DA PREFEITA
### EXTRATO DE CONTRATO 006/2021

Dispensa de Licitação N° 004/2021, Processo Administrativo 009/2021, Contratada:**L PASSOS COMERCIOS E SERVIÇOS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Professor Rômulo Almeida, 217, Acupe de Brotas, Salvador, Bahia, representada pelo seu sócio administrador, o Senhor Laura Antônia Reis de Almeida Passos, brasileira, divorciada, portador do CPF sob n° 251.858.885-04 e Carteira de Identidade sob o n° 0164692088 SSP/BA, Residente e domiciliado na rua General Severino filho, nº 1029, Casa 11A, Itapuã, Salvador, Bahia, com fundamento no inc. II do art. 24, da Lei 8.666/93, pelo valor global de**R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamento de autoclave de 50 litro, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Trindade, Pernambuco. Assinado dia 08 de março de 2021.

***HELBE DA SILVA RODRIGUES NASCIMENTO***
Prefeita

**Publicado por:**
Maria Renata Fernandes de Sousa Lins
**Código Identificador:**3BE61EDE

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TRIUNFO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - PE
### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório/PMT n° 012/2021 – Pregão Presencial /PMT nº 002/2021; OBJETO: Contratação de empresa especializada, MEI – Microempreendedor Individual e transportador autônomo, para prestação de serviços de locação e condução de veículos, para atendimento das necessidades do transporte escolar nas rotas especificadas no PROJETO BÁSICO, no Município de Triunfo – PE; VALOR ESTIMADO: **R$** 427.871,90; TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item; ABERTURA: 22/03/2021 às 09h00min; Portal Transparência: http://www.triunfo.pe.gov.br/portal-transparencia/processos-licitatorios/index. Qualquer dúvida entrar em contato com o setor de Licitação no horário de expediente das 07h30min às 13h30min; ou no E-mail: triunfocpl@hotmail.com; Fone: 87 3846 136

Triunfo 08 de Março de 2021.

***MARIA CLÁUDIA LIMA BARROS***
Pregoeira

**Publicado por:**
Poliana Carolina Santos Dias
**Código Identificador:**F283B7F2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE TUPANATINGA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANATINGA

**PROCESSO:** 012/2021. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** Tomada de Preços 001/2021. **NATUREZA DO OBJETO:** serviço. **OBJETO:** Construção de sistema simplificado de abastecimento de água na Zona Rural do município de Tupanatinga/PE. **VALOR MAXIMO ACEITAVEL** R$ 1.579.684,85 (hum milhão quinhentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 25/03/2021 às 10:01.
**PROCESSO:** 013/2021. **COMISSÃO:** Equipe de Pregão. **MODALIDADE:** Concorrência 001/2021. **NATUREZA DO OBJETO:** serviço. **OBJETO:** Manutenção predial programada, não programada, serviços de readequações de ambientes internos e externos de prédios e logradouros publico da Prefeitura Municipal de Tupanatinga/PE. **VALOR MAXIMO ACEITAVEL** R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09/04/2021 às 10:01. O edital está disponível: site ou https://www.tupanatinga.pe.gov.br. Fone 87 3856-1156**,**

Tupanatinga, 08 de março de 2021.

***SAULO DO NASCIMENTO FREITAS***
Presidente da CPL.

**Publicado por:**
Saulo do Nascimento Freitas
**Código Identificador:**14B06ED9

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### AVISO DE RESULTADO DAS PORPOSTAS DE PREÇOS
### PROCESSO 027/2020

**PROCESSO:** 027/2020. **COMISSÃO:** CPL. **MODALIDADE:** Tomada de Preços 006/2020. **NATUREZA DO OBJETO:** Serviço. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para pavimentação de vias urbanas, referente ao CONTRATO DE REPASSE 1028817-13. **RESULTADO:** JOSÉ ARTHUR ARAÚJO E SILVA EIRELI CNPJ 21.521.643/0001-48 apresentou proposta mais vantajosa com o valor global de R$ 405.326,72 (quatrocentos e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos).**Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso e contra-razoeis** .

Tupanatinga, 08 de março de 2021.

***SAULO DO NASCIMENTO FREITAS***
Presidente da CPL.

**Publicado por:**
Saulo do Nascimento Freitas
**Código Identificador:**6CA5ECA9

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE VENTUROSA

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE VENTUROSA
### PORTARIA N° 005/2021

A Presidente do IPSEV Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Venturosa no uso das atribuições conferidas pelo parágrafo único do art. artigo 27, da Lei Municipal nº. 569 de 18 de novembro de 2005, com a redação introduzida pela Lei Municipal nº 653 de 25 de março de 2011, tendo em vista a recomendação constante da Decisão Monocrática nº 663/2021 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 026/2020, relativa a Aposentadoria de LUCELIA DE ALMEIDA SIQUEIRA, matricula nº 1232..

Publique-se Registre-se e Cumpra-se.

Venturosa, 08 de março de 2021

***DINAY LEAL DA COSTA***
Diretora Presidente

**Publicado por:**
Jones Daniel Felix Moreno
**Código Identificador:**76EB6DD0

### PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
### FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VENTUROSA
### EXTRATO DE ADITIVO

**ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 004/2020.**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2019,** MODALIDADE **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE MISTA JUSTA MARIA BEZERRA - TÉRREO, LOCALIZADA NA AVENIDA CAPITÃO JUSTINO ALVES BEZERRA DO MUNICÍPIO DE VENTUROSA – PE.**

CONTRATADA: Contratada: **PRIME SOLUÇÕES & CONSTRUÇÕES EIRELI; CNPJ 27.056.094/0001-77**.

**OBJETO:** Acrescer a importância de **R$ 15.555,51 (quinze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).**

Venturosa, 01 de março de 2021.

***ADEMAR BEZERRA DOS SANTOS***
Gestor do FMS.

**Publicado por:**
Isaac Luiz Libório Rocha
**Código Identificador:**02FFB234

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VENTUROSA AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 013/2021**

**PROCESSO Nº 013/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021**
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DE FORMA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE MISTA JUSTA MARIA BEZERRA NO MUNICÍPIO DE VENTUROSA - PE.
**NATUREZA: COMPRAS;**
**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R$ 48.807,10;**
**ABERTURA: 29/03/2021 AS 10h05min.**
Edital disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br;
INFORMAÇÕES FONE 087-3833-1138 das 08h00min as 13h00min de segunda a sexta ou na sede da Prefeitura Municipal de Venturosa, sala da CPL, Rua Antônio Alexandre da Silva, nº 34. E-mail: licitacaosaudeventurosa@gmail.com.

*Venturosa, 08 de março de 2021.*

***ISAAC LUIZ LIBÓRIO ROCHA***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Isaac Luiz Libório Rocha
**Código Identificador:**69C8476E

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VENTUROSA AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 014/2021**

**PROCESSO Nº 014/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021**
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE PÃES E BOLOS DE FORMA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE MISTA JUSTA MARIA BEZERRA NO MUNICÍPIO DE VENTUROSA - PE.
**NATUREZA: COMPRAS;**
**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R$ 88.780,00;**
**ABERTURA: 29/03/2021 AS 13h05min.**
Edital disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br;
INFORMAÇÕES FONE 087-3833-1138 das 08h00min as 13h00min de segunda a sexta ou na sede da Prefeitura Municipal de Venturosa, sala da CPL, Rua Antônio Alexandre da Silva, nº 34. E-mail: licitacaosaudeventurosa@gmail.com.

*Venturosa, 08 de março de 2021.*

***ISAAC LUIZ LIBÓRIO ROCHA***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Isaac Luiz Libório Rocha
**Código Identificador:**C2A428D5

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE VERDEJANTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDEJANTE**
**PROCESSO Nº 009/2021 CARTA CONVITE Nº 002/2021**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**O GESTOR DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 38 da Lei Federal nº 8666/93,**

RESOLVE:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR este processo em favor da licitante:

**YDAYANNE SILVA CÉSAR,** brasileira, solteira, comerciária, cadastrada no CPF sob o n° 106.849.974-52, RG nº 8.358.774 SDS/PE com endereço à Rua José Gonçalves da Silva, 715, município de Verdejante/PE, por ter apresentado menor valor no item 01, com valor mensal de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais) e global de R$ 34.100,00 (trinta e quatro mil reais)

Tendo sido a licitação realizada nos termos da Lei nº 8.666/93 e 8.883/94, determino que seja feito o empenho da despesa e contrato, tudo conforme consta na proposta do licitante supracitado.

Verdejante/PE, 01 de março de 2021.

***JOÃO CAMPOS BRINGEL NETO***
Secretario de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

**Publicado por:**
Antônio Vitalino Leandro Filho
**Código Identificador:**CA9129CE

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2021**

Segundo termo aditivo de reajuste de valor ao Contrato Nº: 001/2021. Processo Nº: 004/2020. Pregão Presencial Nº 002/2020. Compra. Aquisição parcelada de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos que compõem a frota do Fundo Municipal de Educação de Vertente do Lério. Contratado. PETROSUR COMERCIO REPRESENTACOES E PARCIPACOES LTDA - EPP. CNPJ: 40.892.689/0001-20-76. Do Valor por litro. Gasolina reajuste para R$ 5,20. Óleo diesel s10 reajuste para R$ 4,30.

Vertente do Lério. 01.03.2021.

***SILVANEIDE MARIA SILVA DE LIMA.***
Secretária Municipal de Educação. (*)(**)

**Publicado por:**
José Fernandes da Rocha Neto
**Código Identificador:**49252A12

**GABINETE DO PREFEITO**
**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2021**

Segundo termo aditivo ao Contrato Nº: 001/2021. Processo Nº: 007/2020 . Pregão Presencial Nº 0005/2020. Compra. Aquisição parcelada de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos que compõem frota da Prefeitura Municipal de Vertente do Lério. Contratado. PETROSUR COMERCIO REPRESENTACOES E PARCIPACOES LTDA - EPP. CNPJ: 40.892.689/0001-20-76. Do Valor por litro. Gasolina reajuste para R$ 5,20. Óleo diesel s10 reajuste para R$ 4,30.

Vertente do Lério. 01.03.2021.

***RENATO LIMA DE SALES.***
Prefeito. (*)(**)

**Publicado por:**
José Fernandes da Rocha Neto
**Código Identificador:**7FBA9E98

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE VICÊNCIA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato **nº 08/2021**, oriundo do Processo Licitatório n.º **55/2019 –** Modalidade **Tomada de Preços nº 05/2019,** cujo **objeto é** a contratação de empresa de engenharia para prestação dos serviços de pavimentação das vias públicas municipais: Av. Severino Ricardo e

Rua Projetada, localizados na Chã dos Mandados, neste município (**SICONV 866.930/2018**), conforme Projeto Básico e Planilha Orçamentaria.

Empresa Contratada:

**VASCONCELOS & MAGALHÃES EMPREENDIMENTOS LTDA**
CNPJ nº 04.393.361/0001-04
**Valor global** de R$ **$ 24.504,97 (**vinte e quatro mil, quinhentos e quatro reais e noventa e sete centavos).
Contrato assinado em 04 de março de 2021.

Vicência/PE, 08 de março de 2021.

***GUILHERME DE ALBUQUERQUE MELO NUNES***
Prefeito

**Publicado por:**
Maria Sabrina Ferreira Sabino
**Código Identificador:**DFE2339D

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI (PROCESSO Nº. 004/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021)**

PROCESSO Nº. 004/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021. OBJETO: Formalização de Ata Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Vicência – PE. Valor Estimado R$ 696.025,23 (Seiscentos e noventa e seis mil vinte e cinco reais e vinte e três centavos). Recebimento de Propostas a partir: 09/03/2021, às 09h (nove horas). **Data da sessão: 22 de Março de 2021**. **Horário:09h30min (horário de Brasília). Local:**Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Modo de disputa: Aberto. Endereço da CPL: Rua Dr. Manoel Borba, 48, Centro, Vicência/ PE. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br, ou presencialmente no mesmo endereço da Comissão, ou através do e-mail: licitacoesvicencia@outlook.com. Fone: (81) 3641-1441, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Vicência/PE, 05 de março 2021.

***MARCÍLIO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Maria Sabrina Ferreira Sabino
**Código Identificador:**7FF01EE9

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº. 001/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VICÊNCIA/PE torna público o resultado de licitação/habilitação do Processo nº. 001/2021 – Pregão Eletrônico nº 001/2021, cujo objeto é a Formalização de Ata Registro de Preços visando a Aquisição de Medicamentos, para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Vicência– PE. Empresas vencedoras:

**CB MÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº.33.157.752/0001-10
Valor total: R$ 982.158,75 (novecentos e oitenta e dois mil cento e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

**A. R. VERISSIMO LTDA**
CNPJ nº.04.419.989/0001-23
Valor total: R$ 793.972,75 (setecentos e noventa e três mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

**MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI**
CNPJ nº.06.132.785/0001-32
Valor total: R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

**MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ nº.23.706.033/0001-57
Valor total: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Resultado Adjudicado e Homologado pelo Ordenador de Despesas.

Vicência/PE, 08 de Março de 2021.

***VALÉRIA QUEIROGA DE LIRA SILVA***
Secretária Municipal de Saúde

**Publicado por:**
Maria Sabrina Ferreira Sabino
**Código Identificador:**3B5F1955

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP/MEI (PROCESSO Nº. 005/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021)**

PROCESSO Nº. 005/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021. OBJETO: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Vicência. Valor Estimado R$ 383.251,39 (trezentos e oitenta e três mil duzentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos). Recebimento de Propostas a partir: 09/03/2021, às 09h (nove horas). **Data da sessão:23 de Março de 2021**. **Horário:09h30min (horário de Brasília). Local:**Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Modo de disputa: Aberto. Endereço da CPL: Rua Dr. Manoel Borba, 48, Centro, Vicência/ PE. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br, ou presencialmente no mesmo endereço da Comissão, ou através do e-mail: licitacoesvicencia@outlook.com. Fone: (81) 3641-1441, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Vicência/PE, 05 de março 2021.

***MARCÍLIO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI***
Pregoeiro.

**Publicado por:**
Maria Sabrina Ferreira Sabino
**Código Identificador:**05153B40

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE XEXÉU

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXEU**
**DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 010/2021, DE 07 DE MARÇO DE 2021**

"Dispõe sobre o LUTO OFICIAL de 03 (três) dias em prol do falecimento do Ex-Presidente e Vereador do município, o Sr. Jose Valdelício da Silva Filho".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XEXÉU, Estado de PERNAMBUCO, o Sr. THIAGO GONÇALVES DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o povo Xexeuense recebeu com grande pesar a notícia do falecimento do Sr. JOSE VALDELÍCIO DA SILVA FILHO (VEIO DE HELENA), Ex-Presidente e Vereador deste município, ocorrido em 07 de março do corrente ano, em decorrência da segunda onda de contaminação da COVID-19;

CONSIDERANDO que o ilustríssimo vereador foi uma liderança que teve um papel marcante na história política do nosso Município como vereador por quatro mandatos, Presidente da Câmara dos vereadores

de Xexéu e filho da Ex-Vereadora Helena Enfermeira", tendo participado de muitas conquistas e discussões de projetos importantes para os municipes, deixando seu legado como homem público e as melhores lembranças por seu carisma e simpatia extremamente elevados.

CONSIDERANDO que é dever do Chefe do Poder Executivo render dignas homenagens a este guerreiro que com seu trabalho dedicado, exemplar e respeitável contribuiu imensamente para o progresso da Nossa Cidade.

DECRETA:

Art. 1º - O LUTO OFICIAL pelo período de 03 (Três) dias, no município de Xexéu e em todas as repartições públicas da Administração Direta e Indireta, como homenagem póstuma em memória do falecimento do Ex-Presidente e Vereador JOSE VALDELICIO DA SILVA FILHO;

Art. 2º - Sensibilizado com o lamentável acontecimento, o Prefeito do Município, o Sr. THIAGO GONÇALVES DE LIMA em nome do povo Xexeuense, vem, de forma pública externar as suas mais expressivas condolências aos familiares, rogando a Deus que em sua infinita Bondade abençoe e Ilumine a todos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Xexéu – PE, 07 de março de 2021.

***THIAGO GONÇALVES DE LIMA***
Prefeito

**Publicado por:**
João Victor Silva Sobrinho
**Código Identificador:**18177A2B

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DO PAULISTA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULSITA PREVIPAULISTA

### AVISO DE COTAÇÃO

**O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA TORNA PÚBLICA CONVOCAÇÃO PARA COTAÇÃO DE PREÇO.**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), COM ACESSO PARA COMUNICAÇÃO DE VOZ E DADOS, TECNOLOGIA MÍNIMA 4G, NA MODALIDADE PÓS-PAGO, VIA REDE MÓVEL DISPONÍVEL NACIONALMENTE, TECNOLOGIA DIGITAL, HABILITAÇÃO E FORNECIMENTO DE APARELHOS CELULARES, EM COMODATO, SOB DEMANDA DO PREVIPAULISTA.**O TERMO DE REFERÊNCIA PODERÁ SER RETIRADO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO ABAIXO DISCRIMINADO, PELO PRAZO DE 72 HORAS, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO PRESENTE AVISO.**Termo de Referência no endereço:financeiro.previpaulista@gmail.com.

Paulista, 08/03/2021.

***ANDRÉ BARBOSA RODRIGUES***
Responsável Pela Cotação

**Publicado por:**
Leonardo Soares Lima Damasceno
**Código Identificador:**5033BEF4

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
### PORTARIA Nº 01, DE 08 DE MARÇO DE 2021

Disciplina a eleição e dispõe sobre o edital de convocação para participação no processo de eleição para preenchimento de vagas de Membros do Segmento da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, biênio 2021-2022, conforme Lei Municipal n° 4.331/2013, alterada pela Lei Municipal n° 4.894/2019

A SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, neste ato representada por seu secretário na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, conforme o disposto na Lei Municipal nº 4.331/2013, de 19 de setembro de 2013, e alterada pela Lei Municipal n° 4.894/2019, de 18 de dezembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1°. Disciplinar a eleição e tornar público o edital de convocação, em anexo, para participação no processo de eleição para preenchimento de vagas de Membro do Segmento da Sociedade Civil (Organizações Populares e comunitárias, entidades ambientalistas, setor organizado da indústria, setor organizado de comércio e serviços e sindicato rural, ou associação de produtores rurais) do Conselho Municipal de Meio Ambiente, biênio 2021- 2022.

Parágrafo único. As vagas disciplinadas por esse edital são as constantes no inciso II , do artigo 4º, da Lei Municipal n° 4.894/2019.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Paulista, 08 de março de 2021.

***CLÁUDIO AUGUSTO SOARES NUNES***
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA

**Publicado por:**
Victor Hugo William Bold
**Código Identificador:**F7588B25

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
### PORTARIA Nº 02, DE 08 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação da Comissão do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA.

RESOLVE:

Art 1° Ficam nomeados os seguintes servidores da Secretaria Executiva de Meio Ambiente, para compor a Comissão de avaliação dos membros hábeis da sociedade civil para integração ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA:

Cybelle Lais Souto Maior Sales de Melo, Matrícula: 15288
Janaína Medeiros da Silva, Matrícula: 14561
Jocelane Cavalcanti Vítor Alves, Matrícula: 14562
Sílvio Batista da Silva, Matrícula: 44404
Victor Hugo William Bold, Matrícula: 14569

Art 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Paulista, 08 de março de 2021.

***CLÁUDIO AUGUSTO SOARES NUNES***
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA

**Publicado por:**
Victor Hugo William Bold
**Código Identificador:**CAC6864A

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**
**EDITAL N° 01/2020 DE CONVOCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE MEMBRO TITULAR E MEMBRO SUPLENTE DO SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIAL DE MEIO AMBIENTE DO PAULISTA – CMMA,**

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, por meio de seu presidente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei N° 4.331/2013 de 19/09/2013, alterada pela Lei nº 4.894/2019 de 18/12/2019, CONVOCA AS ENTIDADES, SOCIEDADE E MOVIMENTOS DOS SEGMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 3º DESTE EDITAL, a participarem do processo de eleição da composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, desta cidade, conforme regulamento a seguir:

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O CMMA é um órgão deliberativo, normativo e consultivo, formado paritariamente, composto de 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil, os quais exercem a função de Conselheiros Municipais do Meio Ambiente.

1.2 A função de Conselheiro é considerada de interesse público relevante e o seu exercício não é remunerado.

1.3 O presente edital disciplina a escolha dos membros da sociedade civil, sendo 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente, por segmento.

1.4 Para conduzir o processo eleitoral, o Conselho Municipal de Meio Ambiente instituirá a Comissão Eleitoral através de Portaria publicada no Diário Oficial com os nomes dos servidores da Secretaria Executiva de Meio Ambiente.

1.5 O processo de escolha para membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente compreenderá as seguintes etapas:

a) Convocação através de edital;
b) Inscrição;
c) Homologação das Inscrições;
d) Convocação dos Inscritos homologados para eleição;
e) Assembleia de eleição;
f) Divulgação dos resultados da eleição;g) Homologação dos resultados;
h) Convocação dos membros eleitos para nomeação;
h) Convocação para posse na primeira reunião extraordinária do biênio 2021 – 2022.

1.6 Havendo indisponibilidade ou quaisquer ocorrências que impossibilitem a realização do referido evento ou do local divulgado, será dada ampla e prévia divulgação aos interessados, mediante edital no diário oficial do Município do Paulista-PE.

**2 DA INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO**

Para participar do processo eleitoral a Entidade/Empresa e seus respectivos representantes deverão providenciar inscrição mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. "Formulário de Inscrição para Habilitação das Entidades/Empresas", devidamente preenchido e assinado, indicando seu Representante, disponível em anexo nesta Portaria;

II. Cópia autenticada do Estatuto Social ou Regimento Interno, devidamente registrado, e Atas de alteração destes ou, ainda, Contrato Social ou Atos Constitutivos, se for o caso;

III. Comprovação de atuação na área ambiental através de relatório de atuação. (segmento entidades não governamentais);

IV. Inscrição no CNPJ, com Certidão atualizada e válida;

V. Cópia dos documentos de identidade e CPF do Representante indicado pela Instituição/Empresa;

**3 DO NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS**

3.1 As vagas para preenchimento relativas ao Conselho Municipal de Meio Ambiente estão distribuídas, de acordo com o art. 4° Lei Municipal n° 4.894/2019 da seguinte forma:

I 01 (uma) vaga para TITULAR, e seu suplente das organizações populares e comunitárias com atuação no município;

II 02 (duas) vagas para TITULAR, e seu suplente das entidades ambientalistas com atuação no município;

III 01 (uma) vaga para TITULAR, e seu suplente do setor organizado da indústria;

IV 01 (uma) vaga para TITULAR, e seu suplente do setor organizado de comércio e serviços;

V 01 (uma) vaga para TITULAR, e seu suplente do sindicato rural, ou associação de produtores rurais;

**4. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL**

A eleição das entidades da Sociedade Civil para o Conselho Municipal de Meio Ambiente será coordenada pela Comissão Eleitoral composta por 05 (cinco) membros designados pelo Presidente do CMMA.

**5. DA INSCRIÇÃO**

5.1 Período de inscrição: **09/03/2021** a **26/03/2021,** de segunda – feira a sexta – feira.

5.2 Horário: das 9h00 às 13h00.

5.3 Local: Secretaria Executiva de Meio Ambiente situada na Avenida Doutor Geraldo Pinho Alves, nº 222, Maranguape I, Paulista –PE.

5.4 A ausência de qualquer documento mencionado no artigo 2° acarretará no indeferimento da inscrição.

5.5 A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição caso verificada impedimentos legais, falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nos documentos apresentados.

5.6 A Comissão Eleitoral terá 03 (três) dias úteis para análise das inscrições, a contar do seu encerramento.

**6 DAS REGRAS, DATAS, LOCAL E HORÁRIO DE VOTAÇÃO**

6.1 A Assembleia Deliberativa ocorrerá na Secretaria Executiva de Meio Ambiente situada na Avenida Doutor Geraldo Pinho Alves, nº 222, Maranguape I, Paulista – PE, no dia 15 de abril de 2021, das 09:00h às12:00h.

6.2 Os representantes das entidades habilitadas, de cada segmento indicado no artigo terceiro, deverão comparecer ao local designado para a realização da eleição, na data e no horário fixado para seu início.

6.3 A definição das entidades TITULARES e seus suplentes para o CMMA, em cada segmento previsto no artigo 3º, se dará por consenso ou votação na ocasião da assembleia supracitada, podendo votar os membros titulares do Poder Público e titulares das entidades civis já empossados.

6.4 A apuração dos votos se dará na própria assembleia, na presença de todos os participantes.

6.5 A homologação do resultado geral desse processo será feita na Plenária do CMMA, por intermédio da Secretaria Executiva de Meio Ambiente.
6.6 O resultado do processo de eleição será publicado no Diário Oficial do Município.
**7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
7.1 As entidades eleitas deverão comprometer-se mediante assinatura de termo de posse.

7.2 Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ciente de que estas poderão ocorrer durante a semana, em horário comercial, ou a qualquer tempo, inclusive finais de semana, desde que decididas em plenário.

7.3 Ter ciência de que o exercício das funções no CMMA é gratuito e considerado serviço relevante prestado ao município.

7.4 O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogadas as resoluções anteriores.

Paulista, 08 de março de 2021

***CLÁUDIO AUGUSTO SOARES NUNES***
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA

**Publicado por:**
Victor Hugo William Bold
**Código Identificador:**C7EB579F

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 08/2021**

O Secretário Executivo de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, pelo presente edital, notifica os interessados abaixo relacionados para apresentar alegações finais da fase instrutória dos Autos de Infração Ambiental, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia seguinte desta publicação, conforme preconiza o § 2° do artigo 31 da Lei Municipal nº 4.334/2013, alterada pela Lei Municipal nº 4.893/2019.

| INTERESSADO | CNPJ/CPF/RG | AUTO Nº |
|---|---|---|
| MARANHÃO GURGEL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA | 11.621.418/0001-32 | 018/2019 |
| HILTON VALENÇA VILABELA | 169.816.774-15 | 096/2019 |
| NELSON DE OLIVEIRA BORGES | 363.568.594-15 | 101/2019 |
| JOSÉ HILÁRIO DA SILVA | 198.732.474-81 | 102/2019 |
| EDINALDO NUNES DE OLIVEIRA | 024.666.624-26 | 105/2019 |
| COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA | 09.769.035/0001-64 | 107/2019 |
| INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A | 11.507.415/0001-72 | 112/2019 |
| JOSÉ MARIA DA SILVA | 762.702.388-20 | 117/2019 |
| WASHINGTON FERREIRA DA SILVA | 039.424.404-40 | 121/2019 |
| CASA DO COMBUSTÍVEL EIRELI – ME | 21.144.546/0001-96 | 124/2019 |
| CASA DO COMBUSTÍVEL EIRELI – ME | 21.144.546/0002-77 | 125/2019 |
| CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILA JARDINS | 23.659.086/0001-64 | 126/2019 |
| PAULISTA COMÉRCIO E RAÇÕES EIRELI | 26.915.480/0001-04 | 127/2019 |
| MARIA DAS GRAÇAS BAR | 20.961.227/0001-00 | 137/2019 |
| JOSÉ ROBERTO DE MELO SILVA | 041.442.894-35 | 138/2019 |
| BAR DO CARIOCA | 18.334.589/0001-20 | 139/2019 |
| AILTON GOMES DA SILVA FILHO | 533.274.034-49 | 140/2019 |
| SILVANI BEZERRA SILVA DE OLIVEIRA | 755.048.714-68 | 141/2019 |
| ANTÔNIO LOPES DE FREITAS | 245.500.514-34 | 142/2019 |
| SEVERINO ROZENDO FRANCISCO | 122.798.974-15 | 143/2019 |
| MT DOS SANTOS ALIMENTOS | 24.061.888/0001-30 | 144/2019 |
| MARIA JOSEFA DA SILVA | 733.707.624-04 | 146/2019 |
| HELENA LÚCIA FERREIRA AGRA | 029.434.544-27 | 147/2019 |
| LEMOS ENGENHARIA LTDA | 05.204.964/0001-75 | 147/2019 |
| CONSTRUTORA ACIOLI LINS LTDA – ME | 17.384.681/0001-31 | 148/2019 |
| MAVIAEL AMARO DOS SANTOS | 212.798.614-84 | 151/2019 |
| PANIFICADORA FLOR DA MIRUEIRA LTDA | 27.954.295/0001-91 | 154/2019 |
| P H C DE ARAÚJO DEPÓSITO DE GÁS E ÁGUA EIRELI | 28.759.172/0001-62 | 160/2019 |
| Q. G. CONFECÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA | 08.985.339/0001-04 | 165/2019 |

Paulista, 09 de março de 2021.

***CLÉCIO ARAÚJO DA SILVA***
Secretário Executivo de Meio Ambiente

**Publicado por:**
Victor Hugo William Bold
**Código Identificador:**F5AC3792

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE CALUMBI**

**PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI**
**LEI**

**LEI N°680/2021**

Ementa: Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CALUMBI, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$165.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 03 | 02 | DEPARTAMENTODE MATERIAL,PATRIMONIOE SERVIÇOSGERAIS | | | |
| | 346 | | 04.122.2001.2009.0000 | | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE | 35.000,00 |
| | | | 3.1.90.94.00 | | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | |
| | | | 01 | | TESOURO | |
| | | | 100 | 000 | GERAL TOTAL | |
| 02 | 04 | 02 | FUNDEB | | | |
| | 349 | | 12.361.2001.2053.0000 | | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 40% | 30.000,00 |
| | | | 3.3.90.47.00 | | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIASE CONTRIBUTIVAS | |
| | | | 6 | | RECURSOS DO FUNDEB- OUTRASDESPESAS40% | |
| | | | 260 | 000 | EDUCAÇÃOFUNDEB | |
| | 347 | | 12.361.2004.2042.0000 | | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60% - MAGISTERIO | 70.000,00 |
| | | | 3.1.90.94.00 | | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | |
| | | | 5 | | RECURSOS DE FUNDEB - MAGISTÉRIO 60% | |
| | | | 260 | 000 | EDUCAÇÃO FUNDEB | |
| | 348 | | 12.361.2004.2053.0000 | | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 40% | 30.000,00 |
| | | | 3.1.90.94.00 | | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | |
| | | | 6 | | RECURSOS DO FUNDEB - OUTRAS DESPESAS 40% | |
| | | | 260 | 000 | EDUCAÇÃO FUNDEB | |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 03 | 01 | DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS | | |
| | 28 | | 04.122.2001.2008.0000 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAADMINISTRAÇÃO | -35.000,00 |
| | | | 3.1.90.11.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 01 | | TESOURO | |
| | | | 110 | 000 | GERAL | |
| 02 | 04 | 02 | FUNDEB | | | |
| 02 | 04 | 02 | FUNDEB | | | |
| | 87 | | 12.361.2004.2048.0000 | | DISPÊNDIOCOMOTRANSPORTEESCOLARFUNDEB40% | -60.000,00 |
| | | | 3.3.90.30.00 | | MATERIALDECONSUMO | |
| | | | 01 | | TESOURO | |
| | | | 262 | 000 | EDUCAÇÃOFUNDEB-OUTROS | |
| | 91 | | 12.361.2004.2050.0000 | | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDEB 60% - INFANTIL | -70.000,00 |
| | | | 3.1.90.11.00 | | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | |
| | | | 01 | | TESOURO | |
| | | | 261 | 000 | EDUCAÇÃO FUNDEB-MAGISTÉRIO | |
| **SOMA** | | | | | | **-165.000,00** |

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as Disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

***ERIVALDO JOSÉ DA SILVA***
Prefeito

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**F1E939D2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CASINHAS

### FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
### EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2021 - CASINHAS-PE - REPUBLICAÇÃO DO ANEXO I

**ANEXO I**
(Parte integrante do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2021)

**QUADRO DE VAGAS**

| CARGO / NÚMERO DE VAGAS | ATRIBUIÇÕES / REQUISITOS | JORNADA DE TRABALHO | VENCIMENTO BÁSICO |
|---|---|---|---|
| **ENFERMEIRO<br>06 VAGAS<br>(01 vaga para Deficiente)** | Executar, no nível de suas competências, ações de assistência básica de vigilância epidemiológica e sanitária nas áreas de atenção a criança, ao adolescente, a mulher, ao trabalhador e ao idoso; Desenvolver ações para capacitação dos ACS e auxiliares de enfermagem. Com vistas as desempenho de suas funções junto ao serviço de saúde; Oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando promover a saúde e abordar os aspectos de educação sanitária; Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente torne-se mais saudável; Discutir de forma permanente, junto a equipe de trabalho e comunidade, o conceito de cidadania, enfatizando os direitos de saúde e as bases legais que os legitimam participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho das unidades de Saúde da Família; Outras atividades inerente à função. Desenvolver ações de monitoramento em cumprimento as metas e indicadores do Programa Previne Brasil entre outros Programas vinculados ao Ministério de Saúde.<br>**Requisitos**: Graduação em Enfermagem e registro no Conselho competente; Curso Básico de vacina 40 horas semanais. | **40 HORAS SEMANAIS** | **R$ 2.500,00** |
| **TÉCNICO EM ENFERMAGEM<br>(06 VAGAS)<br>(01 vaga para Deficiente)** | Desenvolver, com os Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco; Contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos ACS no que se refere as visitas domiciliares; Acompanhar as consultas de enfermagem dos indivíduos expostos as situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; Executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção a criança, a mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; Participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde; Outras atividades inerente à função**.** Desenvolver ações de monitoramento em cumprimento as metas e indicadores do Programa Previne Brasil entre outros Programas vinculados ao Ministério de Saúde.<br>**Requisitos:** Curso Técnico de enfermagem e registro no Conselho competente; Curso Básico de vacina 40 horas semanais. | **40 HORAS SEMANAIS** | **R$ 1.100,00** |

**Publicado por:**
Fabiano
**Código Identificador:**D3BF6EC2

## ESTADO DE PERNAMBUCO
## MUNICÍPIO DE CEDRO

### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**
**Processo Licitatório nº 001/2021**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, ESTADO DE PERNAMBUCO.**

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Serrita, Estado de Pernambuco, na

Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.087.454/0001-20, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **FRANCISCA MARIA DE LIMA,** brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º 7908819 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.009.624-90, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021,** para **REGISTRO DE PREÇOS,** por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **S D DE A FERREIRA & CIA LTDA , CNPJ Nº 26.889.181/0001-42,** inscrição estadual nº 26.2.023.5219-8, estabelecida à Avenida A, s/n.º, Galpão B, BAIRRO: Dom Helder Câmara, na cidade de Garanhuns - PE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr.SilvandroDiegode Albuquerque Ferreira**, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 7.679.226 SDS/PE, e do CPF de n.º 071.955.624-41, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de material de limpeza e descartáveis destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco,** conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | **Ácido Muriático** de 1litro embalado em frasco de materialresistente que impeça a ação da luz solar. | UNID | 68 | 3,80 | ORIENTAL | 258,40 |
| 2 | **Água sanitária** de 1 litro para limpeza, com teor de cloro ativo de no mínimo 2%; embalado em frasco de material resistente que impeça a ação da luz solar, Registro ou Notificação no MS/ANVISA. | UNID | 168 | 1,64 | CLORITO | 275,52 |
| 3 | **Alcool92,8-**usodomésticofrascoc/1000mlecomselo doINMETRO. | FRASCO | 60 | 7,50 | BELLO BELLA | 450,00 |
| 4 | **Álcool GEL 92,8 -65** - uso doméstico frasco c/1000ml e com selo do INMETRO. | FRASCO | 60 | 17,60 | BELLO BELLA | 1.056,00 |
| 6 | **Cera líquida incolor**, de 750 ml embalado em frasco de material resistentequeimpeçaa ação da luz solar, dematerialresistente.Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 116 | 3,31 | TROIA | 383,96 |
| 7 | **Desengordurante** para cozinha, embalagem plástica de 500 ml, tipo veja, que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 122 | 5,12 | UAU | 624,64 |
| 8 | **Desinfetante líquido,** de 2 litros fragrância de pinho, em embalagem de material não reciclado flexível e resistente. Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. Registro ou Notificação no MS/ANVISA. | UNID | 168 | 6,46 | TROIA | 1.085,28 |
| 9 | **Desodorizador de ar,** 360ml/302g nas fragrâncias: lavanda, eucalipto e menta. Sem amassos, ferrugens que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 120 | 9,80 | GLADE | 1.176,00 |
| 11 | **Esponja para limpeza**, dupla face, uma de espuma e outra de material abrasivo, anti-bacteriana, medindo no mínimo 110mm x 75mm x 20mm. | UNID | 196 | 1,02 | BRILHUS | 199,92 |
| 12 | **Flanela** - com 0,28 x 0,50cm, íntegras e resistentes | UNID | 60 | 2,66 | MC | 159,60 |
| 13 | **Inseticida aerosol,** com óleo de eucalipto, tipo baygon , mata barata, mosquito transmissores da dengue, moscas e muriçocas embalagem firme e resistente contendo 300 ml /181g. que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 108 | 9,61 | RIAD | 1.037,88 |
| 16 | **Limpa Vidro,** com álcool multiuso frasco de 500ml. (Tipo Veja, Limpol, Minuano, Ipê ou equivalente com o mesmo padrão de qualidade. Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UND | 50 | 5,18 | UAU | 259,00 |
| 18 | **LimpadorMultiuso**, embalagem plástica econômica de 500ml. (Tipo Veja, Limpol, Minuano, Ipê ou equivalente com o mesmo padrão de qualidade que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UND | 111 | 4,16 | UAU | 461,76 |
| 23 | **Pano de chão**tam. 42 x 60 cm, multiuso cru, costuras dupla de fios de poliester, absorventes e eficaz não perecível pacotes com 3 unidades, íntegras e resistentes | PCT | 101 | 5,10 | MC | 515,10 |
| 27 | **Pastilha Sanitária** 30g , embalagens íntegras, dematerialresistente, que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 222 | 1,37 | GLADE | 304,14 |
| 28 | **Polidor de alumínio** embalado em frasco de material resistente que impeça a ação da luz solar, com 500ml, de material resistente. Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. Registro ou Notificação no MS/ANVISA. | UNID | 187 | 1,61 | TROIA | 301,07 |
| 29 | **Rodo de borracha** dupla, com base em plástico rígido, isento de qualquer material metálico, medindo aproximadamente 30 cm, fixação do cabo com sistema de rosca, com cabo de madeira (liso e isento de farpas) pintado ou plastificado, medindo aproximadamente 1,20 metros. | UNID | 154 | 3,26 | CRISTAL | 502,04 |
| 32 | **Sabão em barra**, glicerinado, neutro de boa qualidade, em embalagens contendo 5 barras de 200g cada. Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. Registro ou Notificação no MS/ANVISA. | UNID | 154 | 7,42 | ESPUMIL | 1.142,68 |
| 33 | Sabão **em pó,** azul, com aparência uniforme, isentos de sujeiras e materiais estranhos, solúvel rapidamente em água sem formar agregados de difícil dissolução. Biodegradável. Aconcionaods em embalagens com 500gr. | UNID | 212 | 4,07 | JARAGUA | 862,84 |
| 35 | **Vassoura com cerdas** de nylon de aproximadamente 30 cm de comprimento, com no mínimo 58 tufos, com 25 fios por tufo, com capa, pontas desfiadas (plumadas), base em polipropileno, fixação do cabo com sistema de rosca, cabo de madeira sem farpas, pintado ou plastificado, medindo aproximadamente 1,20 metros. | UNID | 146 | 8,57 | CRISTAL | 1.251,22 |
| 37 | **Bandejas descartáveis,** tamanhos variados. | UNID | 216 | 5,00 | MARATÁ | 1.080,00 |
| 39 | **Colher de sobremesa** descartáveis, PACOTE com c/ 50 unidades. | PCT | 216 | 2,77 | PRAFESTA | 598,32 |
| 40 | **Copode plástico**(PPouPS), descartável,cor branca,capacidade para 180 ml, pesando no mínimo 250 gr. Conforme norma técnica 14.865/2002 ABNT. Embalagens em tiras com 100 copos . | PCT | 330 | 3,60 | CRISTALCOPO | 1.188,00 |
| 41 | **Copode plástico**(PPouPS), descartável,cor branca,capacidade para 50 ml, pesando no mínimo 75 gr, Conforme norma técnica 14.865/2002 ABNT. Embalagens em tiras com 50 copos. | PCT | 330 | 2,72 | CRISTALCOPO | 897,60 |
| 42 | **Copo para vatapá** de plástico (PP ou PS), descartável, cor branca, capacidade para 100 ml, embalagem em tiras com 100 unidades, pesando no mínimo 250 gr. Conforme norma técnica 14.865/2002 ABNT. | PCT | 330 | 4,55 | CRISTALCOPO | 1.501,50 |
| 44 | **Garfo de sobremesa** descartável, c/50 unidades | PCT | 216 | 2,47 | PRAFESTA | 533,52 |
| 45 | **Guardanapos de pape**l, folhas simples de alta qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Embalagem com 72 unidades. | PCT | 288 | 1,32 | BRASILEIRO | 380,16 |
| 46 | **Palito** para dente - caixinhas | UNID | 168 | 0,64 | THEOTO | 107,52 |
| 47 | **Papel Alumínio,** ROLO com 45cm x 7,5m . | UNID | 84 | 4,04 | WYDA | 339,36 |
| 49 | **Papel toalha** pacote com 2 unidade, Com 30m | PCT | 144 | 3,15 | BRASILEIRO | 453,60 |
| 50 | **Pazinha para sorvete**, pct. c/ 50 unid. | PCT | 216 | 3,91 | PRAFESTA | 844,56 |
| 51 | **Plástico Filme PVC,** transparente, rolo com 15 metros , embalagens íntegras, de material resistente. | UNID | 72 | 5,54 | WYDA | 398,88 |
| 54 | **Pratos** plástico descartáveis raso tamanho 18cm, pacotes com 10 unidades cada. | PCT | 700 | 2,60 | MARATÁ | 1.820,00 |
| 56 | **Saco para lixo** doméstico, de polietileno, capacidade 100 litros, medindo aproximadamente 75cm x105 cm, com no mínimo 0,10 mm de espessura, de qualquer cor, exceto branco; conforme normas da ABNT. Embalagem em pacote com 10 unidade. | PCT | 288 | 2,96 | DOKAPLAST | 852,48 |
| 57 | **Saco para lixo** doméstico, de polietileno, capacidade 20 litros, de qualquer cor, exceto branco; embalados em pacotes com 20 unidades. Conforme normas da ABNT. | PCT | 288 | 3,32 | DOKAPLAST | 956,16 |
| 58 | **Saco para lixo** doméstico, de polietileno, capacidade 30 litros, de qualquer cor, exceto branco; embalados em pacotes com 20 unidades. Conforme normas da ABNT. | PCT | 288 | 2,74 | DOKAPLAST | 789,12 |
| 60 | **Sacola** G | KG | 144 | 12,16 | DOKAPLAST | 1.751,04 |
| 62 | **Sacola** P | KG | 144 | 12,16 | DOKAPLAST | 1.751,04 |
| 63 | **Toalha felpuda de rosto, 100 % algodão, com as seguintes medidas: 45 x 65cm. Embalagem com dados do fabricante.** | **UNID** | 72 | 12,18 | SANTISTA | 876,96 |
| **TOTAL:** | | | | | | 29.426,87 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA,** integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA,** ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas

condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses.**

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS –** Os preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA,** esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA,** esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA,** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA,** quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A**DETENTORADA ATA**se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORADA ATA**se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA,** no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)**O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)**Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)**Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)**O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA,** sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)**O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)**A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)**O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA.**
**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -** A **DETENTORA DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) tiver presentes razões de interesse público;
e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;
f) ocorrer à dissolução da sociedade;
g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,
h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA,** paralisar o fornecimento.
**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.
**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA,** salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**
**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:
**I)** Advertência;
**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):
a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;
b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.
**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.
**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.
**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.
**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA,** como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.
**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA,** valendo os dias já corridos.
**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.
**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA,** antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.
**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA:**
**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.
**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0501-082440002.2.070 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**
**FUNCIONAL: 0501-082440031.2.075 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - IGD PBF**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.076 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - PAIF/CRAS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.080 - GESTÃO DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.081 - GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVIDUOS – PAEF/CREAS**
**FUNCIONAL: 0501-082430038.2.093 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021,** devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 001/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.
**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.
**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**
**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.
**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.
**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **22 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***FRANCISCA MARIA DE LIMA***
Secretária De Assistência Social E Cidadania

S D De A Ferreira & CIA LTDA
***SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**DE3A0832

---

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**
**Processo Licitatório nº 001/2021**
**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, ESTADO DE PERNAMBUCO.**

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Serrita, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.087.454/0001-20, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **FRANCISCA MARIA DE LIMA,** brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º 7908819 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.009.624-90, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021,** para **REGISTRO DE PREÇOS,** por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **EVANDRO DOS SANTOS SILVA FEIRANTE EIRELI , CNPJ Nº 09.061.057/0001-75,** inscrição estadual nº26600156232 , estabelecida à Rua Projetada 06, nº 165 – BAIRRO: Augusto de Alencar Sampaio na cidade de Salgueiro- PE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr. Evandro dos Santos Silva**, portador do RG n.º 5465106 SSP/PE, e do CPF de n.º 007.713.814-76, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.
**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de material de limpeza e descartáveis destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco,** conforme quantidades, especificações e preços contidos, conforme planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | **Amaciante** de roupas, de 2 litros, embalado em frasco de material resistente que impeça a ação da luz solar. | UNID | 58 | 5,60 | MARILUX | 324,80 |
| 10 | **Detergente,** embalado em frasco de 500ml material resistente que impeça a ação da luz solar; . Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. Registro ou Notificação no MS/ANVISA. | UNID | 268 | 2,00 | INDOVE | 536,00 |
| 14 | **Isqueiro, i**ntegro e resistente. | UNID | 65 | 3,83 | BIC | 248,95 |
| 15 | **Lã de aço**, embalagem plástica, acondicionadas em pacotes contendo6 esponjas em cada . Pacotes com 52g | PCT | 64 | 1,52 | ASSOLAN | 97,28 |
| 17 | **Limpa cerâmica,** azulejo e rejunto, embalagem em plástico de 1 litro. Lavanda tipo **Azulim,** que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UND | 56 | 5,83 | AZULIM | 326,48 |
| 19 | **Lustra móveis,** com200 ml cremoso, frasco de material resistente, que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UND | 108 | 5,37 | BRY | 579,96 |
| 24 | **Pano de copa** em tecido 100% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50cm com bainha, com peso mínimo de 70gr. Embalagens - pacote com 12 unidades, íntegras e resistentes | PCT | 72 | 14,43 | NNN-TEXTIL | 1.038,96 |
| 25 | **Pano limpeza** leve multiuso 60cm x 33cm, pacote com 5 unidades. | PCT | 82 | 6,32 | LIMPANO | 518,24 |
| 26 | **Papel higiênico**, folha simples, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel; rolo com 30 metros, acondicionados em pacotes com 4 rolos cada. | UNID | 178 | 3,25 | FAMILIAR | 578,50 |
| 30 | **Rodo de borracha** dupla, com base em plástico rígido, isento de qualquer material metálico, medindo aproximadamente 40 cm, fixação do cabo | UNID | 148 | 5,24 | PROLIL | 775,52 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | com sistema de rosca, com cabo de madeira (liso e isento de farpas) pintado ou plastificado, medindo aproximadamente 1,20 metros. | | | | | |
| **31** | **Sabão em barra** de 1 KG, íntegras e resistente. | UNID | **154** | **7,83** | **INDOVE** | **1.205,82** |
| **34** | **Sabonete Líquido**, embalagem com 250 ml, suave e com fragrância refrescante, que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | **101** | **9,61** | **LUX** | **970,61** |
| **36** | **Vassourão,** Com base de madeira de 40cm. E cabo de madeira de 1.20m. | UNID | **53** | **13,63** | **PROLIL** | **722,39** |
| **38** | **Colher de refeição descartáveis,** PACOTE com c/ 50 unidades. | PCT | **216** | **3,06** | **PRAFESTA** | **660,96** |
| **43** | **Copos descartáveis** com tampa, cor transparente | PCT | **360** | **10,47** | **COPO BASZ** | **3.769,20** |
| **52** | **Pratos** descartáveis fundo tamanho 12cm.Pacotes com 10 unidades. | PTC | **700** | **1,71** | **MARATÁ** | **1.197,00** |
| **53** | **Pratos** descartáveis fundo tamanho 15cm. Pacotes com 10 unidades. | PCT | **700** | **1,74** | **MARATÁ** | **1.218,00** |
| **55** | **Pratos** plástico descartáveis raso tamanho 21cm, pacotes com 10 unidades cada. | PCT | **700** | **2,83** | **MARATÁ** | **1.981,00** |
| **59** | **Saco para lixo** doméstico, de polietileno, capacidade 50 litros, medindo aproximadamente 59 cm x 62 cm, com no mínimo 0,07 mm de espessura, de qualquer cor, exceto branco; conforme normas da ABNT. Embalagem em pacote com 10 unidade. | PCT | **288** | **3,37** | **BRASILEIRINHO** | **970,56** |
| **61** | **Sacola** M | KG | **144** | **14,30** | **PLAST** | **2.059,20** |
| **TOTAL:** | | | | | | **19.779,43** |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA,** integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA,** ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.
**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão)
vigência de até **06(seis) meses.**

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS –** Os preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.
**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.
**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA,** esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA,** esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA,** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA,** quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A**DETENTORADA ATA**se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORADA ATA**se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA,** no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)**O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA,** em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)**Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)**Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)**O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA,** sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)**O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)**A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;
**VII)**O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA.**

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -** A **DETENTORA DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) tiver presentes razões de interesse público;
e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil; f) ocorrer à dissolução da sociedade; g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e, h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA,** paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA,** salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafoterceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:
**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):
a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;
b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.
**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA,** como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA,** valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA,** antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA:**
**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:
ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0501-082440002.2.070 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**
**FUNCIONAL: 0501-082440031.2.075 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - IGD PBF**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.076 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - PAIF/CRAS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.080 - GESTÃO DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.081 - GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVIDUOS – PAEF/CREAS**
**FUNCIONAL: 0501-082430038.2.093 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**
**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021,** devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 001/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, 22 de fevereiro de 2021

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***FRANCISCA MARIA DE LIMA***
Secretária De Assistência Social E Cidadania

Evandro Dos Santos Silva Feirante EIRELI
***EVANDRO DOS SANTOS SILVA***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**BBE46B30

---

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**
**Processo Licitatório nº 001/2021**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, ESTADO DE PERNAMBUCO.**

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Serrita, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.087.454/0001-20, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **FRANCISCA MARIA DE LIMA**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º 7908819 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.009.624-90, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **HR SERVIÇOS E NEGOCIOS PARA EMPRESAS EIRELI , CNPJ Nº 28.288.997/0001-46,** inscrição estadual nº 1760003489, estabelecida à Rua Joaquim Batista, 1357-A, Quadra 366, Lote 08, Setor Central, na cidade de Gurupi/TO, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal o **Sr. José Luiz de Carvalho Riela Júnior**, portador do RG n.º 6093947304 SIS/RS e do CPF de n.º 028.867.281-01, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de material de limpeza e descartáveis destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos, conforme planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **20** | **Luva para limpeza**, de borracha de látex 100% natural, resistente, flexível, tamanho GRANDE, formato anatômico com revestimento interno liso e talcado . Pacote com 1 par. que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | **156** | **3,99** | **VOLK** | **622,44** |
| **21** | **Luva para limpeza**, de borracha de látex 100% natural, resistente, flexível, tamanho MÉDIO, formato anatômico com revestimento interno liso e talcado . Pacote com 1 par. que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | **156** | **3,99** | **VOLK** | **622,44** |
| **22** | **Luva para limpeza**, de borracha de látex 100% natural, resistente, flexível, tamanho PEQUENO, formato anatômico com revestimento interno liso e talcado . Pacote com 1 par. que contenham a data de fabricação e validade do produto. | PCT | **156** | **4,39** | **VOLK** | **684,84** |
| **64** | **Toucas descartáveis,** material sanfonada confeccionada em não tecido (TNT), hidrofóbico polipropileno (lOgIm2), produzida pela tecnologia Spunbonded, com características hipoalérgicas e atóxicas. Pacote com 100 Unidades. | **PCT** | **72** | **23,99** | **ANAPOLIS** | **1.727,28** |
| **TOTAL:** | | | | | | **3.657,00** |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu** registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0501-082440002.2.070 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**
**FUNCIONAL: 0501-082440031.2.075 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - IGD PBF**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.076 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - PAIF/CRAS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.080 - GESTÃO DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.081 - GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVIDUOS – PAEF/CREAS**
**FUNCIONAL: 0501-082430038.2.093 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 001/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **22 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***FRANCISCA MARIA DE LIMA***
Secretária De Assistência Social E Cidadania

HR Serviços E Negocios Para Empresas EIRELI
***JOSÉ LUIZ DE CARVALHO RIELA JÚNIOR***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**8318F44F

---

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**
**Processo Licitatório nº 001/2021**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, ESTADO DE PERNAMBUCO.**

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Serrita, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.087.454/0001-20, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **FRANCISCA MARIA DE LIMA**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º 7908819 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.009.624-90, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **MAGAZINE MENEGHEL LTDA-EPP, CNPJ Nº 01.942.594/0001-12,** inscrição estadual nº 170.0003892, estabelecida à Avenida Ângelo Caleffi, 365, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal o **Sr. JEAN CARLOS MENEGHEL**, portador do RG n.º 1079150114 SJS/IIRS e do CPF de n.º 008.436.290-12, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de material de limpeza e descartáveis destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos, conforme planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48 | **Papel toalha interfolhada,** pacote com 2 maços de 250 unidades. | PCT. | 132 | 8,27 | SUSPEL | 1.091,64 |
| TOTAL: | | | | | | 1.091,64 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu**
registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEDRO
FUNCIONAL: 0501-082440002.2.070 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
FUNCIONAL: 0501-082440031.2.075 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - IGD PBF
FUNCIONAL: 0501-082440032.2.076 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - PAIF/CRAS
FUNCIONAL: 0501-082440032.2.080 - GESTÃO DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
FUNCIONAL: 0501-082440032.2.081 - GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVIDUOS – PAEF/CREAS
FUNCIONAL: 0501-082430038.2.093 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 001/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **22 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***FRANCISCA MARIA DE LIMA***
Secretária De Assistência Social E Cidadania

Magazine Meneghel LTDA-EPP
***JEAN CARLOS MENEGHEL***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**BC203A96

---

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021**
**Processo Licitatório nº 002/2021**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**

Aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Serrita, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.087.454/0001-20, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **FRANCISCA MARIA DE LIMA**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º 7908819 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.009.624-90, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **EVANDRO DOS SANTOS SILVA FEIRANTE EIRELI , CNPJ Nº 09.061.057/0001-75,** inscrição estadual nº26600156232 , estabelecida à Rua Projetada 06, nº 165 – BAIRRO: Augusto de Alencar Sampaio na cidade de Salgueiro- PE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr. Evandro dos Santos Silva**, portador do RG n.º 5465106 SSP/PE, e do CPF de n.º 007.713.814-76, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | **Amido de Milho**, embalagem de 500g integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID. | 144 | 4,20 | APTI | 604,80 |
| 2 | **Achocolatado** em embalagens plásticas 1 L resistentes e sem danificações. Leite integral reconstituído, açúcar, soro de leite em pó, cacau em pó, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, sal, vitamina (C,PP,E,B6,B2,B1 e A), espessante: goma guar e carragena, estabilizantes: mono e diglicerídios, citrato de sódio e lecitin. | UNID | 220 | 8,15 | MARATÁ | 1.793,00 |
| 3 | **Achocolatado em pó** pacote com 400g, que deve conter a data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 320 | 3,50 | APTI | 1.120,00 |
| 4 | **Achocolatado líquido**, pronto pra beber, com Actigen E, composto de leite reconstituído. Embalagens Tetra Pack individuais de 200 ml, reembaladas em caixa de papelão vedadas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto e atender as exigências do ministério da agricultura e DIPOA e do regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega | UNID | 320 | 1,00 | MARATÁ | 320,00 |
| 5 | **Açúcar Cristal Refinado** - embalagens de 1 KG integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto no mínimo 10 meses de validade. | KG | 360 | 2,80 | AGOVALE | 1.008,00 |
| 6 | **Adoçante** com 200ml ,sem amassos ou vazamentos e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 72 | 4,00 | MARATÁ | 288,00 |
| 7 | **Água mineral** embalagem de 500 ml sem amassos ou vazamentos e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias | UNID | 360 | 1,74 | INAIA | 626,40 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | de fabricação. | | | | | |
| **8** | **Alho**, cru, firmes e íntegros tipo nº 5 | KG | **220** | **22,00** | **MULTFRIO** | **4.840,00** |
| **9** | **Arroz, tipo 1**,embalagens de 1 KG integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto no mínimo 10 meses de validade. | KG | **500** | **4,50** | **VALDIVINO** | **2.250,00** |
| **10** | **Aveia em flocos**, embalagem de 400g acondicionadas em caixa de papelão. íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | **220** | **6,90** | **NATURALE** | **1.518,00** |
| **11** | **Azeite de Oliva** extra virgem lata 500 ml sem amassos ou ferrugens e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **72** | **19,00** | **BORGES** | **1.368,00** |
| **12** | **Biscoito doce**, embalagem dupla proteção de 400g , íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | **500** | **3,00** | **VITAMASSA** | **1.500,00** |
| **13** | **Biscoito salgados**, embalagem dupla proteção de 400 g, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | **500** | **3,00** | **VITAMASSA** | **1.500,00** |
| **14** | **Café, pó**, torrado pacote com 250g embalagens integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | PCT | **400** | **3,30** | **PALACIO** | **1.320,00** |
| **15** | **Caldo de galinha**, embalagens de 19gr, integras e resistentes que pode conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | **320** | **0,35** | **KITANO** | **112,00** |
| **16** | **Coloral**, embalagens de 100gr, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto | PCT | **380** | **0,50** | **NORDESTINO** | **190,00** |
| **19** | **Doce lata** de 500g, que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **400** | **4,50** | **NSE** | **1.800,00** |
| **20** | **Erva para chá** camomila pacote de 10gr. | PCT | **288** | **4,01** | **MARATÁ** | **1.154,88** |
| **21** | **Erva para chá** Endro pacote de 10gr. | PCT | **288** | **3,76** | **MARATÁ** | **1.082,88** |
| **22** | **Erva para chá** erva doce, infusão 5% pacote de 10gr. | PCT | **288** | **3,41** | **MARATÁ** | **982,08** |
| **27** | **Fécula de Mandioca -** Goma | UNID | **72** | **4,93** | **LOPES** | **354,96** |
| **28** | **Feijão de cor tipo 1** ( carioquinha ) ,cru produto sem sujidades, mofos e bolor, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **80** | **8,89** | **VALIOSO** | **711,20** |
| **29** | **Feijão preto** produto sem sujidades, mofos e bolor, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **90** | **10,00** | **VALIOSO** | **900,00** |
| **33** | **Leite Instantâneo,** embalagem, lata de 400 gramas, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID. | **230** | **18,15** | **ITAMBÉ** | **4.174,50** |
| **35** | **Leite de caixa,** embalagem de 1 litro, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | **216** | **6,18** | **PERMALATE** | **1.334,88** |
| **37** | **Macarrão, tipo Espaguete**, embalagens com 500g que deverá estar impresso o selo de qualidade da ABIMA (Associação Brasileira de Indústria de Massas Alimentícias). | PCT | **540** | **3,30** | **ALIANÇA** | **1.782,00** |
| **38** | **Maionese**, industrializada, tradicional com ovos com 250 g em vidro sem vazamento e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | POTE | **72** | **3,00** | **LIZA** | **216,00** |
| **41** | **Milho em grão** (seco) p/ mugunzá embalagem com 500g , que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | **190** | **1,97** | **TODOBOM** | **374,30** |
| **43** | **Molho Inglês** embalagem com 150 ml em vidro sem vazamento e que deve conter data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **72** | **2,47** | **MARATÁ** | **177,84** |
| **45** | **Pimenta do Reino**, embalagens de 100 gr, íntegras e resistentes, com data de fabricação e validade do produto. | PCT | **320** | **3,92** | **NORDESTINO** | **1.254,40** |
| **47** | **Refrigerante de cola, unidade** de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **370** | **7,76** | **SCNIN** | **2.871,20** |
| **48** | **Refrigerante de guaraná, unidade** de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **370** | **6,51** | **SCHIN** | **2.408,70** |
| **49** | **Refrigerante de laranja** artificial, unidade de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **332** | **5,73** | **SCHIN** | **1.902,36** |
| **50** | **Sal iodado** embalagens de 1 Kg integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | KG | **84** | **0,90** | **PREMIUM** | **75,60** |
| **54** | **Vinagre** embalagem com 500ml**,** que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **110** | **2,00** | **FILGUEIRA** | **220,00** |
| **55** | **Carne bovina** de 1ª in natura sem tempero , embalagens íntegras e resistentes. | KG | **315** | **30,00** | **FRIBOI** | **9.450,00** |
| **56** | **Carne de Charque** | KG | **70** | **30,00** | **MANA** | **2.100,00** |
| **57** | **Carne moída s**em gordura de 1ª in natura sem tempero , embalagens íntegras e resistentes. | KG | **625** | **19,00** | **NOVILHO SERVADO** | **11.875,00** |
| **58** | **Costela bovina** in natura sem tempero, embalagens íntegras e resistentes. | KG | **350** | **21,00** | **JBS** | **7.350,00** |
| **60** | **Filé de Pescado** , embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **60** | **23,00** | **ECOMAR** | **1.380,00** |
| **61** | **Frango** sem tempero embalagens íntegras e resistentes. | KG | **900** | **8,00** | **FRANGO DOURADO** | **7.200,00** |
| **62** | **Linguiça frango** , embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **370** | **17,50** | **NATTO** | **6.475,00** |
| **64** | **Mortadela de frango** | KG | **180** | **9,00** | **NATTO** | **1.620,00** |
| **65** | **Mortadela mista** | KG | **90** | **8,90** | **NATTO** | **801,00** |
| **66** | **Mussarela** | KG | **125** | **30,00** | **NATIVILE** | **3.750,00** |
| **71** | **Salsicha** | KG | **650** | **8,90** | **ESTRELA** | **5.785,00** |
| **74** | **Abóbora** firmes, integras. | KG | **72** | **3,00** | **CEASA** | **216,00** |
| **75** | **Alface**, lisa, crua, íntegras e frescas | UNID. | **144** | **2,30** | **CEASA** | **331,20** |
| **76** | **Banana prata**, crua, médio amadurecimento, sem manchas graúdas ou Pacovan | DUZIA | **340** | **3,50** | **CEASA** | **1.190,00** |
| **77** | **Batata doce**, crua, nova, graúdas, firmes e sem manchas | KG | **144** | **3,00** | **CEASA** | **432,00** |
| **80** | **Cebola crua**, firmes e íntegras | KG | **220** | **4,00** | **CEASA** | **880,00** |
| **85** | **Feijão Verde**, cru, firme, integro, sem mancha com médio amadurecimento. | KG | **170** | **11,00** | **CEASA** | **1.870,00** |
| **87** | **Jerimum** firme e sem manchas | KG | **144** | **3,50** | **CEASA** | **504,00** |
| **88** | **Laranja pera**, crua, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões. Cor uniforme. | UNID. | **580** | **0,40** | **CEASA** | **232,00** |
| **89** | **Limão novo**, íntegro, livre de sujidades, boa qualidade. Apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA | KG | **144** | **6,30** | **CEASA** | **907,20** |
| **91** | **Mamão formosa**, cru, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **280** | **2,97** | **CEASA** | **831,60** |
| **94** | **Maracujá,** cruz, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | UNID. | **700** | **1,07** | **CEASA** | **749,00** |
| **96** | **Melão cru**, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **280** | **2,30** | **CEASA** | **644,00** |
| **97** | **Pimentão verde**, cru, íntegros, firmes e graúdos | UNID. | **220** | **0,60** | **CEASA** | **132,00** |
| **98** | **Pimentinha**,verde, cru, íntegros, firmes e graúdos | KG | **220** | **8,00** | **CEASA** | **1.760,00** |
| **99** | **Repolho**, branco, cru, sem folhas verdes, íntegros, firmes e sem manchas | KG | **144** | **3,80** | **CEASA** | **547,20** |
| **100** | **Tangerinas**, íntegras, resistentes, sem manchas. | UNID. | **580** | **1,00** | **CEASA** | **580,00** |
| **101** | **Tomate** com semente, cru, médio, amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **610** | **3,80** | **CEASA** | **2.318,00** |
| **102** | **Uvas** | KG | **180** | **6,50** | **CEASA** | **1.170,00** |
| **103** | **Bolo,** sabores variados | KG | **432** | **14,97** | **CASA DO BOLO** | **6.467,04** |
| **104** | **Pão de trigo**, francês, 50gr cada unidade | KG | **5524** | **16,83** | **P. EUDES** | **92.968,92** |
| **105** | **Pão Solvado**, MASSINHA DOCE, 50gr cada unidade | KG | **432** | **10,83** | **P. EUDES** | **4.678,56** |
| **106** | **Salgados,** sabores diversos ( queijo, chocolate, goiaba etc.) | KG | **432** | **26,30** | **P. EUDES** | **11.361,60** |
| **TOTAL:** | | | | | | **232.692,30** |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas

condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do Anexo I desta Ata.**

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO – A DETENTORA DA ATA se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, no prazo máximo de 07(sete) dias corridos, contados à partir da emissão da requisição ou autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações, assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.**

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO – A DETENTORA DA ATA se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, no prazo máximo de 07(sete) dias corridos, contados a partir da emissão da requisição ou autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações, assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.**

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na

autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu**
registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a
**DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.
**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0501-082440002.2.070 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**
**FUNCIONAL: 0501-082440031.2.075 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - IGD PBF**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.076 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - PAIF/CRAS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.080 - GESTÃO DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.081 - GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVIDUOS – PAEF/CREAS**
**FUNCIONAL: 0501-082430038.2.093 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021 de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.
**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **25 de fevereiro de 2021**

Município de Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***FRANCISCA MARIA DE LIMA***
Secretária de Assistência Social e Cidadania

Evandro Dos Santos Silva Feirante EIRELI
***EVANDRO DOS SANTOS SILVA***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**1230161F

---

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021**
**Processo Licitatório nº 002/2021**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**

Aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Serrita, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.087.454/0001-20, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **FRANCISCA MARIA DE LIMA**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º 7908819 SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.009.624-90, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **CARLOS G. A. DANTAS , CNPJ Nº 30.958.204/0001-09,** inscrição estadual nº 06.775.767-7, estabelecida à Rua Francisco Bartolomeu Alves de Carvalho, 18, Cajueiro, na cidade de IGATU- CE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr. CARLOS GIL ALCANTARA DANTAS**, portador do RG n.º 20171010137 SSP/CE, e do CPF de n.º 011.447.293-94, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17 | **Cominh**o, embalagens de 100 gr, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto | PCT | 380 | 1,99 | SÃO MARCOS | 756,20 |
| 18 | **Creme de leite**, embalagens com 200g e 20% de gordura . | UNID | 280 | 3,03 | BETÂNIA | 848,40 |
| 23 | **Ervilha em conserva** , enlatada, drenada embalagens de 300g, sem amassos ou ferrugens e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 216 | 3,65 | ODERICH | 788,40 |
| 24 | **Extrato de tomate**, concentrado pura polpa embalagens de 350g, sem amassas ou ferrugens e que deve conter data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 270 | 2,98 | STELLA D´ORO | 804,60 |
| 25 | **Farinha de Mandioca**, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | KG | 144 | 5,07 | DONA DÊ | 730,08 |
| 26 | **Farinha de trigo c/ fermento** embalagens de 1 kg, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | 84 | 4,43 | DONA MARIA | 372,12 |
| 30 | **Feijão, macassá cru**, produto sem sujidades, mofos e bolor, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | 72 | 10,52 | PRECINHO | 757,44 |
| 31 | **Flocos de milho** pre cozido com 500 g, 100% natural | UNID | 420 | 1,49 | KIFLOCÃO | 625,80 |
| 32 | **Leite Desnatado** embalagem, lata de 400 gramas, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID. | 230 | 14,70 | ITAMBÉ | 3.381,00 |
| 34 | **Leite Condensado,** embalagens de 395gr | UNID | 230 | 3,99 | BETÂNIA | 917,70 |
| 36 | **Leite**, integral, pó pct com 200g. | PCT | 580 | 5,90 | BOM DU LEITE | 3.422,00 |
| 39 | **Margarina cremosa**, com óleo hidrogenado, embalagens de 500g, íntegras, resistentes, sem amassos e que pode conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 320 | 5,57 | PURO SABOR | 1.782,40 |
| 40 | **Milho de Pipoca** | PCT | 180 | 1,69 | DONA DÊ | 304,20 |
| 42 | **Milho verde em conserva** , enlatado, drenado lata 300 g ( peso drenado ) sem amassos ou ferrugens, que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 280 | 2,93 | ODERICH | 820,40 |
| 44 | **Óleo de soja** refinado , sem colesterol embalagem de 900 ml sem amassos ou vazamento e que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | 120 | 10,15 | SOYA | 1.218,00 |
| 46 | **Proteína de Soja**, embalagens de 400g, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade. | UNID | 230 | 5,73 | SORA | 1.317,90 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **51** | **Sardinha** conserva em óleo, lata 125 g sem amassos, ferrugens ou vazamento e que pode conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **360** | **3,65** | **PALMEIRA** | **1.314,00** |
| **52** | **Suco de fruta**s, embalagens de 500 ml, já contendo açúcar, com rendimento mínimo por litro do produto de 5 litros de suco preparado. Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | **280** | **3,35** | **DA FRUTA** | **938,00** |
| **53** | **Tempero pronto** em sache tipo SASON de 5g. | UNID | **170** | **3,65** | **SAZOM** | **620,50** |
| **59** | **Coxa de frango** sem tempero, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **1350** | **9,15** | **BONASA** | **12.352,50** |
| **63** | **Linguiça toscana**, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **360** | **16,90** | **REGINA** | **6.084,00** |
| **67** | **Ovos** íntegros (sem rachaduras) e sem sujidades na casca - embalagens de 30 unidades (bandeja) conter classificação e validade com no máximo 5 dias | BANDEJA | **450** | **13,80** | **SÃO JOSÉ** | **6.210,00** |
| **68** | **Peito de frango** sem tempero, embalagens íntegras e resistentes. | KG | **600** | **9,30** | **BONASA** | **5.580,00** |
| **69** | **Presunto bovino**, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **95** | **22,90** | **SEARA** | **2.175,50** |
| **70** | **Queijo pasteurizado**, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **60** | **20,98** | **SERV BEM** | **1.258,80** |
| **72** | **Abacate**, firme, integras, sem manchas, batidas e esfoliões, cor uniforme. | KG | **220** | **4,60** | **CEASA** | **1.012,00** |
| **73** | **Abacaxi** cru, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | UNID. | **220** | **6,10** | **CEASA** | **1.342,00** |
| **78** | **Batata inglesa**, crua, novas, graúdas, firmes e sem manchas | KG | **170** | **5,15** | **CEASA** | **875,50** |
| **79** | **Beterraba crua**, firmes e íntegras | KG | **160** | **4,40** | **CEASA** | **704,00** |
| **81** | **Cebolinha**- cheiro Verde, Novo, íntegro, boa qualidade, Apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. | MOLHO | **190** | **0,89** | **CEASA** | **169,10** |
| **82** | **Cenoura crua**, sem folhas, tamanho médio, firmes, íntegras e sem manchas | KG | **170** | **5,49** | **CEASA** | **933,30** |
| **83** | **Chuchu cru**, firme, sem manchas e sem brotos | UNID. | **160** | **1,33** | **CEASA** | **212,80** |
| **84** | **Coentro**, folhas desidratadas, frescos, íntegros e firmes | MOLHO | **220** | **0,89** | **CEASA** | **195,80** |
| **86** | **Goiaba vermelha**, médio amadurecimento, firmas, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **280** | **2,89** | **CEASA** | **809,20** |
| **90** | **Maçã Fugi**, crua médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões. Cor uniforme | UNID. | **640** | **0,83** | **CEASA** | **531,20** |
| **92** | **Mandioca crua(macaxeira)** tamanho médio, sem sujidades na casca, firmes, íntegras e com características uniformes | KG | **320** | **3,28** | **CEASA** | **1.049,60** |
| **93** | **Manga**, Haden, crua, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem batidas e esfolões e manchas | UNID. | **440** | **1,07** | **CEASA** | **470,80** |
| **95** | **Melancia,** integra, firme, cor uniforme. | KG | **270** | **2,10** | **CEASA** | **567,00** |
| **TOTAL:** | | | | | | **64.252,24** |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu** registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0501-082440002.2.070 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**
**FUNCIONAL: 0501-082440031.2.075 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - IGD PBF**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.076 - GESTÃO CADASTRO ÚNICO - PAIF/CRAS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.080 - GESTÃO DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS**
**FUNCIONAL: 0501-082440032.2.081 - GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVIDUOS – PAEF/CREAS**
**FUNCIONAL: 0501-082430038.2.093 – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021 de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.
**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.
**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **25 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***FRANCISCA MARIA DE LIMA***
Secretária De Assistência Social E Cidadania

Carlos G. A. Dantas
***CARLOS GIL ALCANTARA DANTAS***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**D28D0F4A

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021_**

**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**
**Processo Licitatório nº 001/2021**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA1,** como signatário o Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.424.026/0001-46, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA**, brasileira, solteira, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **EVANDRO DOS SANTOS SILVA FEIRANTE EIRELI , CNPJ Nº 09.061.057/0001-75,** inscrição estadual nº26600156232 , estabelecida à Rua projetada 06, nº 165 – BAIRRO: Augusto de Alencar Sampaio na cidade de salgueiro- PE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr. Evandro dos Santos Silva**, portador do RG n.º 5465106 SSP/PE, e do CPF de n.º 007.713.814-76, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificado:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | | MARCA: | VALOR TOTAL: | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | **Amido de Milho**, embalagem de 500g integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID. | 150 | R$ | 5,97 | APTI | R$ | 895,50 |
| 2 | **Achocolatado** em embalagens plásticas 1 L resistentes e sem danificações. Leite integral reconstituído, açúcar, soro de leite em pó, cacau em pó, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, sal, vitamina (C,PP,E,B6,B2,B1 e A), espessante: goma guar e carragena, estabilizantes: mono e diglicerídios, citrato de sódio e lecitin. | UNID | 480 | R$ | 5,90 | MARATA | R$ | 2.832,00 |
| 3 | **Achocolatado em pó** pacote com 400g, que deve conter a data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 350 | R$ | 5,50 | APTI | R$ | 1.925,00 |
| 4 | **Achocolatado líquido**, pronto para beber, com Actigen E, composto de leite reconstituído. Embalagens Tetra Pack individuais de 200 ml, reembaladas em caixa de papelão vedadas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto e atender as exigências do ministério da agricultura e DIPOA e do regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega | UNID | 400 | R$ | 1,50 | MARATA | R$ | 600,00 |
| 5 | **Açúcar Cristal Refinado** - embalagens de 1 KG integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto no mínimo 10 meses de validade. | KG | 2200 | R$ | 2,80 | TRIANGULO | R$ | 6.160,00 |
| 6 | **Adoçante** com 200ml ,sem amassos ou vazamentos e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 280 | R$ | 4,40 | MARATA | R$ | 1.232,00 |
| 8 | **Alho**, cru, firmes e íntegros tipo nº 5 | KG | 90 | R$ | 25,00 | MULTIFRIOS | R$ | 2.250,00 |
| 9 | **Arroz, tipo 1**,embalagens de 1 KG integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto no mínimo 10 meses de validade. | KG | 1700 | R$ | 4,90 | VALDIVINO | R$ | 8.330,00 |
| 10 | **Aveia em flocos**, embalagem de 400g acondicionadas em caixa de papelão. íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 220 | R$ | 7,00 | NATURALE | R$ | 1.540,00 |
| 11 | **Azeite de Oliva** extra virgem lata 500 ml sem amassos ou ferrugens e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 100 | R$ | 20,33 | BORGES | R$ | 2.033,00 |
| 12 | **Biscoito doce**, embalagem dupla proteção de 400g , íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | 1656 | R$ | 3,70 | VITAMASSA | R$ | 6.127,20 |
| 13 | **Biscoito salgados**, embalagem dupla proteção de 400 g, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | 1656 | R$ | 3,70 | VITAMASSA | R$ | 6.127,20 |
| 18 | **Creme de leite**, embalagens com 200g e 20% de gordura . | UNID | 350 | R$ | 2,88 | MOCOCA | R$ | 1.008,00 |
| 19 | **Doce lata** de 500g, que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 650 | R$ | 4,00 | NECE | R$ | 2.600,00 |
| 20 | **Erva para chá** camomila pacote de 10gr. | PCT | 600 | R$ | 3,33 | MARATA | R$ | 1.998,00 |
| 21 | **Erva para chá** Endro pacote de 10gr. | PCT | 600 | R$ | 3,33 | MARATA | R$ | 1.998,00 |
| 24 | **Extrato de tomate**, concentrado pura polpa embalagens de 350g, sem amassas ou ferrugens e que deve conter data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 250 | R$ | 3,13 | BONARE | R$ | 782,50 |
| 25 | **Farinha de Mandioca**, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | KG | 220 | R$ | 4,50 | VALIOSO | R$ | 990,00 |
| 26 | **Farinha de trigo c/ fermento** embalagens de 1 kg, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | 290 | R$ | 4,47 | DONA BENTA | R$ | 1.296,30 |
| 27 | **Fécula de Mandioca -** Goma | UNID | 300 | R$ | 4,80 | LOPES | R$ | 1.440,00 |
| 29 | **Feijão preto** produto sem sujidades, mofos e bolor, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | 240 | R$ | 8,50 | VALIOSO | R$ | 2.040,00 |
| 30 | **Feijão, macassá cru**, produto sem sujidades, mofos e bolor, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | 600 | R$ | 7,77 | VALIOSO | R$ | 4.662,00 |
| 31 | **Flocos de milho** pre cozido 500 g, com 100% natural | UNID | 440 | R$ | 1,58 | NORDESTINO | R$ | 695,20 |
| 32 | **Leite Desnatado** embalagem, lata de 400 gramas, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID. | 600 | R$ | 16,67 | CCGL | R$ | 10.002,00 |
| 34 | **Leite Condensado,** embalagens de 395gr | UNID | 360 | R$ | 5,30 | TRIANGULO | R$ | 1.908,00 |
| 35 | **Leite de caixa,** embalagem de 1 litro, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 500 | R$ | 5,57 | PARMALATE | R$ | 2.785,00 |
| 37 | **Macarrão, tipo Espaguete**, embalagens com 500g que deverá estar impresso o selo de qualidade da ABIMA (Associação Brasileira de Indústria de Massas Alimentícias). | PCT | 900 | R$ | 2,65 | ALIANÇA | R$ | 2.385,00 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **38** | **Maionese**, industrializada, tradicional com ovos com 250 g em vidro sem vazamento e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | POTE | **400** | **R$** | **2,58** | **LUIZA** | **R$** | **1.032,00** |
| **39** | **Margarina cremosa**, com óleo hidrogenado, embalagens de 500g, íntegras, resistentes, sem amassos e que pode conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **1200** | **R$** | **4,00** | **PRIMOR** | **R$** | **4.800,00** |
| **40** | **Milho de Pipoca** | PCT | **20** | **R$** | **3,27** | **PULA PULA** | **R$** | **65,40** |
| **42** | **Milho verde em conserva** , enlatado, drenado lata 300 g ( peso drenado ) sem amassos ou ferrugens, que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **600** | **R$** | **2,80** | **FUJINI** | **R$** | **1.680,00** |
| **43** | **Molho Inglês** embalagem com 150 ml em vidro sem vazamento e que deve conter data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **100** | **R$** | **2,33** | **MARATA** | **R$** | **233,00** |
| **44** | **Óleo de soja** refinado , sem colesterol embalagem de 900 ml sem amassos ou vazamento e que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **500** | **R$** | **10,07** | **CONCORDIA** | **R$** | **5.035,00** |
| **45** | **Pimenta do Reino**, embalagens de 100 gr, íntegras e resistentes, com data de fabricação e validade do produto. | PCT | **500** | **R$** | **1,50** | **NORDESTINO** | **R$** | **750,00** |
| **46** | **Proteína de Soja**, embalagens de 400g, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade. | UNID | **300** | **R$** | **5,25** | **SUPRESOY** | **R$** | **1.575,00** |
| **47** | **Refrigerante de caju, unidade** de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **200** | **R$** | **7,16** | **SCHIN** | **R$** | **1.432,00** |
| **48** | **Refrigerante de cola, unidade** de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **300** | **R$** | **7,59** | **SCHIN** | **R$** | **2.277,00** |
| **49** | **Refrigerante de guaraná, unidade** de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **300** | **R$** | **5,94** | **SCHIN** | **R$** | **1.782,00** |
| **51** | **Sal iodado** embalagens de 1 Kg integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | KG | **130** | **R$** | **0,90** | **PREMIUM** | **R$** | **117,00** |
| **52** | **Sardinha** conserva em óleo, lata 125 g sem amassos, ferrugens ou vazamento e que pode conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | **400** | **R$** | **4,20** | **88** | **R$** | **1.680,00** |
| **53** | **Suco de fruta**s, embalagens de 500 ml, já contendo açúcar, com rendimento mínimo por litro do produto de 5 litros de suco preparado. Que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | **250** | **R$** | **5,00** | **IMPERIAL** | **R$** | **1.250,00** |
| **54** | **Tempero pronto** em sache tipo SASON de 5g. | UNID | **200** | **R$** | **2,50** | **SAZON** | **R$** | **500,00** |
| **55** | **Vinagre** embalagem com 500ml**,** que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | **200** | **R$** | **2,30** | **FILGUEIRA** | **R$** | **460,00** |
| **56** | **Carne bovina** de 1ª in natura sem tempero , embalagens íntegras e resistentes. | KG | **650** | **R$** | **35,00** | **FRIBOI** | **R$** | **22.750,00** |
| **57** | **Carne de Charque** | KG | **180** | **R$** | **34,00** | **MANA** | **R$** | **6.120,00** |
| **58** | **Carne moída s**em gordura de 1ª in natura sem tempero , embalagens íntegras e resistentes. | KG | **300** | **R$** | **23,50** | **NOVILHO SERVADO** | **R$** | **7.050,00** |
| **59** | **Costela bovina** in natura sem tempero, embalagens íntegras e resistentes. | KG | **280** | **R$** | **21,00** | **JBS** | **R$** | **5.880,00** |
| **60** | **Coxa de frango** sem tempero, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **500** | **R$** | **10,00** | **FRANGO DOURADO** | **R$** | **5.000,00** |
| **61** | **Filé de Pescado** , embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **300** | **R$** | **21,00** | **ECOMAR** | **R$** | **6.300,00** |
| **62** | **Frango** sem tempero embalagens íntegras e resistentes. | KG | **1000** | **R$** | **10,00** | **FRANGO DOURADO** | **R$** | **10.000,00** |
| **63** | **Linguiça frango** , embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **300** | **R$** | **18,00** | **NATTO** | **R$** | **5.400,00** |
| **64** | **Linguiça toscana**, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **300** | **R$** | **18,35** | **NATTO** | **R$** | **5.505,00** |
| **65** | **Mortadela de frango** | KG | **150** | **R$** | **8,95** | **NATTO** | **R$** | **1.342,50** |
| **66** | **Mortadela mista** | KG | **150** | **R$** | **9,00** | **NATTO** | **R$** | **1.350,00** |
| **67** | **Mussarela** | KG | **150** | **R$** | **35,00** | **NATIVILLE** | **R$** | **5.250,00** |
| **68** | **Ovos** íntegros (sem rachaduras) e sem sujidades na casca - embalagens de 30 unidades (bandeja) conter classificação e validade com no máximo 5 dias | BANDEJA | **450** | **R$** | **13,50** | **CASCAVEL** | **R$** | **6.075,00** |
| **69** | **Peito de frango** sem tempero, embalagens íntegras e resistentes. | KG | **600** | **R$** | **11,00** | **FRANGO DOURADO** | **R$** | **6.600,00** |
| **70** | **Presunto bovino**, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **150** | **R$** | **24,00** | **LEBON** | **R$** | **3.600,00** |
| **71** | **Queijo pasteurizado**, embalagens íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | **150** | **R$** | **23,00** | **ISES** | **R$** | **3.450,00** |
| **72** | **Salsicha** | KG | **130** | **R$** | **9,00** | **ESTRELA** | **R$** | **1.170,00** |
| **73** | **Abacaxi** cru, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | UNID. | **105** | **R$** | **3,90** | **CEASA** | **R$** | **409,50** |
| **74** | **Abacate,** firme, integras, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme. | KG | **280** | **R$** | **8,50** | **CEASA** | **R$** | **2.380,00** |
| **75** | **Abóbora** firmes, integras. | KG | **200** | **R$** | **3,80** | **CEASA** | **R$** | **760,00** |
| **76** | **Alface**, lisa, crua, íntegras e frescas | UNID. | **350** | **R$** | **2,40** | **CEASA** | **R$** | **840,00** |
| **77** | **Banana** prata, crua, médio amadurecimento, sem manchas graúdas ou Pacovan | DUZIA | **440** | **R$** | **3,70** | **CEASA** | **R$** | **1.628,00** |
| **78** | **Batata doce**, crua, nova, graúdas, firmes e sem manchas | KG | **300** | **R$** | **3,40** | **CEASA** | **R$** | **1.020,00** |
| **79** | **Batata** inglesa, crua, novas, graúdas, firmes e sem manchas | KG | **350** | **R$** | **5,00** | **CEASA** | **R$** | **1.750,00** |
| **80** | **Beterraba** crua, firmes e íntegras | KG | **180** | **R$** | **5,30** | **CEASA** | **R$** | **954,00** |
| **81** | **Cebola** crua, firmes e íntegras | KG | **300** | **R$** | **3,50** | **CEASA** | **R$** | **1.050,00** |
| **82** | **Cebolinha-** cheiro Verde, Novo, íntegro, boa qualidade, Apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo | MOLHO | **220** | **R$** | **1,00** | **CEASA** | **R$** | **220,00** |
| **83** | **Cenoura** crua, sem folhas, tamanho médio, firmes, íntegras e sem manchas | KG | **350** | **R$** | **5,00** | **CEASA** | **R$** | **1.750,00** |
| **84** | **Chuchu** cru, firme, sem manchas e sem brotos | UNID. | **250** | **R$** | **1,00** | **CEASA** | **R$** | **250,00** |
| **85** | **Coentro,** folhas desidratadas, frescos, íntegros e firmes | MOLHO | **420** | **R$** | **1,50** | **CEASA** | **R$** | **630,00** |
| **86** | **Feijão Verde,** cru, firme, integro, sem mancha com médio amadurecimento. | KG | **220** | **R$** | **9,50** | **CEASA** | **R$** | **2.090,00** |
| **87** | **Goiaba** vermelha, médio amadurecimento, firmas, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **300** | **R$** | **3,00** | **CEASA** | **R$** | **900,00** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **88** | **Jerimum** firme e sem manchas | KG | **250** | **R$** | **3,50** | **CEASA** | **R$** | **875,00** |
| **89** | **Laranja** pera, crua, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões. Cor uniforme. | UNID. | **900** | **R$** | **0,45** | **CEASA** | **R$** | **405,00** |
| **90** | **Limão** novo, íntegro, livre de sujidades, boa qualidade. Apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA | KG | **350** | **R$** | **6,20** | **CEASA** | **R$** | **2.170,00** |
| **91** | **Maçã Fugi**, crua médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões. Cor uniforme | UNID. | **950** | **R$** | **0,83** | **CEASA** | **R$** | **788,50** |
| **92** | **Mamão** formosa, cru, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **310** | **R$** | **2,90** | **CEASA** | **R$** | **899,00** |
| **93** | **Mandioca** crua(macaxeira) tamanho médio, sem sujidades na casca, firmes, íntegras e com características uniformes | KG | **310** | **R$** | **3,10** | **CEASA** | **R$** | **961,00** |
| **94** | **Manga,** Haden, crua, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem batidas e esfolões e manchas | UNID. | **900** | **R$** | **1,00** | **CEASA** | **R$** | **900,00** |
| **95** | **Maracujá,** cruz, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | UNID. | **900** | **R$** | **1,00** | **CEASA** | **R$** | **900,00** |
| **96** | **Melancia**, integra, firme, cor uniforme. | KG | **220** | **R$** | **2,30** | **CEASA** | **R$** | **506,00** |
| **97** | **Melão** cru, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | **220** | **R$** | **2,65** | **CEASA** | **R$** | **583,00** |
| **98** | **Pimentão** verde, cru, íntegros, firmes e graúdos | UNID. | **900** | **R$** | **0,65** | **CEASA** | **R$** | **585,00** |
| **99** | **Pimentinha,** verde, cru, íntegros, firmes e graúdos | KG | **50** | **R$** | **8,00** | **CEASA** | **R$** | **400,00** |
| **101** | **Tangerinas**, integras, resistentes, sem manchas. | UNID. | **900** | **R$** | **1,00** | **CEASA** | **R$** | **900,00** |
| **103** | **Uvas** | KG | **330** | **R$** | **7,10** | **CEASA** | **R$** | **2.343,00** |
| **104** | **Bolo,** sabores variados | KG | **280** | **R$** | **11,00** | **CASA DO BOLO** | **R$** | **3.080,00** |
| **105** | **Sequilhos** | KG | **230** | **R$** | **18,00** | **P. EUDES** | **R$** | **4.140,00** |
| **108** | **Pãozinho para rechear ,** 25 gr cada unidade | KG | **140** | **R$** | **8,30** | **SAN ROMANO** | **R$** | **1.162,00** |
| **109** | **Pão de queijo, 25 gr cada unidade** | KG | **300** | **R$** | **18,40** | **P. EUDES** | **R$** | **5.520,00** |
| **110** | **Pão de trigo**, francês, 50gr cada unidade | KG | **500** | **R$** | **8,90** | **P. EUDES** | **R$** | **4.450,00** |
| **111** | **Pão Solvado**, MASSINHA DOCE, 50gr cada unidade | KG | **280** | **R$** | **9,00** | **P. EUDES** | **R$** | **2.520,00** |
| **112** | **Salgados,** sabores diversos ( queijo, chocolate, goiaba etc.) | KG | **380** | **R$** | **17,90** | **P. EUDES** | **R$** | **6.802,00** |
| **TOTAL:** | | | | | | | **R$** | **261.673,80** |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**
**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **12(doze) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – Os** preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

**I)** O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;

**III)** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;

**IV)** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;

**V)** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)** A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

**VII)** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu** registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;

f) ocorrer à dissolução da sociedade;

g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,

h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I)** Advertência;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.

**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias já corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.

**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:

**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentários:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**

**FUNCIONAL: 0401-103010024.2.053 – Gerenciamento e Manutenção da Unidade Mista José Urias Novais**
**FUNCIONAL: 0401-103010025.2.055 – Gerenciamento e Manutenção da Atenção Básica**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 001/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**

**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**

**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **17 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretária De Saúde

Evandro Dos Santos Silva Feirante EIRELI
***EVANDRO DOS SANTOS SILVA***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**9289100F

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**
**Processo Licitatório nº 001/2021**
**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**
Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependências do Departamento de AdministraçãodeMateriaiseLicitações,o **MUNICÍPIO DECEDRO-PE,**pessoajurídicadedireitopúblico interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro,inscrito no CNPJ/MFsobnº11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatário o Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.424.026/0001-46, neste ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA,** brasileira, solteira, funcionária pública municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.º SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021,** para **REGISTRO DE PREÇOS,** por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **NETO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA , CNPJ Nº 04.093.416/0001-52,** inscrição estadual nº 23.201.899.816 , estabelecida à Rua Francisco Vicente da Silva Cavalcante, 152 – BAIRRO: Triangulo na cidade de Juazeiro do Norte-CE, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal **Sr. EDVANIO PEREIRA**

**TRIBUTINO,** portador do RG n.º 87830285 SSP/CE, e do CPF de n.º 734.755.483-72, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **aquisiçãodegênerosalimentíciosdestinadosaatenderasnecessidadesdoFundoMunicipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco,** conforme quantidades, especificações e preços contidos na planilha abaixo especificado:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | MARCA: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | **Água mineral** embalagem de 500 ml sem amasso ou vazamentos e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 1560 | R$ 1,49 | CRISTAL | R$ 2.324,40 |
| 14 | **Café, pó**, torrado pacote com 250g embalagens integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade, produto com no máximo 30 dias de fabricação. | PCT | 2350 | R$ 4,39 | PILÃO | R$ 10.316,50 |
| 15 | **Caldodegalinha**,embalagensde 19gr, integras e resistentes que pode conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID | 350 | R$ 0,53 | MAGGY | R$ 185,50 |
| 16 | **Coloral**, embalagens de 100gr, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto | PCT | 350 | R$ 0,88 | KITANO | R$ 308,00 |
| 17 | **Cominh**o,embalagens de 100 gr, íntegras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto | PCT | 350 | R$ 1,45 | KITONAPIRACA | R$ 507,50 |
| 22 | **Erva para chá** erva doce, infusão 5% pacote de 10gr. | PCT | 600 | R$ 3,33 | CHAMEL | R$ 1.998,00 |
| 23 | **Ervilha em conserva** , enlatada, drenada embalagens de 300g, sem amassos ou ferrugens e que deve conter data de fabricação e validade do produto com no máximo 30 dias de fabricação. | UNID | 400 | R$ 2,97 | FUGINI | R$ 1.188,00 |
| 28 | **Feijão de cor tipo 1** ( carioquinha ) ,cru produto sem sujidades, mofos e bolor, embalagens de 1 KG íntegros e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | KG | 750 | R$ 7,91 | KICALDO | R$ 5.932,50 |
| 33 | **Leite Instantâneo,** embalagem, lata de 400 gramas, integras e resistentes que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | UNID. | 300 | R$ 17,26 | ITAMBÉ | R$ 5.178,00 |
| 36 | **Leite**, integral, pó pct com 200g. | PCT | 3500 | R$ 5,80 | ITAMBÉ | R$ 20.300,00 |
| 41 | **Milho em grão** (seco) p/ mugunzá embalagem com 500g , que deve conter a data de fabricação e validade do produto. | PCT | 200 | R$ 1,77 | YOKI | R$ 354,00 |
| 50 | **Refrigerante de laranja** artificial, unidade de 2 litros sem vazamento, produto que deve conter data de fabricação e validade do produto. | UNID | 300 | R$ 6,05 | SUKITA | R$ 1.815,00 |
| 100 | **Repolho,** branco, cru, sem folhas verdes, íntegros, firmes e sem manchas | KG | 220 | R$ 6,17 | CEASA | R$ 1.357,40 |
| 102 | **Tomate** com semente, cru, médio, amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas, batidas e esfolões, cor uniforme | KG | 450 | R$ 5,67 | CEASA | R$ 2.551,50 |
| 106 | **Pão para cachorro quente** | KG | 180 | R$ 6,28 | PANNEVITA | R$ 1.130,40 |
| 107 | **Pão de Forma** (Pacote com 20 fatias) 500gr | PCT | 450 | R$ 5,48 | PANNEVITA | R$ 2.466,00 |
| TOTAL: | | | | | | R$ 57.912,70 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA,** integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA,** ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou or indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **12(doze) meses.**

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS –** Os preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos preços constantes do **Anexo I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

**Parágrafo quarto:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuição do Município da Estância Turística de CEDRO para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorreras alteraçõesde preçosconstantes dositens anteriores,os preços registrados dos produtos sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

**Parágrafo sétimo:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA,** esta deverá demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, paraque através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

**Parágrafo nono:** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA,** esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado à **PREFEITURA,** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA,** quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.
**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A**DETENTORADA ATA**se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados à partir da emissão da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administração de Materiais e Licitações**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.
**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da
**DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorização de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**
**Parágrafo segundo:** Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:
**I)**O(s) item(ns) registrado(s) será(ã o) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA,** em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA;**
**II)**Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização;
**III)**Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, à **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo;
**IV)**O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA,** sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso I;
**V)**O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;
**VI)**A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;
**VII)**O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA.**
**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -** A **DETENTORA DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) tiver presentes razões de interesse público;
e) for decretada sua falência ou ocorrer à instauração de insolvência civil;
f) ocorrer à dissolução da sociedade;
g) ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da ata de registro de preços; e,
h) sem justa causa e prévia comunicação a **PREFEITURA,** paralisar o fornecimento.
**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.
**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro poderá ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA,** salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**
**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA**
Poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes penalidades:
**I)** Advertência;
**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):
a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso;
b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratação, por dia de atraso.
**III)** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
**Parágrafo primeiro:** As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.
**Parágrafo segundo:** A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.
**Parágrafo terceiro:** As multas moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.
**Parágrafo quarto:** A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, se sujeita a **DETENTORA DA ATA,** como a cobrança de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total Da ata.

**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratória incidirá a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisório do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicação de sua rejeição à **DETENTORA DA ATA,** valendo os dias já corridos.
**Parágrafo sexto:** Ficará a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.
**Parágrafo sétimo:** Será propiciada a **DETENTORA DA ATA,** antes da imposição das penalidades elencadas nesta cláusula, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
**Parágrafo oitavo:** As aplicações das sanções estabelecidas neste instrumento são de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.
**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA:**
**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.
**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentários:

ÓRGÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
**FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde FUNCIONAL: 0401-103010024.2.053 – Gerenciamento e Manutenção da Unidade Mista José Urias Novais**
**FUNCIONAL: 0401-103010025.2.055 – Gerenciamento e Manutenção da Atenção Básica**
**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99 - MATERIAL DE CONSUMO**

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitação – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021,** devidamente homologadano **Processo de Licitação nº 001/2021** e Lei Federal nº 8.666/93 e as alterações promovidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional nº 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.
**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 001/2021 de fevereiro de 2021**, e à proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.
**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de SERRITA-PE, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**
**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**
**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Caberá ao Departamento de Administração de Materiais e Licitações, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.
**Parágrafo segundo:** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.
**Parágrafo quarto:** A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

CEDRO-PE, **17 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretária De Saúde

Neto Comercio Varejista De Produtos Alimentícios LTDA
***EDVANIO PEREIRA TRIBUTINO***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**179C2F58

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2021**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº002/2021**
**0bjeto: REGISTRO DE PREÇOS** para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco.**
Aos 19 dias do mes de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nas dependencias do Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes, o **MUNICÍPIO DE CEDRO-PE**, pessoa juridica de direito publico interno, com sede nesta cidade e comarca de CEDRO, Estado de Pernambuco, na Rua Sete de Setembro, 68 – centro, inscrito no CNPJ/MF sob no 11.361.219/0001-32, neste ato devidamente representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE,** atraves de seu orgao central de execucao administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**1**,** como signatario o Fundo Municipal De Saude, inscrito no CNPJ sob o n.o 12.424.026/0001-46, neste

ato devidamente representado pela sua gestora a Sra. **JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVIERA**, brasileira, solteira, funcionaria publica municipal, portadora do documento de identidade R.G. n.o SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.o 270.085.844-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.o 8666/93 e suas alteracoes e do Decreto Municipal no 001-A, de 04 de janeiro de 2021, em face da classificacao das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberacao do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **CIRURGICA PARMA LTDA, CNPJ Nº 10.368.534/0001-29,** estabelecida a Rua General Glicerio, 286, Vila central, na cidade de Assis-SP, devidamente representado na forma do contrato social pelo seu representante legal o **Sr. MARCOS MOÍSES PAULO VIEIRA**, brasileiro, solteiro, empresario, portador do RG n.o 6412709-8 SESP/PR, e do CPF de n.o 023.932.849-31, doravante denominada **DETENTORA DA ATA,** observadas as condicoes do Edital que rege o Pregao e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem.

**1ª-OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **Aquisição de Equipamentos Odontológico, para atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, e Centro de Especialidade Odontológica - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de CEDRO, Estado de Pernambuco**, conforme quantidades, especificacoes e precos contidos na planilha abaixo especificada:

| ITEM: | ESPECIFICAÇÃO: | UND | QUANT. | VALOR UNIT: | VALOR TOTAL: |
|---|---|---|---|---|---|
| 5 | Caneta de Alta Rotação Jato Triplo | UNID | 5 | R$ 279,00 | R$ 1.395,00 |
| 6 | Caneta de Alta Rotação Turbina SL 30PB | UNID | 8 | R$ 279,00 | R$ 2.232,00 |
| 8 | Contra Ângulo SL-30 | UNID | 4 | R$ 349,00 | R$ 1.396,00 |
| 10 | Contra-Ângulo para baixa rotação | UNID | 3 | R$ 349,00 | R$ 1.047,00 |
| 12 | Micromotor para baixa rotação | UNID | 10 | R$ 349,00 | R$ 3.490,00 |
| 13 | Motor para Endo X-Smart Plus | UNID | 1 | R$ 5.633,00 | R$ 5.633,00 |
| 14 | Negatoscópio Slin Panorâmico | UNID | 8 | R$ 230,00 | R$ 1.840,00 |
| 15 | Propex Pixi | UNID | 1 | R$ 2.513,00 | R$ 2.513,00 |
| 16 | Seladora de Mesa para papel grau cirúrgico | UNID | 5 | R$ 199,00 | R$ 995,00 |
| 17 | Ultrasson com Jato de Bicarbornato Odontológico | CX | 4 | R$ 1.477,00 | R$ 5.908,00 |
| TOTAL: | | | | | R$ 26.449,00 |

**Parágrafo primeiro: A DETENTORA DA ATA** devera entregar o objeto em conformidade com os padroes e normas aplicadas a especie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que nao esteja dentro das normas e dos padroes exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituicoes, tantas vezes quantas necessarias forem e apontarem a fiscalizacao da **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro: A DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, tambem, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipotese da incidencia do previsto no paragrafo anterior desta ata de registro de precos.

**2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA** garantira a qualidade dos produtos pelo periodo de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega a **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo proprio fornecedor ou por indicacao nas condições especificas do objeto. Aos produtos que nao constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantira sua qualidade, no minimo pelo periodo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

**3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO -** O prazo de validade da presente Ata de Registro de Precos e de **12(doze) meses** a contar de sua assinatura.

**Parágrafo único:** O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Precos tera(ao) vigencia de ate **06(seis) meses**.

**4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS –** Os precos registrados, as especificacoes dos materiais, os quantitativos, as marcas, sao aqueles constantes do **Anexo I** desta Ata.

**Parágrafo primeiro:** Nos precos constantes do **Anexo I** estao embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciarios e trabalhistas, que possam vir a grava-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitacao destes.

**Parágrafo segundo: A PREFEITURA** realizara o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em ate **30(trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com a Ata.

**Parágrafo terceiro:** Somente sera admitida, nos limites da Lei, a recomposicao de precos de que trata o art. 65, II, alinea "d", da Lei Federal n.o 8.666/93 e ulteriores alteracoes.

**Parágrafo quarto:** Na hipotese de sobrevirem fatos imprevisiveis ou previsiveis, porem de consequencias incalculaveis, retardadores ou impeditivos da execucao do ajustado, ou ainda, em caso de forca maior, caso fortuito, ou fato do principe, configurando alea economica extraordinaria e extracontratual, a relacao que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **DETENTORA DA ATA** e a retribuicao do Municipio da Estancia Turistica de CEDRO para justa remuneracao do fornecimento de cada produto, podera ser revisada, objetivando **a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.**

**Parágrafo quinto:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniencia de disposicoes legais, quando ocorridas apos a data de apresentacao da proposta, de comprovada repercussao nos precos registrados, implicarao a revisao destes para mais ou menos, conforme o caso.

**Parágrafo sexto:** Sempre que ocorrer as alteracoes de precos constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos sofrerao alteracao, aumentando ou diminuindo o preco registrado, na mesma percentagem e proporcao da majoracao ou reducao.

**Parágrafo sétimo:** Na hipotese de solicitacao de revisao de precos pela **DETENTORA DA ATA**, esta devera demonstrar **a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata ou contrato dela decorrente, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente à majoração dos preços**, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que o fornecimento tornou-se inviavel nas condições inicialmente avencadas.

**Parágrafo oitavo:** Caso a **DETENTORA DA ATA** seja fabricante do(s) produto(s), a demonstracao da quebra do equilibrio economico-financeiro da Ata de Registro de Precos ou contrato dela decorrente, dar-se-a atraves da apresentacao de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composicao dos custos vigentes na data de apresentacao da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoracao dos precos.

**Parágrafo nono:** Na hipotese de solicitacao de revisao de precos pela **PREFEITURA**, esta devera comprovar o rompimento do equilibrio economico-financeiro do contrato, em prejuizo da Municipalidade.

**Parágrafo décimo:** Fica facultado a **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a analise dos requisitos dos paragrafos anteriores, a decisao quanto a revisao de precos solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**

**Parágrafo décimo primeiro:** Enquanto eventuais solicitacoes de revisao de precos estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** nao podera suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos precos vigentes.

**Parágrafo décimo segundo:** A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada a revisao dos precos, recebera os valores correspondentes a cobertura das diferencas devidas, sem juros e correção monetaria, relativas aos fornecimentos realizados apos o protocolo do pedido de revisao ate o acolhimento do pedido de revisao.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissao da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**5ª-DO PRAZO DE ENTREGA, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO –** A **DETENTORA DA ATA** se obriga a entregar o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com as necessidades de consumo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO**, **no prazo máximo de 07(sete) dias corridos,** contados a partir da emissao da **requisição ou autorização de fornecimento,** expedida pelo Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes**,** assinada pelo Administrador do referido departamento, ou ainda, por pessoa designada para tal.

**Parágrafo primeiro:** A entrega do(s) item(ns) registrado(s), deverá ser feita por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Almoxarifado Municipal de CEDRO-PE, localizado na Rua Sete de Setembro, 68– centro, CEDRO-PE, ou no(s) local(is) que venha(m) a ser indicado(s) na autorizacão de fornecimento, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas., exceto nos feriados na forma prevista no caput desta cláusula, sendo **o transporte e descarga por conta da empresa detentora da ata de registro de preços.**

**Parágrafo segundo:** Serao obedecidos os seguintes criterios para o recebimento do objeto:

**I)**O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalizacão de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realizacão de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **DETENTORA DA ATA**;

**II)**So sera recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificacoes tecnicas, superando a fase de fiscalizacao;

**III)**Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, apos o recebimento provisorio, a **PREFEITURA** nao houver se manifestado quanto a recusa do mesmo;

**IV)**O objeto retido na fiscalizacao sera rejeitado e devolvido, correndo as expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providencias quanto a sua retirada e substituicao em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no bem substituido, sera realizada a mesma fiscalizacao prevista no inciso I;

**V)**O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razoes de seu exclusivo interesse e necessidade, nao importara na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerara a **DETENTORA DA ATA** das obrigacoes de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

**VI)**A recusa do objeto no processo de fiscalizacao, ou o envio deste para analise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituido ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupcao tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisorio e houver a necessidade de sua substituicao;

**VII)**O recebimento definitivo nao implica na falta de responsabilizacao da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuizos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA,** tendo em vista que os testes e demais provas sao realizadas sobre amostras dos materiais e nao possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonancia com as normas tecnicas oficiais.

**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providencias mais adotar para perfeita execucao da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os onus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

**Parágrafo quarto:** O recebimento pela **PREFEITURA,** provisorio ou definitivo do objeto, nao exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Codigo Civil Brasileiro, no Codigo de Defesa do Consumidor e demais legislacoes correlatas, que perdurara pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -** A **DETENTORA DA ATA** tera seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condicoes da Ata de Registro de Precos;

b) nao retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente ou nao assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administracao sem justificativa aceitavel;

c) nao aceitar reduzir o seu preco registrado, na hipotese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razoes de interesse publico;

e) for decretada sua falencia ou ocorrer a instauracao de insolvencia civil;

f) ocorrer a dissolucao da sociedade;

g) ocorrer alteracao social ou a modificacao da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execucao da ata de registro de precos; e,

h) sem justa causa e previa comunicacao a **PREFEITURA**, paralisar o fornecimento.

**Parágrafo primeiro:** O cancelamento do registro, nas hipoteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sera formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

**Parágrafo segundo:** O cancelamento do registro podera ainda ocorrer em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **PREFEITURA**, salvo em caso de calamidade publica, grave perturbacao da ordem interna ou guerra, assegurado a **DETENTORA DA ATA** o direito de optar pela suspensao do cumprimento de suas obrigacoes ate que seja normalizada a situacao, caso em que sua decisao devera ser comunicada por escrito a **PREFEITURA.**

**Parágrafo terceiro:** A **DETENTORA DA ATA** podera solicitar o cancelamento do seu Registro de Precos na ocorrencia de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execucao contratual decorrentes de caso fortuito ou de forca maior devidamente comprovados.

**7ª-DAS SANÇÕES -** Pelo descumprimento das condicoes estabelecidas no presente instrumento, a **DETENTORA DA ATA** ficara sujeita as seguintes penalidades:

**I)** Advertencia;

**II)** Pelo atraso injustificado no fornecimento do(s) item(ns) registrado(s):

a) ate 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor de cada contratacao, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor de cada contratacao, por dia de atraso.

**III)** Pela inexecucão total ou parcial da Ata de Registro de Precos ou do contrato dela decorrente, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigacão não cumprida, ou multa correspondente à diferenca de preco decorrente de nova licitacão para o mesmo fim.

**Parágrafo primeiro:** As multas serao descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecucao total serao cobradas judicialmente.

**Parágrafo segundo:** A inexecucão total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Precos ensejará a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a **DETENTORA DA ATA** os direitos da Prefeitura.
**Parágrafo terceiro:** As multas moratoria e rescisoria que serao cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos ou, em caso de inexecucao total serao cobradas judicialmente.
**Parágrafo quarto:** A aplicacao das multas moratoria e rescisoria, nao impede a aplicacao das demais penalidades previstas na legislacao que regulamenta o presente Instrumento, as quais, desde ja, se sujeita a **DETENTORA DA ATA**, como a cobranca de perdas e danos que a **PREFEITURA** venha a sofrer em face da inexecucao parcial ou total Da ata.
**Parágrafo quinto:** Para todos os fins de direito, a multa moratoria incidira a partir da data que o objeto deveria ter sido entregue. O recebimento provisorio do objeto suspende a mora, voltando, entretanto, a incidir a mesma, a partir da data da comunicacao de sua rejeicao a **DETENTORA DA ATA**, valendo os dias ja corridos.

**Parágrafo sexto:** Ficara a **DETENTORA DA ATA** impedida de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO** pelo prazo de ate 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punicao, caso ela venha praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7o da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuizo das disposicoes contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal no 8.666/93, que nao conflitem com aquele.
**Parágrafo sétimo:** Sera propiciada a **DETENTORA DA ATA**, antes da imposicao das penalidades elencadas nesta clausula, o direito ao contraditorio e a ampla defesa.
**Parágrafo oitavo:** As aplicacoes das sancoes estabelecidas neste instrumento sao de competência exclusiva da Senhora Prefeita Municipal.
**Parágrafo nono:** Penalidades a que se sujeita a **PREFEITURA**:
**I)**Sujeita-se, a **PREFEITURA** as disposicoes da Lei Federal n.o 8.666/93 e ulteriores alteracoes.
**8ª-DOS RECURSOS –** As despesas decorrentes da execucao desta Ata de Registro de Precos correrão por conta do seguinte credito orcamentario:

ÓRGÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CEDRO
FUNCIONAL: 0401-101220002.2.047 – Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
FUNCIONAL: 0401-10301002452.56 - Gerenciamento e Manutenção das Equipes de Saúde Bucal
FUNCIONAL: 0401-103010025.2.060 - Gerenciamento e Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas -CEO
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

**9ª-FUNDAMENTO LEGAL -** Processo de Licitacao – Modalidade **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021**, devidamente homologada no **Processo de Licitação nº 002/2021** e Lei Federal no 8.666/93 e as alteracoes promovidas pelas Leis nos 8.883/94 e 9.648/98 e Emenda Constitucional no 19(Reforma Administrativa), bem como demais Legislacao de Direito Administrativo aplicaveis a especie.
**10ª-VINCULAÇÃO –** A presente Ata de Registro de Precos esta vinculada ao **Pregão Eletrônico nº 002/2021de fevereiro de 2021** e a proposta da **DETENTORA DA ATA,** fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.
**11ª-DO FORO –** Elegem as partes, com renuncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de CEDRO-PE, como o competente para dirimir as questoes suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA.**
**12ª-DA PUBLICAÇÃO –** Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicacão do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal**.**
**13ª-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –** Cabera ao Departamento de Administracao de Materiais e Licitacoes, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os precos registrados permanecem compativeis com os praticados no mercado.

**Parágrafo primeiro:** Constitui obrigacao da **DETENTORA DA ATA** informar, no prazo maximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto a aceitacao ou nao do fornecimento a outro orgao da Administracao Publica, nao participante deste registro de precos, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.
**Parágrafo segundo:** Todas as alteracoes que se fizerem necessarias serao registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Precos.
**Parágrafo terceiro:** A **PREFEITURA** nao se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Precos, se durante a sua vigencia constatar que os precos registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificacoes e condicoes.
**Parágrafo quarto:** A existencia de precos registrados nao obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratacoes que deles poderao advir, facultando-se a realizacao de licitacao especifica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferencia de fornecimento em igualdade de condicoes.
**Parágrafo quinto:** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execucao da Ata em compatibilidade com as obrigacoes por ela assumidas.

CEDRO-PE, **19 de fevereiro de 2021**

Município De Cedro
***MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE***
Prefeita

***JÚLIA NATÉRCIA ALVES DE OLIVEIRA***
Secretaria De Saude

Cirurgica Parma LTDA
***MARCOS MOÍSES PAULO VIEIRA***
Empresa Licitante

**Publicado por:**
Andréia de Carvalho Brito
**Código Identificador:**0257E08E

**ESTADO DE PERNAMBUCO**
**MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 001/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**
**REGISTRO DE PREÇOS**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 001/2021**

Ao 1º (primeiro) dia do mês de março de 2021, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHÃ GRANDE–PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e Foro da Comarca de Chã Grande, Estado de Pernambuco, localizado à Rua José Trajano Lopes, 54 – Augusto David – Chã Grande-PE, inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº **13.671.776/0001-85**, neste ato representado pela sua Gestora e Secretária de Assistência Social Sra. **Alexandra Maria Gomes da Fonseca Neto**, brasileira, casada, Funcionária Pública, nomeada por meio da Portaria Nº 003/2017 datada em 02/01/2017, portadora da Carteira de Identidade nº 4.668.327 SDS/PE, CPF nº 988.031.664-91, no uso de suas atribuições legais, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**, e de outro lado, a Empresa adjudicatária nos itens abaixo, Homologada em **01/03/2021**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013, que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as Cláusulas que se seguem:

**1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado neste Fundo Municipal de Assistência Social de Chã Grande – PE, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

**1.1 – Fornecedor – Item**

**LUIZ HENRIQUE DA SILVA MIGUEL ME**, CNPJ Nº **06.985.177/0001-70**, com sede à Rua Professora Amélia Lemos, 04A – Santa Cruz – Carpina - PE, CEP: 55.811-220, Fone: (81) 3621.6246, representada por seu Representante Legal, Sr. Luiz Henrique da Silva Miguel, brasileiro, Casado, empresário, residente e domiciliado em Carpina - PE, RG Nº 5.883.094 SDS/PE, CPF/MF Nº 031.300.664-46.

**ITEM – LIVRE CONCORRÊNCIA.**

| ITEM | PRODUTO | QUANT. | UND. | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| **01** | Açúcar cristal obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em saco plástico, pesando 1 kg. | 01 | Kg | 2,38 | 2,38 |
| **02** | Arroz Parboilizado tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de sujidade e misturas de outras variedades e espécies, acondicionados em sacos plásticos de 1 kg | 02 | Kg | 3,50 | 7,00 |
| **03** | Biscoito Doce sem Recheio – Tipo Maisena, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em pacotes de 400 g, envolucro com 3 tiras. | 01 | Pacote de 400G | 2,40 | 2,40 |
| **04** | Café em Pó com qualidade global mínima aceitável, acondicionado em embalagem (sem vácuo) contendo 250g e selo ABIC. | 01 | Pacote de 250G | 2,90 | 2,90 |
| **05** | Farinha de mandioca de primeira qualidade acondicionados em embalagem plástica de polietileno de 1 kg, branca, seca, fina, tipo 1, não contém glúten. | 01 | Kg | 2,33 | 2,33 |
| **06** | Farinha de Milho Flocada (Flocão) - Farinha de milho flocada, sem glúten, sem sal, obtido do processo tecnológico adequado, com aspecto, cor e sabor próprio, isento de sujidade e umidade máxima de 15% (g/100g), de acordo com a Resolução RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005 da ANVISA / MS. Embalagem primária: Tipo plástica transparente e resistente. Devendo apresentar peso líquido de 500g. Com identificação do produto, marca do fabricante, registro do Ministério da Agricultura, validade mínima de 180 dias (6 meses) a partir da data de entrega do produto. | 02 | Pacote de 500G | 1,00 | 2,00 |
| **07** | Feijão Tipo Preto (Tipo 1) - Feijão preto, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem primária: Tipo plástica transparente e resistente. Devendo apresentar peso líquido de 1 kg. | 01 | Kg | 6,25 | 6,25 |
| **08** | Leite em Pó Integral. Informação Nutricional em porção de 26g. Valor energético de 129 Kcal, carboidrato 10g, Proteínas 6,8g, gorduras totais 6,9g, gorduras saturadas 4,1g, gorduras totais 6,9g, gordura trans 0g, fibra alimentar 0g, Sódio 96mg, Cálcio 237mg. Validade de 12 meses a partir da data de fabricação. Envasado em recipientes herméticos em saco aluminizado com 200g. | 01 | Pacote de 200G | 4,10 | 4,10 |
| **09** | Massa Alimentícia Tipo seca para macarronada, formato espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, acondicionada em saco de plástico transparente, atóxico de 500g | 02 | Pacote de 500G | 1,60 | 3,20 |
| **10** | Mortadela - constituída da mistura de carnes bovina e suína misturadas e trituradas, composta de condimentos e outras substâncias alimentares, apresentando no máximo 10% de cubos de toucinho e ate 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substancias estranhas a sua composição, acondicionado em saco plástico, atóxico | 01 | Kg | 3,97 | 3,97 |
| **11** | Óleo Comestível de Soja, obtido de espécie vegetal, isento de ranço e substancias estranhas, acondicionado em frasco plástico com 900 ml. | 01 | Garrafa de 900ml | 6,22 | 6,22 |
| **12** | Proteína Texturizada da Soja - Tipo Escura - Produto obtido a partir da farinha desengordurada de soja (Glycine Max, L.) Através da extrusão termoplástica e alta temperatura e curto período de tempo. Embalagem: Plástica transparente e atóxico, impermeada, limpa, não violada, resistente que garanta integridade, e impressa. Devendo apresentar peso líquido de 400g. Rotulagem: Identificação, Procedência, Número de Lote, Quantidade do Produto, Data de Validade. Validade Mínima de 180 dias (6 meses) a partir da entrega. | 01 | Pacote de 400G | 2,25 | 2,25 |
| **VALOR TOTAL P/CESTA R$** | | | | | **45,00** |
| | **CESTA BÁSICA** | **QUANT.** | **UND.** | **VALOR POR CESTA R$** | **VALOR GLOBAL R$** |
| | 01 Kg de **Açúcar Cristal**, 02 Kg de **Arroz Parboilizado Tipo 1**, 01 pacote de **Biscoito Doce sem Recheio – Tipo Maisena**, 01 pacote de **Café em pó**, 01 pacote de **Proteína Texturizada da Soja - Tipo Escura**, 01 Kg de **Farinha de Mandioca**, 01 Kg de **Feijão Tipo Preto (Tipo 1)**, 02 pacotes de **Farinha de Milho Flocada (Flocão)**, 01 pacote de **Leite em Pó Integral**, 02 pacotes de **Massa Alimentícia**, 01 Kg de **mortadela** e 01 garrafa de **Óleo Comestível de Soja.** | 3.750 | Cestas | 45,00 | 168.750,00 |

**ITEM – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (artigo 48, III da Lei 123/2006).**

| ITEM | PRODUTO | QUANT. | UND. | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| **01** | Açúcar cristal obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em saco plástico, pesando 1 kg. | 01 | Kg | 2,38 | 2,38 |
| **02** | Arroz Parboilizado tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de | 02 | Kg | 3,50 | 7,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 15%, isento de sujidade e misturas de outras variedades e espécies, acondicionados em sacos plásticos de 1 kg | | | | |
| **03** | Biscoito Doce sem Recheio – Tipo Maisena, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em pacotes de 400 g, envolucro com 3 tiras. | 01 | Pacote de 400G | 2,40 | 2,40 |
| **04** | Café em Pó com qualidade global mínima aceitável, acondicionado em embalagem (sem vácuo) contendo 250g e selo ABIC. | 01 | Pacote de 250G | 2,90 | 2,90 |
| **05** | Farinha de mandioca de primeira qualidade acondicionados em embalagem plástica de polietileno de 1 kg, branca, seca, fina, tipo 1, não contém glúten. | 01 | Kg | 2,33 | 2,33 |
| **06** | Farinha de Milho Flocada (Flocão) - Farinha de milho flocada, sem glúten, sem sal, obtido do processo tecnológico adequado, com aspecto, cor e sabor próprio, isento de sujidade e umidade máxima de 15% (g/100g), de acordo com a Resolução RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005 da ANVISA / MS. Embalagem primária: Tipo plástica transparente e resistente. Devendo apresentar peso líquido de 500g. Com identificação do produto, marca do fabricante, registro do Ministério da Agricultura, validade mínima de 180 dias (6 meses) a partir da data de entrega do produto. | 02 | Pacote de 500G | 1,00 | 2,00 |
| **07** | Feijão Tipo Preto (Tipo 1) - Feijão preto, novo, constituído de grãos inteiros e sadios, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem primária: Tipo plástica transparente e resistente. Devendo apresentar peso líquido de 1 kg. | 01 | Kg | 6,25 | 6,25 |
| **08** | Leite em Pó Integral. Informação Nutricional em porção de 26g. Valor energético de 129 Kcal, carboidrato 10g, Proteínas 6,8g, gorduras totais 6,9g, gorduras saturadas 4,1g, gorduras totais 6,9g, gordura trans 0g, fibra alimentar 0g, Sódio 96mg, Cálcio 237mg. Validade de 12 meses a partir da data de fabricação. Envasado em recipientes herméticos em saco aluminizado com 200g. | 01 | Pacote de 200G | 4,10 | 4,10 |
| **09** | Massa Alimentícia Tipo seca para macarronada, formato espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidades, parasitas, acondicionada em saco de plástico transparente, atóxico de 500g | 02 | Pacote de 500G | 1,60 | 3,20 |
| **10** | Mortadela - constituída da mistura de carnes bovina e suína misturadas e trituradas, composta de condimentos e outras substâncias alimentares, apresentando no máximo 10% de cubos de toucinho e ate 25% de umidade, de primeira qualidade, isento de sujidades e outras substancias estranhas a sua composição, acondicionado em saco plástico, atóxico | 01 | Kg | 3,97 | 3,97 |
| **11** | Óleo Comestível de Soja, obtido de espécie vegetal, isento de ranço e substancias estranhas, acondicionado em frasco plástico com 900 ml. | 01 | Garrafa de 900ml | 6,22 | 6,22 |
| **12** | Proteína Texturizada da Soja - Tipo Escura - Produto obtido a partir da farinha desengordurada de soja (Glycine Max, L.) Através da extrusão termoplástica e alta temperatura e curto período de tempo. Embalagem: Plástica transparente e atóxico, impermeada, limpa, não violada, resistente que garanta integridade, e impressa. Devendo apresentar peso líquido de 400g. Rotulagem: Identificação, Procedência, Número de Lote, Quantidade do Produto, Data de Validade. Validade Mínima de 180 dias (6 meses) a partir da entrega. | 01 | Pacote de 400G | 2,25 | 2,25 |
| **VALOR TOTAL P/CESTA R$** | | | | | **45,00** |
| | **CESTA BÁSICA** | **QUANT.** | **UND.** | **VALOR POR CESTA R$** | **VALOR GLOBAL R$** |
| | 01 Kg de **Açúcar Cristal**, 02 Kg de **Arroz Parboilizado Tipo 1**, 01 pacote de **Biscoito Doce sem Recheio – Tipo Maisena**, 01 pacote de **Café em pó**, 01 pacote de **Proteína Texturizada da Soja - Tipo Escura**, 01 Kg de **Farinha de Mandioca**, 01 Kg de **Feijão Tipo Preto (Tipo 1)**, 02 pacotes de **Farinha de Milho Flocada (Flocão)**, 01 pacote de **Leite em Pó Integral**, 02 pacotes de **Massa Alimentícia**, 01 Kg de **mortadela** e 01 garrafa de **Óleo Comestível de Soja.** | 1.250 | Cestas | 45,00 | 56.250,00 |

**Valor Total registrado: R$ 225.000,00 (Duzentos e vinte e cinco mil reais).**

**2 - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:** O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Chã Grande ou Interessados mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº 001/2021.

2.1 – O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante **Contrato**, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**.

2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** O Fundo Municipal de Assistência Social de Chã Grande adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 – Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco.

**4 – DOS PREÇOS:** A qualquer tempo, conforme previsto Art. 17 do Decreto nº 7.892/2013, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Fundo Municipal de Assistência Social de Chã Grande convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1 – Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o Fundo Municipal de Assistência Social de Chã Grande poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2 – Os preços não serão reajustados durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

4.3 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Chã Grande à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.

**5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**6 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

6.1 – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

6.2 – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

6.3 – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.4 – tiver presente razões de interesse público.

6.4.1 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

6.4.2 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

**7 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**8 – DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Chã Grande, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e Contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

| ***ALEXANDRA MARIA GOMES DA FONSECA NETO*** | ***LUIZ HENRIQUE DA SILVA MIGUEL*** |
|---|---|
| CPF/MF Nº 988.031.664-91 | Luiz Henrique Da Silva Miguel ME |
| Secretária Municipal de Desenvolvimento Social | Contratada |
| Órgão Gerenciador | |

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

**Publicado por:**
Mannix de Azevêdo Ferreira
**Código Identificador:**EEF01FF6

